

DOCUMENTOS DA

Política Externa Independente

VOLUME 1

Alvaro da Costa Franco, org.

Fundação Alexandre de Gusmão
Centro de História e Documentação Diplomática

Documentos da política externa independente / Alvaro da Costa Franco
(Org.). – Rio de Janeiro : Centro de História e Documentação
Diplomática ; Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
2v. ; 14 x 21 cm.

ISBN 978.85.7631.083-9

1. Brasil – Relações exteriores – Fontes. 2. Diplomacia. 3. Embaixadores –
Afonso Arinos de Melo Franco, 1905-1990 – Francisco Clementino de San
Tiago Dantas, 1911-1964. I. Centro de História e Documentação
Diplomática. II. Fundação Alexandre de Gusmão.

Direitos de publicação reservados à Fundação Alexandre de Gusmão
Impresso no Brasil – 2007

DOCUMENTOS DA

Política Externa Independente

VOLUME 1

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Celso Amorim
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Jeronimo Moscardo

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA



Diretor

Embaixador Alvaro da Costa Franco

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, bloco h,
anexo 2, térreo, sala 1
70170-900 - Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033 / 6034
Fax: (61) 3411 9125
www.funag.gov.br

O *Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), da Fundação Alexandre de Gusmão / MRE, sediado no Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, prédio onde está depositado um dos mais ricos acervos sobre o tema, tem por objetivo estimular os estudos sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil.

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
20080-002 - Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 2233 2318 / 2079
chdd@funag.gov.br / chdd.funag@veloxmail.com.br

Sumário

Apresentação ... 11

Nota ... 15

Gestão Afonso Arinos de Melo Franco

DOCUMENTO 1

Discurso de posse do presidente Jânio Quadros ... 19

DOCUMENTO 2

*Discurso do presidente Jânio Quadros veiculado
pela "Voz do Brasil" ... 21*

DOCUMENTO 3

*Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores,
Afonso Arinos de Melo Franco ... 32*

DOCUMENTO 4

Entrevista do ministro Afonso Arinos à imprensa ... 40

DOCUMENTO 5

Mensagem presidencial ao Congresso Nacional ... 49

DOCUMENTO 6

*Comunicado sobre o cancelamento das credenciais dos
representantes da Lituânia, Letônia e Estônia ... 60*

DOCUMENTO 7

*Informação sobre o restabelecimento de relações
diplomáticas com a Hungria, Romênia e Bulgária ... 63*

DOCUMENTO 8

Memorando sobre a situação de Cuba ... 64

DOCUMENTO 9

Trechos de comunicado sobre a posição brasileira em assuntos atuais de política internacional ... 75

DOCUMENTO 10

Trechos de audiência do ministro Afonso Arinos na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados ... 77

DOCUMENTO 11

Discurso do ministro Afonso Arinos no banquete oferecido ao embaixador dos Estados Unidos, Adlai Stevenson ... 90

DOCUMENTO 12

Relatório do ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil à Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados ... 94

DOCUMENTO 13

Trechos de exposição do ministro Afonso Arinos na Câmara dos Deputados ... 116

DOCUMENTO 14

Artigo – Nova política externa do Brasil ... 145

Gestão Francisco Clementino de San Tiago Dantas

DOCUMENTO 15

Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Francisco Clementino de San Tiago Dantas ... 159

DOCUMENTO 16

Carta do ministro João Augusto de Araújo Castro para o ministro de Estado San Tiago Dantas ... 165

DOCUMENTO 17

Programa de governo – Política internacional ... 170

DOCUMENTO 18

Primeira entrevista do ministro San Tiago Dantas ... 179

DOCUMENTO 19

Minuta de carta do ministro San Tiago Dantas ao chanceler colombiano, José Joaquim Caicedo Castilla ... 192

DOCUMENTO 20

Declaração conjunta San Tiago Dantas-Cárcano ... 195

DOCUMENTO 21

Trechos de discurso do ministro San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados sobre o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética ... 199

DOCUMENTO 22

I Registro da reunião da comissão de planejamento sobre assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA ... 221

DOCUMENTO 23

II Registro da reunião da comissão de planejamento sobre assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA ... 232

DOCUMENTO 24

Resumo das atividades da delegação do Brasil à XVI sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas ... 248

DOCUMENTO 25

Alocução do ministro San Tiago Dantas aos chefes de missão dos Estados americanos ... 262

DOCUMENTO 26

Discurso do senador Afonso Arinos sobre o Brasil e a questão de Angola na ONU ... 266

DOCUMENTO 27

Instruções confidenciais do Conselho de Ministros à delegação do Brasil à VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA ... 272

DOCUMENTO 28

Discurso do ministro San Tiago Dantas na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA ... 275

DOCUMENTO 29

Justificação de voto do Brasil na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA ... 288

DOCUMENTO 30

Discurso do ministro San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados – VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA ... 291

DOCUMENTO 31

Minuta de relatório sobre a política externa do Brasil a partir do estabelecimento do governo parlamentar até março de 1962, preparado por Dário Moreira de Castro Alves ... 307

DOCUMENTO 32

Discurso do chanceler San Tiago Dantas na Conferência do Desarmamento ... 318

DOCUMENTO 33

Declarações do ministro San Tiago Dantas à Agência Nacional sobre a Conferência do Desarmamento ... 325

DOCUMENTO 34

Declaração do ministro San Tiago Dantas em sessão plenária da Conferência do Desarmamento ... 331

DOCUMENTO 35

Declaração do senador Afonso Arinos, chefe da delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, contra as explosões atômicas, em nome das oito potências não-alinhadas ... 333

DOCUMENTO 36

Discurso do presidente João Goulart perante o Congresso dos Estados Unidos da América ... 335

DOCUMENTO 37

Comunicado conjunto dos presidentes dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América ... 340

DOCUMENTO 38

Discurso do ministro San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados – VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA – Moção de censura ... 343

DOCUMENTO 39

Memorando sobre os problemas suscitados pela política da Comunidade Econômica Européia ... 353

Gestão Afonso Arinos de Melo Franco

DOCUMENTO 40

Entrevista coletiva do senador Afonso Arinos, empossado ministro das Relações Exteriores ... 363

DOCUMENTO 41

Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco ... 371

Apêndice

DOCUMENTO 42

Discurso de San Tiago Dantas, paraninfo da turma de diplomatas de 1963 ... 381



Apresentação

A denominação *política externa independente* foi cunhada por San Tiago Dantas, quando ministro das Relações Exteriores sob a presidência João Goulart. No prefácio ao livro em que, sob este título, reuniu os principais documentos oficiais de sua gestão,¹ San Tiago reconhece que sua política, que assim denominava, era o desdobramento da que encontrara iniciada, ao assumir o Itamaraty, e que procurara “desenvolver e sistematizar”. Afirma, a seguir, que não fora “concebida como doutrina ou projetada como plano, antes de ser vertida para a realidade. Os fatos precederam as idéias”.

A afirmação de San Tiago trai um certo preconceito. Não considerava o conjunto de iniciativas adotadas no governo Jânio Quadros como o reflexo de uma concepção política e sua decorrência lógica. Seriam fatos, sobre os quais construiria um arcabouço sistemático e coerente. Entretanto, quem se detiver sobre os bilhetes do presidente Jânio Quadros ao seu ministro das Relações Exteriores, o senador Afonso Arinos de Melo Franco, recentemente editados² nos *Cadernos do CHDD*, deve reconhecer que, sob as instruções aparentemente isoladas – e, aparentemente, desconexas – do presidente, havia uma avaliação da conjuntura internacional, uma idéia do papel que cabia ao Brasil desempenhar no cenário mundial, um desejo de, na medida das possibilidades, realizar as potencialidades do Estado e da nação no plano internacional, uma certa “idéia do Brasil”, para parafrasear uma expressão do general De Gaulle.

¹ SAN TIAGO DANTAS, Francisco C. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

² BILHETES do presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 8, p. 313-484, 1º semestre 2006.

Quadros achava que o Brasil, a despeito de suas limitações, tinha um espaço a ocupar, um ideário a seguir e um dever a cumprir, na defesa dos interesses nacionais. Liberdade para quebrar os enquadramentos criados pela Guerra Fria; conseqüente liberdade de diálogo e desenvolvimento das relações comerciais com todos os países, independentemente de suas posturas ideológicas; política de solidariedade com os países em desenvolvimento e, especialmente, com os novos Estados que emergiam do processo acelerado de descolonização; postura anti-colonialista; fortalecimento das solidariedades americanas, com vistas a reduzir as assimetrias ou suas conseqüências no relacionamento entre a potência hegemônica e as nações latino-americanas. Estes propósitos se evidenciam na política de Quadros, a que Afonso Arinos imprimiu, tanto quanto foi possível na sua curta gestão, uma disciplina e um estilo compatíveis com as boas praxes internacionais e com as tradições diplomáticas do Brasil.

É compreensível que, para San Tiago Dantas, com sua organização e disciplina mentais, o pensamento não sistematizado e explicitado do presidente Jânio Quadros não parecesse fundamento bastante para uma política externa. E, contudo, é inegável que as idéias de Quadros fundaram os alicerces da que foi, depois, designada como política externa independente. Não se conhece uma eminência parda, que inspirasse Jânio Quadros nestes assuntos internacionais, ninguém que desempenhasse o papel que Augusto Frederico Schmidt exerceu junto ao presidente Kubitschek. As idéias eram de Jânio; coube à inteligência e competência de Afonso Arinos dar-lhes forma e ordená-las, como compete a um ministro do Exterior.

É certo que a urgência, com que o presidente desejava ver implantada a nova política, ignorava critérios de oportunidade; a carta do embaixador Araújo Castro a San Tiago Dantas, que publicamos neste volume, ressalta este e outros problemas de sua execução. Mas não se pode ocultar que os sete meses incompletos da presidência Jânio Quadros inovaram nossa política exterior, abandonando a prática depois chamada de “alinhamento automático”, que tendia a prevalecer desde 1942. Os tópicos que podem ser considerados como falhas de execução, como o recuo no tratamento da questão colonial portuguesa, os problemas nas relações com as Alemanhas

ou a desnecessária condecoração de Che Guevara, de pesadas conseqüências no plano interno, não devem ocultar os aspectos inovadores da política lançada por Afonso Arinos, dentro das diretrizes presidenciais. Tampouco se deve esquecer que a Jânio Quadros, nos primeiros meses de seu governo, não faltou poder político para alterar o curso de nossa política externa, em condições inteiramente diversas das que enfrentaria seu sucessor.

Aberto o caminho, San Tiago pôde dar continuidade à política iniciada por seu antecessor, batizá-la e desenvolvê-la, livre da coerciva tutela que Jânio impusera a seus ministros. Publicou, no livro *Política Externa Independente*, uma coletânea de textos oficiais de sua gestão, em cujo prefácio descreve, em suas grandes linhas, o que considerava como os traços fundamentais de sua política. Ficou, assim, seu nome indelevelmente identificado a este importante momento de nossa vida internacional. Os movimentos da política interna fizeram com que Afonso Arinos o sucedesse no Itamaraty, no curto período de junho a setembro de 1962.

Na linha de trabalho que nos traçamos no CHDD, o objetivo deste volume é tornar acessíveis aos estudiosos e pesquisadores de nossa história diplomática os principais documentos, na sua quase totalidade de caráter oficial, que constituem os marcos da política externa brasileira no período de fevereiro de 1961 a setembro de 1962, cobrindo, portanto, a gestão do chanceler Afonso Arinos, sob o presidente Jânio Quadros, e as de San Tiago Dantas e, novamente, Afonso Arinos, no governo João Goulart. O discurso de San Tiago Dantas como paraninfo dos alunos do Instituto Rio Branco, que data de dezembro de 1963, foi incluído por ser uma avaliação da política de que fora notável executor.

Este corte cronológico visa focar o momento da definição da política externa independente, de seu desenho e do início de sua implementação.

Os documentos selecionados podem ser agrupados em duas amplas categorias: os pronunciamentos públicos – tais como os discursos de posse, entrevistas à imprensa, comunicações ao congresso nacional, etc. – e documentos internos do governo – memorandos, relatórios, circulares às missões diplomáticas. Não seria despropositado distinguir, na primeira categoria, os que tinham como público-alvo uma audiência interna e aqueles formulados com vistas a interlocutores estrangeiros, tais como cartas e sau-

dações a autoridades estrangeiras, discursos em foros internacionais, etc. Poderiam ainda ser classificados, segundo sua abrangência, em declarações gerais sobre política exterior e documentos sobre temas específicos. Entre estes, destacam-se a situação de Cuba no hemisfério ocidental e os preparativos da reunião de Consulta de Punta del Este, a questão de Angola, desarmamento, não-alinhamento, reatamento das relações com os países da Europa Central. Estas distinções são relevantes para a interpretação dos textos e contextualização das repercussões da política no âmbito interno e na esfera internacional.

Alvaro da Costa Franco

Nota

A pesquisa dos documentos transcritos foi feita no Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. Foram particularmente valiosos os arquivos particulares de Afonso Arinos, depositado no AHI, e de San Tiago Dantas, no Arquivo Nacional e na Biblioteca do Itamaraty. A pesquisa contou com a colaboração de Tiago Coelho Fernandes, pesquisador do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), e de Eduardo Mendes Batista, estudante de história na UFF e estagiário no Centro. A transcrição foi feita, sob a supervisão do CHDD, pelas também estagiárias Maria Cristiane da Costa e Fernanda Coutinho Monteiro, ambas estudantes de história na UFRJ.

Os documentos foram transcritos em sua íntegra, com exceção dos debates parlamentares, em que as partes omitidas foram substituídas por uma linha pontilhada. A ortografia foi atualizada.



GESTÃO

Afonso Arinos de Melo Franco



DOCUMENTO 1

Discurso de posse do presidente Jânio Quadros

Brasília, 31 de janeiro de 1961.

Recebo, Senhor Presidente, neste instante, de vossas mãos, a faixa simbólica do governo de nossa Pátria.

Recebo-a com profunda emoção porque tenho consciência do verdadeiro sentido implícito na singeleza desta cerimônia.

Não desconheço o que significa, em responsabilidade e sacrifício, ser o instrumento das afirmações e aspirações de todas as camadas da população.

Não ignoro, nas atuais circunstâncias econômicas e sociais, o peso dessa delegação imposterável.

Aceito-a na medida do meu valimento pessoal, no que me permitirem as energias, e compartilhando-a sempre com os colaboradores do meu governo, darei a ela a melhor orientação e o melhor desempenho.

Senhor Presidente, o governo de V.Exa., que ora se finda, terá marcado na história a sua passagem, principalmente porque através de sua meta política logrou consolidar, em termos definitivos no país, os princípios do regime democrático.

Homem da oposição, desvalido dos recursos de prestígio, tradição e fortuna, animado tão-somente da vontade de servir a nação, eis-me, hoje, aqui, elevado ao posto mais alto da nossa hierarquia política.

O processo do voto, sem atritos nem distorções, apontou-me como vitorioso das urnas.

E como vitorioso nas urnas, assumo agora a direção suprema do país. Creio, Senhor Presidente, no regime democrático.

Creio no povo, humilde e laborioso.

Creio na tradição da nossa liberdade.

E porque creio na democracia, porque creio no povo, creio na liberdade, creio também no futuro da pátria, que só pode ser a soma do que somos, a colheita do que plantamos, a morada tranqüila que construímos, para nós e para a posteridade.

Senhor Presidente Juscelino Kubitscheck, se a Divina Providência, na sua misericórdia, houver por bem me dar alento e saúde, aqui estarei, certamente, no final deste mandato, para transmitir, em cerimônia idêntica, ao sucessor que o povo me der, os símbolos da autoridade.

Transitórios somos nós, os seus governantes. Transitórias e efêmeras, as nossas pobres divergências.

Mas eternos hão de ser, na comunhão da pátria, o povo e a liberdade.

✱

DOCUMENTO 2

Discurso do presidente Jânio Quadros veiculado pela “Voz do Brasil”

Palácio da Alvorada, 31 de janeiro de 1961.

[COMUNICADO]

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1961.

Elevado à Presidência da República por inequívoca determinação do povo brasileiro, não posso e não quero iniciar o exercício deste mandato sem o agradecimento a esse voto de esperança. Nosso povo ativo e laborioso, eilo aqui diante de mim, espiritualmente presente, a testemunhar neste ato o triunfo dos seus anseios cívicos. Estou certo de que as mulheres e os homens com quem me avistei e aos quais me dirigi durante a campanha no Norte e no Nordeste, no Oeste, no Centro, no Leste e no Sul do país, têm suas atenções voltadas para este Distrito Federal, elevando suas preces ao Altíssimo, pelo êxito da administração que se inicia. Que Deus onipotente me ilumine e me resguarde na jornada. Como o afirmei em numerosas paragens do território da pátria, este será um governo rude e áspero; tais objetivos não têm sentido de ameaça, antes, exprimem a franqueza de quem não mente aos seus concidadãos, porque não foge ao seu dever nem abdica das suas convicções. Se não me faltar o arrimo da inspiração divina, se não me faltar o apoio das multidões, se não me faltar o apoio do Legislativo e do Judiciário, sei de mim que resgatarei a palavra de fé empenhada nas praças. Somos um Estado democrático cujos fins se contêm no governo do povo, pelo povo e para o povo. O povo estará comigo e comigo governará. O povo será, a um tempo, a minha bússola e o meu destino. Investido na chefia do Executivo, julgo-me no dever de expor, para ciência de todos, o estado atual da República. É indispensável que se conheçam na extensão e no vulto da sua inteira realidade os problemas cujo deslindamento me compete. É necessário que se saiba o que me entregam e as reais condições do que me entregam. Tenho por imprescindível um severo arrolamento das questões que nos aguardam e que resultam não

apenas do estágio de desenvolvimento que atingimos, mas também da carência de uma visão segura, ao mesmo tempo geral e específica, dos reclamos com frequência contraditórios dessa coletividade. Ao termo do mandato, aceito que me julguem pelo que restar do cotejo entre o que recebo e o que por minha vez transmitirei. Não há ninguém pessoalmente na mira das prevenções que me atribuem, mas também não haverá ninguém, a começar dos mais altos escalões administrativos, que possa situar-se fora das normas de exação, compostura e integridade que caracterizarão os negócios públicos neste quinquênio. Candidato, não revidei; presidente, não tenho paixões a comprazer nem adversários a alcançar. Derrogarei até o limite extremo das minhas forças a contrafação do sistema político-administrativo que infelicitou a pátria em alternância de ações irresponsáveis e de emissões em confiança. No combate a essa adulteração, a essa corrupção que infeciona e debilita o regime, não darei quartel. A vassoura que o povo me confiou nas assembléias, trago-a comigo, para os serviços empreitados. Usá-la-ei em consonância com o que prometi e com o que me reclamam, mas em caráter da mais estreita imparcialidade. A estatística, todavia, demora infensa às frases da retórica e à graça dos ditirambos. Se conclusões inculca, é que estas se acham entranhadas no panorama que cumpre analisar. Será proveitoso, quando nada para os juízes da história, que cada qual tome do ônus comum o quinhão que lhe caiba.

É terrível a situação financeira do Brasil. Nos últimos 5 anos, o meio circulante passou de 57 bilhões para 206 bilhões de cruzeiros. Faltam-me as cifras da aluvião de papel-moeda relativa ao primeiro mês deste ano. Não me causaria estranheza que a tabela complementar denunciasse fluxo ainda mais incontinenti. Desenhadas em centenas de milhares, ao estrangeiro devemos 3 bilhões e 802 milhões de dólares, o que marca, só a este título e naquele período, a elevação de 1 bilhão e 435 milhões de dólares sobre o passivo anterior.

E a situação é tanto mais séria quando se sabe que somente durante o meu governo deverei saldar compromissos em moeda estrangeira no total de cerca de 2 bilhões de dólares. E, só no corrente exercício, de 600 milhões de dólares. Importa assinalar que, além de compromissos pontuais, existem operações efetuadas pela Carteira de Câmbio a título de antecipação

da Receita, num montante que sobe a 90 milhões de dólares. Tanto vale dizer que essa vultosa importância deverá ser deduzida da magra receita das nossas exportações em 1961. Destaque-se que a Carteira de Câmbio, apesar de vir emitindo promessas de venda a 150 dias, não as liquida no prazo aventado, somente o efetuando com atrasos de um mês ou mais. De outra parte, causam intranquilidade, pelo volume, os encargos aceitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico com avais e empréstimos externos. Estes ascendem, em nome do Tesouro Nacional, a 11 bilhões e 200 milhões de cruzeiros e, em nome do próprio banco, a 23 bilhões e 400 milhões de cruzeiros, perfazendo as duas cifras o total de 34 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. Destarte, embora se tome por base o preço artificial do câmbio do custo, 100 cruzeiros por dólar, os aludidos avais representam obrigação suplementar de 340 milhões de dólares. Internamente somam-se a estes débitos astronômicos o montante do endividamento do Tesouro junto ao Banco do Brasil, os “restos a pagar” acumulados de 1956 a 1960, e o aumento da dívida da nação aos institutos de previdência. Encaro sem otimismo as perspectivas do balanço de pagamento do país no futuro imediato. Os preços internacionais de quase todas as matérias-primas continuam baixando em virtude de a oferta mostrar-se superior à procura.

No que tange ao café, riqueza que cumpre defender a curto e a longo prazo, o que tem sido infelizmente deslembado, as perspectivas entremostam-se [*des*]alentadoras. A 31 de janeiro de 1956, o preço médio do produto em centavos de dólar, por libra-peso, era de 47 *cents*. Na data de hoje, o mencionado preço é de 33 *cents*. A diferença impôs à economia nacional perdas assustadoras de moedas fortes. Estima-se em cerca de 40 milhões de sacas o estoque do produto adquirido pelo governo e que se encontra às mãos do IBC. Careço ainda de informações estatísticas sobre as quantidades vendidas pelos particulares, contudo, só a armazenagem do café do IBC, cuja qualidade se discute, custa aos brasileiros mais de 200 milhões de cruzeiros por mês.

Os déficits orçamentários, nos últimos dez anos, apavoram. Subiram eles, de 1951 a 1955, a 28 bilhões e 800 milhões de cruzeiros; alçaram-se, de 1956 a 1960, a 193 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. O déficit em potencial, para o exercício de 1961 – o primeiro do meu governo – é de 108

bilhões de cruzeiros, que assim se decompõem: orçamento, 302 bilhões e 300 milhões de cruzeiros; créditos transferidos, 3 bilhões de cruzeiros; créditos a serem abertos, 30 bilhões de cruzeiros; liquidação de resíduos passivos, 15 bilhões de cruzeiros; outras despesas – Brasília – 10 bilhões de cruzeiros. Mesmo considerando que a receita do exercício, orçada em 246 bilhões e meio, pode atingir cerca de 262 bilhões, isto é, 19% acima da arrecadada em 1960, a nossa estimativa de déficit está plenamente justificada.

Os índices de elevação do custo de vida, nesses mesmo 10 anos, apurados pela Fundação Getúlio Vargas, correm parilha com as demais, conseqüências do surto inflacionário. Atribuindo-se o índice 100 para média de 1948, alcançamos, em 1955, o marco 259 e, em dezembro último, acima de 820.

Os investimentos efetuados e os que estão em via de execução em Brasília montam a 72 bilhões e 600 milhões de cruzeiros.

Apesar das prorrogações obtidas e da imprudência dos saques a descoberto, os pagamentos de nossas obrigações vencidas aos estrangeiros não puderam ser cumpridos nos prazos estabelecidos. Em novembro último, não dispúnhamos de 47 milhões e 700 mil dólares para cobrir ajustes com o Fundo Monetário Internacional. Faltaram-nos, igualmente, recursos para quitar duas obrigações do Eximbank, uma de 8 milhões e 200 mil dólares, outra de 20 milhões e 100 mil dólares. Tomou-se apenas, singelamente, a providência de descarregar as faturas vencidas sobre a administração que ora se instala. No quadro que me é presente, resulta que devo pagar, entre 1961 e 1965, 1 bilhão, 853 milhões e 650 mil dólares de prestações, o que significa, fazendo-se a conversão do dólar à taxa do câmbio livre, na base de 200 cruzeiros, o dólar, 370 bilhões e 730 milhões de cruzeiros. Toca-me obter o numerário para repor o que os outros consumiram. E o total não envolve os empenhos atinentes à liquidação de promessas de venda de câmbio, à importação financiada de preços complementares, à amortização da dívida de grupos e empresas privadas.

O que se fez, acresço, o que logrou retumbantes repercussões publicitárias, cumpre agora saldar, amargamente, pacientemente, dólar a dólar, cruzeiro a cruzeiro. Hoje, faz-se mister, nesta nação de fachada nova, mas

de economia exangue, que esse povo, oprimido pelo subdesenvolvimento, roído pela doença e pelo pauperismo, se despoje dos últimos níqueis para honrar dívidas postas no nome do Brasil.

De outra parte, as tabelas de enriquecimento da economia nacional, levantadas pelo valor da produção interna bruta, não explicam o comprometimento das finanças e da economia aqui posto sumariamente em relevo. Ao contrário, mostra que a pressão tributária, isto é, o vulto da sangria imposta ao povo nestes últimos anos, aumentou de 22% para 30%. Os dados são oficiais. Urge que o povo os conheça, fixe e decore. Sacrifícios serão inevitáveis, todos devemos consentir neles; senão, avançamos, futuro a dentro, conforme se sonhou com tão inocente ou malicioso ufanismo. Sacamos o futuro, contra o futuro, muito mais do que a imaginação ousa arriscar. O vencimento destes encargos bate às nossas portas. Vamos esquematizar a solução deles, honestamente, corajosamente, certos de que não nos faltará a cooperação internacional. Poderá melindrar aos que não se atemorizam com o fato, embora se arrepiem face ao seu anúncio, que exponha, em oração a que a natureza da cerimônia confere repercussão internacional, o quadro deplorável das nossas finanças. Faço-o muito de indústria. Para os círculos bancários e econômicos, indígenas e estrangeiros, não é ele novo, antes, sobejamente conhecido. Ignora-o, apenas, a opinião nacional, mantida entre os vapores inebriantes de uma euforia quase leviana. Precisamos saber a quantas andamos, para determinar realisticamente e não ao sabor de róseos devaneios, para onde vamos e como lá chegaremos.

Tão grave quanto a crise econômica e financeira se me afigura a crise moral, administrativa e político-social em que mergulhamos. Vejo a administração emperrada pela burocracia e manietada por uma legislação obsoleta. Vejo as classes erguerem-se, uma a uma, contra a coletividade, coisas de vantagens particulares, esquecidas de que o patrimônio é de todos. Vejo, por toda a parte, escândalos de toda a natureza. Vejo o favoritismo, o filhotismo, o compadrio sugando a seiva da nação e obstando o caminho aos mais capazes. Na vida pública, mal se divisa a distinção entre o que é sagrado e o que é profano. Tudo se consente ao poderoso, nada se tolera ao sem fortuna. A previdência social, para a qual se recortou roupa nova,

vem funcionando contra os trabalhadores. Dessas mazelas, várias não são – pobre conforto! – unicamente nossas. Nosso século está marcado pelos movimentos de massa, pelas reivindicações organizadas das categorias profissionais. O desenvolvimento burocrático, industrial, comercial, técnico-científico, solidarizando-se entre si, vários grupos unidos por atividades semelhantes, sacudiu sucessivamente os braços da balança social ao peso de novas exigências sempre que um dos grupos se julgava preterido em relação aos outros. Há um século idealizou-se a sociedade perfeita, realizada, calma. Extinguir-se-iam os conflitos. Essa idealização, espancando os sonhos, ora românticos, ora líricos do século XVIII, tinha como premissa a possibilidade de previsões indefinidas do futuro da espécie, como se a história não ensinasse que a vida do homem sobre a terra é marcada por luta permanente, que sempre se readapta às novas condições, em busca de justiça e liberdade. Grave, porém, foi a transformação dessa filosofia – inegavelmente magnífica, na sua propositura – em arma político-ideológica a serviço de um novo tipo, o do imperialismo, que se atirou à conquista da supremacia mundial, impondo a todos a insegurança, o arbítrio, a prepotência, o desconhecimento de quaisquer prerrogativas que não as do pequeno grupo, estas absolutas. Para os pregadores desse credo, as reivindicações dos grupos de trabalhadores e das categorias profissionais e sociais não se constituem em um fim.

Elas se convertem num simples, frio e egoístico processo tático, que estiola internamente as nações, em proveito de um só beneficiário. Este logrou infundir em algumas camadas, incluída a dos intelectuais, uma espécie de mística de autodestruição, de masoquismo cívico, de êxtase das multidões insatisfeitas. Abalou-se, pois, o conceito de solidariedade nacional, como se dentro das fronteiras do país pudessem conviver e prosperar, insuflando-se civis a reivindicações contra militares, funcionários contra empregados, cidadãos contra agricultores. Açam-se superados, sem dúvida, os termos do liberalismo ortodoxo. As leis da democracia devem ajustar-se às novas condições vigentes. A liberdade de organização sindical e o direito de greve interessam ao próprio conceito do regime. Sua aplicação, contudo, não objetiva a destruição da ordem social. Tenho por inadmissível a sua utilização dolosa contra a nossa coletividade, sobretudo

se a serviço de conveniências externas. Na flâmula do velho socialismo, a legenda de paz entre as nações ocupava lugar de relevo. Era legenda da confraternização geral, que simultaneamente condenava os jacobinismos estreitos e os nacionalismos obtusos, geradores de conflitos, por via do mesmo artifício demagógico, atrás recordado. E, como variante dele, apresenta-se hoje o falso nacionalismo, como a sublime panacéia da época. No século dos teleguiados, dos satélites artificiais, dos aviões supersônicos, do rádio, da televisão, da ONU, surgem, nos países do Ocidente, operadores políticos – nem sempre nascidos nestas terras – tentando despertar e acirrar ódios nos Estados do hemisfério, valendo-se dos enormes tropeços que os respectivos povos defrontam nas veredas do progresso. Esses esforços precisam ser desmascarados, enfrentados e batidos, isto se realmente quisermos atingir o duplo objetivo que sobremaneira nos importa: internamente, promover a ascensão do elemento humano abandonado, o que só será viável mediante um senso profundo de solidariedade geral; e, no plano internacional, proporcionar ao Brasil a posição a que faz jus no concerto das nações.

A tarefa é possível mediante uma política soberana, mas soberana no sentido real e amplo diante de todas e quaisquer potências. Ainda recentemente, das Antilhas conturbadas, chega-me o eco das vozes de esperança com que aquela gente, desassombrada e altiva, aguarda o novo governo norte-americano e a inauguração desse próprio governo, na expectativa de outras diretrizes de cooperação para todo o continente.

O grau de dissolução a que chegamos derivou, em parte, da crise de autoridade e de austeridade do poder, comprometido o seu prestígio por um rol consternador de escândalos oficiais, incentivados pela mais arrepiante impunidade.

Apercebidas de que o arcabouço federal comprometia-se com especuladores empenhados no auto-enriquecimento e na auto-concessão de proveitos e regalias, fora impossível que as camadas menos favorecidas da população deixassem, por sua vez, de reivindicar, sempre e incessantemente, proveitos e regalias. O meu governo, entretanto, representa um paradeiro a isso, definitivo e último.

Ele traduz o grito de revolta de seis milhões de eleitores, decididos a pôr o ponto final a esse ciclo de insânias. Todavia, para que a obra de governo tenha êxito, é preciso que aqueles que contribuíram para a vitória dela participem e a sustentem.

É fundamental e imprescindível que se afirmem a solidariedade e a co-responsabilidade de todos os núcleos sociais. Isto vale para os que detêm o capital e as alavancas da produção, para os que lidam nas cidades e nos campos, para os civis e para os militares. Crescemos todos juntos, de mãos dadas, cada qual suportando as penas necessárias ao êxito comum, ou afundamos todos, sem remissão, afogados no mar da falência global.

Não pedirei ao povo que aperte o cinto e sofra calado o enriquecimento abusivo e indecente dos gozadores inescrupulosos. Os proletários e os humildes devem zelar pelos seus interesses e por eles lutar dentro das regras do sistema democrático.

Cumpre-lhes, porém, imbuir-se da disciplina do trabalho. Será nosso empenho promover o bem-estar das camadas populares, a começar pelas mais deslembradas, quais as do sofrido Nordeste. Mas o bem-estar nacional resultará de crescimento harmonioso da nossa economia, do seu planejamento, de gestão governamental proba e eficiente, em que todos tenham o seu quinhão, como recompensa da sua firmeza e da sua labuta.

Não se arrede da nossa mente que, quando um grupo social recebe vantagens além dos limites de equidade, é todo o restante da população que suporta o fardo dessa exorbitância. Atento a esse critério é que se pode decidir da procedência ou improcedência das reivindicações.

Precisamos encarar o problema social com olhos que enxerguem, liquidando o engano segundo o qual os cidadãos podem pleitear do Estado, como se este fosse arca sem fundo, na qual a todos é permitido meter as mãos, sem que os tesouros jamais se esgotem.

O Estado somos todos nós.

O Estado é, apenas, o construtor e o supervisor da fortuna coletiva.

A nossa renda nacional resulta, e só, daquilo que produzimos, consumimos e exportamos.

Somente dessa renda podemos participar, somente ela é suscetível de partilha. Se, como cardume de piranhas, precipitarmos-nos sobre ela, cada

qual abocanhando o quinhão do seu apetite, nada sobrar para os investimentos indispensáveis ao progresso e, dentro de pouco tempo, seríamos compelidos a implorar à caridade internacional.

Nos países cujas instituições foram derrubadas em conseqüência do êxito de guerras fratricidas, o que vemos não é a instauração do reino dos céus. Ao contrário, daí por diante, ficaram proibidas todas as reivindicações, abolida toda a liberdade, suprimida a crítica. Em lugar de mil patrões a disputar o artifício no mercado da concorrência, um só patrão, prepotente e autoritário, dita salários, as horas de serviço e as cotas de produção. Em lugar da distribuição da terra, a sua estatização. Em face do grande império central, que tudo vê e tudo prevê, nenhuma pequena nação, mesmo afim ou irmã, mantém a licença de falar em nacionalismo.

Conservemos, pois, as nossas liberdades, fortalecendo-as e ampliando-as. Vivamos como seres livres, construindo o poderoso Brasil.

Tê-la-emos, afinal.

Dísparos são os destinos, as ambições, as paixões dos homens.

A democracia é um regime suficientemente dinâmico para permitir que esse embate de interesses e de situações se processe sem dano maior à paz pública. É um coro de harmonias às vezes desencontradas, mas regidas pelo compasso do bem comum. Ela tem sabido ajustar-se e vicejar, fortalecendo-se, mais e mais, mediante a ação do Estado no campo da iniciativa particular, orientando, empreendendo, complementando, atenta às novas exigências demográficas e sócio-econômicas. O nosso propósito deve ser multiplicar os órgãos da mecânica democrática, fazendo que surjam, ao lado dos tradicionais, outros, mais próximos das massas, que dêem a estas a representação a que fazem jus, com participação efetiva nas responsabilidades governamentais.

Pessimismo? Não!

Não se extraia desta mensagem uma conclusão pessimista quanto ao porvir de nossa pátria. Nem teria sentido que, ao final de árdua campanha, em que apaixonadamente pedi os vossos votos, viesse dizer-vos que a tarefa para a qual fui eleito é inexequível.

Creio firmemente, profundamente, no invencível destino do Brasil. Esta é a terra de Canaã, ilimitada e fecunda. Nenhum obstáculo natural trava, aqui, o caminho do progresso, e eu me sinto orgulhoso de ser o seu dirigente.

Este é um país de solo fértil e de subsolo inesgotável. Ademais, já superamos o instante em que essas riquezas eram cantadas e permaneciam estéreis. Nossa agricultura expande-se, nossas indústrias multiplicam-se. Prosperamos, não por via de sortilégios, mas pelo mérito de todos os que tivemos a felicidade de habitar nesta nação.

Somos um povo tenaz e tranqüilo, impermeável a preconceitos de raça, de cor, de credo, que realizou o milagre de sua unidade cimentada nos séculos e que começa a erigir uma civilização sem rival nestes paralelos.

Não medraram entre nós as sementes divisionistas. Não temos pela frente óbices irremovíveis. Em face dos dramas que traumatizam tantos povos, os nossos problemas apresentam-se simples e fáceis. Podem ser assim resumidos: uma administração criteriosa e honesta; um planejamento realista e firme; um sistema de relações corajoso e franco entre governantes e governados.

Como disse o filósofo: “O que faz que os homens formem um povo é a lembrança das grandes coisas que realizaram juntos e a vontade de levar a efeito novas e grandes coisas”.

Um país, entretanto, não é uma abstração. Incabível, pois, que, em nome dos habitantes de amanhã, se submeta os de hoje ao despojamento de seus bens essenciais. Por igual, não nos assiste o direito de comprometer o conforto e a segurança das gerações futuras, dilapidando o patrimônio nacional.

Sob o meu governo, não haverá lugar para tais práticas.

Atravessamos horas das mais conturbadas que a humanidade já conheceu. O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de solver os dramas e as contradições que engendrou.

Ao Brasil cabe estender as mãos a esse mundo jovem, compreendendo-lhe os excessos ou desvios ocasionais, que decorrem da secular contenção de aspirações enobrecedoras. Compreender significa auxiliar no que for possível e no que for preciso.

Fiel à sua origem, às suas tradições, às suas tendências, à sua geografia, a nação não esquece, antes solenemente ratifica, todos os seus compromisso legais e genuínos.

Abrimos nossos braços a todos os países do continente. Abrimo-los, também, às velhas coletividades européias e asiáticas, sem prevenções político-filosóficas. Os nossos portos agasalharão todos os que conosco queiram comerciar. Somos uma comunhão sem rancores ou temores. Temos plena consciência da nossa pujança para que nos arreecemos de tratar com quem quer que seja.

Recebi, ainda agora, os cumprimentos do corpo diplomático. Desejo que cada um dos embaixadores acreditados em Brasília transmita a seus governos e aos seus povos os votos de paz e prosperidade do povo e do governo do Brasil.

Com a indispensável cooperação do Legislativo e do Judiciário, não há cuidados que não dispense, nem há dores que não aceite para exercer, com exaço e dignidade, a magistratura de que fui investido.

Aos homens e às mulheres que me ouvem e que em mim confiam, outra vez, os meus agradecimentos.

Que Deus onipotente me ajude, e nos ajude.

Meus compatriotas: viva o Brasil!

*

DOCUMENTO 3

Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco

Brasília, em 1 de fevereiro de 1961.

Senhores,

Ao assumir o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores, para o qual fui convocado pela honrosa confiança do ilustre presidente Jânio Quadros, não me iludo sobre as pesadas responsabilidades que me aguardam no exercício da função.

Só mesmo a consciência de modestos atributos que, mercê de Deus, nunca me faltaram – o senso da responsabilidade e a dedicação ao trabalho – permitiu-me atender, sem vacilar, ao convite do preclaro chefe de Estado.

Secular e gloriosa é a história desta pasta, Senhor Ministro¹, história que Vossa Excelência realçou com a sua inteligência, cultura, tato e larga experiência da vida política, acrescentando novos títulos àqueles que fazem com que o Brasil confie no Itamaraty e dele se orgulhe.

O Ministério do Exterior vem sendo, na verdade, desde a independência, uma casa na qual homens eminentes têm sabido representar a nossa civilização em contínuo progresso; afirmar a nossa soberania em crescente consolidação; defender os nossos interesses que evoluem e se transformam com as mudanças históricas; exprimir, em suma, nos contatos com a comunidade das nações, os traços da nossa personalidade, hoje plenamente desenvolvida e consciente dos seus direitos e deveres. Por outro lado, em diversas oportunidades, no Império e na República, os gestores da nossa política externa souberam representar fielmente a vocação pacífica do nosso povo, manifestada em tantos episódios, nos quais estadistas e diplomatas brasileiros foram a voz que aconselha, a inteligência que orienta, a força, em suma, que intercede entre os desavindos para restabelecer o bom entendimento ou a paz.

¹ N.E. – José Carlos Macedo Soares.

O vertiginoso progresso técnico-científico contemporâneo não alargou somente as fronteiras do conhecimento especulativo, senão que ampliou, também, de forma terrífica, o poder material do homem, rompendo, por isso mesmo, os antigos quadros jurídico-políticos que regiam a vida das sociedades humanas, hoje incertas e sem rumo diante da penosa gestação do mundo de amanhã. Daí a contradição do nosso tempo, de que não se livra nenhum povo e nenhum regime de governo.

O conflito de fatores econômico-sociais gera a contradição de teses e soluções, sejam elas puramente doutrinárias, como, também, técnicas e governativas. Num ambiente mundial e histórico em tão constante e imprevisível movimento, poucos serão os valores permanentes da política internacional. É claro que estes valores se subordinam ao objetivo final daquela política, que é o interesse nacional de cada país. Por outro lado, a natureza desses valores depende da formação histórica, da cultura e dos sentimentos predominantes de cada comunidade nacional, como também dos elementos ligados aos seus interesses, destino, missão civilizadora e forma de vida.

O primeiro valor marcante da formação brasileira é o sentimento inato da independência nacional, ou seja, a própria tradição de soberania do Estado brasileiro. Não devemos esquecer, contudo, que o Estado brasileiro soberano tem-se afirmado historicamente, desde a independência, vinculado à democracia, que é o único sistema de governo capaz de respeitar os elementos transcendentais da dignidade humana, dentro da instituição estatal. Como bem disse Nabuco, o Império, assegurando-nos o mecanismo da democracia parlamentar, evitou-nos a moléstia infantil do caudilhismo continental. Além de historicamente democrático, o Brasil é também um país pacífico, melhor diríamos, um país pacifista, sempre disposto a resolver e a contribuir para que se resolvam pacificamente os dissídios internacionais de qualquer natureza. Temos, assim, o tríptico de valores que devem presidir ao planejamento da política internacional do nosso país: soberania, democracia, paz.

O governo que se inaugura, sintetizado na forte individualidade do presidente Jânio Quadros, sente-se apto a praticar uma política internacional plena e vigorosamente obediente a essas diretrizes. A moderna noção

de soberania transpôs a fase de simples afirmação polêmica de um Estado diante dos demais, para assumir uma conceituação dinâmica e operativa, cheia de conseqüências. A soberania de um Estado jovem como o Brasil não se limita, hoje, à sua exclusão da influência política de outra autoridade, especialmente de outro Estado, senão que significa a preocupação do Estado com o desenvolvimento nacional, estimulando as forças econômicas, culturais e sociais internas, e afastando ou neutralizando as influências externas que se oponham a tal desenvolvimento, ou o entorpeçam, sejam elas políticas, sejam também econômicas e, portanto, representativas não propriamente de Estados estrangeiros, mas de grupos e organizações econômicas alienígenas e internacionais.

A concepção atual da soberania, a que vimos de nos referir, exige uma grande autonomia nas atitudes da nossa diplomacia, inclusive no quadro das organizações internacionais, porque a nossa posição, nestes grandes palcos do mundo, deve corresponder ao que somos verdadeiramente, como povo, como cultura e como expressão econômica e social.

A nossa contribuição ao mundo cristão-democrático, ao qual indiscutivelmente pertencemos, só será efetiva na medida em que representarmos, dentro dele, a parcela de autenticidade que nos cabe; em que assumirmos a responsabilidade de exprimir as aspirações e reivindicações que estamos no dever e em condições de manifestar. O reconhecimento da autonomia e autenticidade das nações – como as da América Latina, ou as novas do mundo afro-asiático – é um enriquecimento para o mundo livre, ao passo que a tentativa de enquadramento desses povos tão cheios de problemas e características peculiares em um sistema, que lhes é artificial, de normas e responsabilidades, é o meio certo de criar, dentro deles, naturais reservas e resistências. Na medida em que somos diferentes e temos problemas específicos, o atendimento desses problemas e o reconhecimento daquelas diferenças são os únicos meios capazes de integrar e fortalecer o mundo livre.

O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. Povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes

das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocham para a vida internacional. Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial, que, se não é perfeita como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada do mundo. Não temos preconceitos contra as raças coloridas, como ocorre em tantos povos brancos ou predominantemente brancos; nem preconceitos contra os brancos, como acontece com os povos predominantemente de cor. A nossa Constituição possui uma esplendente disposição vedativa de tais preconceitos e, se me coubesse algum motivo de satisfação pelos meus doze anos de deputado, este seria, seguramente, o da autoria da lei que incluiu no Código Penal a norma genérica da Constituição. Portanto, o exercício legítimo da nossa soberania nos levará, na política internacional, a apoiar sinceramente os esforços do mundo afro-asiático pela democracia e a liberdade, através de apoio às formas de pressão contra o princípio da livre determinação dos povos, do esforço, enfim, pelo progresso das áreas e povos economicamente subdesenvolvidos. Se, por um lado, somos país com visíveis aspectos de subdesenvolvimento econômico e técnico, o que nos leva a inegável aproximação de interesse com o mundo afro-asiático, por outro, somos um povo convictamente democrático, sendo que, no campo do direito político e, agora, na prática do regime, o nosso amadurecimento institucional é admirável.

O espetáculo das últimas eleições, da apuração, do reconhecimento e da posse de Jânio Quadros na Presidência, a par de instrutivo para o mundo é, por igual, uma lição e uma advertência para os políticos nacionais. Revelou a magnífica maturidade do povo brasileiro para o exercício efetivo, e não apenas formal, da democracia e ensinou aos ideólogos superados, aos obstinados sectários e aos escravagistas intelectuais, que o nosso povo pode e quer resolver os seus problemas dentro da liberdade política. A esmagadora vitória de Jânio Quadros foi expressão desta advertência de que o povo brasileiro repele as ditaduras de qualquer tipo, personalistas, caudilhistas, de classe ou de partido. Nós, no Brasil, não carecemos de tais processos e livres, como somos, no cenário internacional combateremos sempre livremente. Esta palavra, liberdade, perdeu a sua conotação romântica do século passado; limitou os excessos individualísticos que lhe

comprometiam o sentido humano e enriqueceu-se de novos tons sociais e coletivos, mas conservou o núcleo de significado eterno, que é o valor da personalidade. Por esta nova liberdade humana, social e coletiva, é que pugna a política internacional do Brasil, país anticolonialista, anti-racista e convicto da necessidade do desenvolvimento como base da democracia. Isto corresponde a deixar bem claro que, se os nossos interesses muitas vezes são os mesmos dos novos países subdesenvolvidos, a forma de abordá-los e resolvê-los pode variar, exatamente em função do nosso amadurecimento democrático.

Ainda aqui, a vida e a figura de Jânio Quadros exprimem muito bem o que estou salientando. Sua carreira e sua pessoa de estadista são a revelação brasileira mais forte dessas novas significações da democracia social.

O pacifismo é, afinal, a construção jurídica e política de um sistema de garantias e soluções para o convívio internacional e, especialmente, continental.

Já foi a atividade predominante da democracia brasileira. Alexandre de Gusmão, Barbacena, Paulino de Sousa, São Vicente, Paraná, os dois Rio Branco, Ruy, Nabuco, Mangabeira, Melo Franco, Aranha, aí estão, na Colônia, no Império e na República, alguns grandes nomes, para só falar dos mortos, que ajudaram a construir o monumento da nossa escola diplomática pacifista.

A técnica da paz evoluiu, porém, como todos os demais aspectos da política internacional. O penoso esforço dos juristas e diplomatas se concentra, hoje, em harmonizar, no direito e na prática, princípios tão conflitantes como o da não-intervenção e o da solidariedade coletiva; o da soberania do Estado e o da autoridade dos organismos internacionais, sendo certo que, sem o funcionamento adequado de todas essas peças contraditórias, o mecanismo da paz pode entrar em colapso, com as conseqüências previsíveis na nossa época de poder ilimitadamente destruidor. Neste terreno delicado, deveremos atuar com tato e prudência, seguindo os nossos interesses, que coincidem perfeitamente com as nossas tradições.

O Brasil está perfeitamente evoluído e capaz de equilibrar, para seu uso, a não-intervenção com a solidariedade coletiva, a soberania do Estado com a adesão aos organismos internacionais, sendo que, quanto a este

último aspecto, a norma da Constituição Federal é magnífica de concisão, eficácia e clareza. O problema está em que outras nações, continentais ou não, com as quais mantemos semelhança de situações econômico-sociais, não tendo encontrado o equilíbrio político-democrático, não conseguem, tampouco, situar-se equilibradamente na utilização daqueles instrumentos, até certo ponto contraditórios. É, sem dúvida, a falta de maturação democrática, que leva certos governos à necessidade de enfatizar demasiado o princípio da não-intervenção, em detrimento da solidariedade coletiva; ou o da soberania do Estado, em prejuízo da eficácia dos organismos internacionais. Por isto, repetimos, a nossa ação deve ser prudente, refletida, de forma a salvaguardar, tanto quanto possível conjuntamente, os nossos interesses, o desenvolvimento e emancipação dos povos atrasados e a causa da paz.

Os nossos interesses, situados prioritariamente, coincidem, como disse há pouco, nesses assuntos, com as nossas tradições. O respeito ao ato jurídico, a não-intervenção, o reconhecimento da solidariedade coletiva como um freio às agressões, a defesa da liberdade humana, no seu mais amplo significado, estes e outros princípios presidiram à integração territorial do Brasil, ao fortalecimento da sua independência e soberania, à expansão da sua autoridade internacional. Sem perda nem enfraquecimento destes princípios, sustentadores da nossa política externa, haveremos de aplicá-los em campo cada vez mais largo.

É pensamento do presidente Jânio Quadros que o seu governo entre em relações diplomáticas e comerciais com todos os Estados do mundo, que manifestem desejo de conosco manterem intercâmbio pacífico, com o respeito da nossa organização jurídica e social. O espírito desta orientação é o de cooperar para a paz e, portanto, não pode nem deve ela ser interpretada como dirigida contra ninguém. Estamos certos de contribuir, com esta conduta, para a causa da paz e da democracia no mundo.

Não poderia aqui referir o caminho a ser trilhado para atingirmos os objetivos propostos. Alguns dados, contudo, são indispensáveis. Em primeiro lugar, menciono a colaboração com o Congresso, base de toda política externa em qualquer país democrático. Homem do Legislativo, no qual servi por doze anos, como deputado, e dois, como senador, não são novas nem

improvisadas minhas idéias sobre a importância da função do Congresso na política internacional. Ela decorre da presença dos problemas mundiais na vida de cada um de nós, do interesse que esta presença desperta no homem da rua, o qual se transmite ao Poder Legislativo brasileiro. É, pois, com sincera e antiga convicção, que conto com todas as correntes políticas da Câmara e do Senado para, através das suas críticas, sugestões e apoio, prestigiarem a ação do governo da República, no delicado terreno da política internacional, no qual, se as divergências de opinião são salutarres, o arrefecimento das paixões é esforço elementar e patriótico, para o bem do país. A continuidade da política brasileira é outro ponto que não esquecemos, principalmente no tocante a iniciativas acertadas, como o da chamada Operação Pan-Americana, do presidente Kubitschek. Esse movimento veio chamar a atenção do continente para as estreitas relações entre o subdesenvolvimento e os riscos que assaltam a democracia. Quando tive a honra de saudar o presidente Eisenhower, em nome do Senado brasileiro, não deixei de dar a opinião da nossa corrente, então opositorista, a respeito. Não é demais, portanto, que aqui a repita.

Outro aspecto de que devemos cuidar, desde logo, é o da reforma dos serviços do Itamaraty, em tramitação na Câmara, através de mensagem do governo passado, enriquecida por brilhante colaboração daquela casa. Era natural que o novo governo tivesse a sua palavra sobre a organização da pasta. Não poderei entrar, neste momento, em pormenores; apenas direi que o nosso esforço será no sentido de adaptar a lei aos desígnios do presidente Jânio Quadros. Queremos que o aparelho administrativo seja bastante amplo, forte e flexível para permitir a presença do Brasil nos moldes exigidos pelas nossas necessidades e propósitos.

Por outro lado, pretendemos aparelhar o governo a tornar mais justa e democrática a carreira diplomática, respeitando o que for necessário nas suas tradições, existentes em todos os países e regimes, mas extinguindo, tanto quanto possível, o protecionismo e a emulação pessoal, premiando o mérito, amparando a dedicação e a experiência, criando normas sadias e genéricas para o ingresso e o acesso, exterminando, em suma, na medida do possível, o sistema de influências camarárias, de prestígios pessoais e de injustiças. Isto não representa prevenção nem hostilidade a quem quer que

seja, nem abalo de situações consolidadas, mas, apenas, a ação determinada pela colocação do serviço público acima das conveniências pessoais, para bem de um corpo de funcionários que possui alguns dos melhores valores do quadro de funcionários brasileiros.

O presidente Jânio Quadros pretende também – e esta é uma responsabilidade do Brasil que muito me honro de proclamar – extinguir qualquer preconceito de raça, franco ou disfarçado, no serviço do Itamaraty.

Contamos também com a imprensa, rádio e televisão, e agradecemos o seu apoio, tão necessário à compreensão popular dos objetivos e processos da política internacional. Não receamos as suas críticas porque sei que os profissionais brasileiros são, como eu, patriotas, e nada farão conscientemente em prejuízo do nosso país.

Ao corpo diplomático estrangeiro endereço os meus respeitos. Habi-tuado, desde a mocidade, aos ambientes diplomáticos; honrando-me de ser filho, irmão e pai de diplomatas, que serviram e servem com dignidade ao país, sei dos méritos e fraquezas da carreira que, como em todas as carreiras civis e militares e não diferentemente delas, são méritos e fraquezas das pessoas humanas. Sei, assim, a colaboração valiosa que o ilustre corpo diplomático estrangeiro, ao qual reitero as minhas saudações, pode dar para a solução de tantos problemas do nosso governo, através da compreensão, lealdade e firmeza dos entendimentos e tratativas.

Meus Senhores, o êxito dos governos depende do dom total dos homens públicos ao serviço da pátria. Esta humilde submissão do homem à sua tarefa, com esquecimento de quaisquer aspirações individuais, mesmo as mais nobilitantes, como a ambição de nomeada, respeito e glória, foi a escola em que me eduquei, foi a mais valiosa herança que me legou meu pai, a quem hoje recordo, com amor, no momento em que me invisto das funções que ele outrora exerceu. É recordando a sua memória e esperando a proteção divina, que alço, agora, a minha esperança de bem servir ao Brasil.

*

DOCUMENTO 4

Entrevista do ministro Afonso Arinos à imprensa

Circular n. 3.826, de 28 de fevereiro de 1961.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Rio de Janeiro

Política exterior do Brasil. Entrevista do Senhor Ministro de Estado à imprensa.

URGENTE

Às missões diplomáticas, delegações junto a organismos internacionais e repartições consulares

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as missões diplomáticas, delegações junto a organismos internacionais e repartições consulares e tem a honra de remeter-lhes o anexo texto oficioso da entrevista que o senhor ministro de Estado concedeu à imprensa, em 24 de fevereiro do corrente ano, focalizando aspectos da política externa do Brasil.

2. A Secretaria de Estado informa que o referido texto, divulgado nos jornais, não é oficial, mas corresponde às diretrizes enunciadas pelo senhor ministro de Estado.

Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1961.

[*Anexo*]

O ministro Afonso Arinos, em entrevista que concedeu, ontem, à imprensa, no Itamaraty, analisando 14 dos principais pontos discutidos no seu recente despacho com o presidente da República, afirmou que “a ampliação e a reformulação da política exterior do Brasil corresponde à gradativa importância que o país vem obtendo no mundo e ao seu desejo

de contribuir para a obra comum de consolidação da paz mundial, sem que isso implique uma modificação dos compromissos assumidos, sobretudo, no âmbito continental”.

Durante a entrevista, que durou uma hora e quinze minutos, o ponto mais discutido foi o apoio do Brasil a inclusão, na agenda da Assembléia da ONU, do problema da entrada da China no organismo internacional, tendo o ministro Afonso Arinos declarado que, para o Brasil, não se trata de uma escolha entre dois países – a China continental ou Formosa – mas da “concessão de credenciais a um Estado, hoje dividido, por motivos que não nos compete abalizar”.

China e ONU

O problema da entrada da China comunista na ONU – cuja discussão o Brasil passou, agora, a apoiar – foi o centro da entrevista concedida pelo ministro Afonso Arinos e despertou inúmeras perguntas, sobretudo dos representantes dos órgãos norte-americanos *Time* e *New York Times*. Respondendo a uma pergunta do representante deste último jornal, sobre como ficaria a situação do Brasil com relação aos Estados Unidos, que sempre se negaram a discutir o problema, disse o chanceler:

A posição norte-americana tem sido a de adiar sempre o exame da questão, entretanto, o número de votações por abstenção e o número de votos pró-discussão do problema têm aumentado consideravelmente. E, nos próprios Estados Unidos, encontramos opiniões autorizadas que acham ter chegado o momento de se discutir sobre a entrada da China nas Nações Unidas. Uma dessas opiniões partiu, inclusive, do atual representante dos Estados Unidos na ONU.

Outro ponto levantado foi o porquê da resolução brasileira sobre o problema da China, neste momento, quando o assunto só será levado à discussão em setembro, durante a XVI Assembléia Geral. O ministro Afonso Arinos disse que a posição internacional do Brasil procurou, desde já, fixar uma posição, dar uma contribuição para a paz. O ministro

Afonso Arinos disse que a posição internacional do Brasil pode ser fixada a qualquer momento, com resoluções “sempre dentro do campo jurídico e de respeito aos nossos compromissos internacionais”.

Sobre os comentários do jornal nova-iorquino *Daily News*, que comparou a resolução do governo brasileiro de discutir o problema da China a “uma bofetada direta nos Estados Unidos”, o chanceler limitou-se a dizer que a imprensa nos Estados Unidos é livre e “que o sentido das opiniões livres não pode envolver responsabilidades, quer do governo brasileiro, quer do governo norte-americano”.

Com relação à China comunista, disse ainda o ministro Afonso Arinos que foi consultado pelo presidente da República antes do envio das instruções à ONU; e que, até o momento, não há instruções para que o Brasil venha a estudar o início de suas relações diplomáticas com a China de Mao Tsé Tung.

Cortina

O chanceler Afonso Arinos esclareceu que as gestões para o reatamento imediato com a Hungria, Bulgária e Romênia estão em andamento, com boas perspectivas, e anunciou que almoçou, ontem mesmo, com o jornalista João Dantas, ao qual transmitiu, oficialmente, o convite do presidente Jânio Quadros para que, depois de terminadas as gestões e trocadas as notas com aqueles países, ele seja o representante do Brasil junto àqueles países para estabelecer essas novas missões.

Os objetivos do Brasil – disse o sr. Afonso Arinos –, reatando relações com a Hungria, Bulgária e Romênia, não são de natureza publicitária e política, mas, sobretudo, econômicas.

Sobre a possibilidade do reatamento das relações entre o Brasil e a União Soviética, disse o ministro Arinos que os estudos estão ainda em fase preliminar.

Formosa

Respondendo a uma pergunta, direta, sobre se um início de relações diplomá-

ticas com a China continental implicaria a retirada da missão diplomática do Brasil em Taipé, Formosa, afirmou o ministro Afonso Arinos, ressaltando que essa sua resposta tinha caráter pessoal:

Minha impressão é a de que uma política de sensato realismo conduz as diplomacias à constatação de duas situações: Formosa e a China continental. Se esses dois países existem, temos que concluir que coexistem.

O ministro Afonso Arinos afirmou que o Brasil manterá discrição, no que tange à segunda fase da XV Assembléia da ONU, a se iniciar no próximo mês. A delegação brasileira será discreta e formada pelos representantes permanentes do Brasil junto àquele organismo e observadores parlamentares, legalmente exigidos. O chanceler ressaltou, entretanto, que essa idéia poderia ser modificada caso os problemas da África ou outros de maior importância sejam, à última hora, incluídos na agenda de março.

Quanto à XI Conferência Pan-Americana, já duas vezes adiada e que poderá vir a ser novamente transferida, afirmou o ministro das Relações Exteriores que o Brasil não tem ainda posição assentada com relação a um novo adiamento, que já vem sendo tratado.

Mas caso ela se realize – disse o ministro – a nossa intenção, além da linha tradicional do Brasil, é procurar sistematizar uma posição concreta e operativa com referência à Operação Pan-Americana. Recebi instruções diretas do presidente da República, que solicitou fosse eu próprio o chefe da delegação brasileira, pelo menos nas primeiras semanas, e manifestasse, em nome do governo, a nossa orientação.

Anunciou também o ministro Afonso Arinos que constituiu um grupo de trabalho, sob a presidência do embaixador Barbosa da Silva “que vai situar dentro do temário da XI Conferência Pan-Americana o setor que o Brasil pretende enfatizar e desenvolver: a OPA”.

Com relação à crise surgida entre o Peru e o Equador no cumprimento do Protocolo do Rio de Janeiro e que, certamente, será trazida ao plenário

de Quito, afirmou o ministro que o Brasil só se acha vinculado à questão por ser um dos países garantes do protocolo e que vê, pessoalmente, dois aspectos a considerar: o jurídico e o político. Quanto ao primeiro, disse apenas que a posição do Brasil está condicionada a sua tradição jurídica, “pois desenvolvemo-nos pacificamente à luz do respeito ao ato jurídico”. Quanto ao aspecto político, segundo o ministro Afonso Arinos, o Brasil representará o elemento que se esforça para uma resolução pacífica dos problemas jurídicos.

Política africana

O ministro Afonso Arinos considerou a política do Brasil com relação à África um dos assuntos principais da sua gestão, destacando que é um assunto que lhe toca muito particularmente, por causa da ação que desenvolveu como parlamentar, em prol da integração racial. Informou que o grupo de trabalho para reexaminar a política do Brasil com relação àquele continente começará seus trabalhos, a fim de apresentar ao presidente várias sugestões e alternativas, e destacou que o Brasil, além de ampliar materialmente a sua presença na África com novas missões, vai procurar, sobretudo, exercer uma ação no sentido de integrar o mundo africano com a democracia.

Argélia

Sobre o problema da autodeterminação da Argélia, o ministro Afonso Arinos afirmou que, no momento, o Brasil está mais preocupado com a “África Negra”, formada pelas jovens nações africanas, e que o problema da Argélia é diferente, por ter implicações políticas com situações e orientações européias. Disse mais que, sem prejuízo da atitude do Brasil pela autodeterminação dos povos, “temos de esperar pelas transformações que está atravessando aquela política”.

Quanto a notícias de que o Itamaraty enviaria, já, uma missão à África, sob chefia do jornalista Raimundo de Souza Dantas, oficial de gabinete do presidente Jânio Quadros, o chanceler disse que, no momento, não se co-

gitava disso, acrescentando, entretanto, que tem grande estima pelo jornalista Souza Dantas e que gostaria de entregar-lhe a chefia de uma missão à África.

Respondendo a perguntas sobre a posição do Brasil com relação às províncias ultramarinas portuguesas, o sr. Afonso Arinos preferiu fazer uma distinção jurídica entre os territórios dependentes, que visam à sua autonomia e os que visam à transformação de sua soberania. Disse que “estamos obrigados a estimular a autodeterminação dos povos coloniais, mas não temos obrigação de nos definir sobre os problemas de transferência de soberania”. Ajuntou que apresentou um estudo sobre esse problema na Conferência de Caracas.

Cortes e economia

A medida aconselhada pelo presidente Jânio Quadros, de cortar parte das gratificações dos diplomatas no exterior, por motivo de economia de dólares, foi encarada pelo ministro Afonso Arinos como “penosa obrigação”. Lembrando que o Ministério das Relações Exteriores é o de orçamento mais modesto, o ministro fez um apelo aos diplomatas no exterior para que compreendam a necessidade dessa medida drástica.

Um estudo muito sério está sendo feito pelo ministro Ilmar Pena Marinho, chefe do Departamento de Administração, esperando o sr. Afonso Arinos que, no próximo dia 9, possa levar ao presidente Jânio Quadros “algo superior ao que me pediu”. Informou ainda que, para isso, vai sacrificar verbas que, no orçamento, estavam à sua disposição.

Revelou mais o ministro Afonso Arinos que, face a duas exposições de motivos apresentadas ao presidente da República, a delegação do Brasil em Genebra será mantida, mas o consulado-geral será suprimido. Explicou que o consulado-geral em Genebra é perfeitamente dispensável, pois foi criado depois que o Brasil saiu da Liga das Nações, para que o país continuasse com um observador categorizado naquela cidade. Havendo agora a delegação permanente junto aos organismos internacionais lá sediados, não há mais necessidade de se manter, em Genebra, um consulado-geral.

Reforma e promoções

O sr. Afonso Arinos disse que o governo vai estudar uma maneira de pôr em execução a reforma do Itamaraty, ainda este ano, mas não na parte que se refere ao aumento de quadros, que só poderá ser aprovado, quando incluído no orçamento de 1962.

As promoções do Itamaraty foi outro assunto ventilado, tendo o ministro das Relações Exteriores informado que o presidente Jânio Quadros, por sua sugestão, autorizou que fossem formuladas normas para dar “justiça e moralidade” às promoções. O próprio ministro Afonso Arinos está elaborando essas normas e, dentro da lei geral “que permitia o favoritismo, vamos criar, não restrições ao livre arbítrio do governo, mas procurar dar justiça”. Adiantou o ministro que entre essas normas seriam levadas em conta a experiência através da antigüidade e provas de capacidade.

Adiantou, ainda, o ministro, respondendo a perguntas sobre o nome do embaixador do Brasil a ser nomeado para os Estados Unidos que “ele será um grande nome da nossa vida pública e vamos indicá-lo logo depois das negociações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, que serão levadas a efeito em Washington.

Alemanha Ocidental

Comentando o memorando do presidente Jânio Quadros para entendimentos com a Alemanha Ocidental, a fim de que o Brasil venha a ser favorecido com o plano de auxílio aos subdesenvolvidos, que acaba de ser aprovado pelo governo de Bonn, o sr. Afonso Arinos disse que o assunto é de grande interesse e que o presidente da República mandou constituir um grupo de trabalho, depois de ver a exposição de motivos que lhe levou.

O ministro Arinos fez questão de se referir ao embaixador Fernando Ramos de Alencar, que havia sido nomeado pelo presidente Kubitschek, no fim de seu governo, e não assumiu o posto, por considerar que devia esperar a posse do novo presidente, que poderia não confirmá-lo no posto. O sr. Afonso Arinos afirmou que essa atitude foi exemplar e que a idéia do presidente Quadros de não confirmá-lo em Bonn não é um desprestígio, mas que o presidente quer enviar para a República Federal Alemã um diplomata economista.

Ação contra Castro

O chanceler Arinos desmentiu as notícias publicadas em alguns jornais, enviadas pela UPI, segundo as quais o Brasil teria comunicado aos governos latino-americanos, através de sua embaixada em Havana, que seria contra qualquer ação conjunta contra o governo de Fidel Castro. Disse o ministro que não houve instrução nesse sentido e que tal praxe – de notificar os governos amigos através de uma embaixada – é uma praxe subversiva, pois a notificação é sempre feita pela chancelaria às missões credenciadas no Brasil.

Respondendo a uma pergunta sobre se o Brasil apoiaria a proposta da Guatemala para a realização de uma reunião de consulta com o objetivo de estudar o comunismo na América Latina e, em especial, em Cuba, disse o ministro que a inclinação era no sentido de que não se apoiasse qualquer reunião dessa natureza, “pois no momento, qualquer reunião de consulta devia ser muito maduramente estudada”.

Mercado Comum

O embaixador Barbosa da Silva, chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, que assessorava o ministro Arinos, foi encarregado de responder a perguntas sobre a posição do Brasil frente ao Mercado Comum Europeu.

Disse o ministro Barbosa da Silva que a preocupação do Brasil é no sentido de que possam ser revistas as disposições do Tratado de Roma com relação aos países produtores de produtos primários. Afirmou que o sistema de preferência dado à África prejudica a expansão do comércio do Brasil com a Europa e que a posição brasileira continua firme, no sentido de obter um tratamento adequado para suas exportações.

“Não temos desejo de atrito ou de evitar a expansão comercial da África, mas não queremos uma situação artificial de concorrência.”

Congo e Egito

O ministro Afonso Arinos revelou que a posição brasileira com relação ao Congo é a de “acompanhar a política progressista e pacifista da ONU. Sem

intervenções nacionais, grupais ou tribais que venham prejudicar o interesse do povo congolês e a paz no mundo”.

Respondendo a uma pergunta do representante da agência iugoslava Tanjug, sobre o que se poderia fazer para estreitar mais os laços entre o Brasil e a Iugoslávia, o ministro Afonso Arinos afirmou que seria, em primeiro lugar, “a visita do marechal Tito ao Brasil”.

Bienal

Anunciou, finalmente, o ministro Afonso Arinos que, depois de entendimentos mantidos com o crítico Mário Pedrosa, diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo, resolveu que o Itamaraty vai fornecer à Bienal de São Paulo a sua contribuição, fazendo gestões junto a vários governos, para a remessa de obras capitais. Adiantou que um dos seus objetivos é conseguir apresentar, na próxima Bienal, os construtivistas russos, dentre os quais se destaca Malevitch e que são pouco conhecidos do público brasileiro, embora tenham grande importância no desenvolvimento da arte contemporânea.

*

DOCUMENTO 5

Mensagem presidencial ao Congresso Nacional

Circular n. 3.863, de 20 de março de 1961.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Rio de Janeiro

Política Exterior do Brasil.

URGENTE

Às missões diplomáticas, delegações junto a organismos internacionais e repartições consulares

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as missões diplomáticas, delegações junto a organismos internacionais e repartições consulares e tem a honra de remeter-lhes o anexo texto do capítulo da mensagem presidencial, apresentada ao Congresso Nacional, em 15 do corrente, relativo à política externa do Brasil.

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1961.

[*Anexo*]

Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional

CAPÍTULO IV

Política Externa do Brasil

I. Diretrizes gerais

A política externa de um país democrático, como é o Brasil, não pode ser senão a projeção, no mundo, do que ele é intrinsecamente. Democracia política, democracia racial, cultura baseada fundamentalmente na ausência de preconceitos e na tolerância, país disposto a empenhar-se integralmente

em vencer a pobreza e o subdesenvolvimento econômico, genuinamente renovador, sem ser rebelde, livre de compromissos externos anacrônicos ou oportunistas e já tendo alcançado uma significação, nas relações internacionais, que lhe dá considerável possibilidade de ação e conseqüente responsabilidade, o Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e à segurança, ao respeito pelo homem porque homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação.

Nascido o Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, tendo evoluído em torno de ideais democráticos que vão, agora, cada vez mais profundamente, marcando sua maneira de ser, somos membros natos do mundo livre e jamais perdemos consciência dessa circunstância. Pelo contrário. Mais claramente do que nunca, vemos hoje a responsabilidade que nos cabe, o que de essencial há a defender e a situação favorável em que se encontra o Brasil para exercer sua ação, pelo exemplo e pela honestidade de propósitos.

Essa noção mais clara de nossas possibilidades e responsabilidades levou o governo a assumir uma posição internacional mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. O reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior. O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos.

O grande interesse brasileiro nesta fase histórica é o de vencer a pobreza, o de realizar efetivamente seu desenvolvimento. O desenvolvimento e a justiça social são da essência mesma dos ideais democráticos.

O interesse no desenvolvimento econômico é comum à maior parte da humanidade. Já se tem falado num conflito entre o norte e o sul deste globo, porções que se distanciam progressivamente em nível de vida, a primeira enriquecendo-se e a segunda empobrecendo-se. Essa diferenciação do mundo em duas partes, que se justapõe ao conflito ideológico leste-oeste, é essencialmente de ordem econômica e, ao contrário daquele, não encon-

trará grandes entraves para ser anulada. Tal anulação é um imperativo de sobrevivência de uma sociedade internacional, em que as nações tenham o direito de escolher o seu destino. Acreditamos nada se possa fazer de mais eficaz, para a neutralização do conflito ideológico, do que a eliminação, progressiva e rápida, dessa diferenciação norte-sul; nenhum outro objetivo, pois, merece maior empenho do mundo ocidental.

Concentrando energia no seu desenvolvimento econômico e decidido a conservar-se democrático, tem o Brasil o dever de contribuir para reforçar a paz e reduzir tensões internacionais. O problema da paz não é responsabilidade de poucos e, sim, de todos. A do Brasil não é das menores e não será esquivada. Temos uma contribuição a dar, pelo que somos e pelo que queremos.

Temos a convicção de que o estabelecimento de contatos proveitosos entre os países de ideologias divergentes é possível e se impõe ao Brasil, quer por seus interesses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões internacionais e ao progressivo afiançamento da paz. O conflito leste-oeste tende a restringir-se, cada vez mais, ao campo das atitudes ideológicas. Temos confiança nas nossas, não desejamos mal aos povos que as têm diferentes. Não existem, a nosso ver, quaisquer que sejam as expectativas subjetivas de cada facção, conflitos ou antagonismos de índole doutrinária, ou social, que sejam incompatíveis com a política de convivência sincera, de coexistência leal.

II. Nações Unidas

Além da reativação das relações bilaterais com os países socialistas, em bases de respeito mútuo e visando ao incremento do comércio, o Brasil considera essencial à diminuição da tensão mundial uma política de fortalecimento das Nações Unidas. Para o governo brasileiro, a Organização das Nações Unidas, sendo menos que um superestado, é mais do que a soma de seus Estados membros e não foi feita para ser utilizada por eles, isoladamente ou em grupos, como instrumento de sua política paroquial ou de seus interesses mais imediatistas. Não foram elas criadas para propiciar a expansão deste ou daquele bloco, mas para salvaguardar a paz e a segu-

rança de todos, proteger os pequenos, permitir a justa aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, promover o respeito aos direitos do homem, vitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico, estimular a regulação jurídica do comportamento internacional dos Estados. O Brasil apóia todos esses objetivos, que são seus, que considera inerentes ao que há de essencial ao mundo livre e o faz sem reservas, sem compromissos espúrios. Só temos compromisso com nossa Constituição, com nossa opinião pública, com os tratados e convenções vigentes e os princípios cristãos que informam a ética dos objetivos e meios de ação de nossa política exterior. O que o governo brasileiro deseja para seu povo é o que deseja para todos os outros. Naturalmente ressalvadas as limitações de correntes da natureza das relações entre nações soberanas, a honestidade de propósitos com que o governo brasileiro, emanação do povo, se coloca ao serviço desses princípios éticos, na órbita interna, é a mesma que orienta sua ação no âmbito externo.

Essa posição brasileira não é, de modo algum, incompatível com um *consensus* ético mínimo, indispensável à convivência sincera e leal que propugnamos.

A sinceridade é da essência de uma ordem pacífica no mundo, e o respeito pela opinião alheia. Tendo indicado a atitude do governo no que tange às grandes questões de alcance econômico, o conflito leste-oeste, o desenvolvimento dos povos pobres e a paz, cumpre agora examinar as linhas de ação que se oferecem, no que concerne aos problemas que afetam cada grande região do mundo.

III. Países socialistas

O Brasil não pode ignorar, sem limitar-se injustamente, a realidade, a vitalidade e o dinamismo dos Estados socialistas. Foram, por isso, tomadas providências para o estabelecimento das relações diplomáticas com a Hungria, a Romênia e a Bulgária e prosseguem os estudos para normalizar nossas relações com todos os países.

Convicto de que o continuado desconhecimento de uma situação política e jurídica estável não propicia a redução das tensões internacionais,

determinou o governo que a delegação do Brasil à Assembléia Geral das Nações Unidas vote, na primeira oportunidade que se apresentar, pela aceitação plena das credenciais dos representantes da República Popular da Hungria e pela inclusão, na ordem do dia, da questão da representação da República Popular da China.

Nesta área, como em todas as demais, as medidas para ampliação de nossos mercados no exterior são da maior relevância: todas as possibilidades serão exploradas objetivamente, sem admitir sejam elas desvirtuadas para fins ilegítimos.

IV. Europa

A todo mundo afetam a paz e a estabilidade da Europa. Ninguém pode descuidar-se do problema da normalização das relações entre os dois grandes blocos de poder na sua fronteira mais viva, que biparte o continente europeu. Não é possível desconhecer aqui os interesses vitais de uma parte e de outra, sem pôr em risco a possibilidade de uma convivência sincera.

O governo brasileiro acredita que uma das questões críticas, que requerem tratamento preciso e sem tergiversações, no interesse de todos, é a questão da Alemanha. Estamos profundamente convictos de que o problema alemão é um dos problemas-chaves da tensão mundial e desejamos reafirmar que nossa posição sobre o assunto continua inalterada. Acreditamos que o governo de Bonn é a verdadeira expressão política da Alemanha.

Poucos acontecimentos poderão contribuir mais para a paz e a prosperidade do mundo que o substancial progresso econômico verificado na Europa ocidental nos últimos anos. Ligados a essa região por tantos laços, em que sobrepõe o vínculo perene com o povo português, consideramos indispensável que o progresso europeu resulte em trocas comerciais mais abundantes e num apoio decisivo ao desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina. Não serão, a longo prazo, vantajosos para a própria Europa os esforços de integração econômica a que ora se dedica, se deles decorrer a indiferença pelas grandes possibilidades da cooperação com a América Latina.

Os interesses europeus, há que sublinhar, se ajustam complementarmente aos interesses brasileiros, de aumentar suas relações de troca com o Velho Continente e dele absorver parcelas mais substanciais de investimentos e de créditos a longo prazo. É indispensável, para tanto, que as pautas de importação e exportação sejam atualizadas, levando em conta a rápida e crescente industrialização brasileira. É indispensável, por outro lado, que os mecanismos europeus de financiamento, que prosseguem submetidos à restritiva regulamentação da Convenção de Berna, sejam adaptados às novas exigências mundiais de financiamentos a prazo longo.

O mercado brasileiro constitui, hoje, um dos mercados em maior expansão do mundo e reflete a demanda de uma população crescente, que conta setenta milhões de habitantes e cuja renda *per capita* é igualmente crescente. Este mercado sempre esteve aberto à oferta internacional e sempre foi particularmente sensível à tradição de qualidade da indústria europeia. O incremento da procura de bens de produção, determinado pelo rápido desenvolvimento brasileiro, entretanto, torna necessária a adoção de esquema de financiamento por mais longo prazo de parte dos países que queiram acompanhar a expansão de nossas compras.

O governo empreenderá as necessárias gestões, junto aos países europeus, no sentido de promover a adoção de formas de financiamento a prazo longo, compatíveis com o nosso mútuo interesse na aplicação do intercâmbio comercial e na sadia aplicação, na aceleração do desenvolvimento brasileiro, da poupança europeia.

V. Mundo afro-asiático

Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços e pontos que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia. Com todos eles, praticamente, estamos irmanados na luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização, pela incorporação à vida nacional de todas as camadas da população. Da mesma aspiração de paz mundial participamos e com o mesmo fervor e a mesma disposição de agir nos conselhos mundiais pela redução das tensões. Somos um povo de todas as raças,

em que a cor, a religião, a filiação política são irrelevantes e o indivíduo vale pelo que é. Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais – repetimos, todos, sem exceção – atinjam sua independência, no mais breve prazo possível e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso.

O princípio de autodeterminação, em suas aplicações, necessariamente envolve problemas específicos em cada situação. Não é possível confundir a pretensão de um povo à independência com a pretensão de um Estado a obter território alheio, por motivos apenas de proximidade geográfica.

Nenhuma satisfação maior para o governo, no cenário mundial, do que ver aproximar-se o dia em que um povo de rara significação no mundo islâmico, como é o argelino, atingirá sua independência. O Brasil formula os melhores votos para que os entendimentos entre os dois grandes estadistas, que são De Gaulle e Burguiba, possam facilitar o encaminhamento de uma solução decisiva para a heróica luta do povo argelino.

Não serão descuidadas as oportunidades para estreitar relações com os povos árabes, cuja cultura tem velhas conexões com a nossa e cujos filhos vieram ao Brasil para engrandecê-lo.

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais: queremos ajudar a criar, no hemisfério sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos: político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual. Se bem que em fases diversas de desenvolvimento, os problemas que nos confrontam – de um e de outro lado do Atlântico – são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas.

Uma África próspera, estável, é condição essencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil.

O governo está estudando a criação de novas missões diplomáticas permanentes em países africanos, que simbolizem, desde já, o respeito em que os temos e a relevância que lhes atribuímos. Precisamos conhecer-nos

melhor. Projeta-se o envio de missão especial de observação, que possa formar impressão de conjunto desses países, consultar os desejos de seus líderes e de seus povos e esclarecer o governo com maior precisão. O Ministério das Relações Exteriores já recebeu instruções para criar uma comissão de estudos das nossas relações com a África.

O governo aborda o problema de suas relações com os Estados africanos com humildade. Sabemos que não podemos dar-lhes ajuda material significativa. Mas temos a vivência – eles e nós – de luta em meios ecológicos semelhantes, que pode propiciar proveitoso intercâmbio de técnicas e experiências. Temos, os brasileiros, uma sociedade multirracial tão harmoniosa e integrada, que talvez não nos seja difícil a compreensão e o respeito em que toda boa amizade deve fundar-se.

A presente situação do Congo contrista a opinião pública e o governo do Brasil. Não poderiam as Nações Unidas ter garantido a ordem e a segurança naquele país, quando os meios e poderes suficientes não lhe foram outorgados em tempo. O Brasil não vê por que deixar de confiar na inteireza e na capacidade do secretariado da organização, seu órgão permanente de contatos e execução. O Brasil está convencido da responsabilidade de todos os Estados-membros das Nações Unidas de cooperarem honesta e eficazmente a fim de que a nova nação africana supere as lutas fratricidas – e os crimes em seu curso cometidos – e atinja a liberdade, estabilidade, total independência e indestrutível unidade, a que tem direito. O Congo é dos congolezes e a tarefa das Nações Unidas é criar condições que [lhes] permitam governar, constitucionalmente e sem ódios, seu próprio país e encaminhá-lo para a plena utilização de suas potencialidades. É preciso impedir que os acontecimentos no Congo sirvam de instrumento para que qualquer país – ou grupo de países – obtenha vantagem para sua posição internacional específica.

VI. Política continental

As possibilidades de ação e, portanto, as responsabilidades do Brasil no hemisfério ocidental são, evidentemente, maiores de que em qualquer outra região.

A evolução histórica recente de algumas nações irmãs estaria mais inclinada para a esquerda ou para a direita do que pareceria desejável, a juízo de alguns. Pouco importa, embora convenha manter aberto, de norte a sul, amigável e cooperativo diálogo sobre as recíprocas experiências e necessidades. O que importa, todavia, é a afirmação – por todo país latino-americano – de sua autodeterminação, preservada de qualquer intervenção alheia nos próprios negócios e resguardada de qualquer intervenção própria nos negócios alheios.

O Brasil manter-se-á fiel ao sistema interamericano e tudo fará para vitalizá-lo. Como foi reconhecido pela Ata de Bogotá, na qual estão consagrados os principais pontos práticos e teóricos da Operação Pan-Americana, a solução dos problemas que afligem o continente dependerá substancialmente do progresso econômico. Esse progresso econômico não será estimulado enquanto não se decidirem os governos da América a passar do plano das formulações teóricas para o terreno da execução prática de medidas adequadas. Por isso, é firme propósito do governo brasileiro cuidar, desde logo, dessas providências concretas. Já no Itamaraty estão sendo elaboradas propostas definidas e objetivas com esse fim.

A disposição atual do governo norte-americano parece ser a melhor possível. Os pronunciamentos das autoridades do referido governo e as primeiras medidas que tomou, com a criação de uma comissão interministerial para assuntos latino-americanos, são do melhor augúrio. Esperamos colocar em bases bilaterais fecundas e realistas as nossas relações com os nossos tradicionais amigos do norte.

O governo brasileiro confia em que o governo norte-americano, como os das demais repúblicas do continente, tenha plena consciência da necessidade de que a evolução da América Latina se processe por caminhos democráticos, para o que é indispensável que suas exportações aumentem, que sua industrialização se acelere, que a agricultura atinja melhores índices de produtividade, que seu povo se eduque.

O governo brasileiro adotou política que envolve consideráveis sacrifícios, para desenvolver o país em bases reais e ordenadamente. Espera compreensão e apoio. Juntamente com outros países da América Latina, o Brasil tem-se empenhado num esforço sério, que este governo levará

avante, para criar uma zona de livre comércio, capaz de estimular a prosperidade intra-regional.

Pretende o governo realizar os esforços que se façam necessários e adotar as providências ao seu alcance, para que a execução do Tratado de Montevideú venha a abrir, a cada Estado, o mais amplo e mais racional aproveitamento de suas potencialidades, do que resultará o desenvolvimento mais rápido e mais seguro de suas perspectivas econômicas.

Importa, assim, proceder, de um lado, a razoável especialização, dentro da zona de livre comércio e, de outra parte, a adequada concentração de recursos de capital e de tecnologia, para atacar empreendimentos demasiadamente amplos para cada um dos países membros, isoladamente. Deve-se mencionar, nesta última linha de idéias, a conveniência da instalação e operação de institutos tecnológicos, que aumentem rapidamente o patrimônio de conhecimentos técnicos da América Latina.

Quanto aos atuais acontecimentos, que perturbam as relações interamericanas, o governo brasileiro confia em que as nações irmãs neles envolvidas encontrarão, em breve e de acordo com os princípios consagrados pelo sistema interamericano, a solução pacífica e justa que eles requerem. O Brasil estará sempre pronto a prestar, em qualquer oportunidade, a sua colaboração mais completa para a pacificação da família continental. Não se pode permitir que o problema da América Latina assuma a feição de lutas e conflitos regionais. O problema real de nossa comunidade fraterna tem de ser o de evoluir rapidamente para a satisfação das aspirações comuns de desenvolvimento econômico, maturidade política e justiça social.

O governo brasileiro está disposto à colaboração mais íntima e ao mais perfeito entendimento com as repúblicas irmãs da América Latina, tanto no que diz respeito aos problemas regionais, quanto às questões de âmbito mundial.

Essas, em termos muito gerais, as observações que cabe fazer sobre a política exterior que o governo se propõe adotar e que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1. respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre;

2. ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista;
3. contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial;
4. expansão do comércio externo brasileiro;
5. apoio decidido ao anticolonialismo;
6. luta contra o subdesenvolvimento econômico;
7. incremento das relações com a Europa, em todos os planos;
8. reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia;
9. estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos;
10. fidelidade ao sistema interamericano;
11. continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;
12. apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano;
13. a mais íntima e completa cooperação com as repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos;
14. relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas;
15. apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela constitua a garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica.

*

DOCUMENTO 6

Comunicado sobre o cancelamento das credenciais dos representantes da Lituânia, Letônia e Estônia

Circular n. 3.868, de 22 de março de 1961.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Rio de Janeiro

Cancelamento das credenciais dos representantes da Lituânia, Letônia e Estônia.

URGENTE

Às missões diplomáticas e repartições
consulares de carreira

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as missões diplomáticas e repartições consulares e, para fins de informação, tem a honra de remeter-lhes, em anexo, comunicado distribuído pelo Itamaraty à imprensa, sobre o não-reconhecimento de atividades oficiais no Brasil das missões diplomáticas da Lituânia e Letônia, e do consulado da Estônia, a partir de 11 do corrente.

Rio de Janeiro, em 22 de março de 1961.

[COMUNICADO]

N. 114

Rio de Janeiro, 14 de março de 1961.

Deu o Brasil por encerradas suas relações oficiais com os Estados bálticos

Em cumprimento a determinações do senhor presidente da República, o

Ministério das Relações Exteriores enviou comunicado aos representantes diplomáticos da Lituânia e da Letônia, e ao representante consular da Estônia, pelas quais foram dadas por encerradas as relações oficiais do governo brasileiro com aquelas missões diplomáticas e repartição consular.

Essa decisão do governo brasileiro, que encontra, aliás, apoio em certos precedentes históricos no tocante à atitude do Brasil diante de situações parecidas – a dos Estados da Península Itálica, em 1860 – vem colocá-lo em posição semelhante à de diversos outros países, com relação à representação dos Estados bálticos. Cumpre, ainda, assinalar que a posição jurídica do governo brasileiro quanto à anexação da Lituânia, Letônia e Estônia pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas continua inalterada.

O chanceler Afonso Arinos ofereceu aos ex-representantes diplomáticos e consulares dos Estados bálticos residência permanente no Brasil, livre exercício de quaisquer atividades não oficiais e “o gozo, a título pessoal, de certas cortesias e vantagens”.

Acompanham o presente comunicado cópias das notas e cartas dirigidas aos senhores Frikas Meiris, Peters Z. Olins e Ferdinand Saukas.

[*Anexo*]

É o seguinte o texto de notas oficiais do Ministério das Relações Exteriores aos senhores Frikas Meiris, encarregado de negócios da Lituânia; Peters Z. Olins, encarregado de negócios da Letônia; e Ferdinand Saukas, cônsul da Estônia no Rio de Janeiro, datadas de 11 de março e entregues a seus destinatários em 13 do corrente:

Tenho a honra de informar Vossa Senhoria de que o governo brasileiro decidiu, nesta data, encerrar suas relações com a legação da Lituânia (Letônia, consulado da Estônia) no Rio de Janeiro.

Nessas circunstâncias, o governo brasileiro não reconhecerá, a partir de hoje, quaisquer atividades oficiais da legação da Lituânia (Letônia, consulado da Estônia) no Rio de Janeiro, ou do consulado da Lituânia em São Paulo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha distinta consideração.

a) Afonso Arinos de Melo Franco

Na mesma data, o chanceler Afonso Arinos dirigiu carta aos senhores Frikas Meiris e Peters Z. Olins, e o ministro Frank Moscoso, chefe do Departamento Consular e de Passaportes fez o mesmo ao senhor Ferdinand Saukas, cujos termos são os seguintes:

Com referência à nota pela qual a legação da Lituânia (Letônia, consulado da Estônia) foi informada de que, a partir de hoje, não mais seriam reconhecidas suas atividades oficiais, aprez-me comunicar que o governo brasileiro está pronto a conceder a Vossa Senhoria autorização de permanência no território nacional, se for esse seu desejo, assim como de livre exercício de qualquer atividade não oficial, para o que lhe será atribuído, a título pessoal, o gozo de algumas cortesias e vantagens.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da distinta consideração com que me subscrevo, de Vossa Senhoria.

a) Afonso Arinos de Melo Franco

*

DOCUMENTO 7

Informação sobre o restabelecimento de relações diplomáticas com a Hungria, Romênia e Bulgária

Circular n. 3.876, de 28 de março de 1961.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Rio de Janeiro

Restabelecimento de relações diplomáticas com a Hungria e Romênia e estabelecimento de relações com a Bulgária.

URGENTE

Às missões diplomáticas, delegações junto aos organismos internacionais e repartições consulares

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as missões diplomáticas, delegações junto aos organismos internacionais e repartições consulares e tem a honra de informar que, a 21 de março corrente, foram trocadas entre a embaixada do Brasil em Washington e as embaixadas da Hungria, Romênia e Bulgária notas para o restabelecimento de relações diplomáticas com aqueles dois primeiros países, assim como o estabelecimento dessas relações com a Bulgária e para a troca de missões diplomáticas na categoria de legação.

Rio de Janeiro, em 28 de março de 1961.

*

DOCUMENTO 8

Memorando sobre a situação de Cuba

Dirigido ao chefe da Divisão Política pelo primeiro secretário Ramiro Saraiva Guerreiro, em 8 de maio de 1961.

Apresenta exame da situação de Cuba à luz de dispositivos de tratados e resoluções interamericanas.

CONFIDENCIAL

I. Aplicação a Cuba do princípio de autodeterminação

O princípio da autodeterminação é reconhecido pela Organização dos Estados Americanos, como se deduz de vários dispositivos de sua Carta, entre outros:

- 1º Artigo 5, letra b: “A ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados” etc.;
 - 2º Artigo 13: “Cada Estado tem o direito de desenvolver, livre e espontaneamente, a sua vida cultural, política e econômica”; etc.
2. No sistema interamericano, entretanto, considera-se que o princípio da autodeterminação só pode ser aplicado pelos processos da democracia representativa, como se vê, entre outros, nos textos seguintes:
- 1º Carta da OEA, artigo 5, letra d: “A solidariedade dos Estados Americanos e os altos fins que ela visa requerem a organização política dos mesmos com base no exercício efetivo da democracia representativa”;
 - 2º Idem, artigo 13, já citado, *in fine*: “No seu livre desenvolvimento, o Estado respeitará os direitos da pessoa humana e os princípios da moral universal”;

- 3º Declaração de Caracas (Resolução XCV da X Conferência Interamericana, que não deve ser confundida com a Resolução XCIII da mesma conferência, relativa à intervenção do comunismo internacional), em que se reitera: “O reconhecimento do direito inalienável de cada Estado americano de escolher livremente suas próprias instituições no exercício efetivo da democracia representativa, como meio de manter sua soberania política, de alcançar sua independência econômica e de viver de acordo com seus padrões sociais e culturais, sem intervenções diretas ou indiretas por parte de qualquer Estado ou grupo de Estados em seus assuntos internos e externos e, em particular, sem intromissão de qualquer forma de totalitarismo”;
- 4º Toda a “Declaração de Santiago”, em que se discriminam os característicos da democracia representativa, de forma semelhante ao regime estabelecido pela Constituição do Brasil.

3. Ora, o senhor Fidel Castro rejeita o regime democrático representativo, como definido na “Declaração de Santiago”, a qual, entretanto, contou com o apoio do governo de Cuba.

4. Em conseqüência, o atual governo de Cuba, não tendo aplicado ao país o princípio de autodeterminação, pelo único processo pelo qual ele se efetiva validamente nas Américas, não pode invocar esse princípio no âmbito americano para justificar sua política externa.

5. Por outro lado, os demais governos do continente podem “constatar”, sem que isso represente intervenção, que o governo cubano repudiou um dos princípios básicos do sistema interamericano, isto é, o da autodeterminação pelos processos da democracia representativa. Não estariam “julgando” o governo cubano, mas simplesmente verificando fato notório e formalmente proclamado pelo primeiro-ministro Fidel Castro. Não convém esquecer que ignorar a existência de uma ditadura de extrema esquerda, totalitária, dificultaria a condenação, pela maioria democrática dos países americanos, das poucas ditaduras de direita ainda existentes no continente. Com agravante de que estas, em regra, não repudiam, em princípio, a democracia representativa, mas procuram justificar-se por motivos pragmáticos

ou transitórios e são susceptíveis de vir a ser superadas por movimentos democratizantes. A ditadura “socialista” de Cuba, por mais eficiente e ideologicamente mais sólida, não oferece perspectivas favoráveis de modificação ou supressão no futuro previsível, por ação das oposições internas.

II. Relações entre os princípios de soberania, autodeterminação e não-intervenção

6. Já se vê que o sujeito do direito à autodeterminação é, no sistema interamericano pelo menos, o povo e não o Estado. Como, na ordem internacional, o povo só pode efetivamente fazer valer seus direitos através do Estado que constitui, o direito de autodeterminação aparece como sendo um direito do Estado, quando na verdade é, antes, um dever do mesmo. O direito correspondente do Estado é o da soberania e, mais especificamente, o da independência, sob a proteção do qual o povo exerce, sem interferências externas, a autodeterminação. Não há, porém, *garantia* internacional da autodeterminação, pois a mesma não seria realizável sem infrigência da independência do Estado. Mas a comunidade internacional não estará intervindo se constatar que, protegido pela soberania e independência do Estado, o governo se mantém no poder sem ser ele mesmo resultante da autodeterminação no âmbito interno.

7. Em outras palavras, a soberania e a independência são indispensáveis à autodeterminação, mas não a implicam necessariamente. A ficção é que o governo resulta da autodeterminação, não devendo os outros governos entrar em indagações a respeito. No sistema interamericano, porém, textos convencionais permitem tal indagação, desde que não haja quebra de independência do Estado. Conserva-se, dessa forma, o caráter internacional da comunidade regional americana.

8. Decorrência natural da soberania e da independência e impeditivo do controle internacional da autodeterminação é o princípio da não-intervenção, reafirmado *ad nauseam* em inúmeros atos interamericanos e definido com maior amplitude possível no artigo 15 da Carta da OEA:

Nenhum Estado, ou grupo de Estados, tem o direito de intervir, direta

ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem.

9. O princípio da não-intervenção só admite a exceção, prevista no artigo 19 da Carta da OEA, relativa à aplicação das “medidas adotadas para a manutenção da paz e da segurança, de acordo com os tratados vigentes”.

10. Embora, pois, as demais repúblicas americanas possam constatar que Cuba não se organizou em democracia representativa e que não se pode dizer que o regime atualmente ali instalado deve ser respeitado em virtude do princípio da autodeterminação, terão elas de respeitá-lo, da mesma maneira, em obediência ao princípio da soberania e independência dos Estados e só podem intervir se considerarem que tal regime ameaça a paz e a segurança do continente.

III. Cabe intervenção em Cuba como medida para a manutenção da paz e da segurança?

11. Não há, nem poderia haver, nos “tratados vigentes”, referidos no artigo 19, definição dos casos de violação da paz e da segurança. O artigo 9 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, do Rio de Janeiro, dá exemplos de agressão, “além de outros atos que, em reunião de consulta, possam ser caracterizados” como tais, o que resulta vaguíssimo. O tratado cuida não só de agressão mas de outros atos ou situações em que a paz e a segurança estejam em perigo. Nos casos em que houver ataque armado, que é a forma extrema de agressão, há obrigação de fazer frente ao mesmo coletivamente. Nos demais casos, aplica-se o artigo 6º do Tratado do Rio:

Se a inviolabilidade ou integridade do território ou a soberania ou independência política de qualquer Estado americano for atingida por uma agressão que não seja um ataque armado, ou por um conflito extra-continental ou intra-continental, ou por qualquer outro fato ou

situação que possa pôr em perigo a paz das Américas, o órgão de consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas que, em caso de agressão, devam ser tomadas em auxílio do agredido, ou, em qualquer caso, convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança no continente. (Conferir com o artigo 25 da Carta da OEA.)

12. Qualquer “fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América” e que ameace a “soberania ou independência política de qualquer Estado americano” pode justificar medidas de defesa comum.
13. Cuba tem propiciado a agitação subversiva em outros países do hemisfério, o que já caracterizaria uma situação capaz de pôr em perigo a paz e ameaçante da independência política dos Estados. É mesmo uma das modalidades de agressão, dita indireta, que se tem incluído em vários projetos de definição de agressão apresentados, até hoje sem êxito, nas Nações Unidas (cabe lembrar que a falta de êxito das propostas não foi causada por incluírem elas a agressão indireta; na verdade, não foram aprovados menos por defeitos de substância do que por lhes ser desfavorável a conjuntura política). Como foi agressão indireta a participação dos Estados Unidos da América, Guatemala e Nicarágua, na recente e abortada invasão de Cuba por forças rebeldes.
14. Tais agressões indiretas são sintomas de uma situação que põe em perigo a paz e a segurança continentais, e não a causa. A causa seria o controle de Cuba por um governo cujas convicções ideológicas são contrárias aos princípios do sistema interamericano (supressão da democracia representativa e dos direitos do homem, por decisão de princípio) e que se afastou politicamente do sistema e passou a agir internacionalmente como um satélite soviético, embora sem aderir formalmente ao Pacto de Varsóvia. Fatos de tal ordem foram qualificados em tese, pelas repúblicas americanas, como um perigo à paz da América, pela Resolução XCVIII da X Conferência Interamericana, dita “Declaração de Solidariedade para a Preservação da Integridade Política dos Estados Americanos contra a Intervenção do Comunismo Internacional” (1954). Nessa resolução, *inter*

alia, se condenam as atividades do comunismo internacional como constituindo intervenção nos assuntos americanos e se declara:

que o domínio ou o controle das instituições políticas de qualquer dos Estados americanos pelo movimento comunista internacional, estendendo a este continente o sistema político de uma potência extra-continental, constituiria ameaça à soberania e independência política dos Estados americanos, pondo em perigo a paz da América, e exigiria uma reunião de consulta para considerar a adoção de medidas adequadas, de conformidade com os tratados existentes.

Como se vê, o texto acompanha, muito de perto, a terminologia do artigo 6º do Tratado do Rio, nela enquadrando claramente a hipótese específica.

15. A resolução citada não é juridicamente obrigatória e tem valor de recomendação. O México, na ocasião, não a apoiou. O Brasil, sim. A maioria das repúblicas americanas (mais de quatorze, que é o número mínimo para a aprovação de decisões de substância em reuniões de consulta) ainda hoje estariam dispostas a agir de acordo com a resolução citada, nela se inspirando expressamente ou não.

IV. As medidas previstas no Tratado do Rio

16. No caso de ser aplicada a Resolução XCIII da X Conferência Interamericana, no quadro do Tratado do Rio, as medidas possíveis são as seguintes, previstas no artigo 8º do referido tratado:

Para os efeitos deste tratado, as medidas que o órgão de consulta acordar compreenderão uma ou mais das seguintes: a retirada dos chefes de missão; a ruptura de relações diplomáticas; a ruptura de relações consulares; a interrupção parcial ou total das relações econômicas ou das comunicações ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas, telefônicas, radiotelefônicas ou radiotelegráficas; e o emprego de forças armadas.

17. Somente o emprego das forças armadas teria efeitos concretos. Dadas as repercussões sobre sua posição propagandística no mundo, o risco de guerra ou pelo menos a oportunidade que se abriria à União Soviética para aproveitar-se da ocasião e avançar em algum, ou alguns, dos pequenos países não-soviéticos seus vizinhos; dada a reação profundamente desfavorável nas massas populares da América Latina; dada a pressão que sofreriam por muitos anos nas Nações Unidas; tendo em conta a oposição de fortes correntes da opinião pública interna – os Estados Unidos da América parecem descartar a hipótese de intervenção militar, o que foi agora declarado sem ambigüidade à Comissão de Relações Exteriores do Senado pelo senhor Dean Rusk, secretário de Estado. Provavelmente gostariam de sanções militares coletivas, no âmbito da OEA, mas devem saber que isso é politicamente impossível.

18. É provável que esteja certa a informação de Kenworthy, correspondente do *The New York Times* em Washington, de que o governo norte-americano tentaria obter, de uma reunião de consulta, quatro decisões principais:

- 1º forte condenação à comunização de Cuba;
- 2º o estabelecimento de órgão interamericano para luta comum contra a infiltração comunista, à semelhança da Comissão para a Defesa Política do Hemisfério que, durante a última guerra, coordenou a campanha contra as atividades nazi-fascista no hemisfério;
- 3º a ruptura de relações diplomáticas;
- 4º a interrupção das relações econômicas.

19. As medidas 3ª e 4ª acima mencionadas só podem ser tomadas com base no Tratado do Rio. O efeito prático delas seria diminuto:

- a) A ruptura de relações diplomáticas acabaria [com] as últimas embaixadas latino-americanas em Havana, que são sempre úteis como posto de observação, canal permanente de contato, abrigo eventual para os opositoristas do regime, intercessor em favor de presos políticos, etc. Se Castro continua no poder, firmemente, não

há por que ignorar sua existência indefinidamente. A única vantagem seria a supressão dos focos de agitação, espionagem e subversão, que constituem as embaixadas cubanas em países da América Latina. Mas esse é um problema de segurança interna e rigor na exclusão de diplomatas indesejáveis, não diverso do criado pelas outras missões de Estado comunista.

- b) A interrupção de relações econômicas tem valor essencialmente simbólico, pois elas são negligenciáveis. Seria um ato irritante, ocioso.

21. Invocar o Tratado do Rio e a Resolução, altamente controversa, XCII da X Conferência Interamericana para adotar duas medidas pouco proveitosas, cujo fim principal seria demonstrar a repulsa continental ao regime de Fidel Castro. Excluída a intervenção armada que, se possível, faria sentido, como único meio de recuperar Cuba, é preferível não recorrer a medidas coercitivas inúteis, o que teria efeito desmoralizante para o sistema interamericano. Se o que se procura são apenas efeitos psicológicos, não há necessidade delas.

22. Cabe aqui um parêntese: no sistema interamericano tem-se entendido que só o uso da força armada é medida coercitiva, cuja adoção depende de prévia autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas. As medidas previstas no artigo 41 da Carta das Nações Unidas não seriam coercitivas, para os efeitos do artigo 53 da mesma carta. Tal interpretação teve efeitos práticos, sem ser passada em julgado pelo Conselho de Segurança, no caso das medidas contra a República Dominicana. No caso de Cuba, poderia ser diferente. No caso de Cuba, uma assembléia de emergência seria provavelmente convocada, se se efetivar a reunião de consulta contra Fidel. É muito possível que a interpretação interamericana sobre os deveres da organização regional, *ex-vi* do artigo 53 da Carta das Nações Unidas, sofra ataques dos mais violentos e eficientes. Quanto mais estudo o assunto, mais me convenço de que a interpretação predominante, recolhida no relatório Lleras Camargo sobre a Conferência do Quitandinha, não resiste a uma análise séria e, no entanto, trata-se de uma interpretação

que, por motivos políticos, as repúblicas americanas têm interesse em defender, sem tergiversações. A crítica a essa interpretação, numa conjuntura desfavorável, é de se evitar.

V. Outras medidas que não as do Tratado do Rio

22. Se descartadas a interrupção das relações diplomáticas e das econômicas, poder-se-ia dispensar a expressa invocação do Tratado do Rio e da Resolução XCIII da X Conferência Interamericana. A reunião de consulta poderia dar-se, com base exclusiva no artigo 39 da Carta da OEA, “a fim de considerar problemas de natureza urgente e de interesse comum para os Estados americanos”. Uma reunião de consulta convocada com base no artigo 39 pode resultar na aplicação do Tratado do Rio, por força do artigo 25 da mesma Carta da OEA, mas não está limitada ao quadro do Tratado do Rio; em regra, se destinaria a tratar de situações não previstas no mesmo. Em consequência, seria possível:

- a) constatar que o governo de Cuba adotou, como princípio e programa de organização estatal, um regime incompatível com a democracia representativa, que é considerada necessária aos altos fins da solidariedade continental;
- b) que o governo de Cuba repelira o recurso ao sistema interamericano, associando-se, de fato, a um sistema político e ideológico extra-continental, em que busca apoio;
- c) que, por sua própria natureza, o regime comunista cubano tende a realizar e, na prática, vem de fato realizando atividades de propaganda, proselitismo, agitação e subversão, no território das demais repúblicas americanas, contra o regime político das mesmas;
- d) que estas últimas, portanto, têm o direito e o dever de tomar, isolada e conjuntamente, medidas para defesa de suas instituições contra tais atividades;
- e) que, tendo proscrito a liberdade de expressão do pensamento, de organização partidária e a realização de eleições periódicas, o governo de Cuba negou ao seu povo o direito de autodeterminação;

- f) que, tendo o governo de Cuba se colocado fora do sistema interamericano, não deve gozar das vantagens e da proteção que o mesmo possa oferecer;
- g) que, embora respeitem a independência e a soberania de Cuba, as repúblicas americanas não tolerarão venha a mesma a ser utilizada para a prática de agressão direta ou indireta contra o continente por sistemas políticos extracontinentais, etc.

23. Decisões como as enumeradas, no todo ou em parte, ou nas combinações que forem politicamente mais factíveis e aconselháveis, podem ser tomadas, acredito, sem caracterizar medidas coercitivas e sem violação do princípio de não-intervenção. Algumas dessas medidas indicadas são, na verdade, da maior relevância política e psicológica. Qualquer delas pode ser defendida, racionalmente, ante a opinião pública mundial. Na verdade, elas se limitariam a tirar as conseqüências de um fato inegável: que a questão de Cuba ultrapassou o âmbito interamericano, é um aspecto da Guerra Fria e que a reação estritamente interamericana só pode ser a de defesa contra um adversário ideológico e político implantado no âmbito geográfico do sistema. Cortados os meios de conciliação pacífica, banidos os meios coercitivos eficientes, não vejo que outra atitude tomar.

24. É evidente que decisões interamericanas dessa ordem criariam forte tensão nas relações entre Cuba e todos os países latino-americanos, inclusive os que mantêm com ela relações diplomáticas. Mas não é possível continuar ignorando eternamente o fato de que Cuba se desligou, para todos os efeitos, do sistema interamericano. As relações bilaterais que com ela se possam ainda manter podem e devem ser corretas, mas não serão substancialmente diferentes das que se mantêm com outros países da órbita soviética e, assim mesmo, só atingirão essa relativa normalização, depois de algum tempo passado do trauma que as decisões de uma reunião de consulta possa causar.

25. O máximo que se poderia esperar seria a “iugoslavização” de Cuba, o que atenuaria, se não o fundo, pelo menos a forma de contradição entre Cuba e o resto do hemisfério. Mesmo isso é improvável. Castro e sua gente têm o zelo dos cristãos novos e uma política de relativa independência,

ou mesmo neutralismo, exige um grau de autocontrole e frieza que não parece existir.

S. m. j.

Respeitosamente,
a) R. S. Guerreiro
Primeiro Secretário

*

DOCUMENTO 9

Trechos de comunicado sobre a posição brasileira em assuntos atuais de política internacional

[COMUNICADO]

Em 10 de maio de 1961.

Posição brasileira

A posição do governo brasileiro, relativamente aos problemas atuais do continente, apóia-se nos seguintes princípios, que serão sustentados no âmbito da OEA:

- a) a paz mundial é fundada na autodeterminação de todos os povos;
- b) a autodeterminação é o princípio da liberdade aplicado à organização internacional;
- c) o elemento garantidor da autodeterminação é o princípio da não-intervenção;
- d) a não-intervenção se opõe tanto à dominação econômica quanto à dominação ideológica;
- e) a não-intervenção se aplica, ainda, quanto à implantação do sistema de governo representativo, sistema que o Brasil prefere, recomenda e pratica, como o melhor para as Américas.

O Brasil, fiel às suas tradições históricas e diplomáticas, integrado no Ocidente e na América, sem qualquer aspiração que não a do bem geral, estará sempre pronto, seja como mediador entre governos em litígio, seja cooperando em organismos e órgãos internacionais, a sustentar os princípios e estabelecer as práticas acima enunciadas em procura da aspirada e esperada paz mundial.

A questão de Cuba

Em relação à situação cubana, o governo brasileiro aplica rigorosamente os princípios que espousa e, em consequência:

- 1) defende a autodeterminação do povo de Cuba;
- 2) opõe-se a qualquer intervenção estrangeira, direta ou indireta, para impor à Cuba determinada forma de governo e considerando-se intervenção indébita tanto a militar como a econômica ou ideológica;
- 3) não reconhecerá, de acordo com os compromissos internacionais vigentes, em qualquer Estado americano, regime político que resulte da ingerência claramente manifestada de potência estrangeira; acompanhará, neste caso, as medidas de preservação da integridade continental, que não impliquem intervenção em qualquer dos países do hemisfério.

*

DOCUMENTO 10

Trechos de audiência do ministro Afonso Arinos na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Relações Exteriores / Reunião de 17 de maio de 1961.

Audiência do Sr. Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos.

.....

Senhores Deputados, o ofício convocatório fala (...) que eu devo vir esclarecer a real posição do governo, face aos problemas e acontecimentos cubanos, considerada esta posição dentro do limite dos tratados e compromissos internacionais do Brasil.

Desde logo, eu gostaria de fazer uma observação preliminar: se se entende a palavra *posição* como significando uma atitude estática, definida, inamovível, acredito que ministros de Estado com qualidades muito superiores às minhas encontrariam grande dificuldade para responder a esta pergunta.

A idéia de uma posição internacional imutável, de uma orientação completamente indene de imprevistos, parece estranha ao comportamento habitual, não apenas da política externa, como também da política interna. A posição de um governo, a posição de uma política, a posição de um homem de Estado, face aos acontecimentos políticos, é essencialmente subordinada à configuração desses próprios acontecimentos, que tantas vezes escapam ao nosso controle.

Podemos ter uma posição, isto sim, em face de determinadas premissas doutrinárias, teóricas, quase que, eu diria, filosóficas. Podemos ter uma posição, isto sim, face a determinados princípios gerais de comportamento.

Então, se partirmos desta posição pré-estabelecida ou pré-reconhecida, em face dos princípios gerais de comportamento, em face de determinadas afirmações de natureza doutrinária ou filosófica, é claro que poderemos prever, com determinada possibilidade de não nos enganarmos, a posição que viremos a tomar diante de determinado fato concreto. Mas,

desde logo sabermos como vamos nos comportar face a circunstâncias e a situações, cujo desenvolvimento nos é desconhecido, é, repito, uma tarefa que acredito seria superior às forças de homens públicos muito mais dotados e muito mais aparelhados do que eu.

Portanto, aquilo que desejo colocar perante a douta Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados é a posição do governo brasileiro, em face aos princípios que podem vir a ser questionados, que podem vir a ser violentados, que podem vir a ser aplicados no decurso dos acontecimentos que envolvem o destino atual da nobre nação cubana, com tantas preocupações, com tantas interrogações para todos nós.

Não podemos deixar de reconhecer fatos que se me afiguram iniludíveis. A opinião americana em relação ao governo de Cuba, em relação ao comportamento dos ilustres homens públicos que encarnaram a resistência contra a ditadura Batista e que posteriormente se assenhorearam do governo daquele país, a opinião americana no início do processamento da revolução cubana, estava indiscutivelmente muito mais unificada, face a essa mesma revolução, do que hoje.

Esta afirmação é quase uma tautologia, é quase um truísmo, é quase um lugar-comum, mas devemos ter a coragem de partir, nos raciocínios desenvolvidos, das suas bases elementares, ainda que sejam lugares-comuns.

Não há dúvida que a opinião americana se bipartiu, se dividiu, talvez um pouco em função de um contraste, de uma divisão que hoje atua de certa forma em todo o amplo setor da vida internacional e que, se quisermos analisar com mais profundidade, também atua no campo da política interna; e, quem sabe, Senhores Deputados, se ela não se manifestará e não será presente no próprio campo de nosso mundo subjetivo?

Não é um mundo só que está dividido, não são só os continentes que estão bipartidos; é também o homem, antes dotado de senso moral e de capacidade de raciocínio, que se encontra profundamente dividido, em face dos conflitos de consciência que dentro dele próprio se levantam.

No campo que nos interessa, para que não me perca em divagações, que estariam mais do gosto de um debate acadêmico do que nas obrigações a que aqui atendemos, no campo que nos interessa, eu diria que esta divisão – que não é apenas a da opinião brasileira, insisto, que é a da doutrina

jurídica, que é a do pensamento político, que é a das assembléias internacionais, que é a de todos aqueles que se interessam pela paz do mundo, pelo progresso do mundo, pelo império das leis morais no mundo – é o contraste entre o que poderíamos chamar a soberania nacional e a organização internacional, o contraste naquilo que a soberania nacional assegura à subsistência e à sobrevivência do direito do Estado e aquilo que a organização internacional, pelo menos no seu significado mais atual, mais profundo, mais moral, reclama como sendo a afirmação dos direitos humanos.

O que está em jogo precisamente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é este drama da nossa geração, o drama de um mundo que se transforma e que se unifica pela irresistível influência do progresso técnico; de um mundo que se conglomera, que se homogeneiza necessariamente pela expansão do conhecimento e pelo vertiginoso avanço da técnica e, ao mesmo tempo, de um mundo que se fragmenta, que se divide, que se reafirma pelo nascimento e afirmação de autoconsciência de uma quantidade de sociedades nacionais, que desabrocham no nosso século, num espetáculo tão impressionante como aquele que conheceram nossos antepassados no início século XIX.

Assistimos, na África e na Ásia, à proliferação, à aurora de uma série de povos que lutam pela sua autodeterminação, da mesma forma que nossos maiores assistiram a um fenômeno com algo de muito semelhante no nosso continente latino-americano.

Mas, ao mesmo tempo em que isto se dá, ao mesmo tempo em que os povos existem, reclamam, porfiam e lutam pelas suas afirmações nacionais, com uma espécie de reclamação no sentido da obtenção da segurança daqueles valores peculiares à sua cultura, ao seu desenvolvimento e à sua personalidade, assistimos, neste tempo, à uniformização tremenda que impõe a expansão de determinada ideologia política totalitária de um lado e a tremenda uniformização que impõem os interesses da técnica a serviço do poder econômico do outro lado. Ao mesmo tempo em que explodem as reivindicações poderosas no sentido da afirmação da personalidade nacional, o poder econômico – tendo necessidade de uniformização de arregimentação, de organização centralizadora – procura configurar as grandes unidades internacionais; e, ao mesmo tempo, as ideologias políticas

totalitárias, esta sobrevivência de ideologias políticas do século XIX, convencida da posse de uma verdade metafísica, idealista no sentido verdadeiro da palavra, por mais que o neguem os corifeus e os seus profetas, essa ideologia política totalitária necessita também, para sua expansão e para seu domínio de uma espécie de uniformização e de arregimentação das ações debaixo de determinadas bases e determinados padrões internacionais.

Então, este é o drama, esta é a luta. É a luta em que todos estamos divididos. Nós, que não queremos a padronização e a escravidão econômica; nós, que lutamos contra a padronização e contra a escravidão ideológica, nós nos sentimos, então, na necessidade de reafirmar – ainda que ante o sorriso dos céticos, ainda que ante a descrença dos malignos – a nossa posição permanente de confiança nos ideais do direito e da moral, a fim de que possamos, debaixo de nossas respectivas formações culturais e das nossas tradições políticas, levar os países e os povos, que desabrocham e que nascem para a vida livre, ao caminho da paz, do entendimento, da negociação, ao caminho do convívio livre, ao caminho da conquista daqueles valores morais sem os quais realmente não acreditamos no nosso desenvolvimento econômico, nem na pureza das ideologias.

Senhor Presidente, peço desculpas, mas não é um passeio, não é uma marcha inconsiderada pela orela – como dizem certos acadêmicos nossos – de idéias gerais. É realmente a expressão do sofrimento de um homem que tem o direito, ao fim de trinta anos de uma luta porfiada pela liberdade, concebida nos termos mais amplos, dentro do seu país – quando falo em liberdade, não quero dizer a liberdade da raposa dentro do galinheiro; quero dizer aquela possibilidade de desenvolvimento dos valores humanos livres da contenção do poder econômico e da contenção da escravidão ideológica –, de um homem cuja vida foi pautada por esta luta permanente, cujos cabelos embranqueceram na fidelidade a este ideal e que reclama dos seus compatriotas, que exige dos seus companheiros e que confia nos seus colegas, para dizer-lhes que, quando os azares do destino lhe colocaram nas mãos a responsabilidade para as quais não está preparado, é o primeiro a confessar, estará sempre inclinado a fazer tudo o que pode, a dedicar-se com todos os esforços da sua mente e com todas as fibras do seu coração, a viver

aquilo que foi o seu sonho, a viver a consagração de um país que seja realmente digno, porque independente e forte, mas independente contra todos, Senhor Presidente, não independente em relação a uns, para ficar dependente em relação a outros. Um país que se afirma a um homem, como eu, que nunca em sua vida fez um negócio, que nunca participou de um interesse econômico, sendo respeitador das forças produtoras de todos os países, mas que é livre de qualquer compromisso, que nunca se subordinou a qualquer princípio que lhe representasse o rapto da sua liberdade, e que se destina, e que está disposto – perdoem-me as grandes palavras, que são pequenas diante do sentimento que as anima – e que está disposto a dar tudo – e o mínimo que pode dar é a sua própria vida – na defesa de todos os valores que possam fazer do nosso país um país digno, um país honesto, um país forte e um país livre.

Senhor Presidente, sou daqueles que entendem que, no campo atual do nosso direito, as organizações internacionais e as negociações bilaterais são os maiores passos para se resolver problemas como aquele que a douta Comissão de Relações Exteriores colocou no debate desta sessão. Pessoalmente, e não apenas [*illegível*], doutrinariamente, pela experiência de leituras e o contato com fatos, pelo conhecimento de circunstâncias, acredito que a tese das organizações internacionais, por mais brilhante, por mais fecunda, por mais esperançosa que nos pareça, ainda não chegou ao ponto de maturação suficiente para fazer com que elas, as organizações internacionais, sejam capazes de resolver todos os problemas da política internacional. Longe disso; estou convencido de que os contratos bilaterais, as negociações diretas entre governantes, entre governos e entre povos, representam, ainda, e representarão por muito tempo, o caminho mais firme e mais seguro para a conquista do progresso e da paz em todo o mundo.

Mas, na questão que nos interessa, eu gostaria de salientar que, enquanto os problemas ligados aos direitos e garantias individuais são problemas que competem ao direito interno, os problemas das organizações internacionais, a solução dos conflitos internacionais estão, ainda, vinculados ao campo do direito internacional.

Ora, nestas condições, a grande questão com que nos defrontamos, em face do problema cubano, é, a meu ver, a questão levantada entre a da

autodeterminação do povo cubano e da conseqüência, ou do elemento causatório dessa autodeterminação do povo cubano, que é o princípio da não-intervenção, de um lado, e, de outro lado, o problema da democracia em Cuba, da democracia representativa em Cuba, da liberdade em Cuba, em suma, da existência dos direitos individuais em Cuba.

Senhor Presidente, nossa ingênua vaidade leva-nos, muitas vezes, a supor que estas questões são muito fáceis. Poderia, aqui, fazer praça de erudição trazendo uma dízima periódica de citações que demonstrariam o contrário. Mas, eu queria salientar para a comissão que esta questão entre a determinação nacional e as garantias concedidas à pessoa humana é contemporânea da própria consciência democrática ocidental. Encontramo-la nos documentos mais antigos. Por exemplo, na Constituição francesa de 1791, se não me engano no artigo 16. Perdoem-me esta reminiscência de velho professor. Dizem lá os constituintes o seguinte: “O povo que não tiver a separação dos direitos assegurados e as liberdades fundamentais garantidas não tem governo”. Em outro artigo da Constituição, dizia aquela geração francesa: “A França é amiga da humanidade e se esforçará por assegurar a liberdade a todos os povos”.

Conhecemos bem o desenvolvimento dessa tese, com o nascimento do império de Napoleão e da ditadura na Europa. Napoleão era o filho da liberdade, da revolução – não devemos nos esquecer disso. Havia bem a idéia da obrigatoriedade do princípio liberal para a própria configuração da existência de um governo e da possibilidade de um país que se considerasse livre impor a forma de governo que ele considerava necessária e conveniente àqueles que não desfrutassem dessa mesma felicidade. Mas estas idéias, desde o seu início, foram controvertidas. Sabemos que o filósofo da democracia, o verdadeiro filósofo da democracia, por isso que levou a filosofia democrática às suas necessárias conseqüências socialistas – e eu acho que a democracia, abandonada a si mesma, tende para o socialismo; e a verdadeira democracia, para o verdadeiro socialismo –, o filósofo Kant dizia, nas suas considerações sobre os governos e no seu projeto de paz perpétua, que não pode existir governo onde não haja representação; que não pode existir liberdade humana onde não haja governo representativo.

É a Declaração de Santiago, de 1959; esta declaração de Santiago, que sentimos hoje com tanta abundância, considerando-a um marco de pensamento político contemporâneo, está em Kant. Ele diz: “Onde não existir democracia representativa, não há liberdade, não há governo”. Mas ele diz também: “Não podemos intervir em nenhum país para impor a ele a obrigação de assumir aquela forma de governo que não pareça ser a mais conveniente para o povo”.

Senhor Presidente, esta terrível contradição, a que me reportei no início destas desataviadas palavras, eu a marquei aqui para conhecimento da comissão, ou melhor, para refrescar a memória dos seus integrantes.

Princípio da não-intervenção. Vou referir-me apenas, para não tomar mais tempo aos senhores deputados, àqueles textos que condizem com a nossa posição americana, àqueles textos que articulam o sistema dentro do qual vivemos. O princípio da não-intervenção, assecuratório e confirmatório da autodeterminação dos povos, que é uma das realidades atuais da sociologia universal, esse princípio apareceu nas seguintes conferências interamericanas: em 1933, na 7ª Conferência de Montevideú, que votou a declaração segundo a qual nenhum Estado tem o direito de intervir nos negócios internos ou externos de outro; em 1936, na de Buenos Aires; em 1938, na de Lima, declarações cada vez mais amplas e nítidas. [Lê]

.....
De maneira que V.Exas. vêem a marcha da idéia da autodeterminação e da não-intervenção, no direito e na política continentais.

Essa marcha – da qual a grande república dos Estados Unidos, a grande nação americana, a princípio se mostrava, senão desinteressada, pelo menos alheia – começa a ter a colaboração americana, desde a Conferência de Montevideú, em 1933.

A razão é que, em 1933, começava a se esboçar, na Europa, a ameaça de ideologia totalitária sobre a América; começava a esboçar-se, no Velho Mundo, a se adensarem lá, as nuvens que mais tarde vieram a se despejar no drama de 1939 em diante. Então, nosso continente se armava com a não-intervenção, para coatar, para se defender, para impedir um tipo de intervenção que, desde então, começou a se revelar atuante e poderoso: o

tipo de intervenção ideológica para a organização de determinadas formas padronizadas de governo.

Então, começamos a encontrar, *pari passu*, paralelamente com as declarações a que acabo de me reportar e que dizem respeito ao princípio da não-intervenção, uma outra [*forma?*] de compromissos, que vai se repetindo nos atos e, nesses mesmos atos, em geral, a que me referi há pouco. Quer dizer, compromissos que dizem respeito à defesa da América contra a intervenção ideológica, ou, em melhores palavras, contra a ideologia marxista, contra a ameaça comunista.

Encontramos isso, em 1940, na reunião de consulta de Havana, onde foi criado o Comitê de Defesa Política, com sede em Montevideú; em 1948, a Conferência de Bogotá, que condenou os métodos de todo sistema que tenda a suprimir os direitos de liberdade política.

Temos aí, portanto, a expressão do acordo entre as duas teses: a autodeterminação e a não-intervenção vigorando como defesa contra a intervenção ideológica, a intervenção do comunismo internacional.

Devo notar que o ilustre chanceler do Exterior de Cuba assinou a Declaração de Santiago.

O Brasil é signatário de todas essas conferências, de todas essas resoluções. Aquelas que são ratificáveis pelo Congresso, as que necessariamente devem ser aprovadas pelo Legislativo, o foram. Tenho aqui a nota de todas elas. Não são ratificadas apenas aquelas que não são suscetíveis de ratificação, isto é, aquelas que consistem em recomendações, que consistem em exortações, que consistem em decisões, que não tomam a forma de um convênio, de um tratado, de um ato internacional formalizado.

Então, temos a obrigação de seguir essas recomendações, na medida em que o Executivo não muda de posição política, isto é, estamos vinculados também às deliberações não suscetíveis de ratificação. A única diferença é que pode ser alterada por nova conferência internacional de que o Brasil participe e na qual mude a sua posição anterior. Mas as outras, que passaram pelo Congresso, como a Convenção sobre Deveres e Direitos do Estado, de Havana e a de Montevideú; o protocolo sobre a não-intervenção, de Buenos Aires; o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a

Carta da Organização dos Estados Americanos, são todos atos internacionais ratificados pelo Congresso. Tenho as datas das respectivas ratificações.

Aí está, Senhor Presidente, um bosquejo que procurei fazer, tão breve [*sic*] possível, sobre os princípios gerais aplicáveis às espécies concretas, à posição da orientação política que, como eu disse no princípio, deve ser conhecida, a fim de que saibamos como nos comportar em face dos fatos concretos, que são móveis, essencialmente mutáveis, essencialmente transformáveis por realidades que escapam ao nosso controle.

A posição inicial do Brasil é esta: temos o dever de respeitar, de pugnar, de defender e de cooperar na defesa da autodeterminação dos povos. Nisto temos o dever de cooperar com o princípio de não-intervenção. Posso dizer, quase com alegria, que somos um país fraco para a guerra, mas forte para a paz. Não temos condições econômicas, militares e industriais que façam do nosso país uma grande potência bélica, mas temos condições morais, de desenvolvimento intelectual, de tradição histórica, de maturidade política, de população, de território, de serviços prestados à humanidade, que fazem do nosso país um país poderoso para a paz. Somos hoje um dos países mais fortes na luta pela paz.

Então, Senhor Presidente, temos de lutar pela paz e a nossa luta pela paz deve-se afirmar, em primeiro lugar, endossando o princípio da não-intervenção e da autodeterminação de todos os povos.

Por outro lado, Senhor Presidente, somos um país vinculado a compromissos com a democracia, somos um país vinculado a compromissos com a liberdade, somos um país fiel a nossas tradições jurídicas.

Esta casa do Congresso funciona, com alguns lamentáveis colapsos, há século e meio. Esta casa do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, é uma das glórias das instituições políticas mundiais. Os anais desta casa, desde 1823, são um repositório de lances culminantes da História da América. Conseqüentemente, temos compromissos para com o regime que construiu esta casa, temos compromissos para com o regime que construiu este país: o da democracia.

Nestas condições, devemos defender este regime. Como fazê-lo, porém?

Na minha opinião, devemos equilibrar a luta pela autodeterminação dos povos com a defesa do regime democrático, porque o que não podemos aceitar, na América, é o comunismo internacional. Isto é o que está em todos os tratados de que somos signatários, isto está imposto em todos os atos de que somos obrigatoriamente participantes.

É o comunismo internacional – reparem como todas as vezes existe este vocábulo, este qualificativo “internacional”, que vem ajustar, contornar e precisar a idéia do regime socialista – é o comunismo internacional, isto é, o comunismo vinculado, moldado, estabelecido de acordo com um determinado padrão, segundo uma certa ideologia, comportando-se de forma a obedecer a certos fatores e certas diretrizes. Contra esse tipo de comunismo nos comprometemos em vários atos internacionais – o comunismo internacional que visa subverter o princípio democrático, escravizar a liberdade dos povos, intervir na vida americana – com este também não podemos concordar.

Então, dizia eu, Senhor Presidente, o seguinte. Penso assim – e penso assim com o que há de mais profundo, o pouco que há de realmente puro em mim, com o que há de mais puro em mim – penso assim: devemos lutar contra a pressão econômica, devemos lutar contra a invasão do capitalismo internacional, que tende a soffrear nossas riquezas e manietar nosso desenvolvimento; devemos lutar, por outro lado, pela elevação dos valores éticos. E falo não apenas como democrata, mas como católico, como homem que participa, obrigatoriamente, de uma determinada conjunção de verdades primaciais, de verdades efetivas. Não vou entrar no debate deste assunto, que é de consciência de cada um. Mas devemos também defender isto.

Então, teremos – em face de Cuba, como de qualquer outro problema – de, respeitadas os princípios em que nos colocamos, impedir a agressão contra esse país, não colaborar na agressão direta contra esse país, porque não queremos resolver nenhum problema através desse tipo intervenção. Confiamos na honra, no direito, no ideal e na paz. Temos de lutar, temos de negociar, temos de discutir, temos de estar presentes. Defendamos com coragem, em face dos dois extremos, em face dos dois radicalismos, a nossa posição, que não é de centro, mas que é de alto, que é de altura e não de centro. É uma posição de defesa da liberdade e das tradições brasileiras, ao

mesmo tempo contra os artifícios e os engodos e a opressão do materialismo econômico, através das forças econômicas em nosso país, e, também, contra a influência ideológica, contra a intervenção ideológica, contra a opressão ideológica comunista em nosso país.

Aí está, Senhor Presidente, a posição em que acredito que possamos partir para o debate de qualquer assunto, em qualquer reunião. E, com muita honra para mim, estou pronto a começar o debate de qualquer ponto a que V.Exa. queira submeter este humilde colega e admirador.

.....

Não temos neutralidade, desde que o nobre deputado queira empregar a palavra neutralidade no sentido de neutralismo.

É um outro ponto que gostaria de aqui acentuar. Não podemos pertencer àquilo que ideologicamente se chama neutralismo. Aliás, acreditamos que ninguém pertença. Vamos falar por nós mesmos. O Brasil está entrosado num sistema. Esse é o sistema ocidental e continental. Continentalmente, estamos fazendo parte da Organização dos Estados Americanos. Assim, a idéia de neutralismo como uma atitude política determinada, como uma iniciativa coerente, é estranha à nossa orientação. Na mensagem do sr. presidente da República enviada ao Congresso – V.Exas. talvez terão tido oportunidade de ler a parte de política internacional – isso está declarado expressamente.

Agora, o fato de nós não sermos neutrais, como teoria política, como atitude deliberada e voluntária, não impede que possamos conversar com quaisquer grupos de países, tanto os que estão engajados numa posição, como os que não estão engajados numa posição, para agenciar a paz.

Senhores Deputados, é o que pretendo acentuar permanentemente: lutamos pela paz. Encontrei esta palavra na infância. A luta pela paz é uma idéia que me acompanha desde eu menino. Sei que se pode lutar, sei que se pode conseguir resultados na luta pela paz. Esta é a orientação da nossa tradição diplomática, é o destino dos nossos grandes homens de Estado, no Império e na República. Lutamos pela paz, conversando com quem quer que seja, atuando onde quer que seja, fazendo o que quer que seja, desde que não seja diminuição para nossa soberania, para nossa dignidade.

.....

Então, estamos de acordo. Quando V.Exa. fala que nos oporemos à intervenção dos Estados Unidos para impor um regime qualquer em Cuba, confirmo as palavras de V.Exa. Não concordaremos jamais com intervenção dos Estados Unidos para impor um regime em Cuba. Mas declaro que tampouco nos conformaremos com intervenção, no mesmo sentido, da União Soviética.

Reagiremos, nos termos da nossa nota, de todas as formas que nos forem possíveis, para respeitar a autodeterminação americana do povo de Cuba, defendendo-a das intervenções, quer da defesa de uma concepção superada do capitalismo, quer da defesa de uma concepção que considero igualmente superada do socialismo.

Considero a doutrina marxista – permitam-me, Senhores Deputados, uma declaração que poderia parecer jactanciosa – uma ideologia tipicamente do século XIX. Não há coisa mais específica da mentalidade do século XIX, em matéria de teoria de Estado ou em matéria de doutrina política, do que a teoria marxista.

Mas somos homens do presente e nos oporemos, com todas as forças, à intervenção do capitalismo internacional e do comunismo internacional.

Terceira declaração: Cuba tem o direito de possuir o governo que desejar. Estou de acordo. Então, V.Exa. pode considerar uma síntese da nossa posição. Mas devo completá-la.

Isso está em declaração de tratado internacional de que somos signatários. Não podemos aceitar intervenção para impor um tipo de governo. Li aqui este tratado. Mas esperamos, confiando na democracia representativa, que, graças às negociações, graças a entendimentos, o governo de Cuba evolua para a democracia representativa no sistema americano. Então, achamos que ela tem o direito de ter o governo que quer. Mas faremos de tudo que for possível – pacificamente, nas reuniões internacionais – para negociar, para pacificar, para combinar a posição do governo cubano no sentido da evolução para a democracia representativa, o que não consideramos impossível, porque precisamente não aceitamos a tese das agências telegráficas que diziam que isso estava superado em Cuba.

Quanto às informações em torno da política internacional, tenho o grande prazer de comunicar à Câmara, respondendo ao deputado Bocaiúva

Cunha, que o Itamaraty está cuidando disso. Um grupo de trabalho, sob a presidência de um dos seus funcionários, procedeu a um estudo apuradíssimo da questão, em companhia dos técnicos do Ministério das Comunicações e das Forças Armadas. Entreguei, no meu último despacho ao presidente da República, os resultados desse trabalho, que vão permitir ao Itamaraty ser uma fonte de informação, não internamente, mas do ponto de vista da política brasileira em todo o mundo, com estações receptoras em todo o mundo, na Europa, na Ásia, na África, na Oceania, na América. As embaixadas brasileiras serão todos os dias focos de recepção, antenas de recepção da posição, das informações e orientação do governo brasileiro sobre matérias de política internacional. Não podemos nos sujeitar às modificações, às distorções que sofrem nossas atitudes em obediência a interesses, seja de um bloco, seja de outro.

Esse trabalho está feito, depende apenas de recursos. Faremos o possível para obter isso. E, já que estamos na Comissão de Orçamento, em seu recinto, permito-me lembrar aos senhores deputados a importância do apoio da Câmara a essa nossa iniciativa.

*

DOCUMENTO 11

Discurso do ministro Afonso Arinos no banquete oferecido ao embaixador dos Estados Unidos, Adlai Stevenson

Palácio Itamaraty, em 10 de junho de 1961.

Senhor Embaixador Adlai Stevenson,
Meus Senhores,

Ao recebermos hoje, nesta velha casa brasileira, um grande americano – tanto no sentido nacional, quanto no continental da palavra – não será demais que inicie a minha saudação exprimindo firmemente a fidelidade do governo e da imensa maioria do povo deste país à tradicional e sincera amizade do Brasil para com os Estados Unidos e à nossa inquebrantável solidariedade para com os ideais que unem a América.

Vossa Excelência, Senhor Embaixador Stevenson, representa, nas suas qualidades pessoais, na sua vida política e na sua obra de pensador, alto exemplo de capacidade de liderança da sua geração norte-americana, à qual um destino mais temível que invejável entregou a responsabilidade de enfrentar assuntos, cuja decisão, tomada muitas vezes em nível nacional, pode interessar à vida e à felicidade de todos os povos do mundo.

Apesar dos esforços em contrário, a vida internacional voltou ao que, no século passado, se chamava balança de poderes, com a única e terrível diferença de que, agora, a ruptura do equilíbrio pode desatar forças de um potencial destrutivo que são quase um desafio ao poder criador de Deus. Esta responsabilidade é que está sempre presente na consciência dos homens de Estado. Só são dignos das funções que ocupam – muitas vezes, sem o desejarem – aqueles homens públicos que souberem colocar o fervor da sua alma e o vigor do seu cérebro no paciente, incessante esforço de evitar a catástrofe, ainda que isto lhes custe a incompreensão dos afoitos, a resistência dos primários, o ódio dos fanáticos e o medo dos que querem colocar o sangue dos outros em defesa dos próprios privilégios.

Para o homem público da nossa geração, sobretudo o que se encontra, como Vossa Excelência, no difícil setor da política internacional, o

prestígio, a continuação da carreira, as amizades, a concordância dos próximos e o aplauso dos distantes, nada disso tem importância, em face da consciência e da tarefa, as duas silenciosas companheiras de todas as horas. A tarefa é levada avante em condições de discrição que escapam ao fácil julgamento dos maldosos e dos parvos; a consciência é a voz única, implacável, imperceptível aos outros, mas que, dentro de nós, se desatendida, fala mais alto que tudo e inflige um sofrimento irresistível a quem tenha senso moral.

Bem avisado foi o presidente Kennedy ao entregar a Vossa Excelência a delicada incumbência de levantar um panorama do estado de espírito dos governantes continentais, em face dos problemas que a todos nós preocupam.

Foi Vossa Excelência quem, como candidato à presidência, disse em discurso: “Nós pensamos e falamos nestes dias a respeito dos nossos perigos. Devíamos pensar e falar mais sobre nossas oportunidades”.

Nunca frase foi mais adequada para definir uma missão.

A identificação dos perigos que nos ameaçam é problema mais de experiência. A identificação das oportunidades de vencer ou escapar a esses perigos é problema de imaginação e sensibilidade.

A nossa própria experiência tende a nos prender na rotina dos fatos vividos e no círculo familiar da formação que tivemos. A sensibilidade, porém, dá-nos capacidade para compreender a experiência alheia. E a imaginação auxilia o encontro de soluções que combinem a nossa e a alheia experiência dos mesmos fenômenos.

Esta junção das experiências norte e latino-americanas é fundamental nos dias que correm. Além da confiança nos objetivos comuns, devemos ter confiança uns nos outros e procurar entender as maneiras nacionais de atingir aqueles objetivos. Quando eu era líder de um poderoso bloco parlamentar, costumava dizer aos meus companheiros: a liderança não é a capacidade de imprimir, mas de exprimir diretrizes comuns. Creio ser este o sentido profundo das palavras do ilustre presidente Kennedy, referindo-se à América Latina:

Em resumo – disse o presidente –, este problema de atitudes é um problema mútuo. Requer entendimento mútuo, paciência mútua e

melhor comunicação entre as duas partes. A questão básica é saber se marchamos juntos para o futuro, ou separadamente... Estou seguro de que a resposta a esta questão é cristalina. O que une as nações do hemisfério é mais forte do que aquilo que as divide. Dependemos umas das outras, militar, econômica e diplomaticamente. Somos unidos pelo nosso amor da paz e da liberdade, por fortes laços culturais, pela força de antigas amizades.

Eis, Senhor Embaixador, o que pensa o vosso jovem e ilustre presidente, e o que peço licença para repetir, pois representa também o pensamento geral dos dirigentes e do povo brasileiros.

O eminente presidente Jânio Quadros – cuja linha política externa, ao contrário do que se tem, às vezes, dito, não é nenhum contraste com a política interna, senão que é o seu necessário complemento – pensa da mesma forma e, seguramente, o dirá a Vossa Excelência.

Nosso presidente serve aos ideais democráticos do pan-americanismo da única maneira pela qual esse serviço é possível, a maneira compatível com o nosso tempo.

Convencido, como o presidente Kennedy e como Vossa Excelência, de que a liberdade da América está ligada à estabilidade democrática na América e de que esta estabilidade democrática é inseparável da prosperidade econômica e da dignidade humana, o presidente Quadros luta porfiadamente para utilizar todos os instrumentos de nossa efetiva soberania, no sentido de estimular o nosso desenvolvimento, que é base da nossa prosperidade econômica, que é base do nosso progresso social, que é base de nossa estabilidade democrática.

O mundo está dividido, sem dúvida, entre os dois blocos: leste e oeste. Mas, além desses grupos ideológicos, está também dividido em dois blocos: norte e sul, sendo a zona equatorial o limite entre o mundo da prosperidade e o da carência, para não dizer da miséria. Não devemos pensar só em termos de defesa contra o leste, mas também em termos de cooperação com o sul.

Operação Pan-Americana, Aliança para o Progresso são designações sucessivas para um mesmo esforço de libertação da América, esforço que

não pertence a ninguém, que não cabe em estreitas vaidades ou risíveis gloriolas, daqueles que não percebem que a perenidade do poder democrático é feita da transitoriedade dos seus ocupantes, esforço que só espera da experiência, da imaginação e da sensibilidade dos atuais governantes americanos, em face do sinistro desafio dos que nos querem impor a alternativa: miséria ou escravização.

Como bem disse outro eminente americano, o senhor Chester Bowles,

(...) nos próximos anos a perspectiva é de uma incômoda balança de poderes, com vantagens marginais aqui e ali para um dos dois gigantes nucleares. Nós não podemos, entretanto, aceitar este equilíbrio de terror como o futuro da vida internacional. Nosso objetivo mais distante deve ser alguma acomodação que permita a distensão das tensões e abra lugar a ajustamentos mútuos que tornem possível, algum dia, um mundo pacífico.

Lutar já pela paz, para conseguir, adiante, a justiça. Estas são as intenções do governo brasileiro. Mas lutar pela paz com a preservação da nossa soberania, da nossa capacidade de autodeterminação e da nossa estrutura democrática; marchando firmemente para o progresso social; derrubando privilégios e estruturas nacionais obsoletas, tudo isso sem transigir com as forças do comunismo internacional.

Assim pensam milhões de brasileiros, homens comuns, como eu, Senhor Embaixador, homens que crêem, como eu, em Deus, na liberdade e na dignidade humanas e, também, no destino histórico comum das Américas.

*

DOCUMENTO 12

Relatório do ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil à Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados

Cópia

CONFIDENCIAL

Cairo, 5 a 13 de junho de 1961.

Dada a necessidade de apresentação urgente deste relatório, procurei nele cingir-me aos fatos e elementos que informaram a atuação do observador do Brasil à Reunião do Cairo e à apreciação das circunstâncias de caráter político, que poderão indicar-nos a conveniência de tal ou qual rumo, dentro das diretrizes da atual política exterior do governo. O relatório final da reunião preparatória (anexo n. 1 – doc. ME/ 3/ Final), contém, em forma nítida e analítica, os antecedentes, processamento e conclusões da reunião em apreço. Seria, entretanto, de toda conveniência que a Divisão Política do Itamaraty, à base do relatório em apreço e das atas e documentos a serem remetidos pela embaixada no Cairo, fizesse um levantamento de posições assumidas pelos diferentes países em relação à política de não-alinhamento, a qual, pela operação de um curioso processo semântico, não deve confundir-se com uma política de neutralidade.

2. Ninguém sabia, a rigor, o que fosse o não-alinhamento, quando, em 26 de abril de 1961, os presidentes Tito e Nasser sugeriram, em princípio, a realização de uma Conferência de Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, com a “finalidade de discutir problemas mundiais que prejudicam a cooperação internacional e constituem ameaça para a paz”. Evitava-se cuidadosamente a introdução do conceito de “neutralismo”, “neutralidade”, ou mesmo “neutralidade ativa”. A comunicação conjunta referia-se à “necessidade de uma atividade mais eficiente e mais bem coordenada de todos os países que se esforçam no sentido da melhoria da

situação internacional e do abandono da política de força, com vistas à solução construtiva das pendências e conflitos mundiais à preservação da paz”. O não-alinhamento não significaria, assim, indiferença ou alheamento aos problemas que contribuem para a caracterização da crise mundial; existe, pelo contrário, subentendida, a premissa, um tanto farisaica, de que somente os países não-alinhados, eqüidistantes dos dois blocos de potências, estavam em condições de contribuir para a gradual consolidação da paz. É verdade, entretanto, que os países não-alinhados têm seus problemas de paz e de guerra no plano bilateral. A RAU, por exemplo, ainda se considera tecnicamente em estado de guerra com Israel e impede a passagem de seus navios pelo Suez; a Índia tem uma pendência aberta com a China no tocante a uma faixa de suas fronteiras; a Indonésia tudo faz para forçar os Países Baixos a uma solução do problema da Nova Guiné Ocidental; a Iugoslávia sofre o impacto de problemas de convivência com alguns satélites soviéticos. O mundo é cheio de problemas e perigos de guerra, mesmo para os neutralistas e para os não-alinhados. Por isso mesmo, parecem eles tentados a alinhar um pouco mais as suas forças. Como tentamos definir, na breve declaração que fomos chamados a fazer no âmbito da Conferência do Cairo (vide anexo n. 2), “nenhum país ou bloco de países, alinhados ou não-alinhados, tem um monopólio sobre a verdade, um monopólio sobre princípios ou monopólio sobre a independência”. E deve ser dito que, decorridos quase dois meses de intensíssima atividade diplomática, continua extremamente vago e difuso o conceito de não-alinhamento. Que é alinhamento? O Brasil é um país alinhado? Sabemos que não é neutro, que ideologicamente é parte do Ocidente. Podemos, entretanto, dizer com segurança que pertença ao “bloco ocidental”? Na realidade, nenhum ato jurídico internacional nos vincula à “defesa” do Ocidente. Não somos parte do Pacto do Atlântico Norte e o Tratado do Rio de Janeiro não nos obriga a agir militarmente senão na hipótese de atos de agressão cometidos dentro da faixa de segurança do hemisfério. Por isso mesmo, não creio que tenhamos grandes vantagens políticas em repetir que pertencemos ao bloco ocidental, porque uma rígida identificação com o moderno conceito político de Ocidente, caracterizado como aliança de países altamente industrializados, poderá dificultar nossos contatos com o mundo do subde-

envolvimento, onde poderemos encontrar excelente campo de ação para a dinamização da política exterior do Brasil. São, entretanto, claros e iniludíveis nossos compromissos no sistema interamericano. Juridicamente, não poderíamos a ele fugir e, politicamente, o seu abandono enfraqueceria consideravelmente o Brasil dentro do continente em que terá de viver. Por isso, sua reafirmação é indispensável, cada vez que sejamos chamados a explorar novos caminhos na vida da comunidade das nações. Talvez fosse mais certo dizer que o Brasil não está alinhado contra ninguém, mas alinhado na defesa do hemisfério, em virtude de obrigações claras e insofismáveis.

3. O convite de 18 de maio de 1961, já também firmado por Sukarno, com o beneplácito – que agora [*soa*] relutante – de Nehru, para uma reunião preliminar no Cairo, a partir de 5 de junho corrente, foi aceito pelos seguintes países, que assim parecem ter anuído à sua caracterização como não-alinhados: 1) Afeganistão; 2) Birmânia; 3) Camboja; 4) Ceilão; 5) Cuba; 6) Etiópia; 7) Gana; 8) Guiné; 9) Índia; 10) Indonésia; 11) Iraque; 12) Mali; 13) Marrocos; 14) Nepal; 15) Arábia Saudita; 16) Somália; 17) Sudão; 18) República Árabe Unida; 19) Iêmen; 20) Iugoslávia.

4. Também convidados, Venezuela e México deixaram de comparecer. A primeira alegou motivos que realmente pareciam excluí-la do não-alinhamento; o segundo, possivelmente interessado em conservar as portas abertas e um alto grau de mobilidade diplomática, limitou-se a alegar razões adjetivas (atrasos do recebimento do convite, impossibilidade de tomar-se decisão tão importante a prazo tão curto, etc.). Já o Brasil, sem aceitar qualquer caracterização de neutralismo ou não-alinhamento, resolveu enviar um observador. Sem querer aprofundar-me sobre a conveniência ou inconveniência política de tal decisão, convém ter em vista que a mesma não pode ser tomada como um ato gratuito ou destituído de significação.

Nenhum outro país enviou “observador” ao Cairo. A única explicação plausível para nossa atitude, aos olhos das chancelarias, era de que a nova política exterior do Brasil desejava precisar em que consistia o não-alinhamento, a fim de determinar se era ou não possível, dentro do quadro de seus compromissos internacionais, examinar a possibilidade de seu comparecimento à conferência de cúpula. Tenha-se em vista que a reunião preliminar do Cairo era de caráter processual, destinada a fixa data, lugar, agenda e

“composição” da conferência de cúpula. A participação do Brasil, ainda que na qualidade de observador, só poderia ser interpretada como iniciativa de que não excluíamos de todo a possibilidade do comparecimento do senhor presidente da República à reunião proposta pelos presidentes Nasser e Tito. Tendo enviado ao Cairo um observador, não poderíamos repelir *in limine* um convite que possivelmente nos seria feito, sem que déssemos a impressão de ter considerado atentamente o problema, já que havíamos admitido a possibilidade de virmos a ser considerados um país não-alinhado, embora não necessariamente um país neutro. Na hipótese contrária, nosso comparecimento só poderia ser interpretado como gesto de mera cortesia ou de simples curiosidade, atitudes que não se conciliam com a seriedade que estamos procurando imprimir a nossa política exterior.

5. Foram estas as idéias que me vieram ao espírito, quando, no dia 2 de junho, soube no [*sic*] Tóquio, através de uma autorização de saque de ajuda de custo, de minha designação para “observador” do Brasil à reunião preliminar, que deveria iniciar-se no dia 5 de junho. Somente um conjunto de circunstâncias favoráveis permitiu minha chegada, em tempo útil, à capital da República Árabe Unida. As linhas aéreas estavam, em Tóquio, congestionadíssimas com o término da Convenção Internacional do Rotary Club, à qual haviam comparecido 13.000 sócios fora do Japão. Graças aos bons ofícios da embaixada da Índia, que cancelou a viagem de um funcionário seu, foi possível meu embarque, por um avião da *Air Índia*, que me colocou no Cairo na madrugada do dia 4, véspera da inauguração da reunião preliminar.

6. Somente na capital da RAU, consegui inteirar-me da natureza exata da reunião que me cabia “observar”. No Japão, ainda nitidamente “alinhado” ao lado dos Estados Unidos, vinculado a um Pacto de Segurança Mútua, o mesmo que provocou os grandes motins e demonstrações de maio e junho de 1959, o assunto fora objeto de tratamento muito discreto e parcimonioso nos jornais.

7. O embaixador Thompson Flores, que em tudo viria ajudar-me com insuperável espírito público e dedicação pessoal, colocou à minha disposição o arquivo da embaixada, onde encontrei um telegrama em que a Secretaria de Estado excluía, de maneira total e absoluta (“Não, repito, não compareceria”), a possibilidade de um comparecimento do presidente Jânio

Quadros à Conferência de Cúpula. Deduzi ser essa informação destinada a uso exclusivo nosso, para fundamentação de nossa atuação na questão, já que me parecia pouco razoável que nos mostrássemos dispostos a “observar” uma reunião, a respeito de cujos resultados já havíamos tomado posição. Não encontrei no Cairo quaisquer instruções que norteassem minha atuação; com efeito, por dificuldades de cifração e decifração, as instruções² do senhor presidente da República somente me chegariam às mãos à tarde do dia 6 de junho, quando já se delineavam os rumos das decisões a serem tomadas. De qualquer maneira, tranqüilizou-me muito verificar que a essas instruções se ajustava perfeitamente minha linha de conduta desde minha chegada ao Cairo, fosse nos contatos que mantinha com as autoridades da RAU e com os diplomatas de outros países, fosse em minha atuação na conferência, dentro da mais absoluta discrição.

8. Os primeiros contatos (Zulfikar Sabri, vice-ministro das Relações Exteriores da RAU; Rato Dugonjic, embaixador da Iugoslávia no Cairo e pessoa intimamente ligada a Tito; Raul Roa, chanceler de Cuba) preocupavam-me profundamente, porque todos os três interlocutores me insinuavam existir, da parte do presidente Jânio Quadros, uma atitude francamente afirmativa no que toca à possibilidade de seu comparecimento à Conferência de Cúpula. Os dois primeiros referiam-se a conversas que teriam ocorrido, em Brasília, entre o presidente e os representantes diplomáticos da RAU e da Iugoslávia. Por sua vez, o chanceler Roa parecia apoiar-se, em sua opinião, nos contatos aqui mantidos pelo senhor Olivares, vice-ministro

² N.E. – “Presidência da República/ Gabinete do Presidente/ Em 31/5/61. Solicito de Vossa Excelência designar o ministro-conselheiro João Augusto de Araújo Castro para representar o Brasil, na qualidade de observador, na Conferência Internacional a realizar-se no Cairo a 5 de junho próximo. 2. Transmitir instruções a Sua Excelência o observador. Estou enviando esse memorando a Sua Excelência o ministro de Estado. As instruções que desejo sejam transmitidas ao observador designado são as pertinentes a nossa política externa. Deve o observador, sem comprometer-se exceto nas demonstrações de simpatia a todos os esforços por paz e, ainda, exceto na reiteração dos nossos princípios básicos de defesa da autodeterminação dos povos e da sua plena soberania e, ainda, de combate frontal ao racismo e ao colonialismo, proceder como simples, embora categorizado, observador. Jânio Quadros” (*Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro, ano 5, número 8, 1º semestre 2006, p. 411-412).

das Relações Exteriores em Cuba. Essas informações contrastavam com a recusa categórica, que se anunciara no telegrama do Itamaraty. Na ausência de esclarecimentos mais precisos, não querendo nem assumir compromissos nem prejudicar nossa mobilidade diplomática no futuro, procurei frisar aos três interlocutores que o Brasil não havia tomado posição quanto ao problema e, somente assim, se explicava o envio de um “observador”. Se o Brasil houvesse optado pelo comparecimento, teria mandado um “representante” e certamente não teria mandado ninguém se houvesse optado pela rejeição liminar do convite. Disse-lhes que tudo ainda nos parecia muito vago e, de qualquer maneira, não poderíamos tomar decisão antes de sabermos em que consistia o não-alinhamento, quais os temas a serem abordados na Conferência de Cúpula e qual a sua tonalidade política. Zulfikar e Dugonjic pareceram respeitar nossa posição. Roa, por sua vez, mostrara-se muito mais categórico e decidido, afirmando-me que nossa posição estava tomada, lamentando apenas que o cancelamento da ida do embaixador Vasco Leitão da Cunha muito prejudicasse o entrosamento de nossas atuações na conferência, já que tínhamos “planos de interesse comum”. Disse a Roa que minha posição de observador tolhia consideravelmente meus movimentos, mas, de qualquer maneira, sempre teria o maior prazer em ouvi-lo. Ao Itamaraty, perguntei, por telegrama, o tom exato da conversa a manter em contatos posteriores com o chanceler cubano, que, aliás, deveria de mim afastar-se nos próximos dias, talvez decepcionado com a pequena receptividade encontrada. Roa, que propusera a cidade de Havana como sede da Conferência de Cúpula, surpreendeu-me com a declaração de que somente a ausência do embaixador Vasco Leitão da Cunha o fizera “optar pela capital cubana”. Na realidade, dizia trazer instrução de Fidel Castro para, através do embaixador Leitão da Cunha, tentar convencer o governo brasileiro da conveniência do oferecimento de Brasília ou Rio de Janeiro como sede da conferência. Frisei em mostrar-lhe meu espanto com o que me dizia, repetindo-lhe que era, pelo menos, duvidoso nosso comparecimento e que, por isso mesmo, não podíamos sequer pensar em oferecer uma cidade brasileira para sede da Conferência de Cúpula. Roa disse-me que, vindo do Japão, possivelmente, não sabia do que se passava em Brasília. Disse-lhe, em tom um tanto seco e terminantemente, que só podia guiar-me

pelas instruções que me mandava meu presidente, através de seu Ministério das Relações Exteriores.

9. Interrogado por todos os lados sobre a posição brasileira, que Roa apregoava por toda parte, como já tomada em sentido afirmativo, procurei cingir-me a meu papel de observador, dentro das instruções recebidas. Alertei, entretanto, o Itamaraty para a hipótese, que, aliás, veio a verificar-se, de que o meu silêncio fosse mais comprometedor de que minhas palavras, caso a posição do Brasil fosse objeto de franco debate na reunião preliminar. Nessa eventualidade, declararia que a presença do Brasil, na qualidade de observador, se prendia a nosso desejo, dentro de uma linha independente de política exterior, de ouvir opiniões e pontos de vistas de países com os quais mantínhamos relações tão cordiais, sem que isso implicasse qualquer compromisso para o futuro. Reafirmaria nossos compromissos no sistema interamericano e as linhas determinantes da nova política exterior brasileira, segundo as diretrizes do senhor presidente da República: trabalho permanente pela paz, combate ao colonialismo e à discriminação racial, reiteração do princípio de autodeterminação dos povos, respeito à soberania e integração territorial. O Itamaraty aprovou a linha geral da declaração em apreço, caso ela se tornasse necessária. Com esse endosso, pôde o observador do Brasil enfrentar, com mais serenidade e confiança, sua delicada tarefa.

10. Enquanto isso, percebia-se claramente que a Índia era muito pouco entusiasta da idéia da Conferência de Cúpula, na qual possivelmente enxergava um esforço conjunto do eixo Nasser-Tito. O senhor Nehru, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, começou por dizer que a Índia não se opunha, “em princípio, à realização de uma conferência”, mas era totalmente avessa à idéia da constituição de um novo bloco. Em outras palavras, não se deviam alinhar demasiadamente as nações não-alinhadas. Por isso mesmo, a Índia desejava a adoção de critério mais amplo e liberal nos convites a serem formulados e, ao contrário de Gana, Mali e Guiné (que falavam em Argélia, Congo e Angola), desejavam que a agenda a ser fixada somente contivesse problemas de ordem muito geral, como o desarmamento, colonialismo, discriminação racial. A Índia queria “temas” e não “problemas”. Em suma, receosa das conseqüências políticas de uma

nova arregimentação, a Índia queria praticamente uma comissão política da ONU, em composição e em temário. Pelos corredores, começou a circular a voz de que o primeiro-ministro Nehru poderia chegar ao ponto de não comparecer à reunião da cúpula, caso não prevalecesse esse critério amplo na formulação dos convites.

11. Na reunião preliminar do Cairo, a Índia foi a direita conservadora, em contraposição à esquerda revolucionária de Cuba e Guiné. Assim, por exemplo, Nehru fez restrições a que se convidassem o governo provisório da Argélia (convidado para o Cairo e para Iugoslávia) e o governo Gizenga, do Congo (convidado para a Iugoslávia); Guiné, Mali e Cuba pareceram favoráveis a que na agenda da Conferência de Cúpula se incluíssem questões específicas como Angola, sendo que o chanceler Raul Roa desejava que o novo agrupamento político fosse aberto a todos os que praticassem ou professassem praticar a doutrina da “coexistência pacífica”. Ficou patente que Cuba, com sua ênfase na coexistência e desejosa de apenas excluir os “imperialistas”, estava consideravelmente à esquerda deste agrupamento de países não-alinhados. Devo acrescentar que a impressão de certos setores de reunião preliminar era de que, com sua participação no Cairo, Roa procurava uma espécie de “atestado de ideologia”, para seu país. Prevalencia, outrossim, a impressão de que Cuba, ao proclamar aos quatro ventos sua identidade de vistas com o Brasil, desejava, com nossa companhia, readquirir um certo ar de responsabilidade em suas relações internacionais. A Iugoslávia e a República Árabe Unida não pareciam felizes diante da tese hindu, cuja vitória diluiria sobremaneira a nova arregimentação de forças políticas. Nasser e Tito visavam seguramente à organização de uma “terceira força” no terreno político-diplomático, embora não necessariamente no terreno militar. É possível mesmo que visassem apenas a uma arregimentação de tipo eleitoral, numérico, com especial reflexo no tratamento de algumas questões em certos órgãos internacionais. Gana, Guiné, Mali, que pareciam pensar apenas em termos de anticolonialismo, são responsáveis pelos convites feitos à Argélia e ao governo Gizenga do Congo. No âmbito da Conferência de Cúpula, a reunir-se na Iugoslávia (Bled, possivelmente) em 1º de setembro de 1961, esses países tudo farão no sentido de posições drásticas e terminantes, sobretudo no caso de Angola.

12. Diante da absoluta impossibilidade de reconciliação entre o ponto de vista da Índia, que desejava congregar em Bled o maior número possível de países, e do ponto de vista do “grupo de Casablanca”, que receava uma diluição do conteúdo político do novo “agrupamento” de potências, estabeleceu-se um verdadeiro impasse que esteve a ponto de fazer fracassar a reunião preliminar do Cairo. Cuba era favorável a um critério restritivo, que limitasse a participação aos “verdadeiros países neutralistas”, mas insistia no sentido da formulação do convite ao México, Bolívia, Equador e Brasil. Nessa fase dos trabalhos sob o item “Composição da Conferência”, procurei manter a mais absoluta discrição, deixando que as coisas tomassem seu curso natural, sem fazer o que quer que fosse, nos bastidores, para estimular ou desencorajar um convite ao Brasil. A falta de acordo em torno do problema da “composição” fez que o encerramento dos trabalhos, previsto para o dia 9, somente se efetivasse no dia 13 de junho, às 3 horas da madrugada. Na realidade, o assunto da “composição”, que deixou de ser resolvido, era o tema central da reunião preliminar do Cairo.

13. Acertara eu com a Secretaria de Estado a tática de fugir a todo e qualquer tipo de declaração, enquanto não se houvessem votado todos os assuntos de substância da Reunião Preliminar. Resolvidas as matérias, à revelia do Brasil, que não tinha voz ou voto, formularia eu a declaração nos termos acima indicados, com a menção expressa de que reserváramos totalmente nossa posição. Circunstâncias imprevisíveis e inteiramente estranhas a nossa vontade, obrigaram-me a precipitar o pronunciamento do Brasil.

14. Com efeito, na reunião plenária realizada na manhã do dia 9 de junho, o chanceler Raul Roa, sem que me desse qualquer aviso prévio, insistia no sentido de que o convite fosse formulado ao Brasil, México, Bolívia e Equador. Sendo Cuba o único país latino-americano habilitado a exprimir seu ponto de vista, já que o Brasil estava representado por um mero “observador”, desejava Roa anunciar que o presidente Jânio Quadros estava em condições de participar da conferência, caso fosse à mesma convidado. Disse ser bastante provável que o Equador comparecesse. México deixara a “porta aberta” e Bolívia compareceria, “caso o Brasil e Equador comparecessem”. Essa declaração de Raul Roa, se passasse sem reparos, destruiria toda nossa cuidadosa atitude de cautela e reserva, pois daria, nos termos

em que fora formulada, a impressão de que havia sido inspirada por nós. Com efeito, a nenhuma pessoa normal pareceria possível que Roa ousasse dar a garantia de nossa participação, sem que a isso o governo brasileiro o houvesse autorizado. Sem interromper Raul Roa, comuniquei imediatamente ao presidente da reunião preliminar, senhor Mahmud Fawzi, ministro das Relações Exteriores da RAU, que necessitava esclarecer a posição brasileira. Com absoluta segurança do que estava fazendo e visando apenas resguardar a palavra e a dignidade do Brasil – que não podia, a meu ver, estar “insinuando” um convite perante uma assembléia de vinte países –, pronunciei as palavras constantes do anexo n. 2. Disse que não tinha, até minutos atrás, a mínima idéia de participar daquele debate, dada minha condição de “observador”. Entretanto, já que se anunciara uma posição como a posição do Brasil, faltaria a meu dever de funcionário diplomático brasileiro e à franqueza e lealdade que devia aos membros da reunião preliminar se deixasse sem reparo algumas observações. Não podia eu admitir que, naquela sala, ninguém, nem mesmo o ministro das Relações Exteriores de uma república irmã, pudesse falar em nome do Brasil. O resto da minha declaração seguiu as linhas gerais para as quais já obtivera a aprovação do Itamaraty. Roa pediu a seguir a palavra, para declarar que lamentava o mal entendido. Não tivera a intenção de falar em nome do Brasil. Limitara-se a aludir, de um lado, a posições públicas adotadas pelo Brasil na vida internacional e, por outro lado, a tornar públicas certas informações que haviam sido confiadas à chancelaria cubana. Não retruquei, porque a mim parecia que qualquer intervenção minha seria desnecessária, considerando-se os termos categóricos com que repelira a possibilidade de que Roa falasse em nome do Brasil. Ao término da sessão, enquanto eu permanecia sentado em torno da mesa, Roa procurou-me para dizer que errara. “Revelara” a verdadeira posição do Brasil porque desejava neutralizar a ação de Gana, Guiné e Mali, que desejavam restringir o comparecimento à Conferência de Cúpula aos 20 países que haviam participado da reunião preliminar, acrescidos do Congo de Gizenda e do governo provisório da Argélia. Pediu-me que considerasse o incidente encerrado. Respondi-lhe que, pessoalmente, assim o considerava e estendi-lhe a mão. “E politicamente?”, perguntou. “Isso não depende de mim; depende de meu

governo”. Dei imediatamente conhecimento do caso à Secretaria do Estado. À saída, enquanto esperávamos nossos automóveis, o embaixador iugoslavo Rato Dugonjic batendo-me amistosamente nas costas, disse: “Dans les mêmes circonstances, j’aurais fait la même chose et prononcé les mêmes paroles. Nous voulons savoir ce que pense le Brésil mais nous voulons le savoir du Brésil”.

15. A troca de palavras com Roa ocorreu na sétima sessão plenária, realizada em 9 de junho corrente, sessão não franqueada ao público. O incidente, entretanto, transpirou e é conhecido em todo o Ministério de Negócios Estrangeiros da RAU e nos círculos diplomáticos do Cairo. A imprensa da RAU, sob controle estatal, nada noticiou. Desejo assumir a mais plena responsabilidade pela minha atitude. Posteriormente, encontrei várias vezes o chanceler Roa e nunca deixei de saudá-lo. À véspera de minha partida, conversamos mesmo longamente, em bases muito cordiais, sobre alguns aspectos urbanísticos do Cairo e sobre política japonesa, pela qual Roa parecia interessar-se.

16. O impasso em torno da questão dos convites a serem formulados se tornava insolúvel e coube à habilidade dos chanceleres Fawzi, da RAU, e Popovitch, da Iugoslávia, encontrar a fórmula que impedisse a cisão aberta entre os dois grupos. A fórmula Fawzi-Popovitch consistia, como quase todas as fórmulas diplomáticas, em deixar a questão em aberto, isto é, no mesmo pé em que se encontrava ao ser instalada a reunião preliminar. Cumpre aqui repetir que a principal tarefa da reunião do Cairo era precisar a “composição” da Conferência da Cúpula, após a fixação de alguns critérios de não-alinhamento. Quando se chegava a acordo sobre a fórmula Fawzi-Popovitch, Roa, sem qualquer êxito, entretanto, introduzia alguns elementos de confusão. Queria que se abandonasse o termo não-alinhamento, que, pelo menos em espanhol, não queria dizer coisa alguma. Segundo Roa, uma nação não-alinhada seria, em espanhol, uma nação sem linha política definida. Por isso, deveríamos voltar ao conceito básico da “coexistência pacífica”.

17. Em linhas gerais, ficou resolvido o seguinte: a Conferência de Cúpula de Chefes de Estados e Governos Não-Alinhados reunir-se-á na Iugoslávia, possivelmente em Bled, no dia 1º de setembro de 1961, dezoito dias

antes da abertura da Assembléia Geral da ONU. Os convites para tal reunião serão formulados pelo governo de Belgrado, em nome dos países que participaram efetivamente da reunião preparatória do Cairo. (Entre esses países não está incluído o Brasil).

18. Os convites a serem formulados deverão guiar-se pelos seguintes critérios de não-alinhamento:

1. O país deve ter adotado uma política independente baseada sobre a coexistência de Estados com sistemas sociais e políticos diferentes e no não-alinhamento, ou estar demonstrando uma tendência nesse sentido (a ressalva “e no não-alinhamento”, foi proposta pela Índia para neutralizar as intenções do chanceler cubano).
2. O país deve ter apoiado, de maneira consistente, os movimentos de libertação nacional.
3. O país não deve ser membro de uma aliança militar concluída em função de conflitos entre grandes potências.
4. Se um país tem um acordo bilateral militar com uma grande potência estrangeira ou é membro de um pacto regional de defesa, o acordo ou pacto não deve ter sido concluído deliberadamente em função dos conflitos entre grandes potências.
5. Se o país tiver concedido bases militares a uma potência estrangeira, a concessão não deve ter sido feita em função de conflitos entre as grandes potências.

19. Como se vê, esses cinco critérios conjugados, propostos pela Índia, autorizariam a inclusão de praticamente todo e qualquer país cujo comparecimento fosse julgado desejável pelos sócios fundadores do novo agrupamento político. As únicas exceções se prenderiam, a rigor, à integração no Pacto de Varsóvia, no Pacto do Atlântico Norte, no Pacto de Bagdá, SEATO, etc. Prevalece claramente a intenção de não considerar-se o Tratado do Rio de Janeiro como tendo sido concluído “em função do conflito entre as grandes potências”. Esse é, entretanto, um ponto sujeito a discussão.

20. A questão dos convites ficou afeta a um comitê que funcionará no Cairo, sob a presidência da RAU, integrado pelos representantes diplomáticos dos “sócios fundadores”. Com o objetivo de evitar embaraços e constrangimentos, o comitê explorará, por via diplomática, antes de ser formulado o convite, a possibilidade de sua aceitação. Não seremos, assim, formalmente convidados, sem que tenhamos revelado certa receptividade.

21. É praticamente certo que fortes apelos serão dirigidos ao Brasil, cuja posição estará aberta. Devemos tomar claramente a posição de que o Brasil não participa do comitê de representantes diplomáticos, mesmo a título de observador. No curso dos trabalhos da reunião preliminar, o nome do Brasil foi sugerido, em primeiro lugar, pelo Iraque e, posteriormente, com muita ênfase, por Cuba. Vários outros países foram lembrados, entre os quais, México, Equador, Venezuela, Suécia, Líbano, Libéria, Tunísia. Ficou claramente entendido que o comitê apreciaria os nomes de todos esses países.

A agenda da Reunião de Cúpula será a seguinte:

- I) Troca de vistas sobre a situação internacional.
- II) Estabelecimento e fortalecimento da paz e da segurança internacional:
 1. respeito pelo direito dos povos e nações à autodeterminação, luta contra o imperialismo, liquidação do colonialismo e neocolonialismo;
 2. respeito pela soberania e integridade territorial dos Estados, não-interferência e não-intervenção nas questões internas dos Estados;
 3. discriminação racial e *apartheid*;
 4. desarmamento completo e geral, proibição de testes nucleares; problema de bases militares estrangeiras;
 5. coexistência pacífica entre Estados com diferentes sistemas políticos e sociais (item proposto por Cuba);
 6. papel e estrutura das Nações Unidas, na implementação de suas resoluções.

- III) Problemas de desigual desenvolvimento econômico; fomento da cooperação técnica e financiadora internacional.
- IV) Quaisquer outras matérias.
- V) Comunicado da Conferência de Cúpula (que, naturalmente, enfeixaria todas as moções e recomendações).

22. Como se verifica, com a aprovação da agenda de caráter tão geral, que parece reproduzir os temários das duas comissões políticas da Assembléia Geral da ONU, a Índia conseguiu, também neste particular, impor seu ponto de vista, com a implícita ameaça de não-participação, em caso de não-aceitação.

23. A escolha da sede da conferência oscilou entre Cairo e Belgrado. A proposta de Havana (Roa transmitira oferecimento de Fidel Castro no sentido de que pagaria todas as despesas) não obteve qualquer receptividade. O Ministério de Negócios Estrangeiros da RAU alimentava a forte esperança de que o Cairo acolhesse os diferentes chefes de Estado, mas habilmente procurou disfarçar sua derrota com o forte endosso da Iugoslávia. Correu fortemente nos bastidores que uma das razões para o abandono do Cairo residiu na convicção de que Negus da Etiópia se recusaria a ir à capital da RAU, caso fosse ela a sede da Conferência de Cúpula.

24. Durante minha estada no Cairo, mantive os mais estreitos contatos com o Ministério de Negócios Estrangeiros da RAU, cujo chanceler Mahmoud Fawzi eu conhecera muito de perto nas Assembléias Gerais da ONU e durante os anos de 1951 e 1953, quando me tocava assessorar o embaixador João Carlos Muniz. Fawzi procurou sempre ser muito simpático comigo (“C’est le Brésil qui nous encourage”, “Le Brésil est désormais présent à tout”), parece ter tido especial prazer em proporcionar-me a oportunidade de replicar ao chanceler Raul Roa. Fawzi presidia, no momento, à reunião. À Conferência do Cairo, estiveram presentes os ministros das Relações Exteriores de 9 países, a saber: Afeganistão, Cuba, Gana, Guiné, Indonésia, Mali, Arábia Saudita, RAU e Iugoslávia. Camboja, Marrocos e Iêmen estiveram representados por ministros de Estado (vide anexo n. 3). Procurei, com especial interesse, os representantes dos novos Estados africanos, que ora interessam, tão de perto, à ação internacional do Brasil.

Encontrei neles grande curiosidade por nossas coisas e pelos rumos de nossa política exterior independente. Devo, entretanto, frisar que todos têm consciência de nosso péssimo *record* na ONU em matéria de colonialismo. Disseram-me que estão muito alentados com as enfáticas declarações anticolonialistas do presidente Jânio Quadros e com as novas posições brasileiras. Disseram-me, entretanto, muito claramente, que o “banco de prova” de nossas intenções residiam nos casos de Angola, Congo e Argélia, na eventualidade de fracassarem as negociações que ora se processam em Evian. É, certamente, de notar-se o apoio dado ao governo Gizenga. Ninguém na reunião preliminar, nem mesmo a Índia e Camboja, que reservaram sua posição, ousou mencionar o nome de Kasavubu.

25. Constitui grande experiência verificar o grau de maturidade política e seriedade de propósitos com que os Estados africanos recém-constituídos se aproximam dos problemas internacionais. Seus representantes diplomáticos ficaram possuídos por uma idéia muito clara e muito direta do que desejavam no campo internacional. Se temos interesse em cultivá-los, devemos caminhar para o abandono definitivo de nossas posições antigas de compreensão dos interesses franceses e portugueses. Porque me pareceram, todos eles, ainda muito reservados em relação a nós, até que nossa posição melhor se firme no setor anticolonialismo.

26. Devo, entretanto, deixar consignado que foram os representantes da Iugoslávia, principalmente o ministro Popovitch e o embaixador Dugonjic, que, compreendendo e respeitando minha condição de “observador”, me proporcionaram os melhores e mais seguros elementos para a compreensão do jogo de forças que se processava nos bastidores.

27. Por ocasião do banquete oficial, oferecido no palácio El-Tahera, às diferentes delegações, o presidente Gamal Abdel Nasser perguntou-me com grande interesse pela saúde do presidente Jânio Quadros, pediu-me que expressasse a Sua Excelência seu agradecimento pelo envio de um “observador” à reunião preliminar e lhe transmitisse suas saudações afetuosas.

28. O embaixador Thompson Flores prestou-me a mais leal e integral cooperação, sem intervir em meu trabalho e sem procurar influenciar em minhas decisões. Se desejo consignar meu reconhecimento, não quero transferir-lhe uma parcela, por mínima que seja, de minha responsabilidade. Colocou à minha disposição o secretário Mozart Janot, que revelou gran-

des qualidades de sóbrio e seguro julgamento na avaliação dos problemas políticos da reunião preliminar e foi incansável nos penosos serviços de cifração e decifração. Devo também consignar meu agradecimento aos secretários Santos Lima e Rigueira, funcionários de primeira ordem, que procuraram ajudar-me de todos os modos possíveis.

29. Como as notas taquigráficas relativas à reunião da manhã de 9 de junho contivessem uma versão um tanto truncada e incompreensível das declarações que formulara a respeito do Brasil, enviei carta ao senhor Mahmud Riad, pedindo que fosse realizado confronto com a gravação de som (*tape recording*) em poder do secretariado. Para maior segurança, já que o serviço de traduções simultâneas não oferecia a menor segurança (a língua árabe era a base de todas as interpretações), levantei o ponto, em questão de ordem, na sessão de encerramento, obtendo a segurança de que o texto de minhas declarações figuraria nas Atas na forma exata do anexo n. 2. Aproveitei a oportunidade para reiterar os dois pontos fundamentais de minhas declarações: 1) o Brasil reservava totalmente sua posição no tocante aos resultados, conclusões e deliberações da Reunião Preliminar do Cairo; 2) o Brasil reafirmava todos os seus compromissos diante do sistema interamericano, ao qual se conservaria fiel.

30. Julgaria de interesse que o texto do presente relatório fosse encaminhado, juntamente com as instruções do governo brasileiro às embaixadas do Brasil no Cairo e em Belgrado. Novamente, a capital da República Árabe Unida se tornará o centro das atividades dos países não-alinhados. Como assinalai acima, não está prevista a participação do Brasil no comitê de representantes diplomáticos, mesmo a título de observador. Deveríamos, a meu ver, evitar qualquer interferência nas atividades desse comitê, a fim de que não pareçamos, de maneira alguma, estar insinuando um convite ao Brasil. Desejo, entretanto, frisar que o comitê – integrado por embaixadores, ministros e encarregados de negócios dos países que tomaram parte na reunião do Cairo – explorará, por via diplomática, a possibilidade de aceitação de um convite, antes de ser ele formalizado pelo governo iugoslavo em nome dos países participantes.

31. Parece-me extremamente duvidoso que o Brasil possa acreditar um observador à Conferência de Cúpula. O ponto não foi levantado no Cairo, mas, considerando-se a natureza de uma conferência de chefes de Estado,

deveríamos concluir pela negativa. A embaixada do Brasil no Cairo poderia proceder a sondagens sobre este ponto, em contatos informais e pessoais com membros isolados do comitê dos representantes diplomáticos. Refiro-me, evidentemente, a um observador acreditado junto à conferência e não a um funcionário designado para representar o assunto *in loco*.

32. A violenta campanha da imprensa soviética, desencadeada contra Nasser e a política exterior da RAU, no momento exato em que se reuniam no Cairo os países não-alinhados, veio revelar que aos interesses de Moscou não favorece a configuração desse novo agrupamento político, que privaria o Kremlin da liderança no movimento anticolonialista, nota tônica de todas as declarações dos países não-alinhados. Não parece procedente a suspeita de que a campanha de propaganda seja produto de um entendimento tático entre a URSS e a RAU, com o objetivo de tranquilizar alguns países ainda indecisos e recalcitrantes em relação à política de não-alinhamento.

Conclusões

33. Sem querer prejudicar da decisão do senhor presidente da República, no tocante ao convite ou às sondagens que nos serão feitas, julgo de meu estrito dever registrar algumas impressões pessoais, à luz do que me foi dado observar no âmbito da reunião preliminar do Cairo.

1. A aceitação, por parte do Brasil, de um convite de comparecimento à Conferência de Cúpula não implicaria necessariamente uma atitude neutralista ou de alheamento à sorte do Ocidente, ao qual estamos ideologicamente vinculados. Reafirmamos no Cairo todos os nossos compromissos dentro do sistema interamericano e dissemos que aos mesmos deveríamos conservar-nos fiéis. Se o convite agora for feito, se a nossa presença for agora solicitada, isso se fará com plena ciência de nossa posição, que exclui o neutralismo. Ninguém sabe precisamente em que consiste o não-alinhamento e os termos amplos da definição da Índia nos permitiriam a mais ampla liberdade de manobra. O Brasil reafirmaria sua posição quanto à defesa do hemisfério, repeliria o neutralismo, mas não definiria formalmente sua posição como povo alinhado ou não-alinhado. Surgiria, entretanto, toda uma série de especulações sobre os rumos de nossa política

exterior, com graves reflexos sobre nossa ação diplomática no continente. O México, particularmente, não deixaria de explorar, a fundo, junto às chancelarias do hemisfério, as brechas que se ofereciam com o delineamento de uma “nova” posição brasileira. E é extremamente duvidoso que, pelos motivos que abaixo anotei, esses inconvenientes sejam compensados pelas vantagens políticas de nossa participação.

2. A circunstância de realizar-se a conferência na Iugoslávia, que ideologicamente, embora não politicamente, pertence ao bloco socialista, em bases de não-alinhamento militar, tornaria ainda mais controvertida nossa participação. Uma conferência realizada na Iugoslávia não pode ter a mesma tonalidade política de uma conferência realizada num dos novos países africanos.

3. O fato de estarem presentes em Bled Antoine Gizenga e o chefe do governo provisório da Argélia, colocar-nos-ia em situação particularmente delicada, a menos que, até 1º de setembro, revíssemos – o que não parece provável – nossa posição em relação ao reconhecimento de ambos os governos.

4. O novo alinhamento de nações não-alinhadas é claramente orientado, no nível diplomático, por Tito e por Nasser, com vistas a fortalecerem a posição diplomática de seus países. O agrupamento compreende grande parte da África, talvez sua parte mais atuante, mas não toda a África. Os países do “Grupo de Monróvia”, que procuram conservar sua ligação com as metrópoles, embora em base de igualdade, parecem relutantes em aceitar qualquer identificação com este agrupamento. A identificação com uma das correntes africanas poderia assim, prejudicar nossa ação diplomática de aproximação.

5. Coisa muito mais importante: o teor das declarações, proclamações e resoluções a serem formuladas na Iugoslávia terá um cunho de radicalismo anticolonialista, que estaremos dificilmente em condições de aceitar, sem reservas. Muito embora sejam muito amplos e gerais os termos da agenda, tudo indica que a França e Portugal, principalmente o último, receberão a mais forte e contundente condenação; tudo indica, outrossim, que uma posição muito firme será tomada na questão de bases militares estrangeiras.

6. Comparecer a Bled e reservar nossa posição em face de todos estes problemas se traduziria em apreciável desgaste diplomático para o Brasil.

Em confronto com a de países muito mais radicais, nossa posição pareceria tímida e indecisa, em contraste com a posição ativa e independente que o presidente Jânio Quadros vem procurando assumir. É preferível ser o elemento mais avançado de uma corrente de conservadores a ser o elemento mais tímido e reacionário numa assembléia de radicais.

7. Conviria, entretanto, com vistas à conservação de nossa mobilidade diplomática, mantermos a área de aproximação com os países não-alinhados. O senhor presidente da República poderia telegrafar aos chefes de Estado reunidos em Bled, manifestando que o Brasil acompanha, com o maior interesse, seu trabalho em prol da paz mundial e reafirmando uma firme posição no tocante ao anticolonialismo e à autodeterminação.

8. Cogita-se do comparecimento à Assembléia Geral das Nações Unidas de um número apreciável dos chefes de Estado presentes em Bled; o presidente Jânio Quadros poderia contemplar a possibilidade de um comparecimento seu à Assembléia Geral da ONU, onde encontraria os chefes de Estado não-alinhados, em terreno nosso, onde temos experiência e onde teríamos, principalmente na área latino-americana, outros elementos de apoio. Nessa hipótese, teríamos, entretanto, de assentar meticulosamente, desde já, as bases de nossa atuação frente aos grandes problemas mundiais, de maneira a mais perfeitamente definir as bases de nossa política exterior independente, não-alinhada contra ninguém, mas alinhada em favor da paz.

9. Num certo sentido, podemos dizer que o Brasil nunca desenvolveu uma ação política na Assembléia Geral da ONU; nunca compareceu à Nova York com plano de ação articulado, limitando-se quase sempre a uma reiteração de princípios e posições. E estamos convencidos de que, convenientemente aproveitado por nós, as Nações Unidas constituíram o melhor foro para uma mais perfeita caracterização de nossa nova política exterior, em bases de completa independência.

10. Tenho o entendimento de que a intenção do governo brasileiro é seguir a política mais independente possível, dentro do quadro de nossos compromissos e obrigações internacionais. Esse deveria ser o roteiro de nossa atuação no ONU. Sem problemas internacionais de caráter político, o Brasil possui, como nenhum outro país, uma perfeita mobilidade e uma potencialidade ilimitada de expansão diplomática. Dentro de uma linha de

independência, poderemos aproximar-nos de todos os países do mundo, procurando novos campos de ação e de presença (Ásia e África), sem desprezar os antigos (América Latina e Europa). Nada, porém, será atingido sem planejamento político e sem flexibilidade diplomática e, sobretudo, sem o mais perfeito entrosamento entre os setores de formulação e definição e os setores de execução, porque estamos diante de um trabalho de paciência e de precisão, de nuances e de ênfase, num momento extremamente delicado da crise internacional e num momento em que, pela primeira vez, tentamos situar o Brasil no mundo e definir um linha política brasileira em função e dentro do contexto da política das nações. Estamos diante de um problema novo. Pela primeira vez se coloca, entre nós, o problema da política exterior e a colocação do problema não poderia ser feita sem divergências e controvérsias.

Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1961.

ANEXO N. 2

Remarks

by Mr. J. A. de Araújo Castro, observer of Brazil

Mr. Chairman,

Nothing was further from my mind than to intervene on this debate. As a matter of fact, you will have noticed that I have tried to act strictly in the capacity of observer.

Since, however, my country's attitude has been mentioned in the discussion, I would fail to my duty as a diplomatic official of Brazil and to the consideration I owe to the members present here if I let some remarks pass unnoticed.

If you concur with me, Mr. Chairman, I cannot permit anyone in this room, even the Foreign Minister of a sister nation, to speak for Brazil. I would thus ask your indulgence for a very brief statement on our position.

The government of Brazil has welcomed this opportunity to be present, in the capacity of “observer” at this preparatory meeting of Cairo.

My government has thus wished to signify its full appreciation for your noble endeavors in the cause of peace and human understanding and, while not committing itself for the future, has been moved in this instance by its desire to give a tangible example of its determination to explore all avenues leading to peace.

Ours is an age of sudden changes and pervading anxiety, of challenge and response, of impending peril and yet of unlimited hope.

We do not believe that mankind may outlive freedom or that nations may continue to dictate their wishes to other nations and we fought the establishment of the so-called right of veto in the Security Council at the creative days of San Francisco.

We do not believe that our conscience will suffer us to condone with any hindrances opposed to the world-wide yearnings for the self-determination of peoples, and this feeling springs from a deep seated conviction that freedom is the natural legacy of every human being, regardless of colour, race, creed or religion; we do not believe that any part of mankind should be denied the blessings of freedom, progress, economic and social development; we do not believe in intolerance or hatred as a means to attain political objectives in a troubled world; we do not believe that any nation or any bloc of nations, aligned or non aligned, holds a monopoly on truth, or a monopoly on principle or a monopoly on independence.

You are acquainted with the deep interest and undeviating attention with which we accompany the events of Africa, a whole continent coming of age as new factor working towards the stabilization of the world situation. As it was clearly stated by president Jânio Quadros before the National Congress on March 15, 1961, “a prosperous and stabilized Africa is essential to the security and development of Brazil”. No words could more forcefully portray our brotherly feelings towards the new nations of Africa and our position on the overall problem of freedom and self-determination, a principle we have repeatedly reaffirmed, whenever the occasion arose.

At the same time, we shall never fail to honour our international commitments and obligations under the Charter of the United Nations,

under the Organization of American States and the inter-American system which does constitute a new milestone in the long road towards peace and security in our hemisphere and does express a new sense of solidarity and brotherhood among the American republics when confronted by a common danger. We shall not retract from our commitments and our pledges, freely arrived at. At the same time, we view security in the hemisphere as closely and unescapably linked with the cause of economic development, a guiding principle of our policies, both at home and in the community of nations.

My country is a country of many races, all living peacefully and harmoniously within our national boundaries. We abhor prejudice and discrimination and our national unity stems from the very diversity of our origins. And we have not attained to this high level of racial democracy in obedience to consideration of justice or to the practice of so-called humanitarian principles. This is not for us an ethical problem, indeed it was never raised in Brazil and it is hard for us to believe that it can be seriously raised anywhere. Yet it has been raised and you can always count on the firm collaboration of Brazil, in the proper international bodies, to stamp out the seeds of hatred and mistrust.

The government of Brazil will view the current proceedings and debates of Cairo as a contribution to the cause of international peace and security and as a proof that men of good will have not parted with hope. Pending this study and evaluation, however, my government wishes to fully reserve its position.

Since I have been given the floor, I wish to add a final word to convey to the government and people of the United Arab Republic and to yourself, Mr. Chairman, our heartfelt appreciation for all courtesies and attention in our regard.

Thank you, Mr. Chairman.

June 9th, 1961.

*

DOCUMENTO 13

Trechos de exposição do ministro Afonso Arinos na Câmara dos Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

125ª Sessão / Em 28 de julho de 1961.

Exposição do ministro Afonso Arinos.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

É sempre com grande sentimento de honra e com grande satisfação pessoal que frequento esta altíssima tribuna nacional.

Acorro à convocação da casa, formulada em seguimento à requisição apresentada pelo nobre deputado Cid Carvalho, que determina uma exposição do ministro de Estado das Relações Exteriores, esclarecendo as diretrizes gerais de nossa política externa.

Devo justificar, de início, a solicitação que tive a honra de formular perante este plenário, no sentido de que me fosse permitido comparecer à Câmara dos Deputados após a realização das duas conferências que sucessivamente devem ter lugar na capital da República do Uruguai, a Conferência Latino-Americana de Livre Comércio e a Conferência do Conselho Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos. Usava aquela minha sugestão ao propósito de poder comparecer perante V.Exas. munido ou provido de elementos mais recentes e mais concretos, no tocante às tentativas internacionais tendentes à organização do planejamento econômico e social do continente.

Entendeu, no entanto, o plenário, no seu alto discernimento, que melhor seria que o ministro aqui comparecesse a fim de, antecipadamente, submeter a V.Exas. as diretrizes que nos levam àquelas reuniões, bem como outros pontos cujo esclarecimento interessa, decerto, ao Poder Legislativo.

E seguidamente a essa determinação considero que se torna, talvez, mais lógico que eu inicie a minha exposição tratando precisamente daqueles setores da nossa política externa que mais diretamente se relacionam com os problemas econômicos, financeiros e sociais.

Na verdade, Senhor Presidente – e esta é uma observação de passagem, que formulo apoiado pela experiência da gestão de alguns meses do Ministério das Relações Exteriores –, o que ocorre no seio do Poder Legislativo, tanto nas comissões como no plenário, no tocante à concentração ou à prioridade das atenções dos homens públicos, no que concerne aos temas da administração nacional, também se verifica no aparelho destinado a gerir e a coordenar as providências relacionadas com a política externa.

Também hoje se pode observar no Itamaraty uma marcha paralela e harmônica com aquilo que vemos no seio do Poder Legislativo, ou seja, uma atenção quase que eu poderia dizer prioritária para os assuntos de natureza econômica, seguramente, porque estamos em uma fase da vida dos povos na qual toda a superestrutura política, todo o sistema de relações sociais, toda a delicada maquinaria institucional está tanto, ou mais do que nunca – seguramente mais do que nunca – presa e condicionada à organização econômica dos povos.

É, portanto, natural que principie minha exposição numa rápida análise dos fatos e das intenções relativas às recentes missões que, através do Itamaraty, o governo federal enviou e está enviando para o cuidado dos assuntos de natureza econômica.

A Conferência de Montevidéu, do CIES – Conselho Interamericano Econômico e Social – foi cuidadosamente preparada, como sabe a Câmara, na base mais recente do conhecido discurso do presidente dos Estados Unidos, pronunciado a 13 de março do corrente ano, no qual aquele jovem estadista e líder mundial concatena e exprime, com singular energia e brilhante síntese, as novas posições do seu povo e do seu governo com referência ao problema do desenvolvimento econômico da América Latina, ou seja, dos países subdesenvolvidos do Novo Mundo.

No planejamento dessa reunião participamos nós, brasileiros, com a presença de técnicos de renome no nosso país e fora dele, que cooperaram na preparação da agenda e dos documentos básicos da Conferência de

Montevidéu. Na parte referente ao desenvolvimento econômico dos outros países da América Latina, tivemos a colaboração do dr. Cleanto Paiva Leite, diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e também diretor do Banco Interamericano. Na parte relativa aos problemas da integração econômica continental, enviamos como técnico o sr. Gerson Augusto da Silva, conhecida autoridade em matéria de direito fiscal, autor de trabalhos da maior significação nesse terreno dos estudos jurídicos e financeiros e que foi também elemento de valia em toda a coordenação das providências de que surgiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Finalmente, a parte destinada a fixar os critérios normativos para a estabilização dos preços dos produtos de base, assunto de insubstituível interesse e importância para o nosso país, como sabem todos aqueles que detiveram postos de responsabilidade na nossa administração financeira – e aqui vejo, por exemplo, o senhor José Maria Alkimim, ex-ministro da Fazenda.

.....
O senhor ministro teve como representante o economista e professor Rômulo de Almeida, que tomou parte, por indicação do Itamaraty, nas reuniões realizadas sob a égide da Organização dos Estados Americanos.

Desde logo, Senhor Presidente, desejo, de passagem, chamar a atenção da casa para a posição perfeitamente apolítica – não direi eclética, porque talvez o adjetivo não se insira com felicidade com aquilo que desejo salientar, mas, seguramente, imparcial – [*com que*] o governo escolheu como seus representantes, em funções desta delicadeza e significação, três ilustres especialistas brasileiros, que exercitaram funções similares no decorrer do período presidencial anterior. Tanto o senhor Cleanto Paiva Leite, quanto o senhor Gerson Augusto da Silva, quanto o senhor Rômulo de Almeida, tiveram incumbências igualmente significativas no decorrer do quinquênio que precedeu ao atual mandato do presidente Jânio Quadros.

Temos em mãos – e aqui posso oferecer um exemplar aos arquivos da Câmara dos Deputados – o esboço, ou o anteprojeto, de documento básico que deve emanar das conclusões da Conferência de Montevidéu.

Tenho e conservo para uma análise o texto original em inglês e passo à consideração da casa a tradução oficial, feita pelo Ministério das Relações

Exteriores. Não vou aprofundar-me no exame deste documento. Apenas desejo salientar, inicialmente, que ele é feito com colaboração de várias autoridades nos diferentes países, inclusive aqueles brasileiros que acabo de enunciar. O que pretende neste momento o Itamaraty está em estudos, a fim de que possa acrescentar ao texto originário alguns capítulos, pelo menos dois especiais, que digam respeito àquelas necessidades por nós consideradas mais próximas e mais prementes, entre elas precisamente a relativa à estabilização dos preços dos produtos de base.

Mas, Senhor Presidente, numa análise extremamente perfunctória, direi mesmo superficial, deste texto, gostaria de salientar, em primeiro lugar, a sua importância abrangente e profunda, visto que ele pretende sugerir, em globo, aquelas providências e aqueles estudos que se tornem necessários para eliminar essas causas e atender àquela situação geral de carência.

É curioso observarmos, em primeiro lugar, conforme tenho reiteradas vezes declarado, que este documento corresponde, de certa maneira, a uma espécie de desenvolvimento progressivo e ampliado da Ata de Bogotá. A injustiça que muitas vezes tem procurado tornar parcialmente despidiendas as declarações que formulei a respeito de ligações entre a atual política pan-americana do governo e aquela que foi iniciada no decorrer do quinquênio anterior, através do movimento chamado Operação Pan-Americana, essa injustiça particularmente se apresenta quando da análise das reiteradas manifestações que tenho produzido. Ainda hoje insisto neste ponto, em declarar que o documento que temos em mãos é o prosseguimento ampliado e aprofundado daquelas observações e daquelas sugestões anteriormente contidas na Ata de Bogotá, da mesma maneira que o programa intitulado Aliança para o Progresso, proclamado no discurso de 13 de março do presidente Kennedy, é a evolução histórica – ampliada naturalmente e modificada de acordo com novas conjunturas internacionais – daquele movimento verificado – que teve início no nosso país, sob o nome de Operação Pan-Americana – no decurso do governo do senhor Juscelino Kubitschek.

As diretrizes gerais contidas no documento de Montevidéu se referem à diversificação da economia, ao implemento da produção rural, ao estímulo à educação primária, especializada e técnica, à defesa da saúde pública, ao estabelecimento dos serviços higiênicos essenciais, urbanos e

rurais, à construção de casas populares, aos estudos para uma melhor distribuição das rendas nacionais, à análise da valorização dos recursos internos e, enfim, às providências relativas à estabilidade dos preços básicos.

Passado este capítulo das normas gerais, entramos nas sugestões a respeito dos planos nacionais para desenvolvimento econômico e social. Então, encontramos os itens referentes ao planejamento de metas governativas nacionais, à seleção das prioridades para o encaminhamento e a execução destas metas, à preparação dos planos específicos que venham se inserir nos programas gerais de desenvolvimento, porque, como bem sabe a casa, há uma diferença substancial entre programar uma aspiração norteadora global, enquanto que o plano é aquele processo parcial de execução de um programa. Então, aqui se trata precisamente do planejamento para a execução daquele programa considerado na parte mais geral da Carta de Montevideú.

Temos, em seguida, o item referente à cooperação privada de cada nação, para atender, acompanhar e complementar os financiamentos e os auxílios públicos, nacionais e internacionais. Temos o capítulo referente à avaliação dos recursos, o capítulo que diz respeito ao cálculo dos custos e, finalmente, os itens concernentes à política fiscal que seja a mais adequada para a realização desses planos e, também, à repercussão deste programa e desses planos na estrutura estática de natureza econômica e política dos Estados considerados.

Em seguida, deve entrar a conferência na apreciação dos princípios, que devem guiar a atuação dos governos na medida em que tenham chegado a um acordo sobre esses temas gerais. Então, partimos do princípio chamado de auto-ajuda, isto é, o esforço individual de cada nação para completar, com seus próprios recursos materiais e técnicos, o auxílio internacional dos países e das agências que venha a receber.

Em seguida, deparamos com os artigos referentes à reforma agrária e é para mim extremamente satisfatório mencionar este ponto diante da Câmara dos Deputados, no momento em que esta casa do povo, esta casa do Congresso Nacional está interessada no andamento dos trabalhos da comissão especial constituída para o exame desta transcendente matéria da nossa vida, não apenas econômica e humana.

Devo dizer a V.Exas. que há dias mantive ligeiro entendimento com o nobre deputado José Joffily, autor de um dos substitutivos ou de uma das versões apresentadas à comissão para o nosso plano de reforma agrária, e pude considerar em quantos pontos estamos de acordo, tendo eu a satisfação de lembrar a S. Exa. uma das épocas mais caras das minhas recordações de deputado, quando fui relator de uma comissão similar que aqui se estabeleceu e dediquei o mais sofrido dos meus apoucados esforços à preparação do parecer e de um anteprojeto, que ofereci à consideração de meus pares.

Mas, Senhor Presidente, não é apenas a feliz coincidência do disposto na futura Carta de Montevideu com os propósitos apresentados e programados pela Câmara brasileira que desejo mencionar; é também a plena concordância dos dois movimentos com uma das partes mais importantes do extraordinário documento papal, a encíclica *Mater et Magistra*, que foi há poucos dias expedida pelo Santo Papa reinante. É curioso observarmos como em tantos setores – na voz da Igreja, como na providência dos diplomatas, reunidos em uma capital latino-americana, como na cogitação dos representantes do povo brasileiro – esta matéria da reforma agrária, esta matéria da transformação, não apenas dos nossos sistemas de exploração das atividades rurais, mas também dos sistemas jurídicos de domínio e de propriedade do solo, acaba de se apresentar em tão homogênea significação.

Adiante, referindo-se à produção rural, trata a Ata de Montevideu da questão do crédito.

Finalmente, entramos na análise da prioridade da destinação dos recursos econômicos, repartindo-o entre a agricultura, a indústria e os serviços básicos.

Em seguida, a exposição dos chamados planos de emergência que venham atender àquelas situações mais instantes dos diferentes países e que sirvam, ao mesmo tempo, como uma espécie de mostuário, em um espelho de aumento, das necessidades básicas dos diferentes Estados dos diferentes povos da América Latina.

Neste particular, o trabalho realizado pela comissão especial que se reuniu no Itamaraty é digno dos encômios e da gratidão dos senhores deputados, porque foi feito um arrolamento – com a assistência de vários

representantes de governo estaduais – dos planos, de estudos, das tentativas, das necessidades, dos anseios, das esperanças de quase toda a população nacional, no tocante ao planejamento para o seu respectivo desenvolvimento e, também, ao planejamento para a elevação do seu nível de vida e para o implemento das condições sociais de todos os brasileiros.

Esse arrolamento foi feito e vai servir de base aos estudos do plano de emergência, que, como sabem os senhores deputados, está sendo objeto de trabalho na assessoria presidencial, juntamente com os estudos referentes ao plano de mais larga envergadura, que se deva distribuir por vários anos de execução.

Temos, depois, senhores deputados, o capítulo referente ao financiamento público e particular, ao financiamento nacional e externo, ainda aqui baseado com certos pressupostos da Ata de Bogotá. Mas, no item dois, capítulo 5 – e chamo para ele, particularmente, a atenção dos senhores deputados, visto que vou solicitar à mesa a bondade de publicar o documento que acabo de passar ao nobre senhor presidente desta casa, como peça acessória deste discurso – se estabelece, de acordo com o governo americano, a declaração formal dos Estados Unidos, no sentido de aceitar as responsabilidades do auxílio internacional para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e também se estabelece o princípio que nós, no Brasil, já estamos em vias de aplicar, ou seja, o de que os países relativamente desenvolvidos devem, por sua vez, fornecer os elementos de assistência e de auxílio a países que se encontrem em estágio ainda menos acentuado de desenvolvimento.

Dizia que nós, no Brasil, já estamos participando desta convicção e desta diretriz, antes mesmo da assinatura da Ata de Montevidéu, pela nossa política de longo alcance, tenazmente conduzida em relação às repúblicas irmãs do continente, tais como, para só citar duas, o Paraguai e a Bolívia.

O segundo tópico econômico desta exposição diz respeito à Associação Latino-Americana de Livre Comércio, cuja conferência se iniciou no dia 24, em Montevidéu. A delegação está chefiada por um dos mais jovens embaixadores do Itamaraty, o senhor Antônio Correia do Lago, que tem longa experiência dessa matéria, visto que participou, inclusive, dos estu-

dos preparatórios para o estabelecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Está ainda a delegação integrada por técnicos da maior nomeada, representantes de várias agências federais, estaduais e paraestatais, de natureza financeira e econômica, e também abrilhantada por observadores do Congresso brasileiro.

O objetivo principal dessa conferência é o estabelecimento de um zoneamento de integração econômica.

Assim como fiz com a matéria da reunião do CIES, trouxe uma documentação concernente à Conferência da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Não fatigarei a atenção da casa com a leitura pormenorizada destes dados, mas eles ficam à disposição dos senhores deputados e poderão ser utilizados depois do meu discurso, caso seja este tópico objeto de alguma interpelação específica.

De qualquer forma, direi que o primeiro período de sessões da conferência se destinará, a partir de 24 de julho, a estudar a integração e a instalação dos órgãos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, bem como regulamentar o seu funcionamento, estabelecer – em protocolos, em resoluções, em regulamentos sobre diversas cláusulas fundamentais do tratado (esse Tratado de Montevideu, que organizou inicialmente a instituição) – regras de negociações, acordos e complementação, critérios para classificação de origens de mercadorias, tráfego fronteiriço, tratamento especial a países de menor desenvolvimento econômico, salvaguarda para produtos agropecuários, etc.

Como sabe a Câmara, a razão originária dessa integração econômica é a mesma que determinou a formação de entidades similares no Velho Mundo, desde o chamado Clube de Haia, até o Mercado Comum, ou a outra entidade chefiada pela Inglaterra e que, provavelmente, vai se fundir na organização do Mercado Comum.

É exatamente a expansão da produtividade, o crescimento demográfico, a acentuação do intercâmbio, a multiplicação dos transportes, que vão tornando obsoletas aquelas barreiras alfandegárias, que, ao invés de estimular o crescimento através do protecionismo, muitas vezes não fazem mais que paralisar ou entorpecer o desenvolvimento, através de uma espécie

de gangrena, pela ausência de circulação econômica. No nosso continente, essa situação era especialmente sensível, porque a América Latina atingiu a sua independência política muito antes – mais de um século antes – de tentar, de ensaiar a sua independência econômica, de combater, de porfiar por ela.

Se observarmos um mapa da geografia humana, da geografia econômica e até mesmo sociológica do nosso continente, verificaremos a situação profundamente constrangedora de um mundo voltado para o mar e tendo os países de costas voltadas uns para os outros, no interior do continente. Por que assim se dava? Porque, como é sabido, Senhor Presidente, a América Latina formou-se na escola e na época em que os nossos países constituíam mercado de matérias-primas para a indústria dos países desenvolvidos e, também, mercado de capitais para os excessos de capitalização das zonas economicamente superiores. E, então, todas as saídas eram para o mar, todos os acessos eram para o exterior. Os nossos países se conformavam na área marítima, de costas voltadas uns para os outros ao jeito daquela graciosa frase de frei Vicente do Salvador, o primeiro, ou, pelo menos, o segundo – para contentar os baianos – historiador do Brasil, aquela que diz que vivíamos nas praias, arranhando como caranguejos.

Na verdade, este continente se formou na orla, na fímbria marítima, voltado para o mar. Este esforço de integração é, também, um esforço de concentração, é um esforço de homogeneização política e econômica, é um esforço de intercâmbio interno, é uma espécie de volta para o continente, para dentro de si mesmo. E temos a satisfação de observar que não é apenas na zona do Rio da Prata que se estabelece essa integração econômica, visto que ela já atingiu os povos andinos e subandinos, estendendo-se, inclusive, a alguns dos países da região do Pacífico.

Portanto, a importância desta conferência, à qual o Itamaraty está atribuindo o melhor dos seus esforços, não pode ser relegada nem diminuída. Entre os países participantes, estão o Brasil, a Argentina, o Chile, o México, o Paraguai, o Peru e o Uruguai. Há observadores de outros Estados da América Latina e de entidades e agências financeiras internacionais.

Tendo feito essa rápida exposição sobre as duas primeiras conferências econômicas, passarei a expor à Câmara dos senhores deputados –

sempre no sentido do requerimento de convocação e, portanto, incluindo as diretrizes mais gerais da nossa política externa – o resultado de outras missões, que também se colocam no plano das pesquisas e dos trabalhos econômicos e financeiros. Saliento à casa que, para não diminuir o tempo, ou não comprometer demasiado o tempo limitado de que disponho e, também, pela circunstância de já ter sido a matéria exposta pormenorizadamente por titulares, em demorados depoimentos nas comissões da casa, essa parte da minha exposição será extremamente sucinta, ficando, entretanto, eu, com os documentos de que disponho, à disposição dos senhores deputados, caso queiram inquirir-me sobre certos pormenores. A primeira missão é a Roberto Campos, que visava acordos de consolidação de dívidas com a França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Holanda.

Estes trabalhos foram realizados, quer especialmente na sede dos governos dos países mencionados, quer mais tarde, em encontros com os representantes desses países, que tiveram lugar na capital francesa.

Os resultados, de maneira muito sucinta, são os seguintes: houve uma poupança de divisas da ordem de 190 milhões de dólares, no tocante às prestações de débitos que deveriam vencer-se entre 1961 e 1965. Verificou-se um montante de créditos, de amortizações, de financiamentos, de exportações a prazo médio para este mesmo período. Há poucos dias foi assinado acordo no Itamaraty com a Inglaterra, pelo embaixador do Reino Unido e o senhor ministro da Fazenda.

Está em pleno andamento e em vésperas de conclusão um acordo com a Alemanha. No que toca à França, existe ainda a necessidade de aprovação do crédito legislativo, no valor de 94 milhões de dólares, a fim de que sejam executados, satisfatoriamente, os acordos.

A missão Leão de Moura – e, precisamente hoje, o ministro Leão de Moura encontra-se na Câmara dos Deputados, chamado pela Comissão de Relações Exteriores, prestando o depoimento referente aos resultados da sua missão na União Soviética – teve por objetivo estabelecer uma análise do nosso intercâmbio com a União Soviética; uma ampliação do crédito técnico anteriormente existente, em virtude dos acordos bilaterais de comércio e pagamentos, que foram assinados em 1958 ou 1959, se não estou enganado; as bases de negociações para importação de bens e equi-

pamentos; o estabelecimento de delegações comerciais permanentes dos dois países; e, finalmente, a fixação de certos limites na estrutura das trocas de mercadorias.

Constam, especificamente, do acordo um total de 20 mil toneladas de café, no valor de cerca de 13 milhões, pouco menos de 14 milhões de dólares; um acordo de fornecimento de 200 mil toneladas de trigo, que já tive oportunidade de negociar e cujas bases estabeleci; um acordo para a importação de 300 mil toneladas de óleo cru e de 310 mil toneladas de óleo diesel.

A finalidade do incremento destas trocas comerciais é, conforme tive oportunidade de declarar na ocasião do meu depoimento à Comissão de Relações Exteriores, procurar em mercados não tradicionais, saídas para os pontos de estrangulamento do nosso desenvolvimento.

Temos que vencer a etapa dos mercados tradicionais, cuja saturação na absorção dos nossos produtos é evidente e só pode crescer na compra deles mediante um decréscimo em seus preços e, conseqüentemente, um declínio de entrada de divisas. Só poderemos substituir essa solução por uma outra, qual seja a de procurar a ampliação e a conquista de novos mercados, a fim de que possamos – através seja do pagamento em moedas de curso internacional, seja de troca com mercadorias de que carecemos para o nosso desenvolvimento, como maquinaria, combustível e produtos alimentares – vencer aquilo que os economistas chamam exatamente os pontos de estrangulamento da nossa economia.

O acordo preliminar, como disse, já tinha sido feito no governo anterior. A missão Leão de Moura visou estabelecê-lo em bases mais amplas e diversificar um pouco o regime das trocas. A missão Dantas teve um duplo propósito. Em primeiro lugar, um propósito político-diplomático, ou seja, de inaugurar, de confirmar oficialmente o estabelecimento ou o restabelecimento de relações diplomáticas – a que havíamos procedido anteriormente, por troca de notas em Washington e por troca de notas em Roma – no que toca a um dos países balcânicos, ou seja, a Albânia. Essa parte política versou, portanto, a troca de visitas e a fixação de padrão de representação com a Romênia, a Hungria, a Bulgária e a Albânia.

Creio que está presente na casa o nobre deputado Ferro Costa, que compareceu a essa missão como representante, como observador do Con-

gresso. E, se não me engano, S. Exa., pouco depois do seu regresso à nossa pátria, teve aqui oportunidade de fazer uma larga exposição sobre os objetivos e os êxitos alcançados por essa missão. Igualmente, o embaixador compareceu há poucos dias em uma das comissões técnicas da Câmara, ali procedendo a um relato das conversações havidas e dos resultados obtidos. Não tenho, portanto, por que insistir na exposição de matéria que já é familiar a V.Exas. e que foi aqui pormenorizadamente produzida, por alguém que está muito mais capacitado para fazê-lo do que eu próprio, o senhor deputado Ferro Costa. Desejaria, entretanto, salientar que o Itamaraty constituiu, por instruções do presidente Jânio Quadros, um grupo de trabalho que, no momento, se encontra em estudos para proceder a uma condensação, a uma cristalização numérica de cifras e de resultados apurados sobre o material trazido por essa missão. A matéria, permito-me dizer, é um pouco mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Lembrome aqui de uma lição que colhi na leitura de um grande economista italiano, que fazia uma observação, a meu ver, extraordinariamente pertinente sobre a complexidade dos problemas econômicos da administração democrática. Na verdade, o Estado, por ser democrático, não deixa de ser intervencionista. Não há hoje quem discuta o caráter intervencionista do Estado moderno. De resto, para poder aqui me apresentar, defendido pela autoridade que prefiro contra a derradeira resistência do liberalismo econômico, faço de novo apelo à encíclica *Mater et Magistra*. Lá encontrarão os senhores deputados a definição, a declaração nítida e firme, do intervencionismo estatal, como condição necessária ao desenvolvimento espiritual e material dos povos modernos.

Na verdade, Senhores Deputados, o Estado democrático superou a fase liberal. Não é chocante, nem repulsivo, fazermos do Estado democrático uma entidade vigorosamente intervencionista, porque o que caracteriza a democracia não é uma atitude teórica, nem uma atitude pragmática, em face da utilização dos recursos econômicos e da distribuição da riqueza social. O que faz a posição democrática é a atitude do homem em face da liberdade humana dentro do Estado.

Desde que o Estado tenha o seu governo livremente recrutado pelo exercício do sufrágio popular livre; desde que o governo tenha os manda-

tos governativos determinados por prazos fixos, que sejam improrrogáveis aos arbítrios dos governantes; e desde que exista no seio do Estado capacidade de formação das minorias, isto é, da oposição e da crítica ao governo, esse Estado será democrático, embora seja intervencionista no sentido econômico e social. Isto não é declaração do humilde orador, embora seja uma de suas velhas e arraigadas convicções. Isto, sem os pormenores, respeitada a linha geral do pensamento que acabo de enumerar, é o conteúdo da encíclica papal.

Mas, dizia eu que o recrutamento dos resultados da missão Dantas – e esta declaração desejo fazer à Câmara na qualidade de ministro das Relações Exteriores, responsável direto pelo andamento dos trabalhos do grupo organizado – encontrou aquelas dificuldades, que são inerentes à ampliação da ação econômica e social do Estado democrático. E, aqui, volto àquela observação a que me reportava há pouco, colhida nas páginas do grande economista italiano, que também foi o primeiro presidente da República. Dizia ele que o Estado, ao ampliar suas atribuições, incorpora ao seu sistema não apenas a jurisdição e o território das atividades particulares, mas também incorpora os seus conflitos. E é isto exatamente que deve ser observado no tocante à alegação que estou aqui formulando.

São esses conflitos que, no campo da iniciativa privada, se resolvem por meio da competição ou de outros processos de acomodação econômica que, quando se incorporam à jurisdição e ao território do poder do Estado, determinam um choque entre as autoridades representativas dos diversos setores de atividade econômica. Então, é natural que existam as oposições, as divergências; é o poder de governo, é o poder de arbitragem, é o poder de decisão, é o poder de conhecimento e aquilatação dos diferentes fatores, a fim de que possa tirar a linha que mais corresponda aos interesses gerais. Não se deve, por conseguinte, estranhar – mas até reconhecer como normal – que, à medida que o Estado incorpora maior soma de atividades econômicas, estará incorporando maior soma de conflitos entre estas atividades, que o governo terá de decidir por arbitramento e por resolução da sua competência. Portanto, existem certas divergências entre os componentes deste grupo, na medida em que eles representam interesses legítimos – porém, contraditórios – incorporados ao território de decisão do Estado.

Temos, finalmente, uma ligeira referência à missão Moreira Sales. Ela está mais dependente do Ministério da Fazenda do que do Ministério do Exterior. Decorreu mais de negociações encaminhadas por autoridades fazendárias e coroadas pela presença de meu eminente colega e correligionário, senhor ministro Clemente Mariani, do que propriamente de atividades do Itamaraty. Mas, de qualquer forma, não desejo furtar-me a algumas ligeiras referências aos resultados dessa missão.

Ela visou regularizar débitos atrasados, assegurar as importações essenciais ao desenvolvimento e conseguir melhor distribuição para liquidação das dívidas existentes. Ela se desenvolveu em três setores principais: junto ao governo dos Estados Unidos, junto às autoridades do Fundo Monetário Internacional e junto aos setores privados com quem tínhamos relações de importação e exportação.

Os assuntos já foram expostos na casa pelo ministro Clemente Mariani, creio que no plenário, se não estou enganado, e pelo embaixador Moreira Sales. Em resumo, conseguimos novos prazos para pagamentos, de 338 milhões de dólares, como se diz no jargão financeiro, para 160 milhões de dólares; créditos de estabilização para 70 milhões de dólares; programa de desenvolvimento, decorrente da aprovação daquele auxílio de 600 milhões de dólares votado pela lei especial aprovada pelo Congresso americano, cerca de 100 milhões de dólares. E, finalmente, do Fundo Monetário, novos prazos, 140 milhões de dólares e créditos *stand by*, 160 milhões de dólares.

Aí têm os senhores deputados, por um expositor que é o primeiro a reconhecer suas deficiências neste terreno ingrato, inçado de dificuldades e de imprevistos que são os debates econômicos e financeiros; aí têm, por dever da minha obrigação, algumas informações sobre esses setores.

Passarei a prestar, sempre nos termos do requerimento do nobre deputado Cid Carvalho, mais algumas informações, desta vez sobre assuntos de natureza política geral.

A situação internacional, em todos os países, apresenta-se delicada, conturbada, direi mesmo ameaçadora, pela crise que atualmente se desenvolve em virtude do problema de Berlim.

Sabem os senhores deputados que o problema de Berlim não é o problema de uma cidade, não é mesmo o problema de um país. Infelizmente, não é mais o problema de um continente. É hoje o ponto focal em que se acentuam as divergências de dois mundos, de dois gigantes blocos de nações.

A posição do governo brasileiro é, neste particular, perfeitamente clara e definida. Já na primeira mensagem enviada ao Congresso Nacional, por ocasião de sua investidura, o nobre presidente Jânio Quadros manifestou a sua posição de firme adesão aos compromissos que nos prendem à situação do fim da guerra, que isto é, nós consideramos, inalterável. O Brasil se insere entre as potências que consideram inalterável, no sentido da inalterabilidade obrigatória emanada de ato unilateral, a posição de Berlim. Somos partidários da tese segundo a qual a ocupação da capital alemã e a situação da Alemanha ocidental não decorrem da posição individual da União Soviética. Foi a consequência do rendimento incondicional das forças nazis. Foi a consequência do estabelecimento, combinado harmonicamente, das tropas aliadas nas diferentes zonas de capital. A tese – segundo a qual deve-se encarar a neutralização das duas Alemanhas, mediante tratado de paz com elas realizados, e posteriormente a unificação, através da livre determinação dos seus habitantes – não é tese suscetível de discussão jurídica, não se baseia em nenhum ato, em nenhuma competência, em nenhum direito. Em primeiro lugar, a neutralização da Alemanha Ocidental representaria a sua retirada da OTAN – a Organização do Tratado do Atlântico Norte, representaria a sua expulsão do sistema defensivo ocidental e, conseqüentemente, a entrega da Europa aos caprichos imprevisíveis do governo soviético. Nestas condições, nossa posição – se bem que inteiramente alheios aos acontecimentos – é a de quem respeita os compromissos firmados em seguimento à paz, ou à vitória de 1945, e as declarações reiteradas, nesse sentido, de que muitas vezes têm participado inclusive os atuais governantes da União Soviética.

Isto não quer dizer, entretanto, que não defendamos e não mantenhemos, no livre exercício da nossa independência internacional, o nosso direito de livremente estabelecer relações comerciais – não políticas, não diplomáticas – relações de trocas comerciais com a Alemanha dita Oriental, com a chamada República Democrática Alemã. E isto não quer dizer, também,

que não façamos daqui, em nome do governo brasileiro, o mais vigoroso, o mais patético apelo às nações líderes do mundo, no sentido de chamar a atenção das responsabilidades dos seus governantes, para que nenhuma solução satisfatória possa advir do desencadear de novo conflito internacional.

Nossa posição é, antes de tudo, a da defesa da paz. A nossa posição é, por conseqüência, a de aceitar, a de preconizar, a de compreender e até a de recomendar os entendimentos e as negociações que, sem prejuízo das posições de solidariedade e de firmeza das democracias ocidentais, possam propiciar uma solução que evite a mais terrível das catástrofes, o mais injusto, o mais tremendo dos desastres, que vai nos atingir tanto como aqueles países que forem responsáveis pelo seu deflagrar, porque não poderemos declarar a guerra, mas podemos sofrer, tanto quanto qualquer outro, seus resultados.

Então, marchando nesta linha, daqui, como membro do governo brasileiro, tenho a honra de endereçar a todos os responsáveis pelas negociações, que estão em curso e que devem ainda se desenvolver, o apelo dramático dos nossos países pacíficos, dos nossos países desarmados, dos nossos países que só visam a uma linha de segurança, de bem-estar e de progresso para seus filhos, a fim de que evitem ao mundo um novo banho de terror e um novo banho de sangue.

Senhor Presidente, problema que ganha também a curiosidade dos senhores deputados, muito justamente, é o do reatamento das nossas relações com a União Soviética. O ilustre presidente Jânio Quadros, no decurso do seu último encontro com os representantes da imprensa nacional e internacional, deu a conhecer memorando – de que já me tinha feito parte desde há algumas semanas – no qual recomenda ao Itamaraty as providências necessárias ao reatamento de nossas relações com a União Soviética.

Devo lembrar à Câmara, Senhor Presidente, e devo lembrar sobretudo a certos setores menos esclarecidos e mais inquietos da opinião pública, que essa posição não é arbitrária nem sem precedentes. Ela corresponde a uma linha de orientação repetidamente declarada pelo presidente no decurso de sua campanha eleitoral. Se existe o pressuposto, se existe o reconhecimento implícito de uma delegação nacional – no sentido do seguimento de uma conduta externa – então temos de reconhecer que a grande maioria de

sufrágios trouxe ao poder o candidato no qual votou meu partido; essa declaração, essa autoridade política envolvia necessariamente os seus compromissos de, no momento que se tornasse oportuno, estabelecer relações com todos os povos do mundo, atendendo exclusivamente aos interesses da paz e os do nosso país.

No meu discurso de posse, Senhor Presidente, no dia 1º de fevereiro do corrente ano, no Ministério do Exterior, em Brasília, esta afirmação foi explicitamente feita, com todas as palavras de cada partido e com todas as letras de cada palavra. É, portanto, profundamente injusto que se nos venha increpar, como uma espécie de armadilha ou cilada, uma atitude que, longe de ter sido escondida ou dissimulada, não foi senão proclamada e definida. Várias são as razões que nos induzem à defesa desta posição. As razões de interesse econômico e comercial foram aqui manifestadas e expressas quando tratei das missões econômicas que, ultimamente, têm visitado o Leste Europeu e a União Soviética. As razões políticas e históricas se situam naquela simples expressão de coexistência pacífica. Ninguém, hoje, pode obscurecer a ofuscante realidade da situação de impasse em que se encontram as forças militares dos dois blocos mundiais. Passado é o tempo, Senhor Presidente, em que a política internacional se baseava em certas pseudo-aquisições de geopolítica, em que os escritores como Clausewitz eram, ao mesmo tempo, mentores dos estadistas radicais da esquerda e dos representantes mais radicais da direita, em que poderiam, ao mesmo tempo, basear e elucidar as diretrizes de Bismark ou de Lenine. Passado é o tempo em que se podia, sem nenhuma dúvida, aquilatar a superioridade material de uma nação sobre outra e que, conseqüentemente, se poderia extrair dessa superioridade material um irresistível poder de barganha, senão de pressão internacional. Hoje, ninguém mais poderá asseverar, dentro de um critério de bom senso e de lucidez, essas verdades peremptas. Em primeiro lugar, ninguém pode saber quais são os blocos mais poderosos e, em segundo lugar, ninguém poderá aquilatar quais serão os países mais sofrendores em caso de conflito entre esses blocos. Não existe mais possibilidade de imposição de uma diretriz internacional emanada de uma geopolítica baseada na força. Hoje, só podemos conceber o progresso de boa-fé, firmado na convicção da coexistência pacífica.

Temos que acreditar na possibilidade de aprimoramento moral e intelectual do homem, temos que sustentar a possibilidade das cessões relativas, das cessões – de parte a parte – das intransigências teóricas e das posições de interesse material. Porque, se não acreditarmos nisto, Senhor Presidente, então não estaremos acreditando mais em nada senão na treva, na destruição e na morte. Temos, levados pelos sentimentos da maior delicadeza moral, sem qualquer preocupação de imposição teórica, sem qualquer traição aos nossos compromissos de humanismo democrático, sustentado que somos realmente partidários, como país fraco e desarmado, de que as nações que participam de ideologias diferentes possam encontrar-se num plano comum que estabeleça a confiança nos povos humildes e sofredores.

Se não tivermos esta convicção implantada no nosso coração, no nosso coração democrático, no nosso coração cristão, estaremos faltando às responsabilidades da nossa missão e estaremos traindo os compromissos da nossa geração e da nossa da época.

Portanto, do ponto de vista da justificativa histórica, é o desejo da paz, é a confiança da paz, é a crença na perfectibilidade do homem, na possibilidade da sua elevação moral e intelectual, a crença na impossibilidade da continuação das suas divergências impenetráveis, que nos faz estender fraternalmente a mão a todos os povos do mundo, baseados em uma confiança na nossa estrutura democrática, no respeito à nossa bandeira, à nossa soberania, às nossas tradições, à nossa história e à nossa formação.

Nessas condições, as negociações devem ser abertas. Não posso ainda informar à casa, com segurança, sobre a época provável do seu encerramento. Apenas direi que não serão demoradas. Poderemos estabelecê-las desde logo, em uma capital onde existam representantes dos dois países, provavelmente na capital dos Estados Unidos, tal como fizemos para os demais países do leste europeu com quem recentemente restabelecemos relações.

Devo advertir a Câmara dos Deputados que, por uma questão natural de preservação da nossa estrutura política, não faremos estas negociações sem as cautelas que impõem a defesa dessa mesma estrutura política.

Hoje, está fora de questão que, assim como não condiciona o estabelecimento de relações diplomáticas o fato de haver governos de ideologias

divergentes – são muito poucos, talvez seja um só país em todo mundo que mantém relações com aqueles países que se aproximam ideologicamente de si mesmo; assim como não existe condicionamento de relações pelas ideologias políticas, também não há mais dúvidas de que as divergências profundas de ideologia política podem condicionar o tipo de missão a ser assentado entre os países que se reaproximam. Muitas são as normas adotadas para o desempenho dessas condições. Eu mesmo procedi a estudos a respeito. Mandei fazer, pelos meus assessores jurídicos do Itamaraty, dois trabalhos que subordinei ao senhor presidente da República, com uma informação com a qual S. Exa. concordou.

No início, inclinei-me pela solução de – através de normas gerais, através de um decreto presidencial – fazermos a definição daquelas limitações em matéria de imunidades e privilégios diplomáticos e depois aplicar estas normas conforme o caso das negociações bilaterais.

Mas pareceu-me, afinal, mais condizente com os nossos interesses e com as praxes mesmas diplomáticas, não adotarmos essa posição que existe em alguns países. Um dos nossos vizinhos da América do Sul, por exemplo, possui um decreto em que se estabelece taxativamente como norma geral essa reciprocidade de imunidades e privilégios. Achei, entretanto, mais acertado fazer o estudo de cada caso, a fim de que não déssemos a impressão de que uma lei geral era aplicada apenas a um determinado tipo de país e, também, a fim de que as condições não ficassem vinculadas à rigidez da hierarquia legislativa. Então, entendi que seria, talvez, mais conveniente, no decurso das negociações bilaterais, estabelecermos dentro delas as normas da reciprocidade e o que eu prometo à casa é que tenho a minha atenção voltada para isso e que essas normas serão rigorosamente aplicadas no sentido da preservação dos interesses da nossa estrutura democrática.

A conferência chamada dos países não-comprometidos ou não alinhados é outro assunto sobre o qual eu gostaria de me deter perante os senhores deputados, visto que ele provocou também algumas perguntas no decurso da minha última exposição. Depois dela, houve uma modificação que decorreu da realização da Conferência do Cairo, na qual nos fizemos representar por um observador, o senhor ministro conselheiro Araújo Castro, integrante da nossa missão diplomática na capital japonesa. Devo recordar

o que procurei, de certa forma, indicar no decorrer da minha exposição na Comissão de Relações Exteriores – a diferença que estabelecemos entre neutralidade, neutralismo e independência diplomática. A neutralidade é uma posição clássica, antiga, conhecida. Bélgica, Suíça, países escandinavos são modelos dessa velha tradição, que é, afinal de contas, o alheamento obrigatório, protegido por tratados internacionais, de todas as posições conflituosas no concerto internacional. Já o neutralismo, que é uma palavra tão nova quanto a noção que ela envolve, é coisa bastante diferente. O neutralismo é uma posição ativa, não de abstenção preliminar em face dos conflitos emergentes, mas de adoção de uma posição de influência, diferente daquela condicionada pelo conflito entre os dois grandes blocos. Então, o neutralismo é uma terceira posição. Aliás, de fato, ele é freqüentemente assimilado à expressão “terceira posição”.

Depois de uma análise cuidadosa das nossas relações com esse movimento, análise tanto mais cuidadosa, quanto tínhamos que pesar vantagens e inconvenientes dos dois lados, o senhor presidente da República e o seu assessor da pasta do Exterior, chegaram à conclusão de que a atitude brasileira não era nem de neutralidade, nem de neutralismo, mas de independência no tocante à execução dos seus compromissos. Não somos neutralistas porque temos uma posição tomada em face do conflito comunismo-democracia. A nossa posição e os nossos compromissos estão tomados com as democracias, com o regime democrático. Os países chamados neutralistas são aqueles que, com o maior respeito que lhes votamos e com o maior apreço que nos merecem, têm uma formação político-constitucional *sui generis*, que não coincide sempre com a organização ou mesmo, nos pontos essenciais, não coincide nunca com a organização democrática tal como a concebemos. São países de governo forte, de lideranças pessoais, de instituições políticas, senão rudimentares, pelo menos muito diferentes das nossas tradicionais e que têm, diante dos acontecimentos políticos, uma posição baseada por uma recente independência. Quase sempre, os senhores deputados saberão, existe nesses países uma história independente extremamente recente. Tornaram-se independentes no decurso do último conflito mundial, pouco depois ou pouco antes, mas nos últimos anos. Temos velha tradição de independência política, antigo hábito de funcio-

namento das estruturas jurídico-constitucionais, sistemas extremamente difíceis e complexos de manejar a política internacional, sistemas de respeito de pesos e balanças, de interseção de várias forças. Não temos aquela possibilidade de liderança individual, que faz com que os governos dos países neutralistas possam tomar atitudes instantâneas; e a minha presença nesta casa, onde venho prestar contas ao corpo legislativo, é prova de que a política internacional entre nós está condicionada à intercessão de uma série complexa de fatores. Não temos aquela configuração instantânea, desnuda, apenas nervos e músculos, que oferecem os países de governo individual, de governo pessoal. Além disso, temos, ao contrário da definição que eles próprios oferecem, compromissos efetivos de natureza política e, mais do que isso, de natureza militar, sendo especial na concepção do neutralismo a inexistência desses compromissos. E esta é uma das declarações constantes nos debates do Cairo. Em terceiro lugar, a posição desses países que, disse, respeitamos e com os quais desejamos conviver com a maior harmonia, sendo que alguns de seus líderes são as maiores figuras no mundo internacional – Nehru, na Índia; Tito, na Iugoslávia; Nasser, no Egito. Esses países estabeleceram como pressuposto da posição neutralista não uma dose homogênea de princípios, mas, de certa forma, um complexo contraditório de asserções. Nossa posição é de simpatizar com todos os esforços, que venham a desenvolver em benefício da paz no mundo, mas a de não nos comprometermos naquele grupo, que, por menos alinhado que se chegue, pretende comprometer-se de uma destas maneiras.

Compareceremos a Belgrado através de um representante de alto nível, nível de embaixador, mas na categoria de observador.

Recebi, precisamente hoje, uma consulta sobre se concordaríamos em que nosso observador tivesse “voz no capítulo”, para usar de uma expressão cara às minhas saudades de velho mineiro. Acredito que sim. Não consultei ainda o senhor presidente da República, mas admito possamos falar como observador, desde que não tenhamos de nos comprometer como representante. E esta é mais uma informação que presto aos ilustres representantes do povo.

Chegamos, felizmente para Vossas Excelências, ao termo desta fastidiosa exposição.

Política continental. O nosso esforço de integração continental, traçando o campo econômico. Estamos, como expressei no início deste discurso, plenamente solidários e participando dos esforços de integração econômica. Mas, também estamos desejosos de prosseguir num empenho, sem precedentes, de integração política. Os encontros de Uruguaiana, as visitas dos ministros do Exterior da Colômbia, do Chile, a visita do senhor Manuel Prado, ilustre presidente do Peru, que aqui deve chegar com seus assessores e uma grande comitiva precisamente na próxima segunda-feira, e, mais do que isto, a visita do senhor presidente da República a todos os países da América do Sul, constituem outras tantas demonstrações do nosso desejo de plena integração política, a fim de que possamos formar, organizar, exhibir e exprimir, de certa maneira, um pensamento continental ao mundo, aos Estados Unidos, a todos os pontos focais onde se decidem as questões, para levar nossa posição de país livre e subdesenvolvido.

Devo fazer uma revelação à casa. Ela seria apresentada mais cedo ou mais tarde e considero que em nenhum ponto ela será mais oportuna e mais própria do que aqui. É provável que o senhor presidente da República prossiga, na sua viagem, à América Central e aos Estados Unidos. Esta declaração não foi feita por mim no mesmo dia da minha conferência de imprensa porque aquilo que, no rádio, se chama “motivos técnicos”, me impediu. Mas, hoje, me encontro em condições de declarar. Devo salientar que meu caro amigo, velho amigo dr. José Aparecido, prestou hoje, na imprensa matutina, informação de que o Palácio do Planalto não tinha recebido convite do presidente Kennedy ao presidente Quadros para visitar os Estados Unidos. Confirmo esta declaração nos termos em que a fez o dr. José Aparecido. Mas não recebeu o convite porque estes só se fazem depois de certas *démarches*, que já foram procedidas. Não posso assegurar a certeza da viagem, mas devo informar à casa que ela é bastante provável e, a não ser que ocorram circunstâncias impeditivas de relevo, ela se deve realizar no fim do ano.

As possibilidades eram múltiplas: uma visita imediata, no decorrer da Assembléia Geral da ONU, para discussão do problema de Berlim, do problema africano e de outras questões de importância internacional. Mas condições da política interna, a preparação do orçamento e outras razões

levaram o presidente a considerar possivelmente mais oportuno o adiamento desta viagem. É claro que ela se fará nos termos da Constituição, não só aos países da América Latina, como aos Estados Unidos, com a permissão do Congresso, que dirá se S. Exa. está em condições de fazer algumas viagens com uma só licença ou se deve perfazer um só circuito, por um período mais longo.

Estas são matérias que oportunamente serão submetidas à alta decisão de V.Exas. Mas não queria deixar passar este ensejo de freqüentar esta tribuna sem lhes adiantar esta notícia, de que Vossas Excelências, muito provavelmente, em poucos dias teriam informação pela imprensa.

A nossa política africana está colocada e prossegue em desenvolvimento nos termos que foram mencionados, tanto na mensagem do presidente da República, quanto no meu discurso de posse, quanto na exposição que tive a honra de fazer perante a douta Comissão de Relações Exteriores. Não é outra a nossa intenção senão cooperar com a nossa experiência de país mestiço, de país colocado em grande área na zona tropical, de país que traz na sua história a experiência da colônia, de país que partiu de todos estes dados, que antigamente eram considerados negativos para a formação, senão de uma grande potência, pelo menos de uma grande nação.

Participamos daquele hemisfério sul, que insisto em dizer, é uma divisão mais sensível do que a tão decantada divisão leste-oeste. Para mim, o globo se divide mais em norte e sul; o norte povoado de todo o avanço técnico, de toda concentração de capitais, de todo desenvolvimento econômico e industrial; e o sul relegado ao abandono, ao esquecimento, à pobreza e, até há pouco tempo, à escravidão. O Brasil, no hemisfério sul, na zona tropical, contraria as tradições dos geógrafos pessimistas, a partir de Lactâncio, que diziam da impossibilidade de se erguer uma grande nação com as condições da nossa. O Brasil desmente o pessimismo da história. O Brasil enfrenta o negativismo dos cétricos. O Brasil realiza uma grande obra de progresso e de civilização. É esta obra que queremos oferecer a nossos irmãos africanos, que conosco dividem o uso da janela do Atlântico Sul. Com ela encareceremos as possibilidades do progresso econômico, político e social, escapando, ao mesmo tempo, à opressão do capitalismo predató-

rio e à opressão do totalitarismo ideológico. Queremos fazer um continente livre e democrático.

Finalmente, Senhores Deputados, em meu nome, no do Itamaraty e do governo, desejo agradecer profundamente a V.Exas. a contribuição inestimável que prestaram à reforma do Ministério das Relações Exteriores. Desejo, daqui, particularizar meu agradecimento àqueles que mais trabalharam comigo para a admirável conquista, que foi a votação daquele complicado projeto, em uma ou duas sessões: os líderes de partido do PSD, do PTB, o deputado Afonso Celso, o deputado Hélio Cabral e meu querido companheiro deputado Raimundo Padilha, que, juntamente com nosso ex-colega Mário Martins, lamentavelmente afastado do vosso convívio, tiveram tão grande participação na Comissão Técnica de Relações Exteriores. Ao agradecer profundamente a V.Exas. a inestimável contribuição, que prestaram ao governo e ao Itamaraty com a aprovação desse projeto, desejo salientar que o Ministério das Relações Exteriores, sem qualquer posição política, sem qualquer parcialidade partidária, estará sempre a serviço da Câmara, do Senado, dos poderes políticos da República, para realização da sua grande tarefa.

.....

(...) devo salientar que não pertencemos, propriamente, não estamos juridicamente vinculados ao bloco das nações ocidentais, como tal. Os nossos compromissos jurídicos se limitam às vinculações continentais. Não fazemos parte de nenhuma estrutura jurídica que condicione a ação mundial do chamado bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos. Isto como uma assertiva de fato. O que existe é uma certa identidade de posição política, condicionada a uma identidade de organizações políticas constitucionais. Participamos de certo número de condições, relativamente ao exercício da democracia. Mas isto não quer dizer que estejamos vinculados juridicamente a uma estrutura extracontinental.

É para este aspecto que chamo a atenção do nobre deputado. As nossas vinculações são com a ONU, na Carta da ONU; com a OEA, na Carta de Bogotá; com o Tratado do Rio de Janeiro – e aí, sim, temos algumas vinculações de caráter militar e com um pacto de assistência militar Brasil-

Estados Unidos, que diz respeito ao continente. Mas ao bloco ocidental não temos vinculação jurídica obrigatória. Apenas uma identidade de posição ideológica, no tocante à concepção da democracia.

Quanto à pergunta sobre se reconheço a existência de uma ameaça no reatamento de relações com a União Soviética, eu responderia que não.

Para mim, a ameaça comunista está dentro do Brasil, em virtude da injustiça social que aqui apresenta tantas manifestações evidentes, clamorosas.

Isto eu tenho repetido e tenho honra de ver participar desta convicção personalidades eminentes, tanto da vida política, quanto da vida intelectual, quanto dos meios religiosos.

Para mim, a ameaça comunista está aqui dentro. Não é devido ao fato de mantermos relações com a Rússia ou recebermos missões russas que vem [sic] acentuar esta ameaça. É o eco das esperanças de uma liderança ditatorial e totalitária como única solução para os problemas da vida do povo, que constitui o risco do comunismo. Então, a responsabilidade do combate está em nós, em Vossas Excelências, no Poder Executivo, na luta pela justiça social, na luta contra a desigualdade, contra a miséria.

Quanto ao problema da China Continental, a posição do governo, até este momento, é de condicioná-lo às deliberações que sobre o assunto serão adotadas nas Nações Unidas.

Conforme sabe V.Exa., o presidente da República adotou a posição de votar, na próxima Assembléia Geral das Nações Unidas, pela consideração do problema, isto é, pela sua entrada em discussão. Essa questão vem sendo debatida a cada ano e a proposição emanada dos Estados Unidos, no sentido de que não seja objeto de debate, tem sido vitoriosa, mas por maioria cada vez mais escassa. Embora não possa assegurar de forma categórica, posso declarar, como probabilidade acentuada, que nós votaremos pela consideração do assunto, sem que isso represente um compromisso de reconhecimento da China Continental. E a razão é a seguinte, entre outras: a China Continental está, no momento, atravessando uma fase de afirmação teórica que, até certo ponto, contradiz a linha da União Soviética. A China Continental não aceita a coexistência pacífica como um processo de evolução social. A China Continental está atravessando uma fase, que

há pouco mencionei no meu discurso de exposição, quando falei da subordinação da geopolítica à preponderância das forças materiais e militares, uma fase que nós chamaríamos das teorias de Clausewitz. As informações de que disponho a esse respeito, que não são nossas, isto é, que não emanadas de representantes nossos, mas que provêm de fontes por mim solicitadas e que não estou em condição, ainda, de mencionar quais sejam, nos autorizam a acreditar que essa divisão teórica é patente e profunda. Não podemos esperar daí uma separação entre duas grandes potências comunistas, no sentido da ação comum contra o bloco ocidental. Não continuarão a agir em conjunto, mas a luta passou do plano dos dissídios entre as personalidades para o plano das divergências teóricas fundamentais. Eis o que posso dizer à Câmara dos senhores deputados.

E como nós, pela Carta das Nações Unidas, devemos reconhecer e entrar em relações com os povos pacíficos – porque as Nações Unidas não são um clube em que qualquer um possa entrar, mas uma organização que admite aqueles povos amantes da paz – tenho muitas dúvidas de que possamos dar o nosso apoio a uma potência que declara teoricamente que a paz não é um instrumento necessário e exclusivo de política internacional. Não sei se me fiz compreender de forma completamente satisfatória. Há uma diferença entre a China e a União Soviética, uma diferença de caráter teórico e de comportamento doutrinário, no momento.

Quanto à questão africana, devo dizer a V.Exa. que, como provável chefe da delegação brasileira à ONU, chego a Nova York com as mãos livres. Poderemos nós, do Brasil, votar de acordo com a nossa inclinação e com nosso interesse, contra o colonialismo em qualquer parte da África.

De resto, Senhores Deputados, há dias o presidente declarou-me que atentasse muito no discurso que eu deveria proferir em nome do Brasil na inauguração da Assembléia das Nações Unidas. Como sabem V.Exas., a assembléia se inaugura, sempre, com a palavra do representante brasileiro. Disse-me Sua Excelência que me preparasse para fazer discurso que dificilmente poderia ser feito por outro chefe de delegação, dizendo a verdade, só a verdade. O Brasil atravessa um momento em que pode chegar nas Nações Unidas e dizer realmente a verdade, a verdade contra a direita, a verdade contra a esquerda, a verdade contra o colonialismo, a verdade

contra a ditadura, a verdade contra a tirania. Poderia ter essa honra insigne de, em nome desta casa e da outra do Congresso Nacional, em nome do país, chegar à tribuna das Nações Unidas, por instruções do meu presidente e fazer discurso em que se diga realmente só a verdade.

Creio que, Senhor Deputado, com estas simples repostas terei tocado os pontos mais importantes da argüição de Vossa Excelência.

Quanto à questão da Tunísia, que V.Exa. também mencionou, as informações são as de que não há ainda uma declaração oficial em nome do governo, porque não existe uma, vamos dizer, conceituação muito clara da situação local, seja em África, seja no jogo das forças que se está processando na metrópole. Mas não tenho dúvida – em breve tempo, quando compa-
recer de novo – em trazer declaração mais positiva, ou mesmo fornecer, em resposta a requerimento de informações que V.Exa. pode encaminhar, se tal lhe parecer necessário, dentro de uma semana, declaração formal a esse respeito. Devo dizer que estou de posse de informações, mas elas ainda não são concludentes.

.....
Quanto à questão da China, sobre a qual se demorou um pouco o nobre deputado, devo declarar que, até o momento, as minhas instruções estão colocadas nos termos que aqui deixei consignado durante a minha exposição. Como sabe V.Exa., o problema não é propriamente de escolha entre duas nações, mas de autoria de credenciais. V.Exa. mesmo, no decurso da sua interpelação, declarou a certo momento – e poderá verificá-lo nas notas taquigráficas – que dentro de alguns anos a China Continental estará incluída nas Nações Unidas.

Ora, se é V.Exa. quem reconhece que esse processo pode demorar alguns anos, não seria eu justo se aqui não declarasse um pouco prematura a exigência de uma definição imediata. Se Vossa Excelência, que é partidário declarado, que é partidário ardoroso, que é partidário sincero desta solução, a aceita para dentro de alguns anos, não me parecerá excessivo que, como ministro, eu declare a V.Exa. que, nestes dias, não estou, ainda, em condições de lhe oferecer uma resposta imediata. No entanto, as instruções que tenho são de votar pelo conhecimento do assunto e as esperanças que

nutro são as de que possamos levar a China Continental a reconhecer o predomínio da paz sobre a força; o predomínio do direito internacional sobre as iniciativas governamentais individuais; o predomínio da coexistência sobre a liderança; o predomínio da convivência de ideologias sobre a exclusividade ideológica e, afinal, se concretize a possibilidade de integração dela e de todas as nações no concerto dos povos pacíficos.

As declarações que V.Exa. menciona do senador americano, com referência aos desígnios do presidente Jânio Quadros, juntamente com a resposta que, a essas declarações, foi oferecida pelo secretário de Estado, são inteiramente estranhas à minha capacidade ou à minha competência de resposta. Dentro delas, apenas desejo salientar que o secretário de Estado declarou, na narrativa de V.Exa., que o senador estava lendo nas entrelinhas das declarações do presidente. Logo, não estava lendo nas linhas; logo, estava colaborando no texto; logo, estava sugerindo coisas que lá não se encontravam; logo, estava interpretando de acordo com suas tendências subjetivas. O secretário, de forma cortês, não aceitou a observação do senador e, por isso, remeteu o assunto a debate em sessão secreta. O que tenho de seguro e de concreto para dizer é que não existe, de nossa parte, nenhuma transigência, nenhuma alteração, nenhuma modificação de nossos pontos de vistas, de resistir, nos opor a qualquer forma de intervenção direta em Cuba. Se isso não fosse exato, não continuaríamos depositários da confiança de Cuba, como somos, no encaminhamento dos entendimentos que visam a uma solução transacional.

Senhor Deputado, permita-me considerar que são possíveis, vamos dizer, satisfatórias, as relações da empresa privada capitalista com os países de formação socialista. Se isto fora inexato, não teríamos os grandes níveis de intercâmbio existentes entre a Alemanha Oriental e a Inglaterra e entre a Inglaterra e a União Soviética. Não considero que o comércio com os países socialistas seja, fatalmente, uma fonte de agressão contra os interesses da empresa privada no Brasil. Não considero isto inevitável e, por isso, não me parece que a re[]ação se estabeleça nos termos mencionados por Vossa Excelência. Cito, como exemplo, exatamente o tipo de relação econômica estabelecido entre os países de estrutura capitalista muito mais avançada do que a nossa com o comércio de países socialistas.

Na ocasião em que fiz uma exposição sobre o assunto na televisão, no Rio de Janeiro, pude ler uma tabela de cifras que foi fornecida pelo Departamento Econômico do Itamaraty e que mostrava níveis de intercâmbio entre a Alemanha Ocidental, entre a Inglaterra, entre a Bélgica, entre a França, entre os próprios Estados Unidos e os países da Cortina de Ferro.

.....

*

DOCUMENTO 14

Artigo – Nova política externa do Brasil³

Jânio Quadros

O interesse demonstrado na posição do Brasil em assuntos internacionais é, em si mesmo, uma prova da presença de uma nova força no cenário mundial. Naturalmente meu país não surgiu por mágica, nem está momentaneamente entregue a uma exibição mais ou menos bem sucedida de sede de publicidade. Quando me refiro a uma “nova força” não estou aludindo a uma força militar, mas ao fato de que uma nação, até aqui quase desconhecida, está pronta a fazer valer, no jogo de pressões mundiais, o potencial econômico e humano que representa e o conhecimento nascido da experiência que temos o direito de acreditar ser valiosa.

Somos uma nação de proporções continentais, ocupando quase a metade da América do Sul, relativamente próxima da África e tecnicamente de raízes indígenas, européias e africanas. Dentro da próxima década nossa população atingirá perto de cem milhões de habitantes e a rápida industrialização de algumas regiões do país faz prever a nossa transformação em uma potência econômica.

Estamos ainda, atualmente, afligidos pelos males do subdesenvolvimento, que tornam a maior parte do nosso país cena de dramas quase asiáticos. Temos áreas assoladas pela miséria que são superpopulosas e vastas regiões – as maiores do mundo – ainda por conquistar. E, no entanto, grandes cidades estão se transformando em centros industriais e comerciais da maior significação.

Se somente agora o Brasil está sendo ouvido em assuntos internacionais, é porque, ao assumir o poder, resolvi tirar proveito das conseqüências da posição que atingimos como nação. Nós fôramos injustificadamente

³ N.E. – O presidente Jânio Quadros, pouco antes de sua renúncia em 25 de agosto de 1961, escreveu este artigo para a revista *Foreign Affairs*. Em língua portuguesa, foi publicado pela *Revista Brasileira de Política Internacional* (n.16, p. 150-156, dez. 1961), texto que reproduzimos.

relegados a uma posição obscura, enquanto – mesmo em nosso próprio hemisfério – havia erros e problemas se acumulando em nosso caminho, que punham a perder o nosso próprio futuro. Abandonamos a diplomacia subsidiária e inócua de uma nação jungida a interesses dignos, mas estrangeiros, e, para proteger nossos direitos, colocamo-nos na primeira linha, convencidos que estávamos de nossa capacidade para contribuir com nossos próprios meios para a compreensão entre os povos.

Antes de iniciar uma análise objetiva da política externa do Brasil, o leitor me permitirá, espero, uma apresentação de certo modo subjetiva dos meus pontos de vista. Servirá para esclarecer as razões ocultas pelas quais tomamos certas posições em relação a problemas mundiais.

Para dizer a verdade, a política externa de uma nação, em si, deve ser a corporificação dos ideais e interesses comuns que governam sua existência. As aspirações idealistas são definidas pela determinação implícita ou explícita dos objetivos a alcançar. Refletem os interesses e todas aquelas circunstâncias econômicas, sociais, históricas e políticas que em dado momento influenciam a escolha de objetivos imediatos e a escolha de meios e modos de ação.

Os ideais da comunidade são o cenário à frente do qual se desenrola o drama nacional e são a eterna fonte de inspiração da verdadeira liderança. Infiltram-se, geralmente, nos meios e recursos usados para fazer cumprir as decisões políticas. Uma política nacional – como instrumento para a ação – parece às vezes voltar-se contra o impulso fundamental que a criou, para melhor servi-lo; mas em função da própria essência dessa política, a verdade de certas realidades não pode ser refutada. Para se assegurar que é viável a formulação da estratégia nacional, os desejos e ideais populares não podem ser ignorados, mas a verdade é que muito freqüentemente as táticas precisam ser neutralizadas e despidas do seu conteúdo idealista ou sentimental para satisfazer interesses urgentes e reforçar os ideais da própria comunidade.

Há dois momentos na vida das nações quando a liberdade completa é permitida, na expressão do que poderia ser chamado uma ideologia nacional: quando atravessam a miséria absoluta, como a única consolação romântica que resta à população, e quando nadam em abundância, como

um dever imposto à nação pela multiplicidade de interesses assegurados, mas nunca inteiramente satisfeitos.

Uma nação que não é mais tão pobre ou desprotegida que possa se entregar ao luxo de sonhos consoladores, mas está em luta contra sérios obstáculos para conseguir a plena posse da sua riqueza e para desenvolver as possibilidades da sua própria natureza, deverá ficar sempre na arena – alerta, atenta e vigilante. Essa nação não pode perder de vista seus objetivos, mas deve evitar prejudicá-los por se submeter a políticas que, embora em consonância com ideais remotos, não satisfazem no momento os seus verdadeiros interesses.

Não pode haver dúvida de que o Brasil, graças a seu tremendo esforço nacional, está dando passos gigantescos para romper a barreira do subdesenvolvimento. O ritmo do crescimento nacional fala por si e estou convencido de que, no final do meu mandato, o ritmo de progresso do país será tal que tornará a explosão populacional não mais uma perspectiva sombria, mas um fator adicional e decisivo para o avanço no processo de desenvolvimento econômico.

Não temos o direito de sonhar. Em lugar disso, nosso dever é trabalhar – mas ao mesmo tempo confiar e esperar – e trabalhar com os pés firmemente plantados no chão.

Com o tempo, a política externa do Brasil refletirá a necessidade de progresso desenvolvimentista. Naturalmente, por detrás das decisões que somos forçados a tomar para enfrentar os problemas de crescimento material, inerentes ao desejo do povo brasileiro de liberdade econômica, social, política e humana, está o entrelaçamento das necessidades materiais da nação. Mantendo sempre em mente os nossos objetivos, precisamos escolher, dentre as fontes de inspiração de nosso país, as que melhor podem ser mobilizadas para ajudar o esforço nacional.

II

Em consequência da formação histórica, cultural e cristã, tanto quanto a situação geográfica, nossa nação é predominantemente ocidental. Nosso esforço nacional é dirigido para a obtenção de sistema de vida democrático,

tanto política como socialmente. Poderá não ser inútil frisar aqui que nossa dedicação à democracia é maior do que a de outras nações da nossa esfera cultural. Tornamo-nos, assim, o exemplo mais bem sucedido de coexistência racial e integração conhecido na história.

Os ideais comuns de vida e organização acercam-nos das maiores nações do bloco ocidental e, em muitos pontos, o Brasil pode, em posição de destaque, associar-se a esse bloco. Essa afinidade é sublinhada pela nossa participação no sistema regional interamericano, que envolve obrigações políticas específicas.

No entanto, na situação atual, não podemos aceitar uma posição nacional predeterminada, exclusivamente na base das premissas acima. É inegável que temos outros pontos em comum, com a América Latina em particular e com os povos recentemente emancipados da Ásia e África, que não podem ser ignorados, porque se encontram nas bases do reajustamento da nossa política e sobre eles convergem muitas das linhas principais do desenvolvimento da civilização brasileira. Se é verdade que não podemos relegar nossa devoção à democracia a um lugar secundário, não é menos verdade que não podemos repudiar laços e contactos oferecendo grandes possibilidades para a complementação nacional.

O grau de intimidade das relações do Brasil com os países vizinhos do continente e com as nações afro-asiáticas, embora baseado em motivos diferentes, tende para o mesmo fim. Entre estes, na maioria dos casos, estão motivos históricos, geográficos e culturais. O fato comum a todos eles é o de que nossa situação econômica coincide com o dever de formar uma frente unida na batalha contra o subdesenvolvimento e todas as formas de opressão.

Disso tudo, naturalmente, certos pontos se destacam que podem ser considerados básicos para a política externa do meu governo. Um deles é o reconhecimento da legitimidade da luta pela liberdade econômica e política. O desenvolvimento é um objetivo comum ao Brasil e às nações com as quais procuramos ter relações mais íntimas e a rejeição do colonialismo é o corolário inevitável e imperativo dessa meta.

É, ainda, à luz desses determinantes políticos que hoje consideramos de primeira importância o futuro do sistema regional interamericano. O crescimento da América Latina, como um todo, e o resguardo da soberania

nia de cada nação do hemisfério são as pedras fundamentais de uma política continental, no entender do governo brasileiro.

Os enganos criados por um equacionamento errado dos problemas continentais são mais do que conhecidos. O auxílio insuficiente ou mal dirigido aumentou as divergências regionais. Nações que enfrentam graves problemas em comum – isto é, todas as nações da América Latina – precisam fazer um levantamento das suas necessidades e fazer os seus planos de acordo com isso. Os latino-americanos estão interessados, não na prosperidade dos pequenos grupos dirigentes, mas na prosperidade nacional como um todo, o que deverá ser perseguido a todo custo, sem levar em consideração os riscos.

Os Estados Unidos precisam compreender que hoje enfrentam um desafio do mundo socialista. O mundo ocidental precisa mostrar e provar que não é somente o planejamento comunista que promove a prosperidade das economias nacionais. O planejamento democrático precisa também fazer o mesmo, com a assistência dos que são economicamente capazes, se o sistema político de uns perplexos dois terços do mundo ocidental vai⁴ evitar o risco de uma bancarrota.

Não podemos frisar com demasiada frequência a que ponto a pobreza nos separa da América do Norte e das principais nações européias do mundo ocidental. Se, pelo sucesso alcançado, elas representam aos olhos dos povos subdesenvolvidos o ideal de realização de uma elite de origem cultural européia, vai, no entanto, se enraizando nas mentes das massas a convicção de que esse ideal, para uma nação sem recursos e prejudicada nas suas aspirações de progresso, é uma ironia. Que solidariedade pode existir entre uma nação próspera e um povo desgraçado? Que ideais comuns podem, no curso do tempo, suportar a comparação entre as áreas ricas, cultivadas, dos Estados Unidos e as zonas assoladas pela fome no nordeste do Brasil?

Pensamentos como este criam irrevogavelmente em nós um sentimento de solidariedade com esses povos invadidos pela miséria que, em três continentes, lutam contra interesses imperialistas que, sob o pálio das instituições democráticas, induzem ao erro – senão destroem – as tentativas para orga-

⁴ N.E. – A expressão utilizada na *Foreign Affairs* é: “is to avoid”.

nizar economias populares. Quando nações, competindo com o grupo democrático, fazem oferta de auxílio econômico, desinteressado, real ou falso, esse problema parece mais agudo, sob a pressão do conflito de interesses.

Neste ponto, poderia ser apropriado fazer referência aos preconceitos ideológicos das democracias capitalistas, sempre prontas a depreciar a idéia de intervenção estatal em países onde ou o Estado controla e governa o crescimento econômico – o que se tornou uma questão de soberania – ou nada é realizado. Não estamos em posição de permitir a liberdade de ação de forças econômicas em nosso território, simplesmente porque essas forças, controladas do exterior, fazem o seu próprio jogo e não o de nosso país.

O governo brasileiro não tem preconceitos contra o capital estrangeiro – longe disso. Estamos em grande necessidade da sua ajuda. A única condição é que a nacionalização gradual dos lucros seja aceita, pois de outro modo eles não são mais um elemento de progresso, mas tornam-se apenas uma sanguessuga, alimentando-se do nosso esforço nacional. Saibam que o Estado, no Brasil, não entregará esses controles, que beneficiarão nossa economia ao canalizar e assegurar a eficiência do nosso progresso.

III

O desequilíbrio econômico é, sem dúvida, o mais crítico de todos os fatores adversos que afligem o sistema regional interamericano e, dele, se originam quase todos os demais. Meu governo está convencido de estar lutando pela recuperação do pan-americanismo e de que isso deve começar pelos setores econômico e social. Politicamente, estamos tentando dar forma e conteúdo aos princípios imperativos da autodeterminação e da não-intervenção, e são esses os princípios que nos guiam em relação às Américas, assim como ao resto do mundo.

A questão de Cuba, ainda dramaticamente presente, nos convenceu, de uma vez por todas, da natureza da crise continental. Ao defender com intransigência a soberania de Cuba contra interpretações de um fato histórico que não pode ser controlado *a posteriori*, acreditamos ajudar a despertar o continente para a verdadeira noção das suas responsabilidades. Defendemos nossa posição a respeito de Cuba, com todas as suas implicações. A

atitude do Brasil foi, sem dúvida, compreendida por outros governos e, à medida que ganha terreno, o inteiro sistema regional mostra sinais de regeneração na avaliação das responsabilidades de cada nação-membro.

O governo dos Estados Unidos, através dos seu recentes programas de ajuda, deu um passo importante em direção à revisão de sua política continental, clássica e inoperante. Esperamos que o presidente Kennedy, a quem não faltam as qualidades da liderança, leve a revisão da atitude do seu país até o último limite e varra do caminho os consideráveis obstáculos que restam na rota para uma comunidade continental verdadeiramente democrática.

Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados àquele continente pelas nossas raízes étnicas e culturais e partilhamos do seu desejo de forjar para si mesmo uma posição independente no mundo de hoje. As nações da América Latina que se tornaram politicamente independentes no curso do século XIX tiveram o processo de desenvolvimento econômico retardado por circunstâncias históricas e a África, que apenas recentemente se tornou politicamente livre, junta-se a nós, neste momento, na luta comum pela liberdade e pelo bem-estar.

Creio que é precisamente na África que o Brasil pode prestar o melhor serviço aos conceitos de vida e métodos políticos ocidentais. Nosso país deveria tornar-se o elo, a ponte entre a África e o Ocidente, desde que estamos tão intimamente ligados a ambos os povos. Enquanto pudermos dar, às nações do Continente Negro, um exemplo de completa ausência de preconceito racial, juntamente com provas cabais de progresso sem solapar os princípios da liberdade, estaremos contribuindo decisivamente para a integração efetiva de todo o continente num sistema ao qual estamos presos por nossa filosofia e tradição histórica.

A atração exercida pelo mundo comunista, pelas técnicas comunistas e pelo espírito das organizações comunistas sobre os países que acabam de se libertar do jugo capitalista, é do conhecimento de todos. De um modo geral, todas as nações subdesenvolvidas, inclusive as da América Latina, são suscetíveis a esse apelo. Não deve ser olvidado que, enquanto a independência das nações latino-americanas era inspirada por um movimento

de libertação com raízes na Revolução Francesa, a autonomia obtida pelas novas nações asiáticas e africanas foi precedida por uma onda de esperança, provocada pela revolução socialista na URSS, entre as classes e povos oprimidos de todo o mundo. O movimento de libertação afro-asiático ergueu-se contra o domínio de nações que compõem – se não encabeçam – o bloco ocidental.

Esses fatores históricos são de importância decisiva e devem ser tomados em consideração ao estimar o papel que um país como o Brasil pode representar na tarefa de reavaliar as forças dinâmicas que estão atuando no novo mundo de hoje, na Ásia e na África.

Por muitos anos, o Brasil fez o erro de apoiar o colonialismo europeu nas Nações Unidas. Essa atitude – que somente agora começa a desaparecer – deu lugar a uma justificada desconfiança quanto à política brasileira. Círculos mal-informados, excessivamente impressionados com as maneiras de agir européias, contribuíram para um erro que deve ser atribuído mais ao desprezo dos compromissos mais profundos de nosso país do que à malícia política. Nossas relações fraternais com Portugal influíram na complacência demonstrada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil nesse assunto.

Portanto, tudo conduz a uma necessária mudança de posição com respeito ao colonialismo, que, sob todos os seus disfarces – mesmo os mais transparentes – enfrentará, de agora em diante, a oposição determinada do Brasil. Essa é a nossa política, não apenas no interesse da África, não por uma solidariedade platônica, mas porque está de acordo com os interesses nacionais brasileiros. Estes, até certo ponto, são ainda influenciados pelas mais ocultas formas de pressão colonialista, mas pedem uma aproximação com a África.

Poderia acrescentar que o soerguimento dos níveis econômicos dos povos africanos é de vital importância para a economia do Brasil. Mesmo de um ponto de vista puramente egoísta, estamos interessados em ver a melhoria social e o aperfeiçoamento das técnicas de produção na África. A exploração dos africanos pelo capital europeu é prejudicial à economia brasileira, permitindo, como acontece, o estímulo a uma competição comercial baseada no trabalho mal pago dos negros. É preciso estabelecer a competição em um nível civilizado e humano, para substituir o da escravidão

pelos salários inferiores pagos a toda uma raça.⁵ Atualmente o crescimento industrial de meu país garante aos africanos uma importantíssima fonte de suprimentos, que poderia mesmo servir como base de acordos para unir os nossos respectivos sistemas de produção.

Estamos estabelecendo relações regulares, diplomáticas e comerciais, com várias nações africanas e emissários do meu governo visitaram aquele continente para estudar possibilidades concretas de cooperação e trocas. Com o tempo, as potencialidades dessas relações mais íntimas, destinadas a serem um marco na história dos negócios humanos, serão concretizadas.

IV

Aqui devo frisar outro importante aspecto da nova política externa brasileira. Meu país tem poucas obrigações internacionais: estamos presos apenas a pactos e tratados de assistência continental, que nos obrigam à solidariedade com qualquer membro do hemisfério que se possa tornar vítima de agressão extracontinental. Não assinamos tratados da natureza da OTAN e não estamos absolutamente forçados de maneira formal a intervir na Guerra Fria entre o Oriente e o Ocidente. Estamos, portanto, em situação de seguir nossa inclinação natural e atuar energicamente em prol da paz e do relaxamento da tensão internacional.

Não sendo membro de bloco algum, nem mesmo do bloco neutralista, preservamos nossa liberdade absoluta de tomar nossas próprias decisões em casos específicos e à luz de sugestões pacíficas em consonância com nossa natureza e história. Um grupo de nações, especialmente da Ásia, tem também o cuidado de permanecer à margem de qualquer choque de interesses, que são invariavelmente os das grandes potências e não necessariamente os de nosso país, quanto mais da paz mundial.

O primeiro passo para tirar proveito total das possibilidades da nossa posição no mundo consiste em manter relações normais com todas as na-

⁵ N.E. – Na *Foreign Affairs*: “Competition on a civilized and human level must be found to replace that of enslavement by underpayment of a entire race”.

ções. O Brasil, que por má interpretação ou distorção⁶ do seu bom senso político, levou vários anos sem contactos regulares com as nações do bloco comunista, a ponto, mesmo, de ter apenas relações comerciais indiretas e insuficientes com elas. Como parte do programa do meu governo, decidi examinar a possibilidade de reatar relações com a Romênia, Hungria, Bulgária e Albânia; essas já foram agora estabelecidas. Negociações para o reatamento de relações com a União Soviética estão em progresso e uma missão oficial brasileira vai à China para estudar as possibilidades de trocas. Em consonância com essa revisão de nossa política externa, meu país, como é sabido, decidiu votar a favor da inclusão na agenda da Assembléia Geral das Nações Unidas da questão da representação da China; essa posição inicial terá, no seu devido tempo, suas conseqüências lógicas.

As possibilidades de relações comerciais entre o Brasil e o Oriente são praticamente “terra incógnita”. Mesmo no caso do Japão, ao qual estamos ligados por tantos laços, nossas relações comerciais estão longe de ser completas. A China, Coréia, Indonésia, Índia, Ceilão e todo o sudoeste da Ásia abrem espaço para o desenvolvimento de nossa produção e empreendimentos comerciais, que nem a distância nem os problemas políticos podem desencorajar.

É preciso levar ao conhecimento do mundo o fato de que o Brasil está aumentando intensivamente sua produção, com vistas não apenas ao seu mercado doméstico, mas especificamente procurando atrair outras nações. De um ponto de vista econômico, a divisa do meu governo é “Produzir tudo, porque tudo que for produzido é comerciável”. Sairemos à conquista desses mercados; em casa, na América Latina, na África, na Ásia, na Oceania, em países sob a democracia e naqueles que se uniram ao sistema comunista. Os interesses materiais não conhecem doutrina e o Brasil está atravessando um período em que sua própria sobrevivência como nação, ocupando uma das áreas mais extensas e privilegiadas do globo, depende da solução dos seus problemas econômicos. Nossa própria fidelidade ao sistema democrático de vida está em jogo nessa luta pelo desenvolvimento. Uma nação como a nossa, com 70 milhões de habitantes e com o mais alto índice de

⁶ N.E. – Na *Foreign Affairs*: “Brazil, either through misinterpretation or distortion...”.

crescimento populacional do mundo, não permitirá sequer uma diminuição da velocidade do seu movimento em direção à plena utilização de sua própria riqueza.

Sem medo de errar, posso dizer que a experiência de progresso democrático que está sendo levada a efeito no Brasil é decisiva, tanto para a América Latina quanto para todas as áreas subdesenvolvidas do mundo. Portanto, essa experiência é do maior interesse para nações prósperas, que são também orgulhosas de serem livres. Elas assim continuarão desde que o sucesso coroe os esforços, em prol da emancipação econômica, das nações subdesenvolvidas vivendo sob o mesmo sistema. A liberdade, mais uma vez, torna-se o produto da igualdade.

É preciso frisar que a idéia por trás da política externa do Brasil e sua implementação tornaram-se agora o instrumento para uma política de desenvolvimento nacional. Como parte importante de nossa vida de nação, a política externa deixou de ser um exercício irreal, acadêmico, levado a efeito por elites absortas e fascinadas; tornou-se o tópico principal da preocupação diária. Com ela, buscamos objetivos específicos: em casa, prosperidade e bem-estar; no exterior, viver juntos, amigavelmente e em paz no mundo.

Não há necessidade de explicar aos brasileiros o que somos hoje no mundo. Estamos plenamente cômnicos da missão que precisamos cumprir – e podemos cumprir.

*



GESTÃO

Francisco Clementino de
San Tiago Dantas



DOCUMENTO 15

Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Francisco Clementino de San Tiago Dantas

Em 11 de setembro de 1961.

É com plena consciência da extensão desta responsabilidade que assumo neste momento a direção da chancelaria brasileira. O nosso país tem assistido muitas vezes à cerimônia da transmissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores, mas essa transmissão que em outros países e, porventura, em outros departamentos do nosso serviço público, pode significar uma sensível transformação, aqui, pela força das tradições consolidadas, pelo grau de definição a que atingiu o espírito dessa corporação profissional, tornou-se, na realidade, uma cerimônia que contém uma parcela diminuta de inovação. É o privilégio de uma chancelaria, atingida a maturidade dos seus métodos e a plena definição dos seus objetivos, impor-se ao homem público que é chamado eventualmente a dirigi-la.

Aqui venho para ser um intérprete e um servidor dessa tradição. Para recolher nos exemplos dos meus ilustres antecessores as normas que hão de pautar os meus atos e, sobretudo, para procurar o maior entrosamento possível entre os objetivos permanentes da nossa política internacional e o programa que inspira o novo governo instaurado no dia oito de setembro, depois do Ato Adicional que entre nós estabeleceu o governo de gabinete.

Estamos saindo de uma importante crise institucional, que durante alguns dias manteve a nação brasileira em estado de alarme e fez, com razão, que a atenção dos povos se fixasse em nós para medir a extensão dos acontecimentos que nos envolviam e para sentir o grau de amadurecimento

político de que íamos dar testemunho. Felizmente o desenvolvimento da crise e, afinal, a sua solução provaram aquilo que já sabíamos e de que já nos orgulhavámos: que o sentimento da legalidade, que o senso da ordem jurídica, estão hoje tão profundamente enraizados na consciência do povo brasileiro, da sua classe política dirigente e das suas forças armadas, que muito mais importante do que as crises e a sua evolução é essa elasticidade do nosso gênio político, que não tardou em reconduzir-nos ao ponto de equilíbrio e em deixar provado que a nação brasileira não se afastará mais, em circunstância alguma, dos moldes da legalidade democrática em que estão vazados os nossos costumes e as nossas instituições.

A instituição parlamentarista não foi entre nós uma invenção inesperada. Há muitos anos que, de sessão em sessão legislativa, vem esta idéia ganhando corpo no espírito dos nossos legisladores. Já por várias vezes alcançou ela maioria na Câmara dos Deputados e no Senado, sem ter, entretanto, atingido as maiorias qualificadas para sua aprovação. Havia, portanto, na consciência do país, uma preparação para a solução que neste momento adotamos. E quando nos vimos no dia 25 de agosto diante da crise, sob todos os pontos de vista inesperada, da renúncia do chefe de Estado aos deveres e aos direitos do seu cargo, era natural que a nação estremecesse diante de um fato novo da sua vida institucional e que tivéssemos de procurar, através de soluções que se desdobraram diante dos olhos do povo e dos homens públicos, o ponto de equilíbrio que nos permitiria resolver e ultrapassar todas as dificuldades – o governo de gabinete, animado, nestas circunstâncias, de um espírito que é o da conciliação nacional.

Para sua constituição, contribuíram todos os grandes partidos políticos e, mesmo as agremiações que não se acham diretamente representadas no Conselho de Ministros, deram, cada uma a seu modo, a sua contribuição de apoio parlamentar, de tal maneira que hoje o governo recém-estabelecido aparece-nos como a expressão legítima da vontade do parlamento nacional, através da soberba contagem de votos alcançada na aprovação de sua investidura. Assim, o governo que se inicia em nosso país não é o governo de um partido, não é o governo de um homem, não é o governo de uma corrente, nem de uma tendência. É sim o grande compromisso de todas as correntes políticas em que hoje se divide a opinião nacional, unidas no

propósito exclusivo de promover a grandeza, o desenvolvimento e o fortalecimento do país e de assegurar o bem-estar do povo.

No campo da política externa, a atitude do novo governo não pode deixar de exprimir a continuidade perfeita com aquilo que se vinha praticando, por meio desta Secretaria de Estado. Temos cada vez mais consciência do papel internacional reservado ao nosso país. Se, de um lado, a nossa política há de ser animada pelo objetivo nacional que perseguimos e há de ter como finalidade assegurar, por todos os meios, o nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições democráticas em nosso país; de outro lado, cada vez estamos mais conscientes da nossa responsabilidade como protagonistas da vida internacional e sabemos que temos nossa contribuição a levar à causa da paz, a essa grande causa que é o pressuposto e a base de todas as outras e na qual todas as nações, grandes, médias e pequenas, são igualmente responsáveis. O nosso país, cômico de suas responsabilidades na ordem internacional e perfeitamente esclarecido a respeito dos objetivos nacionais que persegue, não pode deixar de ser cada vez mais o que tem sido, a saber: uma nação independente, uma nação fiel aos princípios democráticos em que se funda a sua ordem interna, fiel aos seus compromissos internacionais, assumidos com a aprovação do Congresso Nacional, fiel à grande causa – da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos – que nos levou a, com eles, nos solidarizarmos e a tomarmos, em todas as assembléias de que fazemos parte e em todas as ações diplomáticas que empreendemos, uma atitude, uma linha de conduta coerente e uniforme, em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo. Não podemos, também, deixar de ser nação decididamente empenhada na preservação e na aplicação do princípio de não-intervenção na vida dos povos. Sabemos, por força mesmo das nossas convicções democráticas, que a democracia é um regime que só se instaura de maneira eficaz, duradoura e válida quando procede do próprio sentimento e da própria vontade popular, quando não é o resultado de uma influência vinda de fora, mas o produto de uma evolução interna que tem como raiz o amadurecimento da vontade do povo. Por esse motivo, temos sido e continuaremos a ser os defensores infatigáveis do princípio de não-intervenção e da autodeterminação dos povos em todas

aquelas circunstâncias e momentos em que eles devem ser aplicados. E aspiramos, como é natural, a uma dilatação cada vez maior das relações e dos contatos com todos os povos, não só porque desse modo nos habilitamos melhor para levar a nossa cooperação à grande obra da paz, como também porque sabemos que o nosso país, nos seus desígnios de desenvolvimento econômico, necessita cada vez mais de grandes mercados, pois o crescimento da nossa renda social exigirá inevitavelmente que importemos sempre mais e mais, e se temos de importar, temos de exportar e, por conseguinte, não podemos colocar limites às nossas necessidades de expansão comercial.

Tais idéias, vitoriosas nesta casa e apresentadas pela diplomacia brasileira em todas as oportunidades em que lhe têm sido confiadas missões, são também as idéias do novo governo de gabinete, que especificamente decidiu reafirmar a continuidade da sua linha política dentro da melhor tradição da democracia brasileira, fiel aos nossos ideais, às nossas tradições cristãs, a todos esses valores que formaram a nossa civilização e em defesa dos quais desejamos participar da vida internacional, provocando-os, defendendo-os, levando-os a todos os povos pelo valor intrínseco que neles se contém.

É para mim uma grande satisfação receber neste momento a administração desta Secretaria de Estado das mãos do embaixador Ilmar Penna Marinho, um dos nossos mais distintos diplomatas, representante dessa fina tradição intelectual e jurídica que é um dos apanágios desta casa.

É também motivo de desvanecimento para mim substituir nesta pasta o meu eminente amigo e um dos maiores homens públicos do nosso país, o senador Afonso Arinos de Melo Franco. Ele trouxe para o Itamaraty o lustre do seu nome, um dos nomes tutelares da diplomacia brasileira, e a essa magnífica tradição junta o galardão de um novo merecimento, por haver-se revelado um dos homens de mentalidade mais ampla, de espírito mais moderno e de maior desassombro na condução da nossa política externa.

Desejo ainda dirigir uma palavra especial de saudação ao Senado Federal. Se, no governo presidencialista, já era o Senado um órgão essencial à condução da nossa política externa, no atual regime de gabinete as suas atribuições ainda mais sobressaem, pois, se é verdade que o gabinete presta

contas à Câmara e perante ela conduz a sua política tanto interna como externa, também é certo que o Senado integra a declaração de vontade, de que depende a execução da nossa política exterior. Espero que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados não faltarão, como até hoje nunca faltaram, a esta casa, durante a gestão que se inicia, com uma colaboração valiosa, da qual necessitamos para infundir cada vez mais à nossa política externa este sentido de manifestação da vontade do Executivo e do Legislativo, que é essencial à realização de um governo de gabinete.

Quero dirigir-me, finalmente, ao corpo de funcionários desta casa, aos que neste momento se encontram na Secretaria de Estado desempenhando funções técnicas e administrativas e àqueles que se encontram no exterior, em embaixadas, legações, delegações e consulados. Todos sabemos que a qualidade do corpo de funcionários com que conta o Ministério das Relações Exteriores é, sem dúvida, a pedra angular da política externa que temos podido realizar através de tantas administrações.

Esta casa tornou-se, sem ofensa a qualquer outra, o modelo e o orgulho do serviço público civil brasileiro. E, portanto, é para mim um motivo de profunda satisfação e de desvanecimento chefiar este corpo que tanto tem dado e que sei continuará a dar ao nosso país.

Aqui, no tempo que me for dado permanecer à frente desta chance-laria, posso assegurar a cada um dos funcionários do Itamaraty que não me inspirará nenhuma preferência pessoal, nenhuma discriminação, nenhum espírito de grupo, mas o desejo de aproveitar a todos de acordo com seu merecimento, de abrir oportunidade para a colaboração que cada um queira e possa trazer à grande causa da expansão da nossa política externa, em busca dos seus objetivos permanentes.

Desejo manifestar igualmente o meu respeito e a minha integral solidariedade aos dois eminentes homens públicos, que, na chefia do Estado e na chefia do governo, dão hoje ao povo brasileiro garantia da execução de sua vontade e exprimem suas mais autênticas aspirações: o doutor João Goulart, líder incontestável do nosso povo, por ele consagrado em eleições livres e levado por um movimento irresistível de opinião à magistratura suprema do país, e o doutor Tancredo Neves, estadista de vasto descortino, de largo patriotismo e provada experiência no trato da coisa pública.

Possa eu corresponder ao compromisso que comigo mesmo assumo de ser, nesta casa de Rio Branco, em que se ilustraram tantos brasileiros, cujos nomes se inscrevem entre os nomes da nacionalidade, um ministro dedicado, um servidor obediente às tradições que aqui encontra implantadas e que espera não deslustrar.

*

DOCUMENTO 16

Carta do ministro João Augusto de Araújo Castro para o ministro de Estado San Tiago Dantas¹

19 de setembro de 1961.

Brazilian Embassy
Aoyama Dai-Ichi Mansions,
4-11, Akasaka Omote-Machi, Minato-Ku
Tokyo

Prezado Amigo Ministro San Tiago Dantas,

Aqui se confirma o abraço telegráfico, enviado ainda em trânsito, por sua nomeação para o Itamaraty. Acredite que não poderia tranquilizar-me mais a notícia, num momento em que vejo tão indecisos e mesmo contraditórios os rumos de nossa política exterior. Nunca como agora foi tão importante a pessoa do timoneiro e é bom ver que nele a casa deposita absoluta confiança. Em junho, quando estive no Rio, verifiquei que prevalecia a mais absoluta falta de entrosamento entre os quatro escalões políticos: presidente- ministro-Itamaraty-missões. Daí o que já aconteceu.

Tendo participado das duas maiores “aberturas” de nossa política exterior, nos meses recentes (Cairo e Pequim), pude verificar como era a política indecisa e tateante. Estávamos fazendo o máximo (palavras calorosas e quase de solidariedade a Moscou e a Pequim, condecoração de Che Guevara, declarações freneticamente anti-colonialistas), sem que tivéssemos a coragem de fazer o mínimo, em bases frias e corretas, mínimo que constitui o cotidiano de muitos países tidos como “conservadores” (reatamento, relações com todos os países, política anti-colonialista mais coerente). Não reatamos com a URSS em março, logo após a enunciação da mensagem presidencial de 15 de março, num momento de distinção (pos-

¹ N.E. – Intervenção manuscrita, a lápis, acima do cabeçalho: “João Augusto” e uma rubrica.

sibilidade de aproximação Kennedy-Khrushhev) para tentar fazê-lo no momento preciso em que era mais forte a tensão leste-oeste, em consequência à crise de Berlim. Não reconhecíamos o governo central da China e a esse país o governo mandava o vice-presidente da República, em missão oficial, a negociar um acordo interbancário. Provocávamos o mundo todo, permitíamos especulações menos desejáveis em torno de nossa diplomacia e, na realidade, conservávamos a mesma trilha do passado, nas coisas substanciais. Não é assim, com golpes de teatro, que se aumenta o poder de barganha do país.

A experiência provou que, com toda nossa pirotecnia, os americanos não chegaram a inquietar-se com os rumos políticos do Brasil. Na realidade, demonstramos, ainda uma vez, falta de maturidade para a conduta da política exterior. Oscilamos do oito ao 80, quando devíamos andar pelo 37 ou pelo 42.

Nem tudo, entretanto, se perdeu, porque, de qualquer maneira, se romperam vários tabus e se conseguiu colocar, perante a opinião pública, o problema da política exterior. Pela primeira vez se tentava, embora em bases precárias e contraditórias, definir uma linha política em função e dentro do contexto da política mundial. Isso era, em certo sentido, um progresso, porque contribuía a despertar o Itamaraty de sua apatia e conformismo. Mas estávamos na fase do bate-bola, sem um plano articulado de política. Sou o primeiro a reconhecer que, em momento tão fluido, seria impossível ou, de qualquer maneira desaconselhável, um planejamento rígido e inflexível. Tínhamos sempre de conservar a maior mobilidade diplomática possível e o maior campo possível de manobra. Mas tínhamos de saber o que queríamos e, na realidade, não o sabíamos. Diplomacia não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio para atingir determinados fins. Que fins eram esses? Havíamos congelado por muitos anos nossa política exterior. O degelo se fez, entretanto, de maneira desordenada e em bases de provocação. Será a tarefa de nossa diplomacia – sob sua segura orientação – provar que o atual governo não tem menos coragem do que o anterior. Apenas uma dose maior de coerência, visão política e uma melhor capacidade de adequação de meios a fins. Outra coisa: uma política não se muda com declarações enfáticas e revelações prévias de intenções. Uma política

exterior se muda – se é desejo mudá-la – com pequenos atos, pequenos votos, pequenas gestões. Porque este é um jogo de nuances e de precisões, de ênfases e de semitons. O senhor me perdoará entrar, de maneira tão abrupta, em temas que me preocupam, mas sei que escrevo a pessoa que não se assusta com fatos e com palavras.

Uma das grandes confusões que reinam no Brasil – e mesmo no Itamaraty – se refere à questão de nossos “compromissos” diplomáticos. O ponto não foi perfeitamente elucidado quando do episódio Cabot, há dois meses. Nenhum ato jurídico internacional vincula o Brasil à defesa do “ocidente” como “Ocidente”. Não somos membros da OTAN e o Tratado do Rio de Janeiro não nos obriga senão à defesa do hemisfério em agressões que se situem em seu território ou em sua faixa de segurança. O Brasil pertence ao Ocidente, mas não pertence ao “bloco” ocidental. Temos compromissos com os Estados Unidos, na qualidade de país do hemisfério, e não com os Estados Unidos, na qualidade [*de*] líder da coligação ocidental. É possível que, em conseqüência de fatores geopolíticos, essa distinção se torne, numa crise, acadêmica e bizantina. No momento, teríamos, entretanto, interesse em mantê-la e precisá-la. O fato, entretanto, de dispormos de mais ampla mobilidade diplomática não significa que dela nos utilizemos quando isso politicamente não convenha. O fato de não estarmos obrigados a defender os Estados Unidos na Europa ou na Ásia não significa que vamos a Moscou ou a Pequim, insinuando que estamos mudando de posição. O fato de não estarmos comprometidos não significa que sejamos “neutros” no conflito larvado entre o Ocidente e o mundo socialista. Porque, na realidade, todos os nossos interesses estão com o primeiro.

Confesso ter voltado impressionado com a China, com um nível econômico ainda muito baixo, mas com um ritmo impressionante de desenvolvimento. Mas seria loucura pensar que poderíamos no Brasil recorrer a métodos semelhantes, por mais eficazes que sejam. Nisso tudo se envolve uma questão de valores. Os chineses agem sobre a base de que a vida de dez homens é coisa mais importante do que a vida de um homem só, que é uma abstração. Nós partimos do princípio de que uma vida é coisa extremamente importante. Estatisticamente, eles têm razão. Mas política nem sempre é aritmética. O que não foi dito por nós – e deveríamos dizer agora –

é que nos damos com todos os países, quaisquer que sejam suas ideologias, mas aí já estaria contida a idéia de que a ideologia comunista não é a nossa. Porque, realmente, não é e a visita à China confirmou-se nessa convicção.

Em relação à China, nunca compreendi por que enunciamos em março uma posição (favorável à inclusão do assunto na agenda) que só seríamos chamados a tomar em setembro. No tocante ao fundo da questão, creio que poderíamos aguardar a decisão da Assembléia Geral e, no seio desta, não deveríamos passar da abstenção. Eu quero a política mais independente para o Brasil, mas não quero que, por mero amor à independência, façamos coisas que politicamente nos sejam inconvenientes. Enquanto não se estabeleça um sistema de justiça distributiva internacional – assegurada por tribunais adequados – o direito e, talvez mesmo, o dever de cada Estado é proceder à vigilante defesa de seus interesses internacionais.

O acordo interbancário com a China foi assinado *ad referendum*. Insisti na inclusão dessa cláusula, à qual resistiram por algum tempo os chineses, dadas minhas incertezas sobre os rumos políticos do Brasil. Mas seria agora favorável à sua ratificação pelo governo, através do Banco do Brasil. Afinal de contas, o acordo se limita a abrir a possibilidade de comércio entre os dois países, sem qualquer compromisso de nossa parte. E não vejo por que não tenhamos relações comerciais com todos os países do mundo. Os chineses tudo fizeram, visando provocar um rompimento nosso com Formosa, no sentido de um acordo de governo a governo. Finquei o pé nesse ponto, com vistas a permitir a nosso governo a mais ampla possibilidade de manobra. Já que o acordo interbancário foi aceito pela outra parte, não vejo por que agora sejamos nós a impugná-lo. No que erramos foi em dar um sentido político à conclusão de acordo tão simples, destituído, inclusive, de maior significação econômica.

O governo anterior falava muito em independência. Na realidade precisamos, embora não possamos dizê-lo, de maturidade, de frieza e de objetividade. Em relação a Cuba, cometemos erros gravíssimos. Mesmo que quiséssemos defender, até as últimas conseqüências, o princípio de não-intervenção, não havia razão alguma para que identificássemos nossa posição com a posição de Cuba. No Cairo, em junho passado, tive sério atrito com Raul Roa, que se arrogara o direito de falar em nome do Brasil.

Como apenas Cuba “participava” da reunião preparatória, já que o Brasil apenas enviara um observador, deseja [*sic*] anunciar que o presidente Jânio Quadros, se convidado, iria a Belgrado. Isso nos colocava na mais ridícula das posições, perante uma assembléia de 21 países, na posição de estar mendigando um convite. Protestei, disse que não reconhecia a ninguém naquela sala o direito de falar em nome do Brasil. Nem mesmo reconhecia esse direito ao ministro das Relações Exteriores de uma república irmã. Roa desculpou-se, mas alegou que apenas tornara público o que o presidente Jânio Quadros contara ao vice-ministro Olivares. Fui ao Rio, para relatar o caso. O presidente e o ministro aprovaram minha atitude, mas, por incrível que pareça, deixamos de manifestar nossa estranheza por gesto tão insólito de Roa, ao governo de Havana. Tomo, aliás, a liberdade de sugerir-lhe a leitura do relatório de 15 de junho, em que procurei proceder a uma análise da posição brasileira frente aos assuntos ventilados no Cairo. O relatório poderá ser facilmente encontrado no Arquivo do Itamaraty. Pediria também sua bondosa atenção para o que se contém no relatório datado de quatro de agosto (enviado de Hong Kong) sobre os aspectos políticos da missão à República Popular da China. Em ambos os documentos, procurei ser o mais franco, direto e objetivo.

Sei que estou colocando vários problemas perante o senhor, mas sei que a vários deles o senhor já está perfeitamente atento. Não queria, entretanto, silenciar, quando agora vejo, com sua investidura, a possibilidade de uma política orgânica, atuante e que realmente corresponda aos interesses internacionais do Brasil. E peço que, desde já, me considere à sua inteira disposição para tudo em que possa ajudá-lo. Por dever de ofício, o oferecimento é supérfluo, mas considerações de amizade pessoal me obrigam a fazê-lo.

Vão, assim, todos os votos de uma grande gestão. Andava o senhor há muito em nosso caderno secreto de chanceleres. E sei que não nos decepcionaremos.

Afetuosos abraços do
Araújo Castro

*

DOCUMENTO 17

Programa de governo – Política internacional

Apresentado à Câmara dos Deputados pelo presidente do Conselho de Ministros, dr. Tancredo Neves, em 28 de setembro de 1961.

A definição de um programa de política exterior no governo parlamentarista deve responder simultaneamente a uma preocupação de continuidade e a uma formulação de objetivos imediatos.

Não só neste, mas em qualquer outro regime, a continuidade é requisito indispensável a toda política exterior, pois se, em relação aos problemas administrativos do país, são menores os inconvenientes resultantes da rápida liquidação de uma experiência ou da mudança de um rumo adotado, em relação à política exterior é essencial que a projeção da conduta do Estado no seio da sociedade internacional revele um alto grau de estabilidade e assegure crédito aos compromissos assumidos.

A política exterior do Brasil tem respondido a essa necessidade de coerência no tempo. Embora os objetivos imediatos se transformem sob a ação da evolução histórica de que participamos, a conduta internacional do Brasil tem sido a de um Estado consciente dos próprios fins, graças à tradição administrativa de que se tornou depositária a chancelaria brasileira, tradição que nos tem valido um justo conceito nos círculos internacionais.

Posição de independência

Deixando de lado a evolução anterior, podemos dizer que a posição internacional do nosso país, de que depende a nossa orientação em face das questões concretas que se nos deparam, tem evoluído constantemente para uma atitude de independência em relação a blocos político-militares, que não pode ser confundida com outras atitudes comumente designadas como neutralismo ou terceira posição, e que não nos desvincula dos princípios democrático e cristão, nos quais foi moldada a nossa formação política.

Essa posição de independência permite que procuremos, diante de cada problema ou questão internacional, a linha de conduta mais

consentânea com os objetivos a que visamos sem a prévia vinculação a blocos de nações ou compromisso de ação conjunta, ressalvados os compromissos regionais contidos na Carta da OEA e no Tratado do Rio de Janeiro, e também sem prevenção sistemática em relação a quaisquer outras, de formação política ou ideológica diferente.

Preservação da paz e desenvolvimento

Os objetivos, que perseguimos e em função dos quais tomamos nossas atitudes, são: em primeiro lugar, a preservação da paz mundial, hoje a finalidade suprema e comum da ação internacional de todos os povos, mas em relação à qual madrugou a nossa vocação política, inspirada desde os albores da nacionalidade pelas idéias pacifistas e pelo repúdio formal à guerra como meio de ação internacional; em segundo lugar, a promoção do desenvolvimento econômico, ou seja, da rápida eliminação da desigualdade econômica entre os povos, objetivo que relacionamos não apenas ao dever primário de promoção de um nível mais elevado de bem-estar para a humanidade, mas também à preservação da ordem democrática e das instituições livres, pois não parece que a liberdade política possa subsistir, numa nação moderna, se não for complementada pela justiça social e pela igualdade econômica.

Na procura desses objetivos primordiais o Brasil será levado, graças à posição independente em que se colocou, a tomar atitudes e participar de iniciativas, que ora o aproximarão de determinados Estados, ora poderão alinhá-lo com Estados de orientação diferente. Em nenhum caso, essas atitudes resultarão de uma vinculação ou dependência em relação a Estados ou grupos de Estados, mas exclusivamente da procura do interesse nacional e do melhor meio de atingir os objetivos visados.

Relações com Estados americanos

Aos objetivos fundamentais, devemos acrescentar aqueles que são como que um desdobramento deles na conjuntura social e política presentes. O Brasil tem mantido, desde os primeiros anos de sua vida independente, a

mais íntima e cordial cooperação com todos os Estados americanos e tem prestado o seu apoio e colaboração ao desenvolvimento da organização regional em que eles se integram: a Organização dos Estados Americanos. Essa posição constitui uma das constantes de nossa política exterior e o novo governo deseja permanecer fiel a essa tradição, procurando introduzir no sistema os aperfeiçoamentos que ele reclama para poder atingir um grau mais alto de eficiência. Assim é que o pan-americanismo corre o risco de perder o sentido progressista que o animou desde as primeiras conferências interamericanas, se não se tornar um instrumento de luta pela emancipação econômica e social das nações deste hemisfério.

A primeira fase do pan-americanismo foi essencialmente jurídica e política. A que agora atravessamos há de ser predominantemente econômica e social, pois as nações americanas necessitam estimular e institucionalizar a sua colaboração recíproca para vencer os problemas de estrutura de sua economia e os problemas de elevação do nível de vida e de cultura de suas populações, sem intervir, contudo, em questões de ordem interna das nações, nem impor limites à autodeterminação dos povos.

A cooperação internacional para o desenvolvimento econômico pode ser considerada uma criação da política exterior subsequente à Segunda Guerra Mundial. No tocante à América Latina, essa cooperação se caracterizou, em sua primeira fase, por uma notória timidez na apropriação de recursos destinados pelos países plenamente desenvolvidos, sobretudo pelos Estados Unidos, às áreas subdesenvolvidas do hemisfério. Prevalência, nessa fase, a idéia de que os países latino-americanos não dispunham de maturidade técnica, de capacidade gerencial e de formação de capitais internos em escala suficiente para absorver auxílio econômico de maior porte e as atenções se concentravam nos problemas de assistência técnica e em pequenos empréstimos bancários, com marcada propensão para o auxílio à iniciativa privada. Dessa fase, passamos a outra, que se caracterizou pela procura de auxílio econômico de maior magnitude, através de negociações bilaterais junto ao sistema bancário e aos agentes financeiros internacionais. Foi a fase em que, no nosso país, se desenvolveu o trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e se concretizaram os financiamentos obtidos através do BNDE.

Uma terceira fase foi marcada pela substituição das reivindicações bilaterais pelas multilaterais, animadas pela idéia de que as nações latino-americanas, em vez de procurarem solução isolada para os seus problemas internos de estrutura, deviam promover uma ação conjugada que permitisse o atendimento dos problemas da área. Foi a fase da Operação Pan-Americana. Com essa iniciativa do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pretendeu-se substituir o bilateralismo pelo multilateralismo, ficando, porém, os objetivos circunscritos ao financiamento de projetos de natureza essencialmente econômica, através de agências financeiras especializadas.

Finalmente, uma quarta etapa, materializada na “Aliança para o Progresso” e na Carta de Punta del Este, não favorece apenas o financiamento de projetos de caráter técnico e econômico, mas de programas sociais, transferindo para os países subdesenvolvidos recursos formados nos desenvolvidos e acelerando, desse modo, o processo geral de expansão econômica e de desenvolvimento social.

Os programas de cooperação internacional de que participe o nosso país devem corresponder aos princípios sociais e políticos que orientam o governo. Entende este que o desenvolvimento econômico não pode ser encarado apenas em termos de elevação da renda global, mas que é indispensável complementar essa elevação mediante reformas de ordem social, que conduzam a melhor distribuição de riquezas. Daí a articulação estreita entre o social e o econômico na política de desenvolvimento. Se a estrutura social não for modificada, para que o povo retenha os benefícios do enriquecimento, os efeitos deste podem ser negativos para várias gerações, que verão os benefícios se acumularem em setores limitados da sociedade.

A política de cooperação do novo governo terá, por conseguinte, em vista não apenas projetos de caráter técnico e econômico, mas programas de caráter econômico e social.

Nas relações com os demais Estados americanos, o governo se manterá fiel à tradição da política brasileira contrária aos blocos, às discriminações e às preferências e adotará uma política aberta, simultaneamente ao entendimento e à cooperação com todos os países deste hemisfério, numa base de absoluta igualdade. Merecerá sua particular atenção o aprimoramento de nossas relações com a República Argentina, em relação à qual nos anima

o sentimento de colaboração, de apoio e de afeto, capaz de conduzir-nos, no interesse de todas as demais nações deste hemisfério, a uma constante integração de ordem econômica e cultural. Igual sentimento e preocupação nos prendem ao México, ao Uruguai, ao Chile, ao Peru, à Colômbia, ao Equador, à Venezuela, à Bolívia, ao Paraguai e aos países da América Central e das Antilhas.

Com relação a Cuba, o governo brasileiro manterá uma atitude de defesa intransigente do princípio de não-intervenção, por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, seja sob que pretexto for, nos seus negócios internos. Fiel aos princípios democráticos, que se encontram inscritos na Carta de Bogotá e que constituem base essencial do sistema interamericano, o Brasil deseja ver o governo revolucionário cubano evoluir, dentro do mais breve prazo, para a plenitude da vida democrática, inclusive no que diz respeito ao processamento de eleições livres e à efetividade de garantias para os direitos individuais. Essa evolução depende, entretanto, de forma exclusiva, da autodeterminação do povo cubano e não poderá ser substituída, nem acelerada, por qualquer forma de pressão ou de ingerência vinda do exterior.

Acresce que o Brasil não pode esquecer as causas profundas da revolução cubana e os desajustamentos sociais e políticos de que ela dá testemunho. A instabilidade das instituições democráticas no hemisfério, a intermitência com que se reapresentam regimes ditatoriais, tem sua origem no subdesenvolvimento econômico, nas desigualdades sociais e no interesse egoístico de um certo tipo de empresas de âmbito internacional, que perturbam o funcionamento normal dos regimes e, muitas vezes, alimentam as sedições. Se quisermos acautelar a democracia americana dos riscos políticos que a ameaçam, nossas atenções terão de concentrar-se em medidas de promoção do desenvolvimento e da emancipação econômica e social, únicas capazes de fortalecer a estrutura política desses países. O governo deposita confiança no estabelecimento de uma zona livre de comércio na América Latina, nos termos do Tratado de Montevideu e sob a orientação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). A integração econômica dos países deste hemisfério é indispensável para criar, em benefício de suas indústrias, uma estrutura mais forte de mercado e para permitir que melhorem, em benefício de suas populações, as condições ge-

rais de produtividade. O governo pretende complementar os atos relativos à zona de livre comércio com medidas que resguardem, nos quadros do novo regime, a autoridade do Legislativo e ajustar, com os demais países participantes, medidas de defesa das economias nacionais, em face de empresas concorrentes que possam representar qualquer ameaça ao processo de industrialização neles desenvolvido.

Colonialismo

De algum tempo para cá, vem-se afirmando a posição de crescente solidariedade do Brasil com os povos que aspiram à independência econômica e política. Essa posição se funda em duas ordens de argumentos: em primeiro lugar, na solidariedade moral que nos une ao destino de povos oprimidos pelo jugo colonial e impossibilitados de auferirem a justa retribuição do esforço econômico nacional, pela sujeição aos interesses, nem sempre coincidentes, das metrópoles; em segundo lugar, sendo os povos coloniais produtores de matérias-primas que também exploramos, torna-se essencial eliminar as condições de prestação de trabalho e de operação econômica que os colocam em posição artificial de concorrência no mercado internacional.

A esses argumentos cumpre acrescentar que a eliminação do colonialismo se tornou indispensável à preservação da paz, o que tem solidarizado a quase totalidade dos Estados independentes com os povos que lutam pela própria emancipação.

Tornou-se, assim, um dever dos Estados que administram territórios não autônomos prepará-los para a independência, como se comprometeram a fazer ao assinarem a Carta das Nações Unidas, evitando retardamentos que desfavorecem as populações ainda submetidas à tutela e, de outro lado, evitando lançar no convívio internacional entidades ainda despreparadas para as responsabilidades inerentes à vida independente.

O cumprimento dessa tarefa deve inspirar-se na convicção de que nenhum povo logra atingir a plenitude do amadurecimento cultural e do desenvolvimento econômico antes de obter sua independência política, o que exige que esta seja promovida pelos Estados responsáveis, sem delongas desnecessárias e dentro do espírito que inspirou as deliberações de São Francisco.

Nações Unidas

O Brasil tem mantido, no seio das Nações Unidas, uma linha de constante defesa dos povos subdesenvolvidos e alargado a área de sua própria responsabilidade política, tomando decisões próprias sobre problemas que dizem respeito à causa da paz e da segurança mundial.

O governo manterá a posição de independência em relação aos diversos blocos em que se dividem os Estados-membros e votará, em cada caso, tendo em vista os objetivos permanentes de nossa política internacional e a defesa dos interesses do Brasil.

No tocante aos temas que se transformaram em focos de tensão internacional, nossa intervenção jamais será orientada pelo propósito de reforçar posições, mas pelo desejo sincero de contribuir para a conciliação e o superamento de antagonismos. Assim, em face do problema alemão, nossa atuação favorecerá todas aquelas medidas que visem a criar um ambiente profícuo à negociação e ao mútuo ajustamento entre os Estados diretamente responsáveis, e que tendam a encontrar soluções de equilíbrio, suscetíveis de aceitação pelas partes interessadas.

Em relação ao caso da China e à organização estrutural do secretariado, haveremos de apoiar aquilo que melhor traduzir a realidade da vida internacional contemporânea, graças à convicção, em que se encontra o governo, de que qualquer artifício sustentado pela força ou pela inércia não poderá contribuir duradouramente para a manutenção da paz.

A política multilateral do desarmamento contará com o nosso decidido apoio e com a nossa ativa colaboração. Pleitearemos a suspensão imediata das experiências realizadas com armas termonucleares, defenderemos a limitação e a inspeção na produção de armas de destruição indiscriminada e favoreceremos todas as medidas de desarmamento gradual que preencham o requisito da exequibilidade.

Países socialistas

Poderosas razões militam em favor da normalização das relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e todos os Estados, inclusive os que constituem o chamado bloco socialista.

Em primeiro lugar, não podemos esquecer que as perspectivas de desenvolvimento econômico de nosso país nos próximos anos vão exigir um aumento considerável do volume de nossas importações e que, para isso, precisaremos desenvolver paralelamente as exportações, o que nos obriga a procurar, com agressividade, colocação para os nossos produtos em todos os mercados estrangeiros. Qualquer limitação ou abdicção, nesse particular, seria insustentável e redundaria, mais cedo ou mais tarde, em prejuízo do processo de nossa emancipação econômica.

Em segundo lugar, nossa posição no concerto das nações, especialmente entre os Estados-membros da Organização das Nações Unidas, não tolera as limitações e obstáculos à nossa ação internacional, que decorre da falta de relações normais com outros Estados-membros da mesma organização. Essa normalização não tem qualquer significação ideológica, nem implica simpatia, ou mesmo tolerância, em relação a regimes que se inspiram em princípios diversos dos que informam o sistema democrático representativo, que praticamos. Do mesmo modo, estão ao nosso alcance medidas de ordem interna perfeitamente eficazes para impedir que, à sombra de relações comerciais ou diplomáticas mantidas com esses Estados, se favoreçam movimentos de infiltração ou de propaganda política, contrários à índole de nosso regime e às características de nossa civilização.

Países ocidentais

As bases em que tradicionalmente assenta a nossa política, em relação aos Estados Unidos da América e às demais potências ocidentais, não sofrerão alterações, resguardada a linha de absoluta independência, pela qual se pautarão as decisões do governo no terreno da política bilateral ou multilateral.

O governo brasileiro aprecia o esforço que vem sendo realizado pelo governo dos Estados Unidos para dar expressão e resultado prático à política de cooperação econômica internacional, notadamente em sua mais recente formulação – a “Aliança para o Progresso” – que representa, como ficou dito acima, uma etapa mais evoluída do pan-americanismo.

É indispensável, entretanto, que o mecanismo, através do qual se efetivem as medidas de cooperação, tenha a simplicidade e a celeridade ne-

cessárias a um atendimento oportuno; e que não interfiram na política de cooperação econômica os interesses de organizações privadas, colidentes com os dos países subdesenvolvidos, e cuja influência pode desnaturar os propósitos enunciados pelo governo norte-americano, frustrando, desse modo, os próprios objetivos da ação internacional dos Estados Unidos.

Os países da Europa Ocidental, que já têm participado, através de acordos e de créditos especiais, do sistema de cooperação econômica com o hemisfério, representarão, por certo, um papel de crescente importância em nossas relações comerciais. O governo tem intenção de expandir essas relações e, bem assim, as de natureza cultural e política, nelas abrangendo a totalidade dos Estados europeus.

Reestruturação administrativa do serviço exterior

Para atender à crescente complexidade de uma ação diplomática que se desenvolve nas relações entre Estados e organismos e conferências internacionais, o Ministério das Relações Exteriores reclamava, de longa data, uma reestruturação de serviços.

Foi ela possibilitada pela Lei n. 3.917, de 15 de julho de 1961, que deu nova organização à Secretaria de Estado, aos quadros de pessoal e ao regime de promoções. Essa lei, de grande flexibilidade, rende ensejo a que o governo possa baixar os regulamentos necessários para fazer do Itamaraty o órgão de comando ajustado às necessidades da diplomacia brasileira.

Essa reorganização constituirá uma das primeiras e mais importantes tarefas do governo.

Também se ocupará este de disciplinar, através de um plano adequado, a transferência para Brasília do Ministério das Relações Exteriores e do corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro, de modo a ultimá-la em prazo determinado, reduzindo ao mínimo as dificuldades com que hoje se deparam, quer a Secretaria de Estado, quer as chefias de missões.

DOCUMENTO 18

Primeira entrevista do ministro San Tiago Dantas

Em 11 de outubro de 1961.

[COMUNICADO]

Suplemento ao *Boletim Radiotelegráfico*, n. 6.265, de 11/10/1961.

INICIALMENTE, o ministro de Estado lamentou não ter podido iniciar anteriormente seus contatos com a imprensa, em virtude dos problemas da administração, que se acumularam. Afirmou que não se pode deprender, desse atraso,

qualquer restrição ao meu desejo de manter a imprensa informada o mais intimamente possível, no que diz respeito à política externa do país. No passado, a política exterior era assunto apenas de estado-maior, mas hoje é assunto de opinião pública e, portanto, ela só é válida quando existe, entre a chancelaria e a imprensa, uma perfeita correspondência de intercomunicação assídua e há possibilidade de ambas se influenciarem reciprocamente. A chancelaria, levando ao conhecimento da imprensa o pensamento do governo sobre os principais problemas e a imprensa trazendo ao conhecimento da chancelaria as reações da opinião pública. É com este espírito que declaro aberta esta entrevista.

Senhor Ministro, o Brasil já tem sua posição firmada com relação ao novo regime de governo sírio?

Hoje mesmo, às 18 horas, e portanto precisamente neste momento, o nosso cônsul em Damasco está transmitindo ao novo governo da Síria o reconhecimento do governo do Brasil.

Qual é a posição do Brasil com relação ao novo status de Berlim?

A posição brasileira a respeito de Berlim, ou melhor, em relação a todo o problema alemão, é absolutamente coerente com a filosofia que nós desejamos que inspire a nossa política internacional e que é a única condizente com a linha de independência. O Brasil deseja contribuir, pelos meios a seu alcance, para todas as soluções que sejam verdadeiramente convenientes à preservação da paz. Por isso, em relação à Berlim, o nosso desejo é contribuir para que os quatro Estados que detêm a responsabilidade principal na Alemanha, aqueles que constituíram os Estados ocupantes logo depois do fim da guerra, estabeleçam um clima de negociação e de entendimento, que permita a diminuição da tensão internacional. Reconhecemos que, de parte a parte, existe uma necessidade de transigência e, embora a responsabilidade principal seja desses quatro Estados, entendemos que existe um papel a ser desempenhado também pelas nações médias, pelas nações independentes, que são igualmente atingidas pelas consequências da crise de Berlim, pelo que essa crise representa para a situação internacional. Daí o nosso desejo de que, em Berlim, tão cedo quanto possível, as quatro potências procurem uma linha de entendimento, que possa retirar o problema do clima de crise e dar-lhe maior estabilidade.

O Brasil seria favorável à autodeterminação para Berlim?

O Brasil favorece a autodeterminação para a Alemanha como para todos os países. Não exige desta ou daquela potência que se torne a fiadora desta autodeterminação, mas espera que todas elas, conjuntamente, reconheçam a necessidade dessa autodeterminação e contribuam para criar condições em que ela se possa tornar efetiva.

Senhor Ministro, Vossa Excelência terá visto nos jornais que o México está tentando impedir nova invasão a Cuba? O Brasil teria atuação igual à do México? O governo brasileiro foi informado do caso dos documentos da embaixada cubana na Argentina?

Estamos diante de duas perguntas. A primeira diz respeito ao México e a uma eventual invasão. O governo brasileiro não está informado de que se planeje uma invasão a Cuba no momento atual. Mas a nossa posição, em relação ao assunto, tem sido largamente defendida e não sofreu

qualquer modificação. O Brasil é contrário a qualquer ingerência ou pressão externa, que possam representar uma violação do princípio de não-intervenção. Deseja que, através da não-intervenção, o povo cubano possa exercer a sua autodeterminação e espera firmemente que, através dessa autodeterminação, Cuba retorne, por seus próprios meios, à prática integral do regime democrático.

E sobre os documentos da embaixada argentina?

Até o presente momento o Brasil só tem conhecimento desses documentos através do que tem sido divulgado pela imprensa. Esperamos conhecer mais de perto o seu texto para poder analisá-lo devidamente.

O Brasil manteve conversações especialmente com a Argentina e Chile sobre o eventual rompimento de relações, caso esses documentos fossem considerados autênticos?

A hipótese de um rompimento de relações com Cuba não entrou em cogitação da diplomacia brasileira e é provável que, em face de uma situação como essa, não haja motivo para se examinar essa eventualidade.

Falou-se que o Brasil tinha planos, durante o governo do senhor Jânio Quadros, para invadir as Guianas.

Nada consta, a este respeito, dos arquivos do Itamaraty.

Fala-se, agora, que o senhor João Goulart não pretende visitar os Estados Unidos.

Ainda não há um convite do governo norte-americano para que o presidente Goulart visite os Estados Unidos. O que existe é apenas a manifestação cordial do presidente Kennedy, ao chefe da delegação brasileira à XVI Assembléia das Nações Unidas, de que veria com grande satisfação essa visita. Mas, a respeito da oportunidade desta viagem, nada há, até agora. O senhor Goulart, pessoalmente tem grande desejo de, na primeira oportunidade, visitar os Estados Unidos. O que, no momento, o impede de considerar essa viagem é a própria situação interna do Brasil, isto é, a montagem de uma administração complexa sob um novo regime, o que

exige que o presidente da República esteja constantemente presente e não possa, no momento, pensar em afastar-se do país.

Quais são as primeiras medidas, ou melhor, qual o andamento atual da “Aliança para o Progresso”?

No momento, a “Aliança para o Progresso” está numa fase de estudos internos, pelo menos no que diz respeito ao Brasil, para constituição da nossa Comissão de Planejamento Nacional, que é o órgão indispensável à formulação dos programas que se inscreveram nos quadros dessa aliança.

Com o julgamento do mandado de segurança, referente aos ministros que não constavam da lista de acesso, há possibilidade de que a reforma do Itamaraty ande com mais rapidez?

O mandado de segurança foi julgado e a decisão do Tribunal será cumprida. Serão feitas as promoções e, depois delas, os atos de execução da reforma se iniciarão, no correr da próxima semana.

O reatamento de relações diplomáticas com a URSS, em que pé está?

O reatamento foi iniciado na administração passada e as conversações têm versado sobre aquelas preliminares que sempre se observam nesse tipo de gestões diplomáticas. O andamento é absolutamente normal. A nova administração não retardou nem acelerou a marcha dessa negociação.

Qual a posição da nova chancelaria em face da proposta de ingresso da China continental na ONU?

Sobre o problema da China houve, no início da atual assembléia, uma modificação importante, porque o projeto, que tradicionalmente se apresentava – para adiar a consideração deste problema, de uma assembléia para outra – não voltou a ser apresentado pela delegação dos Estados Unidos. Assim sendo, o item sobre admissão da República Popular da China nas Nações Unidas deverá ser objeto de consideração, mas ainda não existe uma proposta concreta, a respeito da qual a chancelaria tenha podido estudar e tomar posição. O assunto, provavelmente, não será considerado nessa primeira fase dos trabalhos da Assembléia. O que se imagina é que

venha a ser considerado mais tarde e que, só então, possamos conhecer a matéria sobre que o Brasil será chamado a definir seu voto.

O Itamaraty persiste na política de penetração na África?

Pensamos que o setor africano deve gozar de uma alta prioridade, principalmente nos programas do Departamento Cultural. Na África, acima de tudo, o que Brasil tem é de realizar missões de estabelecimento e difusão das nossas idéias, da nossa cultura e da nossa atitude política, para nos entendermos melhor com as novas nações africanas e podermos abrir mais algumas oportunidades, para que a juventude desses países realize, nas nossas universidades, estudos superiores completos. Nesse sentido, o Departamento Cultural vai inscrever um programa de ação cultural, nos países africanos, na mais alta prioridade entre as suas iniciativas.

Anunciou-se que, na última reunião do Conselho de Ministros, o senhor apresentou um projeto visando ao congelamento dos lucros das empresas?

Não é exato: ainda hoje afirmei a *O Globo* que isso não tinha ocorrido. As únicas propostas relativas a medidas de ordem financeira partiram do ministro Walter Moreira Sales. Os demais ministros não trouxeram a essa sugestão nenhuma espécie de contribuição.

Qual é a posição do Brasil em relação à República Dominicana? Vamos continuar as sanções, ou vamos pedir o levantamento das sanções?

Por ora, a posição é a mesma que resultou da VI e VII reuniões de consulta. Não há nenhuma revisão da posição tomada naquele momento. O subcomitê encarregado do assunto nem sequer apresentou relatório à OEA.

Qual a posição do gabinete em relação aos acordos assinados, pelo embaixador João Dantas, com os países da área socialista?

Estamos dando execução a todos eles. Alguns se acham em fase adiantada de execução. Há outros que dependem de estudos de mercado e do exame de propostas e, sobretudo, da receptividade que as entidades econômicas brasileiras mostrem em relação àquelas ofertas e, por isso, ain-

da se acham tramitando pelas repartições competentes. Quase todos estão no Ministério da Indústria e Comércio.

No programa do governo há alguma parte que trate do problema do petróleo? O governo deve buscar no exterior financiamento da exploração do xisto. Tem algum projeto para isso?

Não conheço a existência de propostas completas. Talvez seja o ministro de Minas e Energia, sob cuja responsabilidade foi elaborada essa parte do programa do governo, quem poderá responder à pergunta.

Qual a posição atual do Brasil perante o caso de Angola?

Em relação ao problema de Angola, o Brasil tem todo o empenho em adotar uma atitude que não represente um antagonismo profundo em relação a Portugal e que não choque a opinião pública portuguesa. Mas não poderemos nos afastar da linha de coerência que assumimos no tocante às questões coloniais e, nesse sentido, o Brasil apoiará, sob todos os seus aspectos, as teses favoráveis à preparação dos povos que vivem em territórios não autônomos para sua emancipação política e para que possam exercer, no momento próprio, o direito de autodeterminação.

Há estudos no Itamaraty referentes à volta dos níveis normais de salários dos diplomatas no exterior?

Não propriamente sobre a volta aos níveis anteriores, mas sobre a diferença de níveis de vida nas diferentes capitais e cidades onde mantemos missões diplomáticas e consulados. Esse estudo tem, aliás, caráter permanente, porque, como os níveis variam constantemente nessas cidades, as tabelas que o Itamaraty elabora a esse respeito estão sujeitas a constante revisão. É provável que, muito em breve, uma nova revisão se venha a fazer dentro do mesmo espírito de economia que presidiu à última deliberação, mas com o propósito de procurar uma solução mais adequada às condições atuais.

Qual a posição do atual governo em relação aos acordos de Roboré?

Dentro de poucos dias, iniciará a Câmara dos Deputados um exame

amplo das questões de Roboré. Desde logo, posso anunciar os seguintes pontos concretos:

- 1) O governo solicitou o andamento imediato da homologação dos 10 convênios firmados em Roboré, que dizem respeito a intercâmbio comercial, estabelecimento de portos francos, intercâmbio cultural, cooperação técnica, etc. Além disso, o governo solicitou o andamento imediato do projeto que autoriza a abertura de um crédito suplementar para o prosseguimento das obras da estrada de ferro Brasil-Bolívia, já tendo o parecer correspondente sido emitido pelo respectivo relator.
- 2) Como é sabido, está em andamento no Congresso Nacional um projeto de lei que determina a remessa ao Congresso, para aprovação, de quatro notas reversais assinadas em Roboré. Nota 1, relativa a limites; 2, relativa às garantias da dívida boliviana; 6 e 7, relativas à exploração do petróleo da Bolívia por companhias privadas brasileiras. Esse projeto foi aprovado pela Câmara e ainda depende de aprovação do Senado. Mas o atual governo decidiu, não obstante ainda se achar em curso o projeto referido, enviar imediatamente ao Congresso as quatro notas reversais para que o Congresso as discuta e para que tome sobre elas as resoluções adequadas.
- 3) O governo tem o máximo empenho em implementar os compromissos assumidos com a Bolívia, sem prejuízo da revisão de alguns pontos de forma e de alguns pontos de fundo, para os quais estamos certos de que havemos de encontrar plena colaboração e compreensão por parte das autoridades bolivianas.
- 4) É também intenção do governo brasileiro, dentro de algumas semanas, solicitar o *agrément* para um embaixador em La Paz.

Poderia adiantar o nome?

Ainda não está fixado e, não havendo *agrément*, não há divulgação do nome com antecipação. Graças a isso, devo dizer que acreditamos que o complexo assunto, que constitui as relações do Brasil com a Bolívia, marcha rapidamente para uma plena conciliação e que as relações econômicas e culturais entre os dois países, que sofreram um período – vamos dizer, de retardamento, em consequência das reações internas, conhecidas de todos – dentro de pouco tempo retomarão a sua absoluta normalidade.

O Brasil daria, como contribuição, uma solução ao problema de Berlim?

O problema necessita, em primeiro lugar, ser debatido no Congresso Nacional, pois a orientação da chancelaria brasileira nessa, como em outras matérias de um regime de gabinete como o que estamos praticando, deve ser na sua parte principal o resultado da linha de opinião pública que se define sobretudo no Congresso Nacional. Por esse motivo, e antes que o Brasil possa fixar em termos mais definidos o seu ponto de vista e a sua contribuição, pretendo comparecer à Câmara dos Deputados para abrir o debate sobre o caso de Berlim, além de outros casos de maior importância, sobre os quais a chancelaria brasileira deve esclarecer o parlamento e dele receber as reações necessárias para fixação de sua orientação.

Já está fixada a data de sua viagem a Buenos Aires?

Não está fixada a data, mas sim a época. Será na primeira quinzena de novembro. Com relação à pergunta sobre o reconhecimento do novo governo da Síria, quero acrescentar que também hoje, às 6 horas da tarde, o novo governo da Síria foi reconhecido simultaneamente pelo governo da Argentina e, possivelmente, pelo governo do Chile.

Podemos dizer que existe uma coordenação das políticas estrangeiras desses três países?

A coordenação da política externa da América Latina é toda feita à base de documentos ostensivos. Por conseguinte, ela está traduzida, em primeiro lugar, nos compromissos do sistema interamericano, mais particularmente no que nos diz respeito aos chamados acordos de Uruguaiana.

Como está o projeto da zona de livre comércio?

O projeto da zona de livre comércio pode ser considerado hoje em plena execução. Neste momento, está reunida a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, em Montevideu, discutindo condições próprias de sua estrutura administrativa. Ontem, creio eu, devem ter sido discutidas as bases orçamentárias e as condições de representação. Estamos, portanto, instrumentando o organismo que terá a seu cargo levar adiante a política de estabelecimento de uma zona de livre comércio. O Brasil tem

todo interesse em dar o mais efetivo apoio ao desenvolvimento deste programa, pela convicção de que a criação de uma zona de livre comércio representa um fator decisivo para a elevação da produtividade dos países latino-americanos que dela participarem. Não só isso resultará no melhor aproveitamento das possibilidades de cada um, como na criação de condições de cooperação econômica, que permitirão a obtenção de recursos em mais alta escala, nos planos de cooperação econômica do hemisfério, planos em que o Brasil pretende participar tanto na qualidade de tomador, como na qualidade de doador de auxílio econômico.

Referindo-me ao espírito de Uruguaiana, que o senhor mencionou, a chancelaria argentina tem mantido informada a chancelaria brasileira sobre esses problemas, desses chamados documentos cubanos, tem coordenado pontos de vista para manutenção desse espírito de Uruguaiana? Seria muito importante que ambos os países prosseguissem em sua política com Cuba?

O problema, por ora, está nitidamente situado na esfera de um problema interno da política Argentina, mas o Brasil tem obtido todas as informações de que tem necessitado a esse respeito.

O senhor acredita que as relações Brasil-Argentina possam propiciar o agravamento do problema de Cuba, caso seja confirmada a autenticidade desses documentos?

É natural que, todas as vezes que surjam acontecimentos dessa ordem dentro dos países, se formem correntes de opinião. O mesmo sucederia no nosso país, o mesmo sucederia em qualquer outro país – latino-americano ou não – diante de fatos que se apresentem revestidos dessas características. Determinadas alas da opinião pública são sensibilizadas por esses fatos e tomam atitudes intransigentes, procurando levar o seu país a atitudes extremadas. Outras alas de opinião, pelo contrário, nesses momentos, preferem conceituar as coisas, num espírito mais construtivo. Por ora, qualquer pronunciamento nosso sobre esses acontecimentos seria nitidamente um pronunciamento acima da ordem de fatos, que ainda se situa na esfera da política interna da Argentina.

O novo governo do Brasil tem algum plano para reformular ou revigorar a ação da OEA?

Em primeiro lugar entendemos que as iniciativas tomadas desde a Operação Pan-Americana e, agora, através da Aliança para o Progresso, no sentido de fazer com que existam, no sistema interamericano, instrumentos de cooperação econômica mais fortes e mais eficazes, representam a melhor das maneiras de se revitalizar a OEA. Na verdade, a OEA teve um período em que o seu funcionamento girou principalmente em torno de aspectos jurídicos e políticos, mas hoje todos sentem que o futuro do sistema interamericano está intimamente ligado à sua capacidade de se tornar um instrumento, também, de política econômica e de dar resposta a este anseio geral dos povos latino-americanos de desenvolvimento econômico e de progresso social. Hoje, não podemos mais admitir que o pan-americanismo exista limitado apenas a fórmulas jurídicas e a compromissos de assistência mútua. Ele tem que ser, também, um esforço comum dos povos deste hemisfério para vencer o problema de sua inferioridade econômica e de seu desajustamento social. Acreditamos que seja nesta direção, nesse sentido, que a OEA se deva renovar e deva adquirir uma nova eficácia. O Brasil, hoje, tem grande desejo de ver o Canadá unir-se à família dos Estados americanos, dentro da nossa organização regional. E acreditamos que, longe de estar numa fase crítica de sua vida, a OEA esteja justamente indo ao encontro de condições novas, de uma nova conjuntura, que lhe poderá reservar um novo papel de grande importância. Não podemos esquecer de que o Canadá já ingressou na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), o que mostra que aquele país está sentindo a necessidade de participar dos problemas regionais, dos problemas deste hemisfério, o que está absolutamente na ordem natural das coisas, neste momento em que a própria Grã-Bretanha se aproxima dos países signatários do Pacto de Roma, mostrando, portanto, que ao lado dos laços que unem os povos da *Commonwealth*, existem também outros, que ligam os países aos ambientes regionais onde eles se inserem.

O Brasil tem opinião formada em relação ao reinício das experiências atômicas pela União Soviética?

O Brasil manifestou seu protesto contra esse reinício, estranhando sobretudo que ele partisse de um país que, justamente, se havia notabilizado pela condenação formal dessas experiências atômicas. Além disso, o Brasil pediu, aos órgãos competentes da nossa administração, um estudo sobre os efeitos remotos dessas explosões – especialmente no que diz respeito à segurança da própria população brasileira – e, com base na resposta que espera receber desses órgãos, prosseguirá na sua ação junto à Organização das Nações Unidas.

O governo brasileiro acha conveniente a reunião da XI Conferência Interamericana?

Durante a atual crise, não parece indicado que se realize uma conferência que, pela sua natureza, é uma verdadeira Assembléia Constituinte dos povos do hemisfério. Existe hoje um entendimento entre os Estados americanos no sentido da conveniência de admitir-se o adiamento dessa reunião.

Se não há mais nenhuma pergunta, quero encerrar essa entrevista manifestando minha satisfação por ter tido a oportunidade de responder a todas essas perguntas e dizendo que a posição do governo brasileiro continua a ser aquela que inspirou, desde uma época bastante antiga, a nossa chancelaria, que é a de defesa da nossa independência e da procura de nossos interesses internacionais. A política brasileira é absolutamente fiel aos princípios democráticos, aos ideais da democracia representativa nos quais se funda a nossa ordem política interna. Nossa defesa intransigente do princípio de autodeterminação é uma consequência, é mesmo uma projeção dessa fidelidade aos princípios democráticos, pois é próprio dos princípios democráticos que eles não se podem ampliar num sistema de governo, de maneira válida, senão através da livre vontade dos povos. Não se conhece democracia aplicada sob a ação de pressões externas. A democracia se legitima justamente porque ela resulta de um ato de autodeterminação. É, portanto, dentro de uma linha de total fidelidade aos princípios democráticos – tais como eles se acham proclamados no artigo 5º da carta da organização regional a que pertencemos e tais como se acham enumerados na Declaração de Santiago do Chile –, é dentro dessa fidelidade, que o governo brasileiro orienta sua política, tanto continental como mundial.

No tocante aos países socialistas, o Brasil persevera na sua linha de ação internacional, que é a de estabelecer com eles amplas relações comerciais, pois somos um país que necessita de ampliar indefinidamente os seus próprios mercados. Nosso desenvolvimento econômico vai exigir de nós um esforço contínuo do aumento das nossas importações e nenhum país pode aumentar as suas importações sem aumentar paralelamente as exportações, com as quais consiga pagar as primeiras. Não podemos confinar o nosso mercado a nenhum mercado, a nenhuma área determinada. Temos de ir procurar as nossas possibilidades onde elas se encontrarem. Ao lado disso, o Brasil deseja fomentar, como um meio de diminuição das tensões internacionais que ameaçam o mundo de hoje, uma coexistência leal com todos os Estados, independentemente dos regimes que adotem e das ideologias que pratiquem. Não vai nisso nenhuma simpatia, nem mesmo nenhuma tolerância para com essas ideologias. Do ponto de vista ideológico, a nossa posição é a que defini anteriormente e é perfeitamente conhecida. O Brasil entende que a melhor maneira que temos de defender o nosso hemisfério do comunismo é desenvolver os programas de ordem econômica e de ordem social que eliminem, tão depressa quanto possível, as grandes desigualdades econômicas que se observam internamente no seio da nossa sociedade e, igualmente, as grandes desigualdades econômicas que se observam externamente entre os Estados plenamente desenvolvidos e aqueles que ainda dispõem de economia muito abaixo de um aproveitamento racional de suas possibilidades. Lutar contra o subdesenvolvimento econômico, nivelar tanto quanto possível a vida das classes sociais dentro de cada país e eliminar as desigualdades existentes entre os povos é que nos parece ser hoje a verdadeira política de sustentação das democracias. Sustentaremos a democracia tornando o mundo democrático mais igual e mais justo. Na medida em que não conseguirmos alcançar esses resultados, os nossos esforços de outra natureza não seriam profícuos. Por conseguinte, a nossa política internacional tem, ela também, um amplo sentido social. Nem poderia ser de outro modo, quando a finalidade social se transforma hoje na característica e, por assim dizer, na meta específica do atual governo. Depois de uma fase em que a nossa política enfrentou, como problema fundamental, o desenvolvimento econômico, sobretudo nos seus aspectos

tecnológicos, para resolver as nossas carências de energia, de transporte, armazenagem, etc., o que hoje o governo brasileiro deseja, através da linha de ação política do gabinete constituído no dia 8 de setembro, é colocar ao lado dessa finalidade econômica – e até com prioridade sobre ela – uma finalidade social. Desejamos caminhar para uma transformação da estrutura social do país como condição básica para o equilíbrio do sistema democrático entre nós. Uma democracia fortalecida graças à transformação da estrutura social e, sendo assim, é natural que a nossa política externa responda também a esse pensamento e que cada uma das nossas linhas de ação internacional seja exemplo desses princípios, aplicação dessa filosofia.

É dentro desse espírito de unidade que desejaríamos que os senhores, que representam aqui a imprensa brasileira e a imprensa estrangeira, que são jornalistas especializados nas questões internacionais, vissem e compreendessem o esforço da chancelaria brasileira para manter uma continuidade perfeita com os desígnios das administrações anteriores, mas acrescentando a esses desígnios uma nota que, se não é nova, pelo menos é agora enfatizada de maneira particular: a de que toda política, inclusive a política externa, tem uma finalidade social.

*

DOCUMENTO 19

**Minuta de carta do ministro San Tiago Dantas ao chanceler colombiano,
José Joaquim Caicedo Castilla**

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1961.

A Sua Excelência o Senhor José Joaquim Caicedo Castilla,
Ministro das Relações Exteriores da Colômbia

Meu caro Chanceler e eminente amigo,

Fui inteirado pelo embaixador Botero Isaza do pensamento do governo colombiano sobre a conveniência da convocação,² em futuro próximo, de uma reunião de consulta para exame das relações entre Cuba e os países do hemisfério. Duplamente grata me foi a visita do embaixador, pois o Brasil tem sempre procurado manter diálogo com a Colômbia nas horas de crise. É caro aos brasileiros lembrar que o movimento que culminou na Aliança para o Progresso, desenlace da Operação Pan-Americana, encontra na correspondência Lleras-Kubitschek um dos marcos mais significativos da história diplomática do continente. É no espírito dessa cooperação que agora me dirijo ao antigo companheiro dos dias da Comissão Jurídica Interamericana, cuja amizade tanto me desvanece.

Desnecessário é recordar-lhe a participação do Brasil, primeiro na elaboração e, depois, na aplicação do instituto da reunião de consulta, consagrado no Tratado do Rio de Janeiro e na Carta de Bogotá. Nunca nos recusamos à consulta e dela participaremos, sempre que for oportuno o apelo a esse³ recurso máximo posto a serviço do sistema interamericano. Acreditamos, porém, que não atende aos interesses de nossa comunidade pôr em marcha um processo político de última instância sem previamente acertarmos com precisão os objetivos e resultados colimados pela ação⁴.

² N.E. – Intervenção manuscrita substitui “de uma convocação” por “da convocação”.

³ N.E. – Idem, substituindo “sempre que oportuno” por “sempre que for oportuno o apelo a”.

⁴ N.E. – Idem, substituindo “resultados da ação colimada” por “resultados colimados pela ação”.

Seria tão indesejável que os resultados de uma consulta evidenciassem divisões internas entre governos do hemisfério, cujas atitudes internacionais não podem deixar de refletir as tendências e contrastes de sua respectiva opinião pública, quanto que viéssemos a converter esse mecanismo de segurança comum num instrumento de intervenção. Os infortunados acontecimentos de abril último deixaram abalada a confiança pública e tornaram patente que o uso da força é de conseqüências desastrosas, sejam quais forem seus resultados.

O problema de Cuba só é um problema do hemisfério na medida em que se lhe procure solução dentro dos limites das convenções interamericanas que preconizam, como regra, a solução pacífica das controvérsias. Só assim atingiremos, num caso como o de Cuba, resultados duradouros e capazes de fortalecer o sistema interamericano e cada um dos Estados que dele fazem parte.

Não duvida o Brasil que o governo colombiano esteja imbuído dos mais nobres e altos propósitos ao sugerir a conveniência de ação diplomática conjunta por parte dos estados americanos. Mas não podemos ignorar os riscos a que ficamos todos expostos se, ao iniciar-se o processo de consulta, não tiverem sido tomadas as cautelas necessárias para que seu curso não venha a ser desviado, com severo prejuízo para as conquistas pacientemente acumuladas em séculos de esforço e luta pelo direito⁵ à existência soberana dos Estados mais fracos. Uma vez ferida a intangibilidade do princípio de não-intervenção, ainda que por motivos que possam, na conjuntura, parecer suficientes para tão grave atitude, que limites se poderia impor, no futuro, a outras iniciativas de natureza semelhante e de motivação imprevisível? Temos todos bem viva a consciência de que, no mundo atual, com as imensas disparidades de forças, a preservação da incolumidade de certos princípios é a melhor, senão a única defesa de nações militarmente fracas. É certo que esses argumentos não devem servir para propiciar a qualquer Estado americano o afastamento de seus compromissos internacionais e a quebra do respeito aos direitos humanos e aos princípios da democracia representativa. Mas, para tanto, aí está a extensa gama de

⁵ N.E. – Intervenção manuscrita substitui “luta a fim de assegurar o direito” por “luta pelo direito”.

procedimentos pacíficos, que só quando esgotados e nos casos extremos, nitidamente caracterizados no Tratado do Rio de Janeiro, poderiam vir a justificar o emprego de sanções de ordem militar.

Se assim me expresso a Vossa Excelência é porque sei que outros não são os princípios e propósitos que invariavelmente têm conduzido e orientado a política internacional da nação colombiana. Creio, assim, Senhor Ministro, que útil seria para todos os países do hemisfério, inclusive os Estados Unidos, evitar o início de um irreversível processo diplomático, sem a segurança, que no momento ainda não temos, do caráter nitidamente pacífico do resultado a obter.

Esses são apenas alguns dos motivos que a nosso ver parecem aconselhar paciência e moderação. Outros e de não menos valor, creio eu, poderia aduzir se não temesse prolongar indevidamente esta carta, que dirijo a Vossa Excelência sem as formalidades usuais da correspondência entre chancelarias, usando de exceção permissível e mesmo aconselhável, entre países tão ligados um ao outro como o Brasil e a Colômbia.

Por esses motivos e na esperança de poder encontrar,⁶ com Vossa Excelência, meios adequados de enfrentarmos unidos uma das mais críticas situações para a vida soberana dos Estados que integram a nossa América, pergunto a Vossa Excelência se ainda consideraria oportuno um encontro em sua capital, antes que o Conselho da OEA seja chamado a pronunciar-se sobre a conveniência de convocação de consulta⁷.

Queira Vossa Excelência aceitar os protestos da minha mais alta consideração.

*

⁶ N.E. – Intervenção manuscrita substitui “no desejo de encontrar” por “na esperança de poder encontrar”.

⁷ N.E. – Idem, substituindo “estou pronto a visitá-lo em sua capital em data de conveniência mútua”, pela frase “pergunto a Vossa Excelência se...”.

DOCUMENTO 20

Declaração conjunta San Tiago Dantas-Cárcano

Em 15 de novembro de 1961.

Os ministros das Relações Exteriores da República Argentina e dos Estados Unidos do Brasil, doutores Miguel Ángel Cárcano e San Tiago Dantas, tendo analisado detidamente os numerosos problemas ligados à atualidade mundial, à situação continental e às relações entre os dois países e tendo comprovado, mais uma vez, o critério comum com que o Brasil e a Argentina encaram tais problemas, resolveram assinar e tornar pública a presente declaração conjunta.

1º Em nome dos respectivos governos, os ministros das Relações Exteriores ratificaram a cordial amizade existente entre os dois países e reafirmaram, em todos os seus aspectos, os princípios definidos na Declaração de Uruguaiana e no Convênio de Amizade e Consulta assinado na cidade do mesmo nome.

2º Diante do grave estado de tensão que apresenta a situação internacional, revelaram preocupação com os crescentes preparativos bélicos e com o reinício das explosões de armas nucleares. De maneira especial, manifestaram a profunda reação que provocaram, nos povos brasileiro e argentino, as recentes experiências realizadas na atmosfera, as quais não somente põem em perigo a paz mundial, mas também ameaçam as populações de todos os países e constituem verdadeiros delitos contra a humanidade. Coincidiram em que é urgente a necessidade de concluir-se um acordo internacional que proíba a continuação de tais experiências, antes da solução integral do problema do desarmamento, de tramitação necessariamente mais demorada. Acordaram, por conseguinte, em que os governos do Brasil e da Argentina empenharão todos os seus esforços em cooperar para a realização das negociações necessárias e adotarão atitude comum na votação da questão nas Nações Unidas.

3º Concordaram os dois ministros em que, no atual panorama internacional, todos os problemas devem ser resolvidos por intermédio de meios

pacíficos e, em especial, mediante negociações de que esteja excluída a coação ou a ameaça.

4º Os ministros reiteraram a firme adesão dos seus países aos princípios tradicionais do sistema interamericano e afirmaram o propósito de estimular seu aperfeiçoamento. Coincidiram em que o Brasil e a Argentina em nenhum momento declinarão de sua posição de defesa dos princípios da não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados e da livre autodeterminação dos povos.

5º Reafirmaram igualmente o repúdio à ingerência de potências extracontinentais nos assuntos hemisféricos e a decisão dos povos do Brasil e da Argentina de participarem, ativamente, na busca das melhores soluções para as questões continentais, dentro do respeito à soberania dos países e com exclusão de todos os meios que possam comprometer a observância do princípio da autodeterminação.

6º Depois de considerar a situação continental em seus aspectos gerais, os dois ministros concordaram em que o sistema interamericano compromete todos os seus membros no respeito aos princípios da democracia representativa, expressa através de eleições livres e periódicas, assim como na plena vigência dos direitos e garantias inerentes à personalidade humana. Recordaram que, para o Brasil e a Argentina, o respeito amplo e escrupuloso do direito de asilo é norma do direito continental.

7º Os ministros reafirmaram, mais uma vez, fidelidade aos princípios democráticos e aos ideais da civilização cristã e ocidental, que o Brasil e a Argentina compartilham com os demais povos americanos. Assinalaram que é necessário preservar cuidadosamente a unidade continental e que devem ser intensificados os contatos entre os governos americanos, para coordenar qualquer decisão ou pronunciamento dos organismos regionais. Concordaram, outrossim, em que a unidade americana e a perfeita estabilidade do regime democrático somente ficarão definitivamente consolidadas quando forem superados no continente os problemas apresentados pelo subdesenvolvimento econômico e pela excessiva desigualdade social, e quando tiverem plena vigência os princípios próprios do sistema continental, em especial aqueles definidos na Carta de Bogotá, na Declaração de Santiago e na de São José da Costa Rica.

8º Os ministros concordaram em que o impulso a ser dado no esforço que realizam a Argentina e o Brasil no sentido de uma verdadeira união entre os dois países é apenas parte de um movimento maior de integração de toda a América Latina e, assim, decidiram conjugar sua política continental e seus recursos econômicos para melhor colaborar no desenvolvimento de outras nações irmãs, especialmente daquelas que se encontram em estágio ainda menos avançado do progresso econômico.

9º Os ministros analisaram assuntos de relevante importância para a política comercial dos dois países. Coincidiram em expressar sua satisfação pelos resultados que estão sendo obtidos nas primeiras negociações entre os países membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Analisadas as possibilidades que oferecem as exportações brasileiras e argentinas a todas as áreas, concordaram os ministros em que suas perspectivas não são favoráveis, especialmente em virtude da grave incidência das práticas discriminatórias adotadas por alguns países altamente industrializados. Assinalaram que tais práticas anulam os esforços para orientar o comércio internacional em termos genuinamente multilaterais e alteram artificialmente as condições de concorrência entre os países exportadores de matérias-primas e produtos primários. Em consequência, decidiram intensificar o intercâmbio de informações e estudos que preparem a execução de uma política orientada para a defesa recíproca e enérgica das exportações dos dois países. Nesse sentido, resolveram adotar uma linha de ação comum nas negociações, que terão de ser empreendidas na próxima reunião do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, para o que os dois ministros deram a suas delegações instruções expressas.

10º Ficou, também, assentada a criação de um mecanismo destinado a tornar o mais amplo e ágil possível o sistema de consultas estabelecido no Convênio de Uruguiana, sem prejuízo da ulterior ratificação legislativa deste último. Expressou-se também a satisfação dos governos pela assinatura, na presente data e após detidas negociações, dos convênios de Extradicação e de Assistência Judiciária Gratuita.

11º Os ministros deixaram constância, finalmente, do espírito de franqueza e cordialidade que presidiu às conversações. Nelas, ficou evidenciada a profunda amizade que une os dois países, a extensão da solidariedade

argentino-brasileira e a consciência dos dois governos de que a ação coordenada é a melhor garantia da crescente importância internacional do Brasil e da Argentina e da execução de uma política na qual os países do sul do continente façam ouvir seus pontos de vista próprios quando do tratamento de qualquer problema mundial.

Buenos Aires, 15 de novembro de 1961.

*

DOCUMENTO 21

Trechos de discurso do ministro San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados sobre o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética

Em 23 de novembro de 1961.

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Dois motivos me trazem hoje à tribuna da Câmara. O primeiro é apresentar, em poucas palavras, um relato da missão que me levou a Buenos Aires, para retribuir a visita feita ao Brasil, há alguns meses, pelo chanceler Adolfo Mugica. O segundo, é o assunto momentoso do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.

A missão a Buenos Aires respondeu, como disse, àquele objetivo primordial. Foi uma missão de cortesia, que deu ensejo a que se estreitassem, uma vez mais, os laços que unem o governo e o povo do Brasil ao povo e ao governo da Argentina.

Além desse objetivo, a missão levava outro: o de implementar os acordos concluídos em Uruguaiana entre o presidente Arturo Frondizi e o presidente Jânio Quadros, acordos que estabeleceram entre os dois países o sistema de consultas recíprocas e que representaram, no momento em que foram concluídos – e depois, quando seus propósitos foram reafirmados no Rio de Janeiro, no encontro do presidente Frondizi e do presidente João Goulart – a firme convicção de que entre a Argentina e o Brasil existem hoje uma tal identidade de objetivos políticos no campo internacional, uma tal fidelidade comum aos princípios da democracia representativa e ao propósito do fortalecimento do sistema interamericano, que é possível processar-se, entre esses dois países, um sistema de colaboração particularmente estreita, sistema que não equivale a qualquer tendência para a formação de eixo ou de bloco, porque, pelo contrário, fica aberto à livre participação de todos os outros Estados soberanos do hemisfério.

Este objetivo, como o primeiro, foi plenamente alcançado no curso da missão. Em primeiro lugar, evidenciou-se até que ponto aquela identidade de propósitos era real e correspondia não apenas a um desejo dos dois

presidentes ou a um propósito das duas chancelarias, mas provinha do próprio estado de espírito do povo argentino, que acompanha, em harmonia perfeita com o povo brasileiro, o desenvolvimento da presente situação internacional.

Como resultado das conversações mantidas durante três dias, assinou-se, no último dia da presença da missão brasileira em Buenos Aires, uma declaração conjunta, largamente divulgada pela imprensa. Dispensome de ler essa declaração, por considerá-la já do conhecimento dos senhores deputados, mas peço a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que a faça transcrever nos anais desta casa. Essa declaração conjunta, em primeiro lugar, dá notícia de um dos resultados mais positivos do encontro realizado em Buenos Aires – a própria estruturação do sistema de consultas. Não basta o desejo de consultar. Não basta a intenção de trocar idéias sobre os problemas, quando eles surgem, e sobre as soluções que se lhes oferecem. É necessário criar o hábito da consulta, é necessário transformar numa rotina aquilo que, se se apresenta como atividade diplomática esporádica, não consegue, senão em casos muito excepcionais, unificar a linha de conduta de duas ou mais nações. O sistema de consultas, engendrado e aceito pelas duas chancelarias, prevê um mecanismo permanente de troca de idéias e de informações. Dele poderão participar todos os outros Estados do hemisfério, permitindo-se, deste modo, que se realize na América Latina este grande esforço de integração e de compreensão, que poderá transformar a nossa zona geopolítica numa grande concentração de forças capaz de, efetivamente, impor seus pontos de vista e fazer sentir suas inspirações, na cena internacional.

Além deste ponto, outros houve para os quais considero de meu dever chamar a atenção da casa. Já vão longe, felizmente, Senhor Presidente, as rivalidades e desconfianças que medraram, no passado, entre a política argentina e a política brasileira. Em grande parte, era aquilo a herança de preconceitos metropolitanos; não correspondia à realidade política dos nossos países.

.....
Dizia eu, Senhor Presidente, que, além do ponto citado, a criação de um sistema prático de consultas, capaz de introduzir o hábito da informa-

ção recíproca e da troca de pontos de vista, as conversações de Buenos Aires tiveram um outro resultado, a que atribuo grande importância. Referia-me à eliminação definitiva das rivalidades e desconfianças que, no passado, medraram na política de nossos dois países. Essas rivalidades e desconfianças têm sido superadas, gradualmente, pela ação esclarecida de sucessivos chanceleres e, mesmo fora do Ministério das Relações Exteriores, na arena parlamentar, nas lutas partidárias, não têm faltado ao Brasil e à Argentina homens públicos que, com visão ampla e esclarecida do futuro das duas nações, têm consolidado a obra de clareamento dos espíritos e nos têm deixado ver que é através da união de esforços e da colaboração, jamais através da competição e da rivalidade, que esses dois países da América do Sul encontrarão o caminho de sua verdadeira grandeza.

É verdade que ainda há alguns pontos onde os vestígios da rivalidade perduram. Em alguns países da América, é freqüente ouvir-se dizer que determinado grupo político é de orientação argentinista e um outro, pelo contrário, é de orientação brasileira; e a cooperação que damos a países menos desenvolvidos do que os nossos muitas vezes tem feito com que Argentina e Brasil se defrontem – no propósito de melhor auxiliar, no propósito de melhor colaborar – o que não deixa, entretanto, de resultar numa forma específica de competição. Para esse lado se voltaram também os entendimentos de Buenos Aires.

.....

Nesse ponto, Senhor Presidente, a que me referia – da colaboração que os nossos países dispensam à economia de outras nações americanas –, foram também significativas as decisões tomadas em Buenos Aires. Assim é que ficou assentado o princípio de que, em vez de existir uma cooperação argentina, ao lado de uma cooperação brasileira; em vez de levarmos aos povos que necessitam do nosso apoio, separadamente, nossa colaboração, passaremos a examinar, em todos os casos, a possibilidade de que a colaboração seja conjunta e que, em vez de se constituir essa conduta num ponto de competição, determinará, ao contrário, que mais se estreitem as mãos dos nossos povos, quando as estendermos às dos demais povos irmãos.

Os resultados do encontro de Buenos Aires marcam, por isso, Senhor Presidente, uma linha que não constitui inovação na história das chance-

larias do Brasil e da Argentina. Marcam, como bem disse no seu lúcido aparte o nobre deputado Horácio Lafer, um caminho de aprimoramento, um esforço que ainda se há de desenvolver por outras gerações, porque a grande estrada aberta diante dos povos deste continente é a estrada da integração econômica, é a estrada do entendimento cultural amplo e, como consequência final, a estrada da plena união política. A integração econômica é um resultado da necessidade que têm as nossas economias de contar com mercados internos mais extensos, que possam absorver quantidades maiores de produção e, assim sendo, permitir que as nossas indústrias, as nossas atividades primárias produzam numa escala maior, em que os resultados podem ser verdadeiramente compensadores. Por isso, o Brasil e a Argentina se unem no propósito de dar um desenvolvimento pleno à área livre de comércio latino-americano, embora observando, a esse respeito, todas aquelas preocupações que têm sido acentuadas pelo nosso governo, para que, à sombra da liberdade de comércio, não possamos sofrer a agressão de empresas implantadas em economias plenamente desenvolvidas e que, desse modo, frustrariam as medidas defensivas que somos levados a tomar, em benefício do nosso desenvolvimento.

Do mesmo modo, no campo cultural, ficou assentado um esforço conjunto, uma troca de informações permanente, uma soma de recursos, para que os nossos países possam acompanhar *pari passu* o imenso desenvolvimento tecnológico e científico do nosso tempo.

Nessa reunião, ficou plenamente caracterizado que a chancelaria argentina e a chancelaria brasileira receiam, igualmente, que estejamos às vésperas de novo surto tecnológico e científico, que poderá conduzir países como os nossos a nova era de subdesenvolvimento econômico. De fato, assim como os países recém-saídos do regime colonial não puderam acompanhar os progressos técnicos e científicos da era industrial e, por esse motivo, se inferiorizaram e se atrasaram e sofrem os pesados ônus de que agora nos queremos libertar, assim nós, os povos que hoje estamos conseguindo, à custa das mais duras penas, chegar ao nível médio das nações industrializadas, estamos sob a ameaça de que as nações plenamente desenvolvidas dêem um novo e prodigioso salto para diante, em que dificilmente poderemos acompanhá-las, tão dispendiosos e tão complexos são

os passos necessários para habilitar uma nação a incorporar os progressos tecnológicos da era dominada pela física nuclear e pela conquista do espaço cósmico.

.....

Foram essas, Senhores Deputados, em resumo, as considerações que me pareciam cabíveis em torno da viagem realizada a Buenos Aires. Ela marcou, apenas, como disse há pouco, um passo a mais em toda uma longa série de ações diplomáticas convergentes para o mesmo fim. E estou certo de que as demais nações americanas se rejubilam com os resultados ali alcançados. Eu mesmo pude verificá-lo, ao sair de Buenos Aires e ao ter o prazer de visitar o senhor presidente da República do Uruguai, a quem convidei, em nome do presidente da República do Brasil, para visitar o nosso país. Dele ouvi o aplauso mais irrestrito àquelas conclusões e a promessa de que examinaremos, durante sua visita ao Brasil, o entrosamento mais perfeito entre o seu país e o nosso, dentro desse mecanismo de consulta.

A mesma reação já recebi de outras fontes latino-americanas e, por isso, ousou pensar que a ação diplomática desenvolvida em Buenos Aires tem um sentido que interessa à afirmação da nossa política exterior, que é o de dar, a nações como o Brasil e a Argentina, uma soma crescente de autoridade para podermos levar à política mundial a contribuição das nossas idéias e do nosso sincero devotamento à causa da paz.

.....

Senhor Presidente, trazia o gabinete, no programa que apresentou à Câmara dos Deputados e com o qual disputou a sua moção de confiança, entre os pontos fundamentais da sua linha de política externa, o restabelecimento das relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas, dentro do objetivo de universalização das nossas relações econômicas e políticas. Este ponto do programa governamental não correspondia, nem corresponde, nos desígnios do governo, a qualquer comprometimento da absoluta fidelidade de sua linha ideológica aos princípios da democracia representativa, em que se acha vazada a nossa Constituição e que é parte integrante do patrimônio político e cultural sobre que se desenvolveu a nossa nacionalidade. Se há um título que reivindico para a política exterior que vem sendo desenvolvida pelo atual governo, é o seu repúdio expresso a toda

ambigüidade ideológica. Suas afirmações têm sempre sido feitas dentro de conceitos claros, que permitem à nação sentir onde estão os objetivos do povo e os objetivos do seu governo e verificar que estes se identificam, cada vez mais, com o fortalecimento da prática da democracia e com a salvaguarda das instituições livres, caracterizadas pelo respeito aos direitos fundamentais do homem.

Nada disso, entretanto, Senhor Presidente, impede um Estado livre e soberano de considerar, sobre um plano de absoluta objetividade, o problema; Estado cômico de seus próprios objetivos e de seus próprios problemas, com capacidade para orientar os seus passos, de acordo exclusivamente com a sua vontade, que é a vontade do seu povo. Podemos, sem temores, sem timidez exagerada, mas com cautela, com consciência e com a clara compreensão das conseqüências dos nossos atos, medir, em toda a sua extensão, qual a conveniência da política brasileira, no que diz respeito às nossas relações com os demais povos.

Foi nesse estado de espírito, Senhor Presidente, que o governo se dispôs, desde os primeiros dias, a abordar a questão da universalização das relações políticas e comerciais do nosso país, especialmente naqueles pontos em que esse problema se apresentava mais crítico, qual seja o do restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética.

Era este, certamente, um ponto cuja transcendência ninguém poderia diminuir, porque se tratava de restabelecer relações com um país que, em primeiro lugar, se apresenta na cena internacional como o detentor de um poderio econômico, de um poderio militar e de uma expressão cultural que dele fazem um dos maiores Estados do mundo contemporâneo, com larga influência sobre uma extensa área política do universo e com uma importância fundamental no desenvolvimento das relações comerciais modernas.

Ao mesmo tempo, esse Estado é aquele que se apresenta diante de nós como a encarnação mais completa da afirmação de um sistema político do qual estamos, constitucionalmente, profundamente divorciados. Estabelecer relações com países que praticam as mesmas instituições políticas pode ter importância ou pode constituir um ato irrelevante, mas certamente não produz as inquietudes, as interrogações, as dúvidas no seio da opinião pública, que se apresentam quando se trata de examinar o mesmo proble-

ma em relação a um Estado do qual, por força das nossas próprias definições constitucionais, estamos tão profundamente divorciados.

.....

O atual governo encontrou o problema do reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética já numa fase de processamento adiantado, que se iniciou sob o governo anterior. Como muito bem lembrou o deputado Hamilton Nogueira, havia no caminho do reatamento de relações um obstáculo de ordem ética e fundamental, e esse obstáculo residia num artigo injurioso contra o Brasil e o governo, publicado na *Gazeta Literária* de Moscou, em 1947, artigo sem cuja retratação completa o governo não desejava prosseguir examinando a possibilidade do reatamento. Além disso, as negociações se processavam nos Estados Unidos, por intermédio de nosso encarregado de negócios na capital daquele país, e vinham seguindo a mesma tramitação que caracterizou o reatamento de relações com outras potências do bloco socialista, isto é, o simples restabelecimento do direito de legação a ser exercido dentro dos princípios e normas do Direito Internacional Público.

O novo governo, neste particular, adotou as seguintes medidas:

Em primeiro lugar, aguardar que a retratação prometida fosse completa. E só depois que a mesma *Gazeta Literária*, na mesma página e com a mesma evidência, publicou artigo em que emitia conceitos contrários àqueles que haviam dado lugar ao protesto brasileiro, foi que se admitiu o prosseguimento das negociações. Nossa primeira providência foi transferir essas negociações para o Rio de Janeiro e executá-las mais diretamente sob as vistas do governo brasileiro, para que ele pudesse acompanhar, *pari passu*, dados os aspectos que podiam ser ventilados a propósito do restabelecimento de relações com um Estado do qual, como disse há pouco, tão profundas divergências de caráter ideológico e doutrinário, constitucionalmente, nos separam. Nessa altura, tomou a chancelaria brasileira a decisão de subordinar o exame do reatamento puro e simples à criação de condições especiais, constantes de um convênio entre os dois países, para o exercício do direito de legação, de parte a parte, que nos permitisse assegurar aos nossos diplomatas, no outro país, um tratamento em tudo idêntico àquele que fosse dado aqui aos diplomatas da outra parte.

Esse convênio importa em limitação da liberdade de locomoção no território nacional para agentes diplomáticos e funcionários; importa em fixação de número máximo, só susceptível de alteração mediante novo acordo; importa em um sistema de retirada de pessoas, todas as vezes que isso se faça necessário, sem o processo preliminar de declaração de *persona non grata*, e em outras cautelas do mesmo gênero, estabelecidas com reciprocidade. Esse acordo resultou de um estudo acurado, a que procedeu o Conselho de Segurança Nacional, através de um dos seus mais ilustres oficiais, cujos subsídios foram integralmente aproveitados pela chancelaria.

.....

As mesmas limitações⁸, inclusive quanto ao número, quanto à faculdade de retirada e, do mesmo modo, quanto aos correios diplomáticos. As medidas adotadas foram aquelas sugeridas pelo Conselho de Segurança Nacional, para que o ato de reatamento se pudesse processar nas condições mais indicadas para a segurança dos países, dentro daquele espírito de reciprocidade de tratamento que, como bem sabe a Câmara, é característica dos atos internacionais.

Foram essas medidas⁹, precisamente, Nobre Deputado, as que, sugeridas pelos órgãos competentes, se incorporaram ao instrumento da negociação. Foram examinadas de lado a lado e permitiram que o governo brasileiro, depois de pesar maduramente os motivos que deviam levá-lo a esta decisão, hoje, às 14 horas, na sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, em presença do excelentíssimo senhor presidente da

⁸ N.E. – Resposta ao seguinte aparte do deputado Aduino Cardoso: “Vossa Excelência poderia esclarecer se também em relação ao pessoal chamado ‘doméstico’ houve essas mesmas limitações de locomoção?”

⁹ N.E. – Resposta ao seguinte aparte do deputado Pinheiros Chagas: “Permita-me. No estágio do desenvolvimento econômico atual, o Brasil já não se poderia dar ao luxo de uma atitude isolacionista, devendo, muito pelo contrário, manter relações com todos os países do mundo onde o interesse comercial o chame. Este, Senhor Ministro, o sentido de uma política nacional democrática e progressista. Isto posto e com as cautelas anunciadas por Vossa Excelência para que o reatamento não sirva de pretexto à infiltração de ideologias estranhas, já agora podemos e devemos apoiar e defender a política externa anunciada por Vossa Excelência. Sem embargo de tudo, Senhor Ministro de Estado, eu quereria deixar bem definida a nossa posição de formal repúdio ao comunismo internacional, anticristão, apátrida, liberticida.”

Comissão de Relações Exteriores desta casa e do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, trocasse notas com a chancelaria soviética, restabelecendo as suas relações com aquele país.

.....
É meu desejo apresentar este acordo, na forma que me parece a mais adequada para natureza do ato, à Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Nesse sentido, já pedi ao nobre deputado Raimundo Padilha que, em momento oportuno, reúna a comissão para tomar conhecimento direto do documento, quando, então, não só esse ponto, mas quaisquer outros poderão ser examinados por Vossa Excelência e por qualquer um dos ilustres senhores deputados.

.....
Senhor Presidente, creio eu que Vossa Excelência e toda a casa conferem ao episódio que estamos vivendo na tarde de hoje a transcendência que ele tem.

E creio que não estaremos violando as tradições regimentais da Câmara dos Deputados, se eu pedir a Vossa Excelência que estenda ainda mais esse tempo, porque teria conseqüências desfavoráveis para a clara inteligibilidade da posição do governo que me visse na necessidade de abreviar justamente a parte de minha exposição em que devo abordar os fundamentos do ato; por outro lado, não gostaria de deixar de conceder dois ou três apartes que já me foram pedidos há muito tempo e cuja recusa, nesta altura dos debates, seria desprimorosa.

.....
Senhor Presidente, como dizia, o governo brasileiro encontrou o processo de reatamento de relações na fase que indiquei e julgou de seu dever prosseguir nele, adotando as cautelas que foram por mim enumeradas e que nos permitiram chegar, no dia de hoje, à troca dos atos que restabelecem as relações diplomáticas aludidas.

O primeiro ponto para o qual desejo chamar a atenção da Câmara é que o governo não foi levado a essa decisão por nenhum motivo de simpatia, nem mesmo de tolerância ideológica ou doutrinária, mas, sim, por considerações de ordem política e de ordem econômica, em que entram em linha de conta, única e exclusivamente, os interesses do nosso país.

No tocante às motivações políticas, Senhor Presidente, peço licença para lembrar à casa que os Estados que hoje mantêm relações com a União Soviética sobem a 71; entre eles, quase todas as democracias modernas. Na Europa, com exceção talvez apenas dos países ibéricos, todos os outros se inscrevem entre os que mantêm relações diplomáticas com a União Soviética. Na América, os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina, o Uruguai mantêm relações regulares e trocam, com aquele país, embaixadores ou ministros.

Qual a razão por que esses países, democráticos como os que mais o sejam, fiéis aos princípios em que vazaram as suas instituições políticas, mantêm essas relações diplomáticas e aceitam, como convenientes para a política internacional que praticam, a troca de embaixadores e a manutenção de missões especiais?

Na verdade, Senhor Presidente, essa razão há de encontrar-se, única e simplesmente, na conveniência dos contatos diplomáticos entre os povos, mesmo quando são mais profundas as suas divergências e até, com maioria de motivos, quando os pontos de discordância e de atrito aconselham a esses povos que mantenham aberta a possibilidade de discutir e de conversar, para que os atritos e os antagonismos não se exacerbem e não se transformem, a cada passo, em foco de discordâncias maiores.

Na realidade, Senhor Presidente, a posição política do Brasil, no mundo de hoje, por definições reiteradas e progressivas de sua chancelaria, é, acima de tudo, de defesa intransigente da paz e dos meios capazes de propiciá-la.

A paz não se manterá se o preço que tivermos de pagar por ela for o isolamento. Se as nações se recusarem ao diálogo, se os Estados modernos se fecharem uns aos outros, transformando suas dissidências em prevenções e idiossincrasias, o único resultado dessa atitude há de ser a exacerbação da intolerância e da incompreensão. E, no dia em que a intolerância estiver exacerbada até o ponto extremo, então, realmente, não restará ao mundo outro caminho senão o da guerra. Por isso, Senhor Presidente, creio que é dever de consciência de todo homem público desvendar aos olhos do povo que todo isolacionismo político, nos dias de hoje, é uma atitude belicosa. Quem deseje manter os povos isolados uns dos outros, sem contato,

sem conversações, sem convivência, longe de estar trabalhando pela diminuição das tensões internacionais e pela eliminação progressiva dos atritos, está trabalhando pela acumulação das resistências, dos ódios recíprocos, das incompreensões e pelo aumento constante do risco de guerra. Deste dilema é que não parece possível ao governo brasileiro escapar nos dias de hoje. Se queremos sinceramente a paz, temos de ser os advogados da coexistência e não podemos admitir que se parta do princípio de que o regime democrático é dotado de tal fragilidade, que, se for posto em contato e em confrontação com os regimes socialistas, o seu destino estará selado.

Essa afirmação, em primeiro lugar, não é verdadeira. Ela não corresponde à realidade dos nossos dias, pois, pelo contrário, o que se verifica é que os Estados socialistas, embora se tenham revelado capazes de resolver, da maneira mais satisfatória, os problemas econômicos e tecnológicos, ofereceram, no campo das soluções políticas, esquemas frágeis, muito inferiores, como técnica de governar, àquilo que tem sido alcançado pelas democracias. A democracia é, de todas as formas de governo, a que melhor resiste à confrontação e, portanto, a que melhor se impõe, através da coexistência.

Supor que a democracia dependa, para sua sobrevivência, de baixar-se em torno dela uma nova e paradoxal cortina de ferro, é negar a própria verdade da história contemporânea e fomentar condições favoráveis ao desencadeamento de uma nova guerra.

Essa é uma motivação política fundamental, a que o governo brasileiro não podia deixar de ser sensível, ao encarar o problema das relações políticas com os países socialistas e, especificamente, com a União Soviética.

Todos sabem o que tem representado a Organização das Nações Unidas, como grande fórum onde as nações se têm confrontado continuamente e onde têm podido transformar em debate e em agressão verbal aquilo que, de outra maneira, poderia transformar-se em agressão militar. As Nações Unidas têm sido o grande mecanismo hipotensor que, em inúmeras oportunidades, tem feito baixar as tensões internacionais. É o resultado da coexistência, do convívio, é o constante debate, que inclina os povos à negociação e, dessa maneira, prepara condições favoráveis ao advento de uma paz durável.

As relações entre os povos desempenham o mesmo papel. Os povos que não se encontram, os povos que não trocam legações, que se isolam diplomaticamente, são povos entre os quais cresce a incompreensão e o ressentimento. Pelo contrário, os que mantêm a capacidade de negociar e de conversar, são povos que podem trabalhar pela maior das causas a que, hoje, se propõe a humanidade: evitar a destruição coletiva, não apenas a destruição física, mas também a destruição moral, porque, nos termos em que o armamento nuclear e termonuclear colocou a guerra moderna, esta deixou de representar uma alternativa aceitável em certos casos e tornou-se um mal a combater por todos os meios.

A paz, já o disse uma vez nesta Câmara e volto a repetir, deixou de ser, no mundo de hoje, um ideal relativo e se tornou um ideal absoluto; e, para defendermos esse ideal, para fazermos com que a paz se consolide, se aprimore e deite raízes, ainda não se descobriu outro modo, senão o de conviver, o de debater e o de negociar.

Disse o presidente Kennedy, certa vez, com propriedade: – “Estamos prontos a negociar, embora não desejemos negociar compelidos pelo medo”. Não é compelidos pelo medo que pretendemos negociar.

O que desejamos é criar para nosso país um acesso amplo ao grande debate universal, através do qual poderemos incessantemente trabalhar nesta tarefa que merece a consagração total dos nossos esforços, a tarefa da preservação da paz.

Mas, Senhor Presidente, a motivação política não é a única que nos leva a adotar resolutamente o caminho do restabelecimento de relações. Também cedemos a uma outra motivação, que é a motivação econômica. Tive, há pouco, oportunidade de ouvir um aparte – de um dos nossos mais distintos colegas – de que não tinha expressão considerável, em algarismos, o que até hoje se realizou em matéria de trocas entre o Brasil e os países socialistas.

De nada valem as cifras isoladas, de determinado momento, ou de determinada relação. A chancelaria brasileira se vem empenhando a fundo no estudo das perspectivas do nosso comércio, porque não existe, hoje, problema mais decisivo e mais dramático para o futuro da comunidade, à qual pertencemos, do que este das projeções da nossa economia nos anos

próximos, especialmente no período que se estende de 1961 a 1970, que será o grande período crítico do nosso desenvolvimento econômico, enquanto não pudermos contar com um grande e diversificado mercado interno.

Quero pedir à Câmara licença para ocupar sua atenção com algumas dessas observações e dados, que me parecem indispensáveis, para que nosso país ganhe consciência plena de suas perspectivas e, sobretudo, saiba como são sombrias, como são dramáticas as avenidas que se abrem diante de nós no terreno da expansão econômica. A verdade é que o Brasil vive, Senhor Presidente, nos dias de hoje, um grave episódio do seu crescimento como nação.

A marca dominante desse episódio é a verdadeira explosão demográfica ocorrida em nosso país. Em vez da taxa de crescimento de 2,5% ao ano, que vínhamos admitindo para a nossa população, o que se verificou nos últimos anos é que o Brasil cresce a uma taxa crescentemente acelerada e que essa taxa, no último ano, atingiu o nível de 3,5%. Graças a este fato, a situação do Brasil, no momento atual, pode ser representada através dos seguintes dados fundamentais: estamos com uma população que se estima, em 1960, em 70.528.000 habitantes; em 1970, essa população atingirá 99 milhões; e, em 1980, 125 milhões. Dessa população que hoje temos, já de 70 milhões e meio, considera-se população ativa, tomando parte no processo econômico, 24 milhões de habitantes; e população inativa, os 46 milhões restantes. O produto nacional bruto do nosso país, isto é, a soma de mercadorias e serviços que atende às necessidades desta vasta população, orça por 2 trilhões e 454 bilhões de cruzeiros, tomando como base para estes estudos um cruzeiro deflacionado, que é o cruzeiro de 1960. Desta população ativa de 24 milhões de habitantes, 9 milhões e 200 mil estão nas cidades e 14 milhões e pouco nos campos.

Como se mantém uma população ativa nos campos ou nas cidades? Os economistas nos ensinam que, a cada homem ativo que trabalha em determinado país, corresponde certa quantidade de capital, que possibilita o seu trabalho e lhe assegura rendimento. Nos baixos, nos baixíssimos níveis da economia rural brasileira de hoje, não passa de 70 mil cruzeiros o que se estima como capital necessário para a produção de um homem ativo na zona rural. E, na zona urbana, se fizermos a média entre os que estão

ocupados na indústria e os que estão ocupados em outros serviços, o algarismo é 420 mil cruzeiros por pessoa.

Todo este quadro, Senhores Deputados, está exposto a uma permanente evolução. Esta evolução se faz sentir, em primeiro lugar, como disse há pouco, no crescimento global da população, mas, ao mesmo tempo que a população cresce, opera-se dentro dela um deslocamento de posições, porque, graças a um dos aspectos mais positivos da nossa situação econômica e social, a população ativa do Brasil aumenta todos os anos. Há, por conseguinte, um índice de ativação da população. Mais pessoas inativas se tornam ativas todos os anos, a uma taxa que se estima em 0,7% ao ano. E, ao lado desse movimento, um outro – de grande importância – ocorre, com o qual todos estamos familiarizados, que é a transferência da população dos campos para as cidades, o fenômeno da urbanização, o deslocamento da população ativa rural para a área urbana, onde ela procura reocupar-se em serviços vários ou em indústrias. Qual é a taxa à qual aumenta a população ativa urbana e diminui a população rural? 2,7% ao ano. Que quer isto dizer, Senhores Deputados, se um homem do campo representa 70 mil cruzeiros de capital e um homem ativo da cidade representa 420 mil cruzeiros? Isto significa que as necessidades de capital no nosso país crescem de maneira vertiginosa e que, se nós tivéssemos uma taxa de crescimento do produto nacional bruto igual à do crescimento da população, ao invés de estagnarmos, regrediríamos violentamente. Porque, como as necessidades de capital crescem em virtude desses deslocamentos internos, a taxa de crescimento do produto nacional bruto tem de ser muito mais violenta do que a taxa de crescimento da população. Pois nós, que temos tido, nos últimos tempos, uma taxa de crescimento do produto nacional que não tem chegado a 4% ao ano, feitos os estudos mais rigorosos sobre qual seria a taxa necessária para nos mantermos no nível atual de renda, chegamos à conclusão de que ela precisaria ser de 6%. Se o Brasil conseguir aumentar o seu produto nacional bruto de 6% ao ano, em vez dos três-vírgula-tanto que está aumentando atualmente, nós não progrediremos um passo, continuaremos a ter, mais ou menos, o nível de vida de hoje. Para aumentarmos, para progredirmos, precisamos atingir o nível de 7,5% ao ano, um nível dos mais elevados, que exige de qualquer economia um alto índice de dinamização.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entre esse índice de aumento e o comércio do país existe uma relação das mais íntimas, uma relação a cujo exame não nos podemos furtar. É que nos primeiros anos, para podermos aumentar as nossas condições de produção, nós temos necessidade de aumentar – e de aumentar rapidamente – o volume das nossas importações de bens de capital, de máquinas, de equipamentos e daquilo que os economistas chamam os *in sumus*, isto é, as matérias-primas, os combustíveis, as unidades semi-acabadas.

Já é hoje a importação brasileira formada, em sua parte dominante, por esses equipamentos e por esses *in sumus*, porque o desenvolvimento da indústria nacional tem conseguido substituir para nós a importação dos bens de simples consumo, já acabados.

Mas as necessidades que teremos, para podermos assegurar um nível elevado de industrialização nos próximos anos, essas necessidades são rigorosamente estudadas e constantes destes relatórios, que para aqui trouxe e que ponho à disposição da Câmara e de qualquer dos senhores deputados, e que gostaria de discutir e examinar mais longamente em qualquer das nossas comissões.

Estes relatórios demonstram que nossa importação precisará aumentar nos próximos anos, de maneira decisiva, para que possamos enfrentar nosso programa de desenvolvimento e atingir as escalas de crescimento desejadas.

Aqui tenho, nas mãos, um quadro em que todas estas correlações estão indicadas. Peço um pouco de paciência à Câmara para repetir aqui alguns algarismos.

Tomemos o ano de 1961.

Em 1961, o nosso produto nacional bruto é de 17 bilhões de dólares. Estou agora falando em dólares. Em vez de tomar o cruzeiro padrão de 59, tomo o dólar deflacionado de 60.

A taxa de crescimento, hoje, é de 3,8%; a renda *per capita* dos brasileiros, 240, depois dos últimos corretivos feitos às estatísticas divulgadas pelo IBGE – um dos níveis mais baixos de renda entre os países subdesenvolvidos, baixo, mesmo no quadro regional da América Latina. E as nossas exportações, que no ano passado orçavam por 1 bilhão e 400 milhões

de dólares, esperamos que este ano sejam de 1 bilhão e 600 milhões. A que níveis precisaremos elevar as nossas exportações para alcançarmos, em 1965, daqui a apenas quatro anos, este algarismo de 7,5% a que me referi como essencial para um mínimo de desenvolvimento razoável para o nosso país? Precisaremos elevar as nossas exportações a 3 bilhões e 166 milhões de dólares. Quer isto dizer que a nossa exportação de hoje terá de duplicar. E, se não conseguirmos dobrar a nossa exportação da maneira que aqui estou indicando, o que nós estaremos preparando ao nosso país, não para os nossos filhos, não para os nossos netos, mas para aqueles que aqui vierem tomar assento na próxima legislatura, já é o espetáculo das comunidades asiáticas em franca regressão.

Essa situação, Senhores Deputados, é de tal natureza, que um país sobre o qual pesa esse desafio, não tem o direito de colocar limites de qualquer natureza à sua necessidade de procurar novos mercados. Discriminar é fazer discriminações à custa do futuro do nosso povo e das condições mínimas do seu desenvolvimento e da sua segurança econômica. Temos de examinar a situação mundial e temos de ver, dentro dela, onde podemos colocar as nossas mercadorias.

Peço licença, então, para deixar de lado esse estudo e passar a um outro, o das perspectivas do comércio mundial. É claro que só poderemos saber para onde se deve dirigir a agressividade do nosso comércio e da nossa expansão se tivermos procedido a um exame criterioso, área por área, das tendências do comércio mundial, naquelas áreas onde o comércio estiver em regresso e em retração, onde os povos se estiverem endividando, por não conseguirem exportar tanto quanto baste para cobrir as suas importações nessas áreas. Senhores Deputados, é claro que não teremos grandes probabilidades de encontrar possibilidades para capturar os excessos de crescimento e irmos colocar ali esse aumento de exportação que nos é essencial.

Aqui está, Senhores Deputados, um quadro que também ponho à disposição de Vossas Excelências, para que possam examinar todos os critérios e todas as fontes com que trabalha o Itamaraty. Pois que todos esses estudos procedem do Serviço Técnico de Análise e Planejamento da chancelaria brasileira. Aqui se encontra o estudo das tendências do comércio

mundial. Considerando-se o período de um decênio, período crítico de 1960 a 1970, aqui está a percentagem de cada área dentro do comércio mundial e o modo por que ela evolui. A tendência do comércio, nos próximos dez anos, acusa um aumento global de 4,56%. Esse deverá ser, segundo as projeções técnicas mais rigorosas, o aumento no comércio mundial. Como contribuem as diferentes áreas para esse aumento? Algumas crescem mais do que 4,5%, outras crescem menos. São as áreas onde existem relativa estagnação. Mas não basta esse critério para orientarmos a nossa política econômica. Temos que saber onde crescem as exportações mais do que as importações, porque ali onde crescem mais as exportações é que haverá meios de pagamento e, por conseguinte, possibilidades de absorção para as novas parcelas com que desejamos contribuir para o comércio mundial.

Tudo nesse estudo, portanto, deve orientar-se por estes dois pontos: primeiro, examinar o dinamismo de cada área; segundo, examinar, dentro desse dinamismo, a preponderância eventual das exportações sobre as importações. Deixemos de lado certas áreas onde as nossas possibilidades não parecem grandes. A África, por exemplo. Seu índice de crescimento será de 3,44% inferior à média global. E a África tem tendência para envidiar-se, porque as importações em 1960 estarão em 11 bilhões, enquanto que as exportações estarão apenas em 9. Poucas serão, portanto, deste lado, as nossas possibilidades. Já na América Latina, existem possibilidades, apesar de em baixo nível. O índice de crescimento da América Latina é 3,35%, mas as exportações excederão as importações. Por isso, o Itamaraty está, neste momento, dando todo seu apoio ao desenvolvimento da zona livre de comércio e, em grande parte por esse motivo, o ministro do Exterior foi a Buenos Aires conversar com o chanceler Miguel Cárcano, para mostrar-lhe, de papel na mão, o futuro que existe para o nosso comércio regional, se formos capazes de nos entendermos numa base de dinamismo e de ação. Desenvolver a área latino-americana é um dos primordiais objetivos. Sabemos quais são os perigos – que, aqui mesmo nesta casa, foram denunciados por ocasião da assinatura do Tratado de Montevidéu – e estamos procurando colocar, contra esses perigos, os remédios adequados, porque não declinaremos dessa área, que é vital para a nossa posição.

Consideremos agora, Senhores Deputados, a Europa, uma das regiões de maior dinamismo, no seu crescimento, porque o crescimento europeu será de 5,12%, representando uma das áreas mais expansivas do comércio, nos próximos dez anos. É pena que o Brasil tenha, entretanto, de enfrentar, naquele continente, o tremendo desafio do artigo que vou ler: o art. 131, do Tratado de Roma, que institui o Mercado Comum Europeu. Segundo este art. 131, os Estados-membros concordam em trazer à comunidade os países e territórios não europeus que entretêm, com a Bélgica, com a França, com a Itália e com os Países Baixos, relações particulares. Estes países – continua o artigo – fazem objeto do anexo 4º do tratado e aqui está esse anexo 4º, onde se diz quais são esses países. São os seguintes: África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, a República Autônoma do Togo, os territórios sob tutela do Cameroun, o Congo Belga, a Ruanda-Urundi, a Somália, sob tutela italiana, e a Nova Guiné Neerlandesa.

Quer isto dizer o quê? Que nesta área de grande expansão do comércio europeu, encontramos pela frente o tratamento discriminatório que os países do Mercado Comum deram a essas nações, cujos nomes acabei de indicar, predominantemente nações africanas, as quais gozam do direito de introduzir os seus produtos na Europa, os mesmos produtos que produzimos, sem quaisquer direitos aduaneiros e sem sofrer tributação interna, enquanto o Brasil...

.....

... e a Inglaterra e outros países da Europa que se aproximam do Mercado Comum – tomemos o café brasileiro para exemplo – ficam sujeitos a 16% contra 0% dos países africanos; e a manteiga de cacau, 22%; e a castanha do Pará, 8%; e assim por diante, enquanto esses mesmos produtos das áreas africanas gozam de isenção total.¹⁰ Daí, Senhores Deputados, nossa preocupação com a Europa, que, hoje, constitui 30% do nosso comércio e onde nossa posição é de defensiva. Estamos ali para defender aquilo que já temos; porque, cacau, 22%, e a castanha do Pará, 8%, a ameaça que

¹⁰ Resposta ao seguinte aparte do deputado Pacheco Chaves: “E quando a Inglaterra entrar, Senhor Ministro?”

pesa, neste momento, sobre a nossa economia – e quero pôr o peso de minha responsabilidade de ministro das Relações Exteriores para dizer isto à Câmara – a ameaça que pesa sobre a nossa economia é de uma perda não inferior a 185 milhões de dólares de comércio.

Continuando na nossa análise, vejamos agora os Estados Unidos.

São os Estados Unidos uma área de pouco crescimento dinâmico. Seu crescimento, nos próximos 10 anos, está abaixo da média – é de 3,52% – mas, em compensação, as exportações norte-americanas ultrapassam com tanta folga as perspectivas de suas importações, que o comércio com os Estados Unidos se apresenta, imediatamente, como uma outra área eletiva para nossa expansão comercial. As possibilidades que temos nos Estados Unidos só são limitadas pelo fato de que aquele país tem de atender também às necessidades de outras áreas geográficas, que para eles se voltam e com as quais precisam de distribuir o seu excedente de comércio.

Finalmente, Senhores Deputados, vamos considerar os Algarismos do bloco soviético. Comparadas as exportações, o bloco soviético apresenta um ligeiro excesso de exportações sobre as importações, porque é característica das economias planificadas que as suas compras no exterior sejam programadas a longo prazo, de acordo com seus planejamentos centrais. E, deste modo, a política comercial, dirigida pelo Estado, é toda ela formulada com o objetivo de não permitir a acumulação de saldos, num ou noutro sentido; mas a expansão das suas exportações é satisfatória.

O que, entretanto, é importante – e a Câmara dos Deputados do Brasil não pode ignorar, no momento em que se pronuncia sobre uma questão desta gravidade – é que o índice de crescimento do comércio do bloco soviético é o mais elevado do mundo, é igual a 6,47%. Estamos, portanto, diante de uma área econômica onde existe excedente de capacidade de absorção de produtos, que o nosso país só poderia deixar de atacar e aproveitar se tivéssemos perdido o instinto de conservação. Não há nisso ideologia, Senhores Deputados. Não estamos discutindo princípios filosóficos, nem questões doutrinárias. Vamos defender o nosso país, o nosso regime, o nosso sistema, a nossa civilização, o nosso estilo de vida, com as grandes forças que nos inspiraram na nossa formação e que continuam a orientar e guiar as nossas verdadeiras elites. Mas não vamos fechar os olhos

à realidade contemporânea, quando estamos vendo que o nosso país tem um projeto nacional a cumprir. Este projeto nacional é o de salvar da miséria e da pauperização centenas de milhões de brasileiros e só conseguiremos fazê-lo, e só conseguiremos realizá-lo, se conseguirmos aumentar o nosso comércio substancialmente, indo disputar, em todas as áreas, as disponibilidades existentes para a absorção dos nossos produtos. Para sabermos onde devemos disputar só há uma maneira objetiva e lógica de agir: abrir as estatísticas, interpretá-las e estabelecer os modelos econométricos e, através de estudos com base científica, dizer – é este o caminho, ou é aquele. O nosso caminho nos anos próximos não pode deixar de ser: em primeiro lugar, o mercado latino-americano, mercado que, por todos os motivos, temos o dever de desenvolver, de ampliar às últimas conseqüências; em segundo lugar, o mercado tradicional dos Estados Unidos, onde as possibilidades ainda são imensas e onde, além do mais, temos obtido, através de programas sucessivos de financiamento para grandes empreendimentos nacionais, ajuda que esperamos ver objetivada, no quadro amplo da Aliança para o Progresso; e, finalmente, os países que integram o chamado bloco socialista, onde aparecem os índices de dinamismo e crescimento mais consideráveis da hora atual.

É com estes argumentos, Senhores Deputados, foi à luz destes critérios e destas observações que o Itamaraty tomou, conscientemente, a responsabilidade desse grande gesto, de importância transcendental na vida brasileira. E, sem ter medido bem suas razões e suas conseqüências; sem ter olhado primeiro o aspecto político, a regra de convivência, de coexistência, de defesa do país e de desenvolvimento das relações entre os povos; e, de outro lado, estes algarismos que apontam para a necessidade de desenvolvermos nossa economia e assegurarmos nosso progresso, não teria eu tomado, com o consentimento de todo o governo, a resolução transcendente, no dia de hoje, de trocar com o chanceler soviético as notas que restabeleceram as nossas relações.

Creio, Senhor Presidente, que, chegado a esta altura do meu raciocínio, embora me reste alguma coisa a dizer, já poderei conceder todos os apartes que os nobres colegas desejarem.

.....

Senhor Deputado, folgo em registrar o aparte de Vossa Excelência,¹¹ que considero uma contribuição decisiva para a plena elucidação do ato hoje praticado perante o povo brasileiro. Vossa Excelência, com a maior elevação de vistas e compreendendo amplamente o sentido não ideológico e puramente político e nacional dessa decisão, salientou, ao mesmo tempo, a responsabilidade que ela traz para o governo, pela conseqüência que pode ter e pelo que pode ser evitado.

Creia Vossa Excelência que registro suas palavras com especial agrado. Apenas vou permitir-me destacar delas um ponto para responder: aquele em [*que*] Vossa Excelência qualificou de equívocas as posições do governo brasileiro, no tocante ao caso cubano.

Jamais houve governo que tomasse, em relação ao caso cubano, uma linha de tão clara definição quanto este, porque justamente o que, desde o primeiro dia, constituiu a nossa preocupação dominante foi mostrar que, na nossa atitude, apenas estávamos procurando respeitar integralmente os princípios da democracia representativa numa de suas manifestações mais essenciais, que é o princípio da autodeterminação.

Admitir que um povo possa mudar suas instituições políticas por outro processo que não seja a livre manifestação da sua própria vontade, eis o que o governo brasileiro não tem querido endossar e não endossará em caso algum. Tenho a certeza de que nessa atitude, entre os grandes espíritos de homens públicos com quem encontramos, está o de Vossa Excelência. Simpatia ideológica não impregna, em coisa alguma, nossa

¹¹ N.E. — Resposta ao seguinte aparte do deputado Raimundo Padilha: “(...) Seremos soberanos no mais alto sentido da expressão. Seremos, finalmente e decisivamente, para usar a expressão em voga, autodeterminados. Por isso, Senhor Ministro, acredito que o governo terá atitudes menos equívocas em relação a problemas como o da república cubana e os atentados que se cometem. (...) Então, Senhor Ministro de Estado, com uma análise dessa natureza, quero crer que o problema político, o problema econômico, o significado moral, a transcendência histórica do ato que acaba de ser praticado possam, ao final, ser bem entendidos pela inteligência e pela consciência nacionais. (...) ao felicitá-lo pela sua extraordinária exposição, eu ponho nela aquela confiança que o seu patriotismo há de reclamar e há de exigir, ao mesmo tempo em que registro a gravíssima responsabilidade que acaba de assumir o governo, responsabilidade de que, estou certo, Vossa Excelência tem a mais profunda consciência”.

posição no caso cubano. É uma posição difícil, reconheço, mas é uma posição em que estamos dispostos a manter essa linha de clareza, isenta de toda ambigüidade e defendendo do perigo do desaparecimento aquilo que é o maior patrimônio sobre que temos construído a consciência democrática deste hemisfério, o princípio da não-intervenção.

.....

Senhor Presidente, a marcha de um país como o nosso não se pode fazer sem momentos como este, que acabamos de viver nesta casa.

Aqui não tivemos propriamente um choque de idéias, uma apuração de discordâncias. O que aqui tivemos foi um episódio fundamental e inevitável na vida de todo povo que procura afirmar a sua independência. Nada é mais difícil do que ser independente, nada é mais difícil do que tomar nas próprias mãos as próprias responsabilidades. Nada se faz com maiores dificuldades, com mais duras penas e com mais sérias discordâncias do que essa tarefa que estamos empreendendo em nosso país, que é a tarefa simples e, entretanto, difficilima, de fazer com que o Brasil seja governado pelo interesse e pela vontade dos brasileiros.

*

DOCUMENTO 22

I Registro da reunião da comissão de planejamento sobre assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA
Em 26 de dezembro de 1961.

Ministro de Estado – A minha finalidade, ao pedir-lhes que nos reuníssemos aqui, era discutir a questão da VIII Reunião de Consulta. Tenho a impressão de que nos vamos ter que preparar para fixarmos com muita clareza a posição do Brasil e examinar todas as implicações que essa posição trará, tanto em relação ao sistema interamericano, quanto ao próprio desenvolvimento das nossas relações bilaterais com os Estados Unidos.

Até o presente momento, não existe nenhum sinal de que os Estados Unidos estejam vinculando as relações bilaterais mantidas com o nosso país, especialmente auxílio financeiro, a qualquer atitude política tomada por nós em relação aos grandes problemas do hemisfério, notadamente ao problema cubano. Mas não podemos descartar essa hipótese de uma maneira simplista e, sim, devemos admiti-la e fazer dela um elemento de estudo, tanto mais que é inegável que a visita do presidente Kennedy a dois países, considerados entre os grandes da América do Sul e que têm, no momento, como característica, um o de haver rompido relações com Cuba e ter-se tornado foco de política anticubana e outro o de ser o intérprete do pensamento do departamento de Estado na OEA, mostra algo que não pode passar despercebido.

Até o presente momento, a enunciação da nossa política em relação a Cuba foi muito categórica e muito simples: respeito incondicional ao princípio de não-intervenção; respeito incondicional ao princípio de autodeterminação dos povos, no sentido de que só o povo é um instrumento legítimo para escolha do regime, especialmente se esse regime é o democrático. Se o que se visa é a redemocratização de Cuba, tudo o quanto pudesse ser considerado imposição de fora para dentro seria, além de violação do princípio de autodeterminação, uma própria contradição aos princípios democráticos em si mesmos.

Pode-se dizer que essa linha é a herdada da administração Jânio Quadros. Tenho insistido, entretanto, em que há uma pequena diferença entre o que temos procurado fazer e o que caracteriza a linha Jânio Quadros em relação a Cuba. Naquela linha, havia um ligeiro toque de simpatia ideológica e uma recusa sistemática – sendo que, algumas vezes, evasiva – de se pronunciar sobre o caráter democrático do governo Fidel Castro. Esse ponto foi considerado uma questão de fato. O próprio ministro Afonso Arinos, numa das suas idas à Câmara, chegou a dizer, de maneira categórica que não considerava que existissem provas de que o regime de Fidel Castro fosse comunista, dando a impressão de que haver, ou não haver provas fosse de grande importância. Além do mais, atitudes como a da condecoração do comandante Guevara mostravam simpatia e nada tinham que ver com a autodeterminação, o que tornava a atitude oficial mais polêmica do que a que temos procurado observar.

Nossa idéia foi oposta. Começamos pelo reconhecimento sincero de que o regime cubano não era democrático. Pouco importava saber se era comunista ou socialista. Mesmo porque, é muito difícil definir se um regime é socialista ou comunista. O que importava era classificá-lo como não democrático, tomado como padrão a Declaração de Santiago. Assim, o problema da simpatia ideológica ficava eliminado. O governo brasileiro não tem simpatia ideológica pelo regime Fidel Castro; ainda que a possam ter grupos políticos dentro do governo, o governo só tem simpatia pelo que está na Constituição ou nos tratados.

O princípio de não-intervenção e de respeito à autodeterminação ganharam novo vigor porque adquiriram caráter mais absoluto, uma vez que deixou de ter influência sobre eles a questão de saber se o regime era socialista ou democrático. Isso nos levou a um raciocínio bastante claro e simples que, a meu ver, foi aceito no Congresso e nas diferentes correntes de opinião.

Partindo daí, começamos a procurar uma solução em face da probabilidade crescente de que os Estados fossem convocados para uma reunião de consulta. Receávamos muito essa convocação, porque ela vinha, desde logo, marcada pela inovação do Tratado do Rio de Janeiro e só podia ter duas finalidades: ou a de descobrir no regime cubano uma agressão potencial e,

portanto, enquadrá-lo na violação do artigo 6º; ou a de caracterizar o regime como comunista e, nesse caso, usar a Resolução 93 de Caracas como uma ampliação ou aditivo ao Tratado do Rio de Janeiro, ou seja, um caso de agressão presumida. O simples fato de ser comunista e de estar filiado ao comunismo internacional presume a agressividade do regime e ocasiona a aplicação de sanções. Por causa desse receio, começamos a desenvolver uma série de raciocínios possíveis, que se consubstanciaram, creio eu, na reunião da Casa das Pedras.

Na Casa das Pedras, trabalhamos com uma idéia cuja origem foi uma sugestão do embaixador Leitão da Cunha, que foi ganhando vários aperfeiçoamentos. Vou recapitular a idéia, embora esteja no espírito de muitos. Consistiu, primeiro, em procurarmos adiar a consulta o mais possível e, à sombra desse adiamento, tentarmos uma gestão diplomática junto aos Estados Unidos, para obter do governo daquele país um compromisso de não-emprego de violência em relação a Cuba. Nesse momento, estavam muito vivos os sinais de que se planejava uma invasão de Cuba, lançada da Nicarágua ou da Guatemala ou dos dois países simultaneamente. Havia grande quantidade de voluntários cubanos treinados nas tropas dos Estados Unidos, obras de preparo de portos e de aeroportos na Guatemala poderiam estar relacionadas com a tentativa de nova invasão e havia, ainda, uma informação extremamente confidencial de que um governador prestigioso tinha participado de uma conferência com o presidente Kennedy em que insistiu na idéia de invasão.

Nossa impressão era de que Cuba temia essa invasão duplamente: como se teme qualquer invasão e porque sabia que cada dia eram menores as suas possibilidades de sacar sobre o apoio da União Soviética. Isso porque, do ponto de vista econômico, era muito onerosa para a URSS a compra de mais de um milhão de toneladas de açúcar por um país que tem excedentes desse produto e, do ponto de vista militar, a União Soviética jamais deixou dúvidas de que não acorreria em defesa de Cuba, apenas faria uma retaliação em país próximo de sua fronteira ou qualquer coisa mais simbólica.

Se conseguíssemos dos Estados Unidos um compromisso de não-violência, tínhamos a impressão de que poderíamos contar com a própria

Cuba para obter, do governo Fidel Castro, uma observância progressiva da Declaração de Santiago. A Declaração de Santiago ocupa um papel muito importante, por ser o único documento firmado pelo governo Fidel Castro e no qual se contém claramente o reconhecimento dos princípios democráticos. Poderíamos pedir ao governo Fidel Castro que ele, fortalecido pelo compromisso de não-violência, aceitasse uma evolução gradual para entrar na observância da Declaração de Santiago.

Se esse binômio não-violência *versus* Declaração de Santiago fosse alguma coisa que pudesse deixar raízes, iríamos tentar desenvolver mais o esquema e caminhar para uma espécie de neutralização de Cuba, com a manutenção de suas conquistas sociais fundamentais, a criação de um Estado democrático e a ruptura das suas vinculações com a União Soviética. Essa foi a idéia imaginada na reunião da Casa das Pedras e que foi objeto de duas sondagens, ambas boas. A primeira foi com o embaixador Lincoln Gordon, que apreciou muito a idéia. Não houve reação escrita do Departamento de Estado, mas o embaixador transmitiu *memorandum* bastante completo sobre o assunto e insistiu e continua a insistir na conveniência de um entendimento pessoal meu com o secretário Rusk. A segunda foi junto ao embaixador de Cuba, que também recebeu a idéia muitíssimo bem e a transmitiu ao governo de Havana.

Terminou, porém, essa terceira etapa com o discurso em que Fidel Castro fez a declaração conhecida da filiação ideológica, que tornou inadmissível qualquer espécie de gestão baseada na Declaração de Santiago como alguma coisa a que ele pudesse retornar. Nosso esquema, podemos considerá-lo inutilizado. A importância do discurso não foi revelar coisa alguma, mas tornar impossível um esquema de ação diplomática, que tinha como pressuposto a volta a um tipo de eleições livres. Isso ocorreu às vésperas da reunião de 4 de dezembro. Nós, que tínhamos um pequeno projeto articulado com a Argentina e Chile, visando a protelação da reunião para dar tempo às gestões em torno da violência, tomamos a decisão de não apresentar projeto algum e saímos pela porta da abstenção.

Devo fazer um parêntese, para tratar da questão dos outros países sul-americanos. Durante a viagem a Buenos Aires, nossa impressão foi a de que a posição argentina, coincidente com a nossa, se fortaleceu muito, porque

é de pleno agrado do presidente Frondizi, que só tem dificuldade em sustentá-la em virtude da opinião dos meios militares, muito mais dividida entre direita e esquerda do que aqui. O fato de ter tido aquele entendimento conosco tornou-se, nas mãos dele, um fator de fortalecimento. De lá para cá, embora continuássemos reticentes a respeito da durabilidade da posição argentina, não temos fatos concretos a apontar de enfraquecimento. Quanto ao Chile, o embaixador Vale compareceu, logo depois da reunião de Buenos Aires, àquele país e teve uma conversa muito produtiva com o chanceler Martinez Soto Mayor. Encontrou-o nessa mesma disposição e todas as atitudes do Chile têm sido firmes na nossa linha. A do México tem sido uma linha independente. Apenas temos tido oportunidade de verificar coincidência. O voto do Uruguai a favor da reunião de consulta foi explicado como voto contra instruções recebidas da chancelaria. A Bolívia tem a mesma posição, com boa opinião pública de esquerda para sustentá-la. O Equador é que considero de todos, nesse momento, o mais duvidoso, porque o governo é extremamente instável, marcado por uma linha oportunista, procurando tomar o contrapé da posição do governo Velasco Ibarra e, segundo informações, o atual chanceler equatoriano teria tido várias iniciativas junto ao ex-presidente da República em favor de um rompimento com Cuba. Todo esse grupo votou pela abstenção, com exceção do México, que votou contra e, portanto, marcou bem uma linha de atitude contrária à reunião de consulta.

Nos Estados Unidos, a reação a essa atitude não é simpática. O embaixador Gordon é um embaixador de excepcional valor, um intelectual, um homem preocupado em fazer a diplomacia da boa vontade, o que tem aspectos positivos e negativos. Um dos negativos é que ele nos oculta, um pouco, as reações hostis nos meios americanos a atitudes nossas. Muito delicadamente, ele insinuou que as nossas consultas reiteradas com a Argentina, Chile e outros países da América tinham sido vistas, no Departamento de Estado, como um esforço da nossa chancelaria para sabotar a consulta. A verdade é que, até agora, a reação norte-americana à nossa atitude consistiu em duas notas, ambas de forte apoio à proposta colombiana e ambas replicadas por nós com outras notas, mostrando com clareza que a proposta colombiana é inaceitável.

Chegamos ao momento atual: reunião marcada para o dia 22 de janeiro, em Montevideú, e nosso plano, elaborado há tempos na Casa das Pedras, fora de uso. Trata-se agora de fixarmos uma linha de conduta e a impressão é que temos que fixá-la: primeiro, sob a forma de uma filosofia interna, para motivação da nossa própria conduta; segundo, sob a forma de medidas táticas a serem adotadas na consulta. É sobre isso que eu gostaria que a Comissão de Planejamento, integrada pelo grupo de trabalho organizado para a consulta, meditasse, em regime de reuniões intensivas, para que pudéssemos chegar coletivamente a uma definição muito clara. Se chegarmos a isso, levaria essa definição ao gabinete numa de suas reuniões, sob a forma de um papel, a ser submetido naturalmente ao presidente da República e ao primeiro-ministro e, afinal, à aprovação do gabinete. Daí por diante correríamos os riscos de execução.

Vou dizer o que tenho pensado sobre o assunto. Penso que a reunião de consulta contém vários perigos. O primeiro, reside em ter sido convocada com base no Tratado do Rio de Janeiro, o que significa, em última análise, para deliberar sobre sanções. Já vamos para ela com 13 Estados americanos de relações rompidas com Cuba e com grande propabilidade de que o Equador seja o 14º. Vamos com maioria de 2/3 já constituída para tornar obrigatórias as decisões. É evidente que um país como o Brasil, como a Argentina, como o Chile, como o México, não podem [*sic*] ir para essa reunião apenas para assistirem a uma deliberação já tomada e se vincularem a ela por uma norma jurídica, sem terem tido nenhuma possibilidade de rediscuti-la. O segundo risco prende-se a uma preliminar que já envolve todo o mérito da questão. É a distinção que temos de fazer entre compromisso e aspiração, dentro do sistema interamericano. Todo o sistema se tem desenvolvido no sentido de que há compromissos definidos em tratados e aspirações definidas em declarações. Tem-se admitido como um desenvolvimento do direito internacional regional que, em geral, as aspirações são as formas prévias, ou ainda, um período de germinação de futuros compromissos e que o sistema vai evoluindo à medida que transforma aspirações em compromissos. Os princípios de não-intervenção e de autodeterminação estão na área dos compromissos e não são apenas de obrigatoriedade regional, pois pertencem ao direito internacional público mundial. A fidelidade do regime democrático representativo está na área das aspirações.

Não acredito que a Resolução 93 tenha mudado isso. É uma resolução difícil de interpretar juridicamente e a Declaração de Santiago, que lhe é posterior, reafirmou que eram mero anelo os princípios que ali se enunciavam e qualificou-se a si própria de instrumento de opinião pública de ação educativa sobre os povos do hemisfério.

Que acontece quando um país latino-americano rompe um compromisso da organização? Essa ruptura leva à aplicação de uma sanção. Se a ruptura gera agressão ou perigo de agressão é nos quadros do Tratado do Rio de Janeiro que se vai encontrar a sanção. Se não, é noutro texto qualquer.

E que acontece se um país se evade das aspirações comuns definidas no artigo 5º da Carta ou na Declaração de Santiago? É o caso cubano. Devemos raciocinar sobre ele como um exemplo, porque não estamos livres de que, nos próximos anos, outros países americanos se tornem socialistas. As condições não parecem tão tranqüilas que não possamos assistir a movimento similar em outros países. Estamos tomando Cuba como caso experimental. O que se decidir será para todos.

A primeira hipótese seria a de que – quando um país latino se tornasse ou se declarasse comunista, com risco para a unidade democrática do hemisfério – o remédio fosse derrubar o governo pela força. Se isso fosse verdade, não haveria diferença entre aspiração e compromisso. A esse argumento jurídico, acrescentem-se os políticos: a perda da autoridade moral do sistema interamericano, a conversão automática do sistema regional independente numa área de satélites, a impossibilidade de pensar em desenvolver a sério o sistema interamericano. Também o rompimento de relação não se justifica, num momento em que o Brasil reata relações com países socialistas, em que outros países mantêm relações.

A idéia, que no momento nos tem parecido mais digna de estudo, seria esta:

A OEA é uma organização regional da qual não fazem necessariamente parte todos os Estados deste hemisfério pelo simples fato da localização geográfica. Há outras condições para o *membership*. Aí está o Canadá, aí está a FIO, que ainda não pertencem, e outros países poderiam não pertencer. Essa organização é baseada nos compromissos e nas aspi-

rações. Os compromissos são o que nenhum país pode deixar de cumprir. A Carta, no artigo 5º, indica as finalidades associativas e, graças a esse fato, tem-se admitido formas de cooperação entre os países da OEA que são particularmente difíceis de admitir entre países que visam a finalidades sociais e econômicas diversas. É compreensível que entre o Brasil e a União Soviética haja um regime de troca de relações comerciais, mas esse regime é comutativo: o que se dá é o que se recebe. Ao passo que, dentro do sistema interamericano, se tem admitido que os Estados mais desenvolvidos dêem mais do que recebem em benefício do fortalecimento de características sociais e econômicas que pertencem às finalidades do sistema. Um país que renuncie a tais finalidades, declarando-se comunista e adotando um padrão antidemocrático de governo e economia não pode, certamente, ter o seu governo derrubado pela força. Não pode, tampouco, ser condenado ao isolamento diplomático através do rompimento de relações. Mas há uma especulação a fazer sobre o modo pelo qual repercute essa atitude na organização, sobretudo quanto à participação em direitos e vantagens que são o resultado da procura comum de um nível democrático de vida e de governo. Temos de admitir que possa haver um país socialista na América. A idéia de que o aparecimento de um Estado socialista envolve uma ação militar ou bloqueio econômico para descartá-lo é insustentável, inclusive praticamente, em face da composição interna da opinião pública de todos os países americanos.

Mas a idéia de viver na América, como país, talvez envolva uma outra conseqüência que não pode passar despercebida: é que qualquer relação que esse país viesse a estabelecer com o bloco soviético criaria uma latência de perigo militar. Assim, a presença de um enclave socialista num hemisfério de países todos eles fortemente unidos por pactos defensivos de base democrática, geraria a necessidade da neutralização. E aí vem o paralelo com a Finlândia, que foi feito na primeira fase de nossos estudos na Casa das Pedras.

Se no mundo socialista se admite um enclave democrático, como é a Finlândia, ao preço da neutralização, não parece fora de propósito admitir que também no mundo democrático possa haver um enclave socialista protegido pela neutralização. Essa neutralização não vai sem muitas difi-

culdades. Do ponto de vista soviético, acho que não há interesse em manter compromisso militar com Cuba. Aceita-se a neutralização e considera-se o melhor dos negócios essa ponta de lança socialista dentro do mundo ocidental. Do ponto de vista cubano, acho que não haverá grandes dificuldades, embora prefira dizer alguma coisa mais adiante. Sob o ponto de vista americano, há o problema de que a neutralização pode envolver a base de Guantánamo. Talvez através de um acordo construtivo se pudesse achar uma solução parecida com a de Bizerta, de retirada gradual.

O embaixador Olivares, quando esteve aqui, teve uma conversa da qual esperávamos alguma coisa que tivesse a nos dizer ou propor, mas evidenciou-se que o seu propósito era ver como estávamos em relação à consulta. Daqui, foi ao presidente João Goulart e, no dia seguinte, ao ministro Tancredo Neves e, de ambos, ouviu a mesma coisa: que o Brasil era inflexível na questão do princípio de não-intervenção, que não tergiversaríamos em defender o sistema interamericano. Quanto à maneira em que essa atitude se converteria em ação diplomática, teriam que ouvir o Ministério das Relações Exteriores. Nem o presidente da República, nem o primeiro-ministro deram uma palavra além disso. Na volta, Olivares manifestou simpatia pela idéia da neutralização.

Ao embaixador Gordon dei uma idéia geral desse esquema. O embaixador ficou também impressionado pela idéia, mas não se sentiu habilitado a discutir nada aqui. Insiste no convite para que eu vá a Washington conversar com o secretário Rusk. É um ponto que deixo entregue à especulação desse grupo.

Chegou há dois dias o embaixador Goodwin. Vou conversar com ele hoje e parece ser seu desejo tratar da consulta.

Temos, agora, o problema da linha a seguir na consulta. Nesta altura, devo dizer que já há sinais de que o ponto de vista americano não é favorável à aprovação da proposta colombiana, mas de um documento de caráter cominatório que permita, depois de passado algum tempo, verificar através de uma comissão a conduta do governo cubano e aplicar as sanções.

Outro lado importante é que parece que a idéia de invasão pelos países vizinhos tem declinado nas últimas semanas. Não se acentuam os

sinais de preparo militar e o que parece estar sendo esperado é a revolução interna. Pode perfeitamente suceder que a consulta se reúna com essa revolução interna iniciada, o que modificará todos os raciocínios feitos até aqui. Poderíamos seguir o seguinte método de trabalho:

- 1º fazer uma revisão dessa filosofia, que em linhas gerais recapitulei;
- 2º examinar a consulta considerando:
 - a) a hipótese da consulta se reunir sem que haja movimento revolucionário nenhum desencadeado e
 - b) a hipótese de que, ao começar a consulta, já exista um movimento revolucionário desencadeado. Para cada uma dessas hipóteses devemos ter pelo menos uma solução tática flexível e aceitável.

Outro ponto é o de verificar se há ou não conveniência de procedermos a consultas em torno dessas sugestões práticas.

Subsecretário Renato Archer – Parece que a consulta deveria ser precedida de uma condenação formal. O Brasil, antes de se declarar contrário, procurar fazer o que estão fazendo os outros, daria a impressão de que estamos querendo dividir responsabilidades.

Ministro Carlos Duarte – Desejaria que o deputado Renato Archer prestasse um esclarecimento. O pronunciamento deve ser feito agora, ou durante a reunião?

Subsecretário Renato Archer – Isso marcaria um tipo de comportamento que valoriza o Brasil. No governo Jânio Quadros, os pronunciamentos eram feitos antes de qualquer consulta. Esses pronunciamentos fortaleceram o Brasil, que tinha uma posição firme e própria a respeito dos assuntos. Ele poderá conversar na base de uma posição que já tem. Se tentarmos dividir com os outros Estados a responsabilidade, nos enfraqueceremos.

Embaixador Dias Carneiro – Gostaria de duas palavras sobre uma pergunta de caráter jurídico: até que ponto compromissos e aspirações, quando estão num mesmo tratado, são diversos conceitualmente?

Ministro de Estado – Algumas vezes a distinção é muito fácil, outras não. Depende da maneira por que o assunto está formulado. Por exemplo, na Declaração de Santiago está enunciado com clareza que se trata de aspiração. No Tratado do Rio de Janeiro é compromisso. Dentro da Carta da OEA a dúvida é um pouco maior. Há casos nítidos e casos em que há dúvida.

*

DOCUMENTO 23

II Registro da reunião da comissão de planejamento sobre assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA
Em 27 de dezembro de 1961.

Ministro Maury Valente – Como tenho uma certa dificuldade de expressão oral, respondi ao seu mandato de ontem redigindo umas notas que peço licença para ler. Como sugestão final, o fim do ano oferece uma boa ocasião para um discurso panorâmico de revisão da posição tomada pelo Brasil em relação aos diferentes problemas. Acho que este governo sairá com uma boa média. (Lê.)

Ministro de Estado – Acho que, em vez de tratar o problema cubano como um problema isolado, lucraríamos em inscrevê-lo no quadro geral de nossa tomada de posição em relação a vários problemas. Temos um problema com a França, com a África Portuguesa, Mercado Comum, e o problema cubano teria que ser tratado por integração nesses problemas. O segundo ponto a retirar é a idéia final. É mais uma relação do governo com a opinião pública do que relação de governo a governo.

Embaixador Gibson – Acho muito dignas da maior consideração as ponderações do ministro Maury. Acho mesmo que deu uma boa contribuição para a consideração da comissão. Queria, porém, pedir licença para recuar um pouco no tempo, em relação ao problema cubano, depois de ter meditado sobre sua exposição completa de ontem e lembrar o que está presente a todos nós, mas talvez não seja sempre lembrado. Passamos por duas fases essenciais no problema cubano: a primeira chamaria de mais construtiva e afirmativa; e a segunda, em que estamos agora, fase negativa e evasiva. Em conclusão, proporia que procurássemos conseguir ou fundir esta segunda fase com a primeira, ou a volta para a primeira.

Quando começou, o problema cubano era bilateral, entre Cuba e Estados Unidos. Não resta dúvida a esse respeito e nós mesmos, no Brasil, no princípio da questão, procuramos localizá-lo assim, por acharmos que

era talvez o melhor *approachment* para que se encontrasse uma solução afirmativa e construtiva do problema. Os Estados Unidos sempre reagiram e procuraram dar ao problema tratamento continental. Na verdade, ele se tornou um problema continental menos por culpa de Cuba do que por influência dos Estados Unidos. Depois do fracasso da tentativa de invasão, os Estados Unidos entenderam claramente que a única maneira de tratar o problema era continental e, daí em diante, por coincidência curiosa, começaram a ver flexão entre vários países da América e Cuba.

Ao tornar-se continental, transformou-se – para cada país, que não os Estados Unidos – num problema de tática diplomática. Hoje estamos à procura não de solução para o problema cubano, mas de solução para a ameaça de crise no sistema interamericano, o que é negativo. É importantíssimo, mas é negativo. Na melhor das hipóteses, se prosseguirmos nessa linha de raciocínio, encontraremos uma maneira de salvar o sistema e, ao mesmo tempo, de sairmos airosamente, nós, brasileiros, de uma situação que é de minoria para nós. Isso é um “ótimo” negativo, porque o “ótimo” verdadeiro é a solução para o problema cubano.

Se nós procurarmos esquecer esse ofuscamento em que estamos agora, com esses dois problemas de magnitude inegável – a situação diplomática na América e, diante da opinião pública, a ameaça que paira sobre o sistema americano –, pergunto se não devíamos procurar pôr óculos escuros contra esses dois sóis e voltar a procurar a solução para o problema cubano, que talvez acabasse por dar a chave para os dois problemas. Não garanto que a resposta seja afirmativa, mas vale a tentativa. Uma vantagem haveria pelo menos: daria o tônus da nossa seriedade em relação ao assunto. Ouso até dizer que, na fase atual, seria novidade. Aquilo que foi tão comum até o mês de junho ou julho, agora seria novidade: um país da América que procurasse solução realmente para o problema cubano, quando o que se está procurando é solução para o sistema.

Ministro de Estado – Qual era a solução em junho ou julho?

Embaixador Gibson – A nossa linha girava em torno da viabilidade da aceitação de bons ofícios por parte dos Estados Unidos, a serem oferecidos

por três países. Não era um bom plano. A mim sempre pareceu que, neste assunto, o máximo de discrição e de modéstia devia presidir a ação de qualquer país que se aproximasse dos Estados Unidos para procurar a aceitação, por parte daquele país, de entendimento com Cuba, uma vez que o problema se colocava em Washington e não em Havana. Foi sempre o governo americano que teve uma atitude de intransigência em relação ao tratamento do problema. Até a fase da invasão, embora as agressões houvessem partido de Washington, esta era mais intratável que Havana.

O que me parecia é que um país como o Brasil poderia ter, naquela ocasião, apresentado uma idéia aos Estados Unidos em relação ao problema, que convencesse aquele país de seu interesse de resolver o problema naqueles termos. Para isso, era preciso que o Brasil se omitisse completamente de qualquer espécie de publicidade (fosse uma OPA ao contrário), em que quiséssemos realmente uma solução para o problema cubano. Isto, por uma razão muito simples. Jamais o Departamento de Estado aceitaria afrontar a opinião pública com a confissão de que tinha sido levado pela mão da diplomacia brasileira, mexicana ou argentina. A idéia tinha que sair dos Estados Unidos, tinha que ser uma generosidade dos Estados Unidos. Em torno disso surgiu a ação do Equador, México e Argentina, que já estragou um pouco a história. Eram três países, um deles o Equador, país sem seriedade, por que tem sempre em mente o conflito do Peru e tratava-se de um jogo de prestígio. O México não aceitava muito. A Colômbia se mostrava simpática. A Argentina, desde logo o Brasil trouxe. Depois veio o Chile. Havia a possibilidade de se tratar o problema nessa ocasião. Chegou a pensar-se em detalhes. Tivemos conversas sobre isso até em detalhes, como seriam as negociações entre Cuba e os Estados Unidos em relação às propriedades expropriadas, se deixariam isso para um sistema que recairia dentro do Pacto de Bogotá...

Não sou otimista em relação a qualquer sucesso de uma conduta nesta linha, mas parece que não teríamos muito a perder se pensássemos na possibilidade de termos – nós, talvez, sozinhos, agora – uma conversa com os Estados Unidos sobre isso. Não acho uma idéia para se descartar sem um exame. Não estou apaixonado por ela.

Misnsitro de Estado – É um pouco ultrapassada pelos acontecimentos, porque, na fase em que se imaginou, tudo parecia girar em torno de uma reabsorção possível, como se os problemas fossem de indenização por expropriação de forma confiscatória, ausência de certas garantias a direitos privados. Agora, tudo indica que o problema é extra-hemisfério e a posição tomada por Fidel Castro como que se ajustou a essa interpretação americana dos acontecimentos. Na essência da sua idéia há dois pontos que me impressionaram. Acha que estamos passando para uma atitude evasiva. Que entende por isso? Fugindo ao problema cubano significa evadir-se do problema cubano para passar para o hemisfério, ou evadir-se de responsabilidade no problema?

Embaixador Gibson - Evadir-se em dois sentidos. Evasão porque não estamos mais procurando solução para o problema, porque achamos que está ultrapassada a fase de solução para o problema. E, também, no sentido de que procuramos uma posição que seja a menos desfavorável para nós, na minoria em que nos encontramos dentro da organização, aí no sentido particular do Brasil. Para concluir, sei bem que tudo que aconteceu, de uns quatro meses para cá e culminou com o discurso de Fidel Castro, afastou quase irreparavelmente uma solução do problema nos termos em que verdadeiramente para mim se coloca. Para mim, se coloca em termos bilaterais: Estados Unidos – Cuba. É possível que não seja mais factível fazer essa colocação. Na sua essência, está colocada assim para a opinião pública do continente. É muito difícil convencer o homem de rua de que o problema não é com os Estados Unidos e sim com o hemisfério. Se os Estados Unidos conseguissem um termo de tratamento com Cuba, não haveria mais o problema no hemisfério.

Embaixador Henrique Valle – A colocação do problema evoluiu de uma flexão para a implantação do regime comunista dentro do hemisfério. Agora está colocado assim na reunião de consulta. Aproveito para dizer que os Estados Unidos apresentaram um memorando dizendo que não seria contemplada nessa reunião a ruptura de relações e acabamos de receber da

embaixada em Bogotá a proposta americana mandando romper relações dentro de 30 dias, se o Conselho da OEA, depois de passada essa resolução, não disser que voltou ao sistema, deixou de ter relações de tais tipos com o bloco soviético, etc., e, ao lado, uma outra proposta de vários outros países mandando romper relações imediatamente.

Embaixador Araújo Castro – Vou tentar resumir minhas impressões. Compreendo perfeitamente o sentido de frustração do embaixador Gibson. Nós, a esta altura, já não estamos preocupados com a solução do problema cubano, mas com a solução para o problema interamericano e, mais especificamente, com uma solução diplomática brasileira, não somente no sentido do que interessa a diplomacia brasileira, mas como vamos justificá-la perante a opinião pública, que está, neste caso, dividida. O assunto está se extremado e, em janeiro, o assunto cubano será o grande assunto da política brasileira. É, sobretudo, impressionante verificar no Brasil o problema da pressão das esquerdas. A impressão que se tem é que estão mobilizados em torno do problema cubano. Os outros assuntos são secundários. No caso de Goa, por exemplo, a reação foi nula. Mesmo nossa abstenção no caso da Argélia passou despercebida, o que prova a mobilização da opinião pública, seja no Parlamento, seja na imprensa, em torno da questão cubana.

Tenho a impressão, talvez seja uma reação pessoal, mas me inclinaria mais por uma linha de colocar o problema cubano dentro do panorama diplomático brasileiro, de maneira a justificar nossa posição. A evasiva é inviável. A situação hoje não é a do ano passado. Houve uma invasão, houve a posição americana, que todos sabem que acabarão com Fidel Castro.

Ministro de Estado – Disse-me o embaixador Goodwin que só acredita na revolução interna dentro de seis meses.

Embaixador Araújo Castro – A opinião pública foi envenenada pelo próprio Departamento de Estado. O departamento acha que está prisio-

neiro dos grupos de pressão que ele mesmo ajudou a criar. [H]á modificação da posição americana em relação à Rússia; há, pelos menos, um jogo de política de poder em relação a Cuba; o problema é ideológico e mais grave. Por outro lado, sabemos a importância da semântica na vida política americana. Eles têm horror à palavra revolução. Sendo um país altamente coletivizado, têm horror à palavra socialismo. O fato de Fidel Castro ter-se caracterizado como um regime marxista-leninista, isso nos Estados Unidos tem uma relação fundamental. A meu ver, qualquer possibilidade de atenuação da posição americana em relação ao problema cubano, não vejo possibilidade. Não havendo possibilidade de atenuação, dos Estados Unidos assumirem o compromisso de não-emprego da violência, qualquer mediação nossa seria infrutífera, suspeita, e nos colocaria numa posição em que ficaríamos à mercê de um dos dois grupos: ou dos Estados Unidos ou de Fidel Castro. A meu ver, a declaração dele, formulada dia 3, é uma tentativa desesperada para colocar o problema cubano como um problema de Guerra Fria, problema leste-oeste. Não que não tenha fé ilimitada [*sic*] no que a Rússia vai fazer, mas não tem alternativa. Acha que a posição americana caminha no sentido da invasão e não [*sic*] confiança ilimitada nos esforços do Brasil, do México, da Argentina, tanto em relação à sua força, quanto em relação à solidez. Acha que devem colocar o problema como Guerra Fria. Diante dessa possibilidade mínima de mediação, teríamos que pensar na posição brasileira. Acho que não podemos ter uma atitude evasiva. Devemos ter uma atitude firme e definida previamente. Ir com uma posição tomada. Não tentaria agora nem uma nova tentativa de reaproximação de Cuba e Estados Unidos, nem mesmo sondagens, e nem tentaria uma grande articulação diplomática contra o projeto. Manifestaria que era contra e votaria contra. Não assumiria, propriamente a responsabilidade total pela solução do problema cubano, nem pelo futuro do sistema interamericano, num caso que me parece perdido. Acho que esse caso vai se resolver mal para o pan-americanismo.

Ministro de Estado – Acha que o sistema interamericano está liquidado?

Embaixador Araújo Castro – Acho que sim. Tomemos uma posição firme. Declaremos isso aos países que nos acompanharam, sem influenciar a ponto de parecer cabala. Dissociaríamos a ação da diplomacia brasileira da diplomacia cubana. Não teríamos contatos com eles, porque não vejo possibilidade de mediação. Nesse sentido, se fossemos coerentes até o dia, creio que poderíamos enfrentar calmamente a tempestade. Se isso fosse resolvido, cumpriríamos as determinações, porque, do contrário, seria sair do Tratado do Rio de Janeiro.

Poder-se-ia pensar num pronunciamento no sentido de procurar conceituar o sentido da independência da diplomacia do Brasil à guisa de princípios gerais de ação; poderíamos aproveitar um pouco a questão colonial, de modo a mostrar que a diplomacia brasileira está independente de todos os lados. No fundo, não seria o momento de concentrarmos a posição brasileira diante do problema. Se tentarmos conciliar e ajustar a posição, vamos ficar numa indecisão que poderá criar um ataque de um dos dois lados. Um ataque dirigido pelo Departamento de Estado contra o Brasil terá efeitos internos muito grandes.

Se, desde já, definirmos que o Brasil é contra a aplicação de sanções, contra o rompimento, se for votado contra nós, cumpriremos, mas ficaremos numa posição muito segura. Se entrarmos numa tentativa de mediação, vamos nos desgastar, ficar oscilantes até o último momento e podemos, depois, ser atingidos pelos dois lados.

Ministro de Estado – O problema é o seguinte. Acho que na hora em que começarmos a tomar uma atitude pública e a darmos a essa atitude pública toda firmeza e clareza, há duas ou três questões sobre as quais não poderemos deixar de nos pronunciar.

Uma delas é sobre a questão da existência do regime socialista, claramente ligada ao bloco soviético, dentro do hemisfério. Porque nós dizermos que somos contra a aplicação de sanções, ruptura de relações, a favor da manutenção do *status quo*, é uma posição que, por mais que ganhe em matéria de perseverança, em matéria de clareza e de firmeza, abre um flanco muito grande a interrogações que não poderão ficar sem resposta. A

opinião pública brasileira está, toda ela, convergente para o exame do problema e não nos deixará de colocar essas questões: São contra a ruptura de relações, mas o que acham? Quanto mais marxista ou leninista melhor? Até que ponto, além da manifestação contra, temos que dar a explicação...

Embaixador Araújo Castro – Tenho a impressão de que era essencial chegarmos a uma posição sobre o que vamos fazer e anunciá-lo na medida do possível. A ênfase foi contra o pensamento de que ainda é possível uma ação diplomática. O lado contra talvez tenha exagerado. Não estou longe de pensar que Cuba é realmente um perigo. Minha ênfase é sobre a inviabilidade de uma ação mediadora e sobre o excesso de gestões de nossa parte.

Ministro de Estado – Acha que, na clareza da afirmação, desde já devemos também dizer o que pensamos de um país comunista no hemisfério?

Embaixador Araújo Castro – Sim.

Embaixador Henrique Valle – Esclarecer a posição, fazê-la bem clara. Acharíamos, como primeira tentativa, a neutralização. Aceitar um país socialista dentro do continente e fora do sistema, do contrário tem um flanco aberto.

Ministro de Estado – Estamos na hora de escolher os nossos inimigos. Estou me referindo aos inimigos internos. Por meio de três ou quatro tomadas de atitude, dizer de quem é que queremos receber pedradas.

Ministro Maury Valente – Seria favorável ao Brasil assegurar uma fórmula de declarar, desde já, que Cuba está fora do sistema interamericano porque se desligou das aspirações.

Embaixador Valle – As conseqüências mesmas da não-intervenção nos levam a admiti-la dentro do continente, mas fora do sistema.

Ministro de Estado – Uma coisa é o Brasil ir para uma conferência disposto a cumprir o que for deliberado. Outra é ir a uma conferência onde não há nada mais a deliberar, onde a proposta que acabou de ser lida está copatrocinada por 14 países e nosso papel é oferecer nossa chancela à aplicação do sistema.

Embaixador Gibson – Acho que preciso fazer um esclarecimento. Não quis dizer que nós devêssemos, por exemplo, iniciar um oferecimento de mediação para tratar do problema cubano. Nem tenho nenhum otimismo fantasista sobre a possibilidade de qualquer sucesso. O que me parece, para o que quis pedir a atenção, é que passamos da fase construtiva para a fase negativa. A verificação desse fato, quando disse de uma conversa brasileira este ano, estava pensando em termos de conversa sua com Rusk ou o embaixador aqui. Não no sentido de oferecer mediação ou insinuar isso, mas que a palavra deve ser dita também aos Estados Unidos. Isso imprime seriedade à posição brasileira e cobre, numa certa área de repercussão, nossa atitude. Porque o que vai ser resolvido não vai apresentar uma solução ao problema cubano.

Ministro de Estado – O embaixador Gibson gostaria de tornar claro que, se a proposta fosse aprovada, no dia seguinte o problema cubano era o mesmo. A única coisa que poderíamos pensar é que a resolução teria tido como finalidade colocar Cuba mais fora da defesa e mais em defesa de uma outra ação.

Embaixador Valle – É o primeiro passo para coonestar uma ação coletiva. Uma vez rompidas as relações, o segundo passo seria muito mais fácil.

Embaixador Gibson – Chegaremos a uma tal situação, em que todos os elementos construtivos e afirmativos devem ser juntados e esse me parece que é um deles. Chegaremos a um momento de explicação total da nossa posição, porque a intervenção militar não resolve o problema cubano.

Ministro de Estado – A intervenção militar resolve no sentido de que será de grande poder destrutivo, envolverá a queda de um governo, a destruição de uma grande quantidade de partidários; uma mortandade sempre abre caminho para alguma coisa. Abriria novos problemas porque massacrar Cuba e pôr abaixo o governo pela força criaria, nos outros países americanos, reações de ordem interna inteiramente incuráveis. A luta política interna de cada país ficará marcada exclusivamente por isso. Do ponto de vista comunista, é a criação da cisão e a transformação da luta política do hemisfério em luta ideológica.

Embaixador Araújo Castro – O comunismo na América Latina nunca teve um tema continental. E assim ele encontraria um tema continental. Estão muito mais interessados na penetração gradual e metódica do que em penetração em Cuba, onde sabem que o problema não pode durar.

Ministro Maury Valente – O ideal seria que o sistema interamericano fosse preparado para aceitar a eventual existência de uma Finlândia no hemisfério.

Embaixador Dias Carneiro – Tenho duas observações: 1) Não podemos voltar atrás em relação a Cuba, principalmente quanto à não-intervenção e autodeterminação. Isso parece inteiramente impossível. 2) Devemos reconhecer que há o perigo cubano. 3) Devemos dar pré-aviso aos americanos. 4) Devemos tomar, na reunião de consulta, uma posição afirmativa, drástica de condenação à proposta colombiana. 5) Repúdio total, que já existe, à posição pré-fabricada. 6) Essas posições são posições viáveis antes da revolução cubana ou no caso da revolução ser vitoriosa. No caso de revolução, o caso se modifica e talvez mude. Resumindo: inviabilidade da volta atrás da posição tomada; reconhecimento do problema cubano; necessidade de pré-aviso; a posição que tomaríamos seria a de condenação da proposta colombiana e do repúdio à solução adrede preparada para essa conferência; necessidade de neutralização de Cuba, que poderá ser feita pela identificação do *membership* de Cuba no sistema interamericano.

Ministro de Estado – Quanto ao problema do pré-aviso aos Estados Unidos tenho a impressão que o que mais poderá deteriorar as relações será a ausência desse pré-aviso, irmos de surpresa.

Embaixador Dias Carneiro – O fato de não ir a Washington também e a falta de pré-aviso, seria atitude hostil.

Embaixador Araújo Castro – Uma articulação diplomática intensa nos dias anteriores à conferência envenenaria as relações.

Embaixador Gibson – Nessa linha nós já estamos.

Ministro Carlos Duarte – Queria me referir ao aspecto prático da questão, diante dos fatos que confrontamos. Tanto quanto soube, não houve até agora um diálogo franco, em termos objetivos e práticos, com os norte-americanos e colombianos, que são os promotores da reunião e dessa resolução. Agora, nos chega às mãos esse projeto americano. Não devemos esquecer que, queiramos ou não, seremos conformados com esses projetos de resolução, em Punta del Este, que serão votados. Pergunto se não seria uma atitude mais tática, em vez de ignorarmos, procurarmos conversar com os colombianos e americanos em termos objetivos, dizendo que não podíamos aprovar por essa ou aquela razão.

Ministro de Estado – Isso nos leva a acabar concordando com alguma coisa.

Ministro Carlos Duarte – A própria Argentina, num memorando que nos chegou às mãos, apresentado por Frondizi aos canadenses, tem uma série de sugestões.

Embaixador Henrique Valle – Pergunto se não poderia falar com Goodwin, que vai almoçar comigo agora, se não poderia perguntar se tem conhecimento desse memorando.

Embaixador Gibson – Há um consenso geral quanto à conveniência de cumprirmos as resoluções que forem adotadas?

Ministro de Estado – Faço uma distinção.

Embaixador Henrique Valle – Não cumprindo, o sistema interamericano acaba *de jure*.

Ministro de Estado – Faço uma distinção entre o caso de irmos a uma consulta em que se delibera e se chega a uma conclusão, em que somos voto vencido, ou ir a uma conferência já pré-fabricada. O Tratado do Rio de Janeiro só admite a regra de 2/3 para o caso da agressão desencadeada ou iminente. O simples fato de se vir com uma resolução de que, daí a 30 dias..., prova que estamos usando mal o tratado.

Embaixador Gibson – Não digo que devemos descumprir, mas preliminarmente acho que não devemos imprimir, nas conversas com os Estados Unidos, a convicção de que vamos cumprir o que for aprovado. Devemos dar a maior dúvida a esse respeito.

Ministro de Estado – De qualquer forma, devemos guardar a idéia de que temos que ressaltar a posição de maneira mais dramática.

Embaixador Araújo Castro – Está chegando o momento em que, ou internamente, ou na declaração na Conferência de Chanceleres, devemos usar palavras um tanto duras com Fidel Castro. Acho que não poderemos mais ignorar a caracterização como regime comunista e, talvez, o momento seja este, em que estamos tomando posição contra violência em relação a Cuba.

Embaixador Leão de Moura – Estou de acordo com o consenso geral sobre a posição que deve assumir o Brasil. Preocupava-me muito o aviso prévio. Isso o senhor já assentou. Acho indispensável, para que não seja elemento de surpresa. Quanto ao ponto levantado agora pelo embaixador

Araújo Castro, sobre o nosso pronunciamento em relação a Fidel Castro, deve haver afirmação mais categórica.

Embaixador Henrique Valle – Queria voltar ao que disse o ministro Maury Valente com relação ao pronunciamento sobre política externa. Não digo necessariamente que fosse feito pelo ministro do Exterior. Talvez pelo presidente do Conselho. Está faltando, inclusive, um pronunciamento do primeiro-ministro sobre este assunto.

Ministro de Estado – Estou certo de que o primeiro-ministro aceitará essa sugestão e fará um discurso, mas nossa linha de conduta tem sido de atrair sobre nós os problemas da política externa. O presidente do Conselho já tem sobre os ombros um grande problema, que é o de manter o governo. Não pode tomar posição. Não temos interesse em fazer com que faça uma declaração que diminua, de qualquer forma, a base de apoio político do gabinete. Agimos assim no caso do reatamento de relações. Conseguimos evitar que o criticismo suscitado pelo reatamento se propagasse ao gabinete. Foi uma coisa confinada. Houve proposta de moção de censura ao ministro do Exterior, mas, em nenhum minuto, ninguém se lembrou de pôr em causa a figura do primeiro-ministro e do gabinete em seu conjunto. Isso tem sua razão de ser, na hora em que estamos vivendo. Por outro lado, o presidente da República não pode fazer declarações nesse particular, saindo um pouco de sua limitação constitucional. Creio que eu mesmo tenho que fazer a declaração.

Embaixador Dias Carneiro – A esse respeito, o senhor falou numa frase que é conveniente saber de onde devêramos receber as pedradas. É conveniente receber muitas ou poucas pedradas?

Embaixador Henrique Valle – O melhor seria poucas pedradas, de um lado só.

Ministro de Estado – Nossa situação é delicada. Em relação à política externa brasileira, estamos mais ou menos assim: não temos restrições no

seio das Forças Armadas. Tenho conversado com o general Segadas Vianna, com o ministro da Marinha, com alguns almirantes e tenho ouvido também um pouco a Aeronáutica, através do brigadeiro Travassos e de dois ou três brigadeiros. O reatamento não produziu efeito negativo nas classes armadas. No seio do povo a política externa é bem aceita. Não é muito popular porque a do governo Quadros era mais. Hoje, falta à política externa um intérprete que tenha reputação muito afirmativa no país. O presidente João Goulart não responde pela política externa. O Tancredo Neves tem sido muito omissos na política externa. Em relação a mim, porque a posição do ministro do Exterior é muito limitada e também porque não sou muito esse tipo de homem público. Sou mais visto como homem de habilidades de posições que de extremar posições.

Ministro Maury Valente – Haveria algum interesse, para a fixação da posição, em caracterizar a crise do sistema interamericano? Dizer que o direito interamericano não é capaz de enfrentar a situação seria uma argumentação jurídica que talvez calasse bem.

Embaixador Araújo Castro – Nós não temos coragem do fracasso. A tendência geral do governo, por conveniência da política interna, é achar que determinada política tinha sido um sucesso, quando não tinha. Não acho inconveniente em dizer que estamos preocupados, que não vemos solução.

Ministro de Estado – Nossa vitória consistirá em irmos, pouco a pouco, abrindo mão desse sucesso perante a opinião pública, que foi a marca do governo Jânio Quadros e que sinto que, de vez em quando, nos impressiona. Porque às vezes esse sucesso corresponde a uma linha errada. Não é sempre o prêmio de uma boa política. O grande benefício que nos trouxe foi de *flatter* um pouco o amor-próprio.

Embaixador Araújo Castro – Não é importante como finalidade, mas como meio. Se houve um mínimo de apoio de opinião por um determinado tipo de política, não haveria apoio para realizar essa política.

Ministro de Estado – O que vamos ter necessidade de ver nesse caso da consulta é dar a impressão de uma grande firmeza. Não vamos fazer nada de hesitante, ainda que essa firmeza nos leve a arrostar uma diminuição de popularidade. É claro que isso tem um limite de segurança, abaixo do qual podemos ir a pique como governo, mas a marca tem que ser a da firmeza.

Dando um balanço nessa conversa, extrairia as seguintes idéias:

1. que devemos abdicar completamente da idéia de uma elaboração através de consultas. Temos que formar uma linha nossa e assentar essa linha com muita autoridade própria, moral e política;
2. que essa linha nossa não pode constituir surpresa nem para Cuba, nem para os Estados Unidos, nem para o Brasil. Daí, como consequência, não pode ficar sendo elaborada para ser lançada num determinado dia, mas precisa ser tornada clara e receber todo o impacto crítico que possa suscitar, até previamente.

Ministro Carlos Duarte – A minha intervenção foi justamente nesse sentido, de buscar uma linha de franqueza.

Ministro de Estado – Outro ponto é que nesse pronunciamento devemos, de preferência, procurar uma integral. Não devemos só dar nossa posição em relação a Cuba. Devemos situá-la no quadro geral da política externa brasileira e mostrar claramente que uma parte sugere outra.

Embaixador Araújo Castro – Nesse pronunciamento, que poderia ser uma entrevista a um jornal, não haveria necessidade de reforço especificamente ao projeto incluso, porque alguns desses projetos estão confiados por via diplomática. Mas uma definição do Brasil em Montevideu manterá o princípio de não-intervenção.

Ministro de Estado – Estou pensando num pronunciamento que fosse um pouco mais longe e que poderia conter a análise de tudo isso que se apresentou para essa consulta não é solução do problema. Acho essa tese

muito forte e não podemos, por conseguinte, dar o apoio da nossa autoridade a um certo número de medidas que não contêm, em si mesmas, nenhum desenlace, porque isso corre o risco de ser apenas uma etapa para depois vir outra coisa. Estaríamos caminhando para dar, à política americana, um tema ideológico continental, que sempre faltou à propaganda comunista. Não estamos fugindo a sancionar Fidel Castro violentamente. Não é que estejamos querendo servir-lhe de guarda-costas. O que estamos fazendo é saber que uma cirurgia mal feita naquele ponto vai abrir um problema novo, incurável e de grandes proporções.

Embaixador Araújo Castro – Uma coisa que teria de ser dita com muito cuidado é a idéia sobre o problema da política exterior. Realmente, os problemas são mais graves do que eram há um ano. Naquele tempo estávamos na fase da enunciação dos princípios e, agora, tudo é aplicação desses princípios. O governo Jânio Quadros não teve realmente um problema da política exterior, a não ser o caso do Santa Maria.

*

DOCUMENTO 24

Resumo das atividades da delegação do Brasil à XVI sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas

Em 28 de dezembro de 1961.

I. Introdução

O presente resumo das atividades da delegação do Brasil à XVI sessão da Assembléia Geral tem por objetivo fixar a posição do governo brasileiro diante dos principais itens da agenda através das declarações dos nossos representantes, da apresentação de propostas ou emendas, do apoio a propostas e emendas de outros países e, finalmente, do voto.

De maneira sucinta, é fixada a posição dos diversos blocos, diante de cada item. Pela leitura do resumo, verificar-se-á que a delegação do Brasil seguiu, diante de todas as questões, a linha de independência ditada pelos princípios da política exterior do governo brasileiro e pelos interesses nacionais.

O resumo se refere, também, às eleições do Brasil e de delegados brasileiros para comitês e cargos de relevo, o que resultou, em grande parte, da linha de independência com que atuou a delegação do Brasil.

II. A morte de Hammarskjöld e o apoio do Brasil à eleição do secretário-geral interino

A morte de Hammarskjöld provocou grave crise política, agravada pela tese soviética segundo a qual a função de secretário-geral deveria ser tripartida e exercida por representantes do bloco ocidental, do bloco soviético e do bloco neutralista. O governo brasileiro, em nota ao secretariado, prestou homenagem ao grande diplomata que foi Hammarskjöld e pediu a criação de uma comissão internacional de inquérito para examinar as circunstâncias de sua morte. A sugestão brasileira foi transformada em projeto de resolução aprovado unanimemente pela Assembléia Geral.

Em plenário, o chefe da delegação do Brasil se pronunciou contra a tese da tripartição das funções de secretário-geral e a favor da sua manu-

tenção, com todos os atributos de independência e de imparcialidade que lhe são conferidos pela Carta. Na mesma linha, formaram os países ocidentais, os latino-americanos e quase a totalidade dos afro-asiáticos.

O Brasil participou das negociações e reuniões que resultaram, no final, na indicação, pelo Conselho de Segurança, do embaixador U Thant para o cargo de secretário-geral interino. A Assembléia Geral aprovou a indicação por unanimidade.

III. Experiências nucleares e desarmamento

O senador Afonso Arinos, na Comissão Política, salientou que a cessação das experiências nucleares era altamente desejável, tanto do ponto de vista do relaxamento da tensão internacional, como do da saúde e do futuro de toda a humanidade e que devia ser obtida, imediatamente e por quaisquer meios, dentro ou fora das Nações Unidas. A delegação do Brasil estava disposta, por conseguinte, a apoiar todos os projetos de resolução tendentes a tal fim, sejam eles de origem ocidental, oriental ou não-comprometida.

Em consequência, a delegação do Brasil votou a favor:

- 1) de um projeto de origem escandinava que apelava solenemente para o governo da URSS, no sentido de se abster de explodir a anunciada bomba de 50 megatons (o que só recebeu oposição dos países comunistas e de Cuba e não impediu a Rússia de realizar a experiência);
- 2) de um projeto de origem indiana que expressava pesar pelo reinício das explosões nucleares, dirigia um apelo às potências nucleares no sentido de se absterem de novas explosões, pedia a tais Estados que concluíssem acordos sobre o assunto e (emenda brasileira) que expressava a confiança de que tais acordos fossem celebrados quanto antes, sob controle internacional apropriado (apesar do voto em contrário dos ocidentais e dos comunistas, o projeto obteve a necessária maioria na Assembléia);
- 3) de um projeto de origem britânica que salientava a necessidade urgente de um tratado geral para banir as experiências nucleares, sob

- controle internacional efetivo, e ao qual só se opuseram os países comunistas e Cuba;
- 4) de um projeto de origem africana, no sentido de “desnuclearizar” o continente africano, que foi adotado por 57 votos contra zero, com 42 abstenções. Grande parte dos países ocidentais e do grupo latino-americano se absteve.

O Brasil se absteve na votação de um projeto relativo à interdição do emprego das armas nucleares para fins de guerra, pois estimou que tal programa se enquadrava na questão do desarmamento e não no item relativo às experiências. Votaram contra as grandes potências ocidentais. O bloco soviético e os neutralistas votaram a favor.

O chefe da delegação do Brasil, no debate sobre desarmamento, declarou que o papel das Nações Unidas era o de fazer entender, às grandes potências, que o seu próprio interesse era desarmar, o que poderia ser realizado através de um tratado provido de todas as garantias necessárias, já que não existia confiança mútua.

Foi aprovada, por unanimidade, uma resolução urgindo os EUA e a URSS a pôr-se de acordo sobre a composição do órgão de negociação sobre desarmamento e iniciar imediatamente as conversações.

O Brasil votou a favor de um projeto sueco, visando à criação de um “clube” de nações que se comprometessem a não adquirir ou fabricar armas nucleares. Opuseram-se ao projeto algumas nações ocidentais. Votaram a favor soviéticos e neutralistas.

IV. Eleição do Brasil para o comitê do desarmamento

Depois de longas negociações entre as delegações dos Estados Unidos e da União Soviética, a Assembléia Geral elegeu o Brasil, por unanimidade, para integrar o comitê de desarmamento, composto de 18 países, sendo 5 membros da NATO, 5 membros do Pacto de Varsóvia e 8 países que não pertencem a nenhum destes blocos.

O Brasil, escolhido entre estes últimos, representa a América do Sul; e o México, a América Central. São os dois únicos países latino-americanos que foram eleitos para o referido comitê.

Para indicar a importância dos trabalhos do comitê de desarmamento, basta lembrar as repetidas declarações nesse sentido dos delegados soviéticos e norte-americanos e o fato de que, pela primeira vez, o comitê de desarmamento foi posto dentro da estrutura das Nações Unidas. Os últimos organismos negociadores do desarmamento foram criação dos governos interessados e não pertenciam à organização mundial.

Como membro do comitê de desarmamento, o Brasil terá a oportunidade de dar sua contribuição independente e construtiva à solução do problema mais grave do nosso tempo.

V. Continuação do Brasil no comitê sobre o espaço cósmico

Durante os trabalhos da XVI sessão da Assembléia, o comitê sobre o uso pacífico do espaço cósmico reuniu-se pela primeira vez em 1961. O Brasil participou do grupo de trabalho que redigiu o projeto de resolução que foi, em seguida, negociado com a delegação soviética e, finalmente, submetido à consideração da Assembléia por todos os países membros do comitê. A delegação do Brasil introduziu no projeto de resolução dispositivo segundo o qual a exploração do espaço cósmico deveria ser feita em benefício de toda a humanidade e os seus resultados deveriam ser distribuídos entre todos os países, independentemente do respectivo desenvolvimento econômico ou técnico. O projeto de resolução, do qual o Brasil foi um dos patrocinadores, teve aprovação unânime da Assembléia Geral e por ele se confirmou o mandato dos antigos membros do comitê sobre o espaço cósmico, ficando assegurada, assim, a participação do Brasil nos respectivos trabalhos.

No debate na primeira comissão, a delegação do Brasil realçou o seu desejo de não ver repetido com a exploração do espaço cósmico o que acontece com a exploração da energia atômica: enquanto os benefícios se concentram nas mãos de poucos países, os riscos e perigos se repartem entre todos eles.

VI. *Questão da Argélia*

Ao contrário das sessões anteriores da Assembléia, discutiu-se a questão da Argélia em ambiente de grande moderação, graças à atitude dos países mais diretamente interessados e ao progresso das negociações entre o governo francês e o FNL.

Embora reconhecendo o direito da Argélia à autodeterminação e à independência, dentro da integridade e unidade do território argelino, a delegação do Brasil absteve-se na votação do projeto de resolução apresentado por 33 países afro-asiáticos. As razões fundamentais da abstenção do Brasil foram duas:

- a) a referência ao governo provisório da República Argelina, o qual não é reconhecido pela quase totalidade dos membros da ONU;
- b) a referência aos princípios básicos já aceitos pela França – autodeterminação e independência dentro da unidade e integridade do território argelino – e a não-referência a garantias a serem concedidas à minoria européia numa Argélia soberana.

A Assembléia aprovou o projeto por 61 votos a favor, nenhum contra e 34 abstenções. Entre os latino-americanos, Bolívia e a Venezuela votaram a favor. Os demais latino-americanos e os países ocidentais se abstiveram.

VII. *Questão da representação da China*

O Brasil votou a favor do projeto de resolução, de origem ocidental, que considerava importante e, portanto, sujeito à regra dos dois terços, qualquer resolução relativa à representação da China na ONU. O Brasil votou contra o projeto soviético que mandava substituir a representação da China Nacionalista pela da República Popular da China em todos os órgãos da ONU.

VIII. *Questões econômicas*

Na segunda comissão, a delegação do Brasil apoiou iniciativas e tomou, muitas vezes, a liderança nos assuntos de interesse para todos os países subdesenvolvidos, em geral.

A delegação do Brasil apresentou um projeto intitulado “O Papel das Patentes na Transferência da Tecnologia para os Países Subdesenvolvidos”. Fundamentando a apresentação desse projeto, a delegação do Brasil mostrou que as patentes estrangeiras, longe de contribuir para acelerar o desenvolvimento tecnológico de tais países, tendem a retardá-lo, criando sérias dificuldades econômicas e institucionais nesses países. A delegação do Brasil acentuou que o sistema internacional de patentes agrava as dificuldades no balanço do pagamento dos países subdesenvolvidos, através da remessa de *royalties* e restringe injustificadamente a iniciativa nacional, já que firmas estrangeiras detentoras de patentes, muitas vezes, se recusam a licenciar firmas locais para manufaturar um produto patenteado, ou sujeitam o licenciamento a condições muito onerosas.

A delegação do Brasil assinalou, outrossim, que firmas detentoras de patentes freqüentemente criam pressão monopolística indesejável dentro da economia dos países subdesenvolvidos, incluindo cláusulas de caráter restritivo nos acordos de licenciamento. A delegação do Brasil sustentou, entretanto, que esse defeito não invalida o sistema de patentes, o qual precisa apenas ser revisto e expurgado das suas imperfeições atuais.

A aprovação do projeto do Brasil por 84 votos a favor, nenhum contra e 10 abstenções representa a vitória da tese brasileira. Votaram a favor todos os subdesenvolvidos (menos o Peru), o bloco soviético e os Estados Unidos. Abstiveram-se: Bélgica, Reino Unido, França, Espanha e alguns outros.

Quanto às intervenções sobre outros assuntos, a linha de independência do Brasil pode ser ilustrada pela posição assumida quanto aos seguintes projetos:

- a) criação do Fundo Especial das Nações Unidas para Financiamento ao Desenvolvimento Econômico;

- b) descentralização das atividades das Nações Unidas no campo econômico, principalmente assistência técnica;
- c) criação da Agência Especializada para o Desenvolvimento Industrial.

O projeto do SUNFED foi energicamente combatido pelos países industrializados em geral. O Brasil votou com os outros países menos desenvolvidos em sentido favorável à criação do SUNFED, opondo-se aos países desenvolvidos.

A idéia da descentralização era combatida pelos principais países do Ocidente, porque implicava enfraquecer a autoridade da sede, em benefício das comissões econômicas regionais, onde sua influência é menos ativa. O movimento no sentido da descentralização – que havia sido recomendado por um comitê de peritos como uma das maneiras mais eficazes de aumentar a eficiência das atividades da ONU no campo econômico e da assistência técnica – era, no entanto, desejado pela maior parte dos países subdesenvolvidos e as potências industrializadas em geral não tiveram outra alternativa senão aceitá-lo como um fato consumado, limitando-se, apenas, a tentar enfraquecer o texto do projeto. O Brasil opôs-se, sistematicamente, às emendas que visavam diluir o texto e adiar a implementação da política de descentralização.

A criação da agência de desenvolvimento industrial foi recomendada, por meio de emenda a um projeto polonês sobre as atividades das Nações Unidas no campo do desenvolvimento industrial. Tal emenda, patrocinada pela Argentina, Brasil, Camarões, Irã, Mauritània, Paquistão e Venezuela, foi aprovada por 57 votos a favor, 5 contra e 16 abstenções. O projeto polonês, como um todo, foi aprovado por 74 votos, nenhum voto contrário e 4 abstenções.

IX. Questões sociais

A delegação do Brasil participou, ativamente, no debate das questões sociais que são distribuídas à III Comissão. No estudo do projeto de convenção sobre o consentimento, idade mínima e registro de casamento, a

delegação do Brasil pronunciou-se em favor de duas emendas vitoriosas, uma que exigia publicidade para o casamento e outra que consagrava o direito ao casamento por procuração. Atuação destacada teve a delegação do Brasil no exame do projeto de Pacto dos Direitos Cíveis e Políticos com a apresentação de emenda condenando a propaganda de guerra, à qual 15 países se associaram e que foi aprovada pela comissão. Os países afro-asiáticos, o bloco soviético e os latino-americanos apoiaram a proposta do Brasil. Os Estados Unidos, Reino Unido e França, entre outros, se pronunciaram contra a mesma.

A delegação do Brasil defendeu a tese de que agrupamentos humanos criados pela imigração não podem ser qualificados como minorias e estabeleceu a distinção necessária entre minoria jurídica e sociológica. Na consideração do Relatório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, a delegação do Brasil salientou que o Brasil figura em quarto lugar dentre as nações que maior número de refugiados receberam no pós-guerra. No exame do projeto de Convenção sobre Liberdade de Informação, a delegação do Brasil – em oposição às teses das principais potências ocidentais – pugnou pelos interesses dos países mal equipados quanto a poderosos meios de informação, defendendo a necessidade de se corrigir o desnível existente nesse terreno entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A delegação do Brasil apresentou à comissão estudos de profundidade sobre o Relatório do Conselho Econômico e Social, sugerindo novos métodos de análise.

X. Questões coloniais

A delegação do Brasil – tendo sempre em mente a posição anticolonialista do nosso governo – participou ativamente do debate e votação das questões coloniais que são distribuídas à IV Comissão. Copatrocinou o projeto de resolução, aprovado por unanimidade, preconizando a difusão – maciça e nas línguas indígenas dos territórios não autônomos – da Declaração sobre a Outorga de Independência a Países e Povos Coloniais; fez parte do grupo de redação que preparou o projeto de resolução pelo qual se declara o direito inalienável da população do sudoeste africano à independen-

dência e que foi aprovado por esmagadora maioria; ainda sobre a mesma questão, a delegação do Brasil copatrocinou dois projetos de resolução, aprovados por grande maioria: o primeiro, sobre concessão de bolsas de estudo a indígenas e refugiados desse território; e o segundo, relativo a extinção da Comissão do Sudoeste Africano, da qual o Brasil fazia parte, e sobre a criação de outra comissão. Copatrocinou projetos de resolução terminando o sistema de tutela sobre os antigos territórios da Samoa Ocidental e de Tanganica e declarando-os independentes; votou pela resolução que cria uma comissão de sete membros destinada a coligir informações sobre a situação dos territórios sob administração portuguesa, enquanto Portugal não se prontificar a prestar as informações a que aludem o capítulo XI da Carta e a Resolução 1.542, aprovada pela XV Assembléia Geral. O projeto de resolução em apreço foi aprovado por 93 votos a favor e 2 em contra e o voto brasileiro, previamente anunciado ao governo português, foi feito com reserva da palavra *condena* na expressão – “condena o contínuo não-cumprimento por Portugal da obrigação de prestar informações”, havendo o chefe da delegação do Brasil, senador Afonso Arinos de Melo Franco ressaltado, em explicação de voto, a inalterável vinculação de amizade entre ambos os povos.

Em todas as votações sobre assuntos coloniais, o Brasil esteve ao lado da maioria dos países afro-asiáticos. Na explicação de voto relativa ao não-cumprimento, por Portugal, das obrigações decorrentes do artigo XII da Carta, o Brasil ficou em posição especial, juntamente com os Estados Unidos, o Reino Unido e outros países ocidentais.

XI. Questões orçamentárias

Os trabalhos da V Comissão foram dominados pela situação de quase falência da ONU. O déficit de caixa cifra-se em 107 milhões de dólares, conseqüência, sobretudo, do atraso no pagamento das contribuições para as contas das operações no Congo e no Egito. Isto levou o secretário-geral a divisar a possibilidade de emitir bônus da ONU, até 200 milhões de dólares. Os bônus renderiam juros e seriam amortizáveis pelo orçamento

da organização, à base de US\$ 10 milhões anuais, durante 25 anos. Ao Brasil caberia pagar 103.000 dólares por ano. Como parte da quantia a ser desembolsada pelo Brasil se destinaria, em última análise, ao pagamento de dívidas do bloco soviético e de vários países ocidentais que não contribuem para as contas da UNEF e da ONUC, a delegação brasileira absteve-se na votação deste plano.

A delegação do Brasil sustentou – com o apoio do México e da Argentina – a tese de que o resgate dos bônus deveria obedecer ao critério especial de pagamento adotado em relação ao Congo e à UNEF, o qual acautela os interesses dos países subdesenvolvidos. Apresentou, neste sentido, projeto de resolução, que foi retirado para não impedir a solução da crise financeira da ONU.

O Brasil se situou, portanto, em posição diferente da liderada pelos Estados Unidos (apoiados pela maioria dos países ocidentais e dos afro-asiáticos) – a favor da emissão incondicional dos bônus. O Brasil não apoiou igualmente a tese sustentada pelo bloco soviético, França, Portugal e Bélgica e que era contrária à emissão dos bônus.

A fim de dirimir dúvidas existentes quanto à obrigatoriedade das contribuições para as operações de manutenção da paz, a V Comissão aprovou resolução patrocinada pelo Brasil e outros países, pela qual a Assembléia Geral consultaria a Corte Internacional de Justiça a respeito.

XII. Condenação da discriminação racial

Na Comissão Política Especial, a delegação do Brasil condenou com veemência a política de *apartheid* praticada pelo governo da república sul-africana. A delegação do Brasil demonstrou, apoiada no exemplo brasileiro, que uma sociedade integrada multirracial constitui a melhor forma de desenvolvimento harmônico. Analisou os aspectos políticos e econômicos do *apartheid* e do *baasskap* (teoria segundo a qual o negro é sempre inferior ao branco), condenando-os com a maior firmeza e mostrando que os resultados da política do governo da África do Sul serão fatais para todos os segmentos da população do referido país e para o seu próprio futuro político.

Dois projetos de resolução foram apresentados à Comissão Política Especial. O primeiro – patrocinado por vários Estados afro-asiáticos – previa sanções compulsórias contra a África do Sul e sua expulsão das Nações Unidas. O segundo, realista, apresentado pela Índia e outros países, condenava de maneira inequívoca a política do *apartheid*. O primeiro projeto, o africano, foi retirado e só foi submetido à votação o projeto indiano, a favor do qual votou a delegação do Brasil.

A delegação do Brasil, assim como a maioria das Nações Unidas, sustentou que o único meio prático de obter a modificação da política do *apartheid* é o exercício de pressão direta sobre o governo da África do Sul, a fim de obrigá-lo a abandonar aquela política e encorajar as tendências liberais ainda existentes. A aplicação de sanções e a expulsão da África do Sul das Nações Unidas, segundo o depoimento dos países e dos observadores mais insuspeitos, teria como resultado o isolamento da África do Sul e, em consequência, as Nações Unidas perderiam o seu poder de pressão e se esvaeceriam as esperanças de melhorar a sorte das populações negras naquele país.

Seguindo a mesma orientação anti-racista, a delegação do Brasil votou igualmente a favor do projeto de resolução que condenava a discriminação na África do Sul contra pessoas de origem indiana e indo-paquistanesa.

Na IV Comissão, a delegação do Brasil copatrocinou projeto de resolução – aprovado por unanimidade – condenando a discriminação racial nos territórios não autônomos e preconizando a adoção de medidas relativas à proscrição legal e penal de quaisquer práticas discriminatórias.

XIII. Questões jurídicas

Na Comissão Jurídica, o Brasil apoiou o aumento, para 25, do número de membros da Comissão de Direito Internacional, a fim de se permitir a participação, nos trabalhos daquele órgão, de juristas nacionais dos novos Estados americanos. O Brasil se opôs a proposta soviética no sentido de diminuir a representação dos países europeus ocidentais a fim de evitar o aumento da comissão.

O Brasil apoiou a realização em Viena, em 1963, da Conferência sobre Relações e Imunidades Consulares. Quanto aos países a serem convidados para a mesma, pronunciou-se pela fórmula tradicional usada nas Nações Unidas, limitando o convite aos países membros da organização, das suas agências especializadas ou que hajam aderido ao estatuto da Corte Internacional da Justiça. Alguns países neutralistas e o bloco soviético preferiam a extensão do convite a “todos os Estados soberanos”.

A delegação do Brasil deu contribuição substancial ao debate sobre a questão da seleção de novos tópicos de direito internacional a serem codificados ou desenvolvidos. O delegado do Brasil mostrou a aparente divergência entre, de um lado, o Reino Unido e os países escandinavos (que dão ênfase à codificação) e o grupo soviético e os afro-asiáticos (que ressaltam a necessidade de desenvolver o direito internacional). Lembrou ainda o representante do Brasil que o tema da “coexistência pacífica” – tão de agrado dos soviéticos – abarca todo o campo das relações internacionais e não deve ser encarado somente sob o prisma político. Graças, em grande parte, à atuação do Brasil, chegou-se à fórmula de conciliação que foi aprovada unanimemente.

XIV. Eleição do embaixador Gilberto Amado para a Comissão de Direito Internacional

A reeleição do embaixador Gilberto Amado para a Comissão de Direito Internacional por 96 votos entre 101 países votantes (duas delegações encontravam-se ausentes), constituiu exemplo frisante não só das altas qualidades do candidato brasileiro e da sua contribuição aos trabalhos da referida comissão, da qual é membro fundador, como do alto prestígio a que chegou o Brasil nas Nações Unidas. A Comissão de Direito Internacional – composta de 25 juristas eminentes, eleitos a título individual e representativos dos diversos sistemas jurídicos do mundo – tem por tarefa a codificação e desenvolvimento das regras do Direito Internacional.

XV. Delegado brasileiro eleito relator do Comitê sobre Espaço Cósmico

O ministro Geraldo de Carvalho Silos, delegado à XVI sessão da Assembléia e representante substituto do Brasil junto às Nações Unidas, foi eleito por aclamação relator do Comitê sobre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico.

O comitê elegeu, para seu presidente o embaixador Matsch (delegado permanente da Áustria) e, para vice-presidente, o embaixador Haseganu (delegado permanente da România).

A escolha do delegado do Brasil decorreu de acordo entre as delegações dos Estados Unidos e da União Soviética, ratificada pelo comitê, e não foi objeto de nenhuma gestão por parte do Brasil.

XVI. Delegados brasileiros eleitos relatores da II e IV Comissões

Os senhores Antônio Houaiss e Márcio Rêgo Monteiro, assessores da delegação do Brasil, foram eleitos por aclamação como relatores da Segunda Comissão (Comissão Econômica) e da Quarta Comissão (Assuntos Coloniais).

As duas eleições resultaram de movimento espontâneo dos diversos grupos e não foram objeto de alguma gestão do governo brasileiro.

XVII. A questão de Bolzano

A respeito da controvérsia austro-italiana sobre a condição da população de língua alemã da província de Bolzano, a delegação do Brasil expressou-se em favor da reiteração das recomendações contidas na resolução aprovada pela XV Assembléia Geral, a qual:

- 1) convida a Itália e a Áustria a renovar negociações em busca de solução para suas divergências quanto à aplicação do Acordo de 1946;
- 2) recomenda-lhes que, não chegando as negociações a resultado em prazo razoável, examinem a possibilidade de recorrer “a quaisquer dos meios previstos na Carta das Nações Unidas, incluindo recurso à Corte Internacional de Justiça ou qualquer meio pacífico de sua escolha”;

- 3) recomenda-lhes que se abstenham de qualquer ação que possa prejudicar suas relações de amizade. O ponto de vista do Brasil, sustentado também por outros países, prevaleceu e a XVI Assembléia Geral aprovou, por unanimidade, resolução reiterando as recomendações acima transcritas.

XVIII. Questão dos refugiados da Palestina no Oriente Médio

Foram apresentados dois projetos de resolução a respeito da questão. O primeiro, copatrocinado pelos países do grupo de Brazzaville, algumas delegações latino-americanas e os Países Baixos, apelava para negociações entre Israel e os árabes sobre o conjunto dos problemas que os dividem e, em particular, o dos refugiados.

A segunda proposta, oriunda dos Estados Unidos da América, cingia-se mais estritamente ao problema dos refugiados e pedia a implementação das resoluções anteriores da Assembléia. Duas emendas, de inspiração árabe, foram introduzidas a esse texto:

- 1) alargamento da atual Comissão de Conciliação;
- 2) previsão de medidas para a salvaguarda e eventual custódia dos bens dos refugiados em Israel.

Desejoso de manter estrita imparcialidade, o Brasil decidiu apoiar ambos os projetos de resolução, que se complementavam; aprovar a primeira emenda árabe e abster-se quanto à segunda.

Nova York, em 28 de dezembro de 1961.

*

DOCUMENTO 25

Alocução do ministro San Tiago Dantas aos chefes de missão dos Estados americanos

Itamaraty, em 12 de janeiro de 1962.

Pedi a presença dos Senhores Embaixadores e Encarregados de Negócios a este encontro no Itamaraty para lhes dar conhecimento da orientação que o Brasil seguirá na Reunião de Consulta, a iniciar-se em 22 do corrente, em Punta del Este.

Creio não exagerar dizendo que todos nos encaminhamos a essa reunião sob o peso de graves apreensões.

Não há chancelaria que não considere, nos dias de hoje, a preservação da paz mundial a primeira de suas responsabilidades. Assim sendo, é natural que os nossos atos e atitudes nos preocupem, acima de tudo, pela contribuição que podem trazer ao aumento ou à redução das tensões internacionais.

É, pois, de suma importância que na próxima Reunião de Consulta não se tomem resoluções suscetíveis de trazer desenvolvimentos ulteriores, desfavoráveis à paz social e, mesmo, política do hemisfério; de gerar inquietações, maiores que as de hoje; ou de debilitar o sistema interamericano, enfraquecendo a posição do Ocidente.

O atual governo brasileiro exprimiu, por mais de uma vez, o seu pesar por ver o regime cubano apartar-se, por sua livre e espontânea vontade, dos princípios da democracia representativa definidos na Declaração de Santiago, subscrita por Cuba em 1959. A evolução do regime revolucionário no sentido da configuração de um Estado socialista, ou – na expressão do primeiro-ministro Fidel Castro – marxista-leninista, criou, como era inevitável, profunda divergência e, mesmo, incompatibilidades entre a política do governo de Cuba e os princípios democráticos, em que se baseia o sistema interamericano.

Qualquer ação internacional, em relação a Cuba, daí resultante, para ser legítima e eficaz, deve estrita observância aos princípios e normas de direito internacional e não pode deixar de ser orientada pelo propósito construtivo de eliminar os riscos eventuais que a presença de um regime

socialista no hemisfério venha a representar, quer para o funcionamento do sistema regional, quer para as instituições de países vizinhos, procurando diminuir, em vez de aumentar, os ódios e prevenções que têm tornado cada dia mais tenso e dramático o antagonismo entre Cuba e outros Estados.

Fórmulas intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico e produzem, como resultado prático, apenas o agravamento das paixões e a exacerbação das incompatibilidades, não podem esperar o apoio do governo do Brasil. Fórmulas evasivas, insinceras, que pedem o que previamente já se sabe que terá de ser desatendido ou recusado, também não contam com a nossa simpatia. Acredito, porém, que uma resolução construtiva possa ser alcançada, desde que a procuremos com o sincero propósito de abrir um caminho, ao longo do qual os riscos possam ser gradualmente reduzidos e, afinal, eliminados e fique preservada a unidade do sistema democrático regional.

Não acreditamos que esteja no interesse de Cuba ficar por muito tempo fora do sistema, que contribuiu para construir. Fatores geopolíticos condicionam estreitamente a vida das nações e Cuba, por sua cultura, tanto quanto pelos imperativos de sua economia, há de sentir a necessidade de retornar ao ecúmeno democrático americano, por uma evolução natural superior às paixões políticas e às ideologias.

Temos observado, com prazer, que as chancelarias americanas coincidem, de um modo geral, na condenação do recurso às sanções militares contra o governo revolucionário. Em primeiro lugar, a ação militar por ser coletiva não deixaria de caracterizar uma intervenção (art. 15 da Carta de Bogotá). Em segundo lugar, ela iria provocar, na opinião pública latino-americana, uma justificada reação, que favoreceria a radicalização da política interna dos países do hemisfério e debilitaria, ao mesmo tempo, os laços de confiança mútua essenciais à própria existência do sistema interamericano. No plano mundial, seria de recear que retaliações em outras áreas viessem deteriorar, ainda que temporariamente, as condições conjunturais da paz.

Sanções econômicas também pareceriam um remédio juridicamente condenável, nos termos do art. 16 da Carta, e politicamente inidôneo, já que o comércio de Cuba com a América Latina não tem passado, em média, de 4,5 % do volume global das exportações e 9% das importações.

O rompimento de relações diplomáticas, que se explica no quadro das medidas bilaterais, só se compreenderia multilateralmente, no presente caso, como um passo a que se seguissem outros maiores, pois diminuiria a capacidade de influir sobre o governo com que se rompe, tiraria aos dissidentes o recurso humanitário do asilo e deslocaria do plano continental para a área do litígio entre Ocidente e Oriente a questão cubana, quando estimaríamos que ela não transcendesse os limites do hemisfério.

É pela via da ação diplomática que os Estados americanos poderão alcançar os meios eficazes de preservar a integridade do sistema democrático regional, em face de um Estado que dele se afasta, configurando o seu regime como socialista. Esse Estado pode adotar essa forma de governo e esse regime social, sem ficar exposto a intervenção, unilateral ou coletiva. Não é menor a soberania dos Estados americanos do que a de quaisquer outros Estados.

Por outro lado, é certo que um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda a comunidade de Estados democráticos do hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas, ou limitações. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados americanos seja preservado e para que as suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.

Uma Reunião de Consulta, por sua natureza e pelos seus métodos próprios de trabalho, tem a competência e os meios necessários para formular tal orientação. Para executá-la, porém, faz-se necessária a criação de um órgão especial, integrado pelas diversas correntes de opinião representadas na consulta e com latitude suficiente para tomar a si o estudo das obrigações e a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o hemisfério e sobre o qual, ouvidas as partes, se pronunciaria o Conselho da OEA.

Seria essa, estamos certos, uma fórmula viável, que não fere a soberania de Cuba – pois recorre a entendimentos prévios com o seu governo – e que tem o mérito de favorecer uma redução efetiva da tensão internacional hoje existente, vale dizer, de contribuir para o fortalecimento da paz.

O governo do Brasil não alimenta dúvida quanto às dificuldades que cercam a adoção dessa solução. Ela encontra sua razão de ser no propósito de conciliar o respeito pela soberania dos Estados e pelo seu direito de autodeterminação com a defesa da integridade do sistema interamericano, baseado em princípios comuns – entre os quais se incluem os da democracia representativa – e em compromissos jurídicos – entre os quais sobressaem os de assistência recíproca definidos no Tratado do Rio.

Nessa solução, se preserva o princípio de não-intervenção, cujo respeito incondicional é indispensável à manutenção dos vínculos de confiança recíproca entre os Estados americanos. Não é possível, por outro lado, acusá-la de negligenciar o imperativo da defesa da democracia americana contra o comunismo internacional, porque ela objetiva, como recurso final, a criação de condições de neutralização do regime instaurado na República de Cuba em bases jurídicas válidas, semelhantes às que se têm estabelecido ou proposto em outras áreas do mundo.

O governo brasileiro submete essas considerações ao exame das chancelarias americanas com o propósito de contribuir para que a Reunião de Punta del Este possa ter um desfecho tranqüilizador e um sentido construtivo.

Se os ministros das Relações Exteriores, ao se separarem, deixarem ali aprovada uma proposição que apenas anuncie a necessidade, a curto prazo, de novas decisões mais drásticas e *a priori* inevitáveis, teremos dado um sentido negativo às deliberações de um órgão que é, em nosso sistema regional, o mais alto instrumento de segurança. As decisões da VIII Consulta devem trazer ao hemisfério tranqüilização e confiança. O único meio de alcançarmos esse duplo resultado parece ser, não uma cominação, que apenas abra à aplicação de sanções um curto caminho sem alternativa, mas uma resolução em torno da qual ainda seja possível um esforço de cooperação, que temos o dever indeclinável de tentar, antes de considerarmos inviáveis as nossas esperanças de uma pacificação.

É essa posição, coerente com as tradições inalteráveis da diplomacia brasileira, que desejava comunicar a Vossas Excelências e pedir-lhes que a transmitam aos seus respectivos governos.

DOCUMENTO 26

Discurso do senador Afonso Arinos sobre o Brasil e a questão de Angola na ONU

[COMUNICADO]

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1962.

O senador Afonso Arinos fixou a posição do governo brasileiro, falando nas Nações Unidas – Gestões do governo brasileiro para encontrar a fórmula conciliatória – O Brasil condena a anexação de territórios pela força e se pronuncia pela preservação dos valores culturais portugueses na África e na Ásia – Apelo do Brasil a Portugal – Defesa da comunidade luso-brasileira

Abrindo o debate, no plenário das Nações Unidas, em Nova York, sobre a questão da Angola, o senador Afonso Arinos, chefe da delegação do Brasil, pronunciou o seguinte discurso:

Ao definir a sua atitude, perante a Assembléia Geral, no debate da situação da Angola, a delegação do Brasil o faz com plena consciência de suas especiais responsabilidades nesta questão.

Nossa opinião é determinada pela influência de dois fatores. O primeiro resulta da história do nosso passado e dos seculares laços que nos ligam a Portugal, cuja cultura se manteve em tantos e tão importantes elementos da formação nacional brasileira.

O segundo fator é o anticolonialismo brasileiro, traço marcante da nossa fisionomia nacional, imposto pela fraternidade racial, pela posição geográfica, pelos interesses econômicos e pela sincera convicção, firmada tanto nos círculos dirigentes quanto nas massas populares do meu país, de que o anticolonialismo e o desarmamento são as duas grandes causas des-

te século, os dois problemas básicos da vida internacional contemporânea, de cujas soluções dependem, em grande parte, o progresso e a paz da humanidade.

O Brasil, assim, proclama sua inalterável amizade a Portugal, que nos vem da história do passado; mas afirma nitidamente a sua posição anti-colonialista, que lhe é imposta pelo que um grande escritor português do século XVII, o padre jesuíta Antônio Vieira, chamou a “História do Futuro”.

A matéria em discussão tem sua origem na Resolução 1.603, da XV Assembléia Geral, de 20 de abril de 1961, a qual, por sua vez, proveio da solicitação apresentada no mês de março, por 40 delegações afro-asiáticas, pedindo a inclusão, na agenda da Assembléia, de um item referente à “situação em Angola”.

As conclusões do relatório sobre Angola

O governo brasileiro estudou cuidadosamente o relatório do subcomitê sobre a situação em Angola (A/4.978), criado pela referida Resolução 1.603, relatório que constitui, a seu juízo, um documento indiscutivelmente útil, não obstante as limitações que se devem à impossibilidade de obtenção de dados colhidos *in loco*. A esse respeito, o governo brasileiro lamenta que o governo português não tenha permitido a visita a Angola do comitê em apreço, o que lhe teria permitido reunir elementos diretos de informação e, talvez mesmo, contribuir, pela ação de sua própria presença, a um abrandamento das tensões existentes. Por outro lado, uma posição afirmativa, que ainda esperamos de Portugal, nesse sentido, testemunharia seu desejo de cooperar com as Nações Unidas na procura de soluções pacíficas e construtivas.

A análise do relatório permite à delegação do Brasil fixar os seguintes pontos, que lhe parecem de importância capital:

- 1) A situação em Angola oferece aspectos críticos e tende a se agravar cada dia; a prolongação da luta armada, por sua vez, torna cada vez mais difícil um entendimento entre as partes.

- 2) As tentativas de solução militar, além de serem contrárias às recomendações e decisões da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança, não resolveram, até agora, o problema angolano e, seguramente, não o resolverão.
- 3) Os acontecimentos de Angola constituem, como o reconheceu o Conselho de Segurança (S/4.835), uma causa atual e potencial de atritos internacionais, não somente no continente africano, mas ainda em outras partes do mundo, e são de natureza a pôr em perigo a manutenção da paz e da segurança internacionais.
- 4) Ainda é possível, entretanto, na opinião da delegação do Brasil, encontrar uma solução pacífica, a única capaz de não destruir os elementos positivos que a presença portuguesa trouxe ao país e de salvaguardar relações proveitosas entre Portugal e Angola, análogas às que se verificam, hoje em dia, entre antigas metrópoles e territórios de além-mar recém-emancipados. Tal solução seria certamente a melhor, para os interesses de Portugal e de Angola.
- 5) Em tal sentido, o reconhecimento, por Portugal, do direito do povo angolano à autodeterminação, facilitaria enormemente a cessação imediata da luta e do derramamento de sangue, bem como a preparação das profundas reformas legislativas e administrativas, necessárias à evolução pacífica do território para a autonomia.

Preservação da cultura portuguesa na África e na Ásia

Os laços especialíssimos que existem e continuarão sempre a existir entre o Brasil e Portugal constituem um elemento a mais para desejarmos que a situação de Angola seja resolvida pacificamente, o mais cedo possível, de modo compatível com os interesses de portugueses e angolanos e com a preservação de elementos culturais e humanos, que são característicos da presença portuguesa na África. O Brasil não pode ser alheio à sorte desses elementos, que também são parte de sua vida e se situam na fonte de sua formação histórica.

Nisso tudo, tem o Brasil um grande interesse e, talvez mesmo, uma parcela de responsabilidade. O Brasil não pode aceitar com indiferença que

a língua e a cultura portuguesa venham a desaparecer da África e espera que os elementos positivos da cultura ocidental, transplantados para a Índia e a China pelos portugueses, possam ser respeitados, da mesma forma por que respeitamos, no Brasil, os elementos culturais trazidos por chineses, japoneses, judeus, negros, italianos, alemães, árabes e tantos outros povos, que contribuem na formação do nosso povo e no progresso do nosso país.

Por isso mesmo, o Brasil, caso se apresente oportunidade, não hesitará em prestar toda a cooperação e toda assistência no encaminhamento da questão de Angola e aguarda com ansiedade o momento em que Portugal aceite a aplicabilidade do princípio de autodeterminação e se mostre disposto a acelerar as reformas que se tornam indispensáveis. O Brasil se julga no dever de fazer um apelo a Portugal para que aceite a marcha natural da história e, com sua larga experiência e reconhecida sabedoria política, encontre a inspiração que há de transformar Angola em núcleo criador de idéias e sentimentos e não cadinho de ódios e ressentimentos. O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil. Porque, no presente estágio da história, as convivências internacionais profícuas à humanidade somente vingam e prosperam entre povos livres e soberanos. Disso é exemplo vivo a comunidade luso-brasileira.

O Brasil contra a anexação de territórios pela força

Nossa isenção e objetividade foi demonstrada recentemente, quando da invasão das possessões portuguesas na Índia. Nessa altura, fiel à Carta das Nações Unidas, o Brasil elevou um protesto solene contra a violação dos princípios de paz e de respeito ao direito, que deveriam ser, para todos, sagrados. Continuamos a considerar gravíssima e de conseqüências perigosas a impotência do Conselho de Segurança no caso de Goa, decorrente de uma das maiores lacunas do mecanismo da Carta. Entretanto, movido pelas mesmas preocupações, o Brasil manifestou-se a favor da observância do capítulo XI da Carta, que Portugal declarou inaplicável às suas

antigas colônias africanas. O próprio presidente do Conselho dos Ministros de Portugal, professor Oliveira Salazar, reconheceu a coerência da posição brasileira, ao observar em discurso recente, que traduzo do texto inglês: “O anticolonialismo é também uma constante da política brasileira, mas outra constante é também o não-reconhecimento das anexações territoriais obtidas pela força”.

Gestões do Brasil para procurar uma fórmula conciliatória

Guiado por tal espírito, o governo brasileiro tem tentado, desde a apresentação do relatório do subcomitê sobre a situação em Angola, até o reinício da presente sessão da Assembléia Geral, auscultar a posição das partes em conflito, assim como a dos membros das Nações Unidas, com o propósito de encontrar uma fórmula suscetível de ampla aceitação.

Para isso, chegou a considerar a idéia de um projeto de resolução que, após fazer referência à Resolução 1.603 da Assembléia Geral e ao relatório do subcomitê, considerasse que não havia ofensa para a soberania de um país em aceitar a presença de uma comissão de averiguação estabelecida pela Assembléia Geral, dentro dos limites impostos pela Carta. A parte dispositiva de tal projeto teria formulado um apelo a Portugal, no sentido de que oferecesse todas as facilidades ao subcomitê para cumprimento de sua missão, e teria expressado a esperança de que Portugal, inspirando-se na valiosa e diversificada experiência de soluções pacíficas e efetivas já adotadas por outros Estados europeus na África, tomasse medidas para favorecer condições adequadas, em Angola, para o exercício da autodeterminação.

Evidenciou-se rapidamente, entretanto, que tais sugestões não eram suscetíveis de reunir a aceitação de Estados cujas posições eram antagônicas. Alguns as julgaram extremadas. Outros – e dos menos suspeitos de nacionalismo africano – as acharam demasiadamente brandas.

Não descremos ainda, contudo, da evolução favorável de parte a parte e da possibilidade de ser apresentada alguma proposta que, sem condenações não somente inúteis, mas ainda prejudiciais, por exacerbar ânimos já tão excitados, possa contribuir à cessação do derramamento de sangue e a

solução pacífica da questão angolense. Qualquer que seja a sua origem, estamos dispostos a apoiar projetos nesse sentido.

Firmeza e moderação são os caminhos que devem conduzir as Nações Unidas na delicada tarefa de colaborar para a solução do problema de Angola. Firmeza nos propósitos e moderação nos processos.

O Brasil fiel à sua história e aos seus compromissos

Esta será a orientação do Brasil, que, neste caso, deve preservar a sua inalterável amizade para com o povo português. O Brasil, por outro lado, não pode fugir ao seu dever, indeclinável, de dar todo o apoio à marcha de Angola para a autodeterminação no quadro geral do anticolonialismo. Só assim o Brasil se manterá dentro da sua tradição de país soberano, pacifista e desejoso da paz e do progresso para todos os povos do mundo.

Sustentando o princípio da autodeterminação de Angola, o Brasil não só se mantém fiel à sua história de antiga colônia e aos seus ideais de nação livre e democrática, como cumpre o compromisso sagrado que assumiu ao assinar a Carta de São Francisco e ao votar a favor das resoluções das Nações Unidas relativas à eliminação do colonialismo em todo o mundo.

*

DOCUMENTO 27

Instruções confidenciais do Conselho de Ministros à delegação do Brasil à VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA

A delegação brasileira à VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos orientará a sua participação nos trabalhos e o seu voto de forma a preservar, da maneira mais eficaz, a paz no hemisfério e a evitar que o problema cubano se agrave, em seus aspectos internacionais, convertendo-se em motivo de agitação junto à opinião pública dos demais Estados.

2. Com esse objetivo e em obediência às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil (artigo 15 da Carta da OEA), o Brasil não votará em favor de medidas que importem na violação do princípio de não-intervenção, inclusive sanções militares, econômicas ou diplomáticas, as quais, sem produzirem qualquer resultado prático, na verdade só serviriam para agitar a opinião pública, radicalizar ainda mais a política interna do Brasil e de outros países e enfraquecer o sistema regional interamericano. O Brasil reafirmará – em discurso de seu representante, projetos e votos – a fidelidade de nosso país, não só aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, mas também aos princípios da democracia representativa, comuns aos povos deste hemisfério, tais como se acham definidos na Declaração de Santiago, e aos compromissos de segurança coletiva e assistência recíproca, constantes do Tratado do Rio de Janeiro.

3. No tocante ao caso cubano, o Brasil envidará esforços para que a consulta adote uma resolução, cuja apresentação pode caber a outros países, em que se reconheça a incompatibilidade das declarações e atitudes do governo de Cuba com os princípios e objetivos do sistema interamericano, e dará o seu apoio a uma fórmula que permita a constituição de uma comissão especial, destinada a definir as obrigações e limites que o governo de Cuba deve respeitar, para que a presença de um governo socialista no hemisfério não se torne permanente ameaça às instituições e governos de outros Estados.

4. Essas obrigações e limites serão estudados e propostos pela referida comissão, que se entenderá com as partes interessadas e submeterá o resultado do seu trabalho à aprovação do Conselho da OEA. Entre essas obrigações, devem figurar:

- a) o compromisso de não contrair alianças militares com quaisquer potências ou grupos de potências;
- b) a limitação de armamentos, mediante o estabelecimento de certas garantias;
- c) a abstenção de propaganda política e ideológica e de qualquer atividade no exterior que possa ser considerada subversiva ou contrária às instituições e governos de outros Estados.

5. Caso a fórmula acima indicada não logre obter o apoio da maioria da consulta, a delegação brasileira procurará conciliar os seus pontos de vista com os dos demais Estados americanos, envidando esforços para preservar a unidade do hemisfério, sem ultrapassar os seguintes limites:

- I) não-aprovação de sanções, ou de medidas que importem na aplicação inevitável de sanções em momento ulterior, tais como as resoluções que “mandem romper relações ilegítimas, dentro de prazo determinado, com os Estados do bloco sino-soviético”;
- II) não recusar a aprovação de projetos que importem no reconhecimento da incompatibilidade entre o regime socialista e os princípios e normas do sistema interamericano;
- III) aprovação de propostas contendo a condenação de atos que importem em violação dos direitos humanos ou de tratados vigentes, bem como de toda e qualquer infiltração subversiva em Estados vizinhos, podendo chegar, em casos extremos e mediante ressalva e esclarecimento de voto, à aceitação de fórmulas de condenação global.

6. Dentro das linhas dessa orientação, a delegação do Brasil procurará, com a necessária liberdade, ajustar as suas atitudes e os seus votos às

declarações reiteradamente feitas pelo presidente da República e pelo ministério, de respeito ao princípio de não-intervenção e autodeterminação, bem como ao sistema democrático representativo, inscrito como um dos objetivos comuns da Organização dos Estados Americanos no artigo 5º da Carta de Bogotá.

*

DOCUMENTO 28

Discurso do ministro San Tiago Dantas na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA

Punta del Este, 24 de janeiro de 1962.

Desejo que minhas primeiras palavras sejam de saudação aos Senhores Ministros das Relações Exteriores dos Estados americanos e aos governos e povos que representam nessa consulta. O Brasil a ela comparece animado pelo espírito de fraternidade que o tem levado a participar de todas as reuniões interamericanas e pelo sincero desejo de contribuir para que a presente consulta represente um passo adiante na elaboração e no fortalecimento do sistema regional a que pertencemos.

Três objetivos orientam o nosso comportamento na presente reunião: primeiro, o de preservar a unidade do sistema, fortalecendo-o em benefício do Ocidente; segundo, o de defender os princípios jurídicos em que ele se baseia, contribuindo para que não se desfigurem no momento em que são chamados à aplicação; terceiro, o de robustecer a democracia representativa em sua competição com o comunismo internacional.

Acredito que esses objetivos são comuns aos Estados democráticos aqui representados, mas as declarações divulgadas antes mesmo de iniciarse a consulta e as atitudes tomadas no Conselho da OEA ao deliberar-se sobre a sua convocação, fazem crer que existem entre nós certas divergências, não quanto às finalidades que perseguimos, mas quanto aos meios que julgamos adequados para alcançá-las.

A unidade e o fortalecimento do sistema interamericano não resultam, como pode parecer a uma análise apressada e que se contente com a observação superficial de atitudes exteriores, do simples fato de chegarmos, em nossas reuniões, a declarações unânimes e de votarmos documentos que reafirmem nossos propósitos comuns. Muitas vezes a unanimidade se alcança, nas decisões internacionais, ao preço da eliminação da essência de uma controvérsia; e, assim, as simples reafirmações de propósitos já declarados debilitam, em vez de revigorar, o sentido afirmativo já vazado em anteriores declarações.

O que verdadeiramente demonstra que o sistema está vivo e que a união entre os Estados continua a produzir energias para o desenvolvimento de sua existência comum é a capacidade de resolver e superar problemas através de soluções construtivas, em que se sinta a presença de uma comunidade de idéias e de uma soma de forças para alcançar um objetivo visado por todos.

Temos tido, em nossas reuniões interamericanas, grandes momentos, em que se revelou a autenticidade de nossa união e se patenteou a efetividade de nossos esforços. Esperemos que a VIII Consulta de Ministros das Relações Exteriores se possa inscrever entre eles e que não nos tenhamos de desapontar dentro de alguns anos com o resultado de nossas deliberações. Os progressos do sistema interamericano, a sua capacidade de resposta a novas situações e novos problemas estão intimamente vinculados à preservação dos princípios jurídicos que nos permitiram construí-lo.

Nesses princípios se têm assentado nossos compromissos internacionais, dos quais resultam normas obrigatórias para todos os Estados, adotadas, muitas vezes, depois de madura evolução, após passarem por estágios sucessivos de elaboração, em que primeiro se afirmam como simples anelos ou aspirações enunciadas em declarações sem efeito vinculativo, para um dia se transformarem em cláusulas de tratados e convenções.

Nosso sistema regional, olhando do ponto de vista jurídico, é, assim, um conjunto orgânico de normas obrigatórias e aspirações programáticas. Faz parte do método a que tem obedecido sua elaboração histórica aguardarmos o momento próprio de sua codificação, precisamente para que mantenhamos definidas e ao abrigo de confusões de limites eventualmente perigosos a área da soberania de cada Estado e a área dos compromissos limitativos livremente negociados e consentidos.

Nada há, por isso, no sistema interamericano, que não seja obra da vontade dos Estados que nele se associam. A base da organização regional tem sido e há de continuar a ser a independência política dos diferentes Estados de que nem sequer uma mínima parcela foi alienada ou transferida a outro Estado ou à própria organização regional. Não há, por isso, exagero em dizer que a base primordial do sistema jurídico interamericano é o princípio da não-intervenção de um Estado nos negócios internos de outros,

princípio cuja obrigatoriedade se estende à própria organização e que só encontra seus limites nos casos de aplicação de medidas para a manutenção da paz e da segurança expressamente autorizadas em tratados internacionais.

Não constitui, como sabemos, o reconhecimento do princípio de não-intervenção, entre os Estados americanos, um pacífico ponto de partida, reconhecido e proclamado desde a era da independência. Já éramos formalmente nações soberanas e lutávamos contra as ingerências estranhas na área de nossas respectivas soberanias, a princípio, contra a intervenção de potências européias e, depois, contra a de nações mais fortes do próprio hemisfério, até que o reconhecimento do princípio de não-intervenção e o seu escrupuloso respeito pelos Estados em condições materiais de violá-los, vieram gerar novas bases de cooperação e de confiança sobre as quais se pôde erguer o sistema de que nos envaidecemos. É lícito dizer-se que a Organização dos Estados Americanos floresceu, nas últimas décadas, como um instrumento por excelência da política de não-intervenção.

Numa era em que as tensões internacionais se tornaram extremas e em que muitos países se viram obrigados, para fazerem respeitar sua independência política, a se colocar numa posição de tenso equilíbrio entre os blocos político-militares que se disputam a primazia mundial, tivemos a fortuna de nos podermos colocar à sombra de uma organização que assegurou, através de princípios e normas, a integridade de nossas soberanias, sem precisarmos recorrer a formas inferiores de transação.

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca veio aperfeiçoar esse sistema, dando bases absolutamente precisas à segurança coletiva no âmbito regional. Entre os vários aspectos que o distinguem e que dele fazem, realmente, um instrumento de preservação da paz e da segurança, e não um ato constitutivo de uma aliança ou bloco militar, merece ser posto em relevo neste instante o fato de basear-se o seu mecanismo de defesa comum na ocorrência de um caso concreto e específico de ataque armado ou, nos termos do art. 6º, de uma agressão equivalente, que possa afetar a inviolabilidade ou a integridade do território, a soberania ou a independência política de qualquer Estado americano, agressão a que se equipara “qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da Amé-

rica”. Sem que ocorra um fato específico, imputável a determinado agente e capaz de produzir o correspondente evento de dano ou de perigo, não há como invocar as normas do Tratado do Rio de Janeiro, que, assim, ao mesmo tempo que tem circunscrita a sua área de aplicabilidade, deixa de constituir nas mãos dos Estados americanos um instrumento que eventualmente poderia franquear as fronteiras do princípio de não-intervenção.

Além da preservação da unidade do sistema interamericano e da defesa dos princípios jurídicos em que ele se baseia, traz o Brasil à presente consulta o firme propósito de contribuir com seus votos e atitudes para o robustecimento da democracia representativa em sua competição com o comunismo internacional.

É a democracia uma aspiração comum dos povos americanos, expressa não apenas no art. 5º da Carta de Bogotá, mas em inúmeros outros documentos do sistema interamericano e, sobretudo, moldada nos episódios mais significativos da nossa história política e social. O sistema interamericano careceria de sentido e perderia mesmo o espírito criador que o vivifica e lhe condiciona a evolução, se o esvaziássemos desse traço fundamental e inalienável que é a aspiração comum dos povos americanos a viverem sob as normas de um regime político que é o único compatível com o respeito à condição humana e com a preservação das liberdades públicas.

Daí a dizer-se que já alcançamos a estabilidade na prática das instituições democráticas e representativas vai, entretanto, um grande caminho. Nossos povos aspiram à democracia, mas ainda não conseguiram alcançá-la de forma permanente, ou mesmo estável, pela interferência de causas sociais e econômicas que nos expõem freqüentemente a crises políticas, não raro geradoras de regimes de exceção. Entre essas causas avultam, como é sabido, o subdesenvolvimento econômico, que mantém em nossos países níveis de renda individual hoje apontados entre os mais baixos do mundo, e, além disso, desigualdades na distribuição social da riqueza inteiramente incompatíveis com o grau a que atingiram, na consciência das classes populares, a aspiração ao bem-estar e a noção ética da igualdade. A essas causas de caráter geral deve ser ainda acrescentada a presença, na economia de diversas nações do hemisfério, da interferência constante dos interesses de grupos econômicos internacionais, que alcançam, no territó-

rio dos países onde operam, uma soma de autoridade às vezes maior que a dos próprios governos.

Sem a erradicação desses males, que debilitam a democracia representativa, condenando-a a uma permanente instabilidade, não será possível a nenhum país americano lograr êxito na luta contra o comunismo internacional. De nada valerão os princípios morais e políticos, em que se inspira tradicionalmente a nossa civilização, como de nada valerá o amor pela liberdade em que se plasmou, desde as lutas coloniais, o caráter dos nossos povos. Para vencermos o comunismo e colocarmos sobre bases inabaláveis as instituições democráticas e o respeito das liberdades públicas, teremos de empreender – através de medidas internas e, também, com a cooperação internacional – uma luta intensiva pelo desenvolvimento econômico, pela maior igualdade na distribuição social da riqueza e pela emancipação da economia de cada nação dos vínculos em que ainda perduram os resíduos de um sistema colonial.

É certo, porém, que não só internamente terá de ser travada a batalha pela defesa da democracia. No mundo moderno, a luta entre o Ocidente e o Oriente tornou-se expressão do antagonismo entre a democracia e o comunismo internacional, e nenhum Estado que deseje preservar suas instituições livres pode deixar de enfrentar, também neste terreno, o desafio. Para fazê-lo, de forma historicamente construtiva, é necessário, em primeiro lugar, compreender que a chamada Guerra Fria não é, como a muitos ainda parece, talvez pela perseverança de hábitos mentais já desatualizados, um mero ponto de passagem ou etapa preparatória de uma guerra real. Era essa, de fato, a impressão formada no espírito dos nossos contemporâneos quando se restauraram, terminada a última guerra mundial, os desentendimentos que culminariam nas grandes tensões internacionais dos nossos dias.

A nova realidade, que precisamos encarar em toda sua extensão e profundidade, é, entretanto, que a Guerra Fria, em vez de uma simples etapa, parece constituir uma forma permanente de convivência, da qual sairemos apenas quando a evolução dos acontecimentos houver superado as formas presentes de antagonismo que contrapõem o Ocidente e o Oriente. Se essa é uma forma de convivência que se estenderá por um período de tempo imprevisível, a conclusão imediata que se nos impõe é que, para

lutarmos dentro dela pelos ideais e princípios da civilização ocidental e democrática, temos de partir da convicção da inutilidade de medidas de força, que geram, por uma reação inevitável, outras medidas congêneres, e bem assim temos de procurar em todas as circunstâncias, não o agravamento, mas a redução progressiva das tensões internacionais. Onde quer que as tensões aumentem, coloca-se em perigo a causa da paz; e a ruptura da paz representa, para todos os povos, seja qual for o resultado eventual de um conflito militar em grande escala, a certeza do desaparecimento físico e moral, pois não serão menores as probabilidades de destruição maciça do que as de perda irreparável dos valores da civilização.

Lutar pela democracia, nos termos em que se coloca o antagonismo entre o Ocidente e o Oriente, é, assim, em primeiro lugar, lutar pela preservação da paz e, dentro dela, por condições competitivas que, onde quer que se tenham verificado, sempre favoreceram a preservação, o robustecimento e até a recuperação das instituições livres, com perda de domínio ou de influência para o comunismo internacional.

É esse um ponto sem o qual não poderíamos, a nosso ver, Senhores Chanceleres, abordar com objetividade, nesta reunião, o problema do estabelecimento de um Estado socialista – ou, como ele próprio se declara, marxista-leninista – em nosso hemisfério, pois o caso de Cuba é inseparável, em sua significação e em seu tratamento, do grande problema do antagonismo entre o Ocidente e o Oriente e da luta pela democracia contra o comunismo internacional.

Numerosas vezes, nos últimos anos, temos assistido à criação de condições favoráveis à interferência do comunismo internacional em Estados democráticos ou pelo menos solidários com as democracias ocidentais. Algumas vezes, essa interferência assumiu o caráter de uma simples preponderância de forças políticas internas dentro dos quadros de uma competição eleitoral; outras vezes, assumiu o caráter de uma associação entre forças revolucionárias nacionalistas e populares e movimentos de filiação comunista, atuando conjugada ou paralelamente. Especialmente nesse último caso, com o qual se aparenta o de Cuba, a interferência soviética, na área que ela procura fixar sob sua influência, assume o caráter de verdadeira penetração cultural e econômica, além de ingerência política em

seus negócios internos. Se, nesse momento, se adotam medidas que conduzem o país a um isolamento sem alternativas, a sua gravitação para o bloco soviético não pode deixar de ser inevitável. Onde, porém, as potências ocidentais tiveram a clarividência de deixar uma porta aberta, para que, através dela, continuasse a processar-se o contato político, econômico e cultural com o Ocidente, não houve talvez um só caso em que a causa ocidental não tivesse acabado por prevalecer, ou na própria configuração das instituições políticas, ou pelo menos na definição da linha de conduta internacional do Estado. Está bem próximo de nós o exemplo do Egito. Se, no momento da ocupação de Suez, os Estados Unidos não tivessem tido a clarividência de deixar ao governo do Egito uma alternativa em direção ao Ocidente, é bem provável que a República Árabe Unida não pudesse ter escapado à *vis atractiva* do bloco soviético, em direção ao qual teria sido isolada. Do mesmo modo, se a Inglaterra não tivesse, no caso do Iraque, mantido um canal aberto para o entendimento com o Ocidente, não seria hoje aquele país árabe um baluarte ocidental no Oriente Médio.

Não acreditamos que o caso de Cuba possa ser examinado e discutido como se ele se situasse fora da história contemporânea, nos limites de um território ideal, em que os acontecimentos se processassem sob a influência de causas e circunstâncias puramente americanas. Acreditamos, pelo contrário, que Cuba nos ofereça um exemplo típico de Estado onde uma revolução de tipo nacional e popular recebeu, a princípio, a colaboração e, mais tarde, a crescente influência de forças caracterizadamente comunistas, cuja presença se vem acentuando dia a dia nos assuntos internos e na conduta internacional daquele Estado americano. No momento em que os chanceleres do hemisfério se reúnem para considerar, ainda que sob os termos de uma convocação genérica, especificamente o caso cubano, é impossível separar a política que adotemos em relação a esse país da política geral de defesa da democracia contra o comunismo; e é dentro dos exemplos e precedentes oferecidos pela história política recente que teremos de situá-lo, se o quisermos abordar corretamente.

Senhores Chanceleres, são essas as premissas da posição brasileira na presente reunião de consulta. Desejamos preservar e robustecer a unidade do sistema americano e, para isso, consideramos indispensável, não uma

decisão unânime e inoperante, mas uma solução construtiva. Desejamos defender os princípios jurídicos em que se baseia o sistema regional e não queremos por isso adotar soluções perigosas, que tornem indecisos os marcos divisórios do princípio de não-intervenção. Desejamos, finalmente, lutar pela democracia e para isso desejamos situar Cuba no panorama geral do antagonismo entre o mundo ocidental e o mundo soviético, assegurando condições que não propiciem o seu definitivo alinhamento com o bloco totalitário, mas ensejem, pelo contrário, o seu retorno, ainda que não imediato, à órbita dos povos livres.

As soluções até agora apresentadas a esta reunião de consulta, ou anunciadas pelos governos que a ela concorrem, não parecem corresponder às preocupações da delegação do Brasil. É certo que vimos com prazer o abandono gradual, e acreditamos que unânime, do apelo às sanções militares como remédio eficaz para o caso de Cuba. Teríamos destruído o sistema interamericano no dia em que considerássemos a intervenção armada meio idôneo, não para rechaçar uma agressão materializada em fatos determinados, mas para eliminarmos um regime político por contrariar os princípios democráticos em que se baseia a Carta de Bogotá.

Embora as sanções militares estejam eliminadas das cogitações de todos, não será demais lembrar que os princípios democráticos constituem aspiração comum dos povos americanos, mas que o seu abandono por um governo do hemisfério não constitui caso previsto em qualquer tratado para aplicação de medidas coercitivas ou sanções. Merece ficar excluída de forma definitiva a interpretação incorreta de que a Resolução 93 de Caracas reformou o Tratado do Rio de Janeiro. Um tratado não pode ser reformado senão por outro, que obedeça aos mesmos trâmites de conclusão e ratificação. Além disso, se esse argumento não bastasse, aí estariam os termos da Declaração de Santiago do Chile, oriunda de projeto cuja apresentação à V Reunião de Consulta constitui um galardão da diplomacia brasileira e que reconhece expressamente, ao enunciar os oito princípios característicos da democracia americana, que a sua observância não tem caráter obrigatório, mas exprime uma aspiração comum, um pólo para que tende em sua evolução histórica a consciência política dos povos do nosso hemisfério.

Nem poderia ser de outro modo, se considerarmos que os Estados americanos vão realizando, sob as dificuldades de ordem social e econômica que acima aponte, a sua marcha ascensional para a implantação permanente da democracia representativa, mas muitos ainda sofrem, de tempos em tempos, a inevitável interrupção decorrente do estabelecimento de ditaduras pessoais ou de rebeliões com inclinação ideológica variável.

Não estaríamos à altura das nossas responsabilidades, se – conhecendo, como conhecemos, as circunstâncias sob que se processa a evolução política dos nossos países e sabendo que é condição indispensável ao sucesso dessa mesma evolução a posse irrestrita dos atributos da soberania – viéssemos converter o organismo regional num instrumento de averiguação da índole dos regimes estabelecidos eventualmente num Estado americano e reconhecer-lhe o direito de intervir para erradicar os que se apresentassem como emanação do comunismo internacional.

Se não conceberíamos a aplicação de sanções militares, no que coincidimos felizmente com a opinião geral, também não somos favoráveis à imposição de sanções econômicas ou diplomáticas. Ambas, em seu caráter de medidas multilaterais, compreendidas no art. 8º do Tratado do Rio de Janeiro, nos parecem carecer, tanto quanto as medidas militares, de fundamento jurídico adequado. Analisadas em seus efeitos políticos, elas nos parecem, na melhor hipótese, infrutíferas e, na pior, contraproducentes, pois as sanções econômicas privariam Cuba de um comércio de proporções diminutas, que em nada contribui para a manutenção da economia cubana, muito mais arrimada a mercados de países membros da NATO e já agora aos que integram o bloco das nações socialistas. Quanto ao rompimento de relações diplomáticas, seria medida de caráter puramente simbólico para tratamento de um problema, ao qual devemos dar solução efetiva, dentro do quadro da competição entre o Ocidente e o Oriente. Rompidas as relações com os países do hemisfério, nem por isso desapareceriam – antes se acentuariam – as razões que podem levar Cuba a uma integração total no bloco socialista. Estaríamos dando, com medidas dessa natureza, ao caso cubano precisamente aquele tratamento que há poucos momentos condenei, qual seja o de isolá-la; o de não lhe deixar alternativa, através da qual possa manter suas ligações com o Ocidente, o que fatalmente nos conduziria

ao dilema de, ou transformarmos Cuba num país comunista, em caráter irreversível, ou termos de examinar amanhã, em relação a ela, estas mesmas medidas de caráter militar que hoje renegamos, na presente reunião.

Nem se compare o caso cubano ao da República Dominicana, objeto de sanções de efeitos bastante discutíveis, decretadas na Reunião de Costa Rica. A República Dominicana se encontrava sob uma ditadura tipicamente local e suas condições de manutenção econômica e de sobrevivência política se achavam praticamente circunscritas ao mundo americano. Se, ali, as sanções ainda tinham alguma possibilidade de produzir como efeito o retorno do país às condições próprias do nosso hemisfério, no caso cubano, em que justamente se acusa o regime de manter vínculos políticos e econômicos com um sistema extracontinental, o isolamento só produziria, como consequência, o reforço desses vínculos, sem qualquer possibilidade evolutiva favorável ao Ocidente.

Assim como não votará sanções militares, econômicas ou diplomáticas para aplicação imediata, também não deseja o Brasil favorecer resoluções que importem na inevitável aplicação de sanções diferidas. Há resoluções que hoje assumem um caráter puramente cominatório, mas que não contêm em si mesmas outra consequência senão a de colocarem os Estados americanos, dentro de um prazo mais curto ou mais longo, diante de nova necessidade de deliberar sobre a imposição de sanções pelos mesmos fundamentos.

Particularmente, nos parece desaconselhável a fórmula de uma intimação a Cuba para que rompa, dentro de prazo determinado, as vinculações que mantenha com o bloco sino-soviético, ficando, no correr do período, sob a fiscalização de um comitê que apresentaria o relatório dos seus trabalhos a um órgão do sistema. Essa fórmula de sanções proteladas tem o grave inconveniente político de constituir um perigoso elemento de radicalização e exaltação da política interna em diversos Estados americanos. Teríamos aí, como consequência inevitável, uma luta em vários Estados entre correntes desejosas de influenciar a segunda decisão, o que daria ao movimento fidelista uma ressonância continental inteiramente em desproporção com a sua verdadeira significação no presente. Os chanceleres americanos não podem deixar de considerar, em primeira linha, nas solu-

ções que adotarem nesta reunião de consulta, o efeito pacificador ou intranqüilizador que elas venham a ter sobre os países do hemisfério e, ao mesmo tempo, o sentido evolutivo que ela assumirá na competição entre o Ocidente e o Oriente.

Outro caminho para o qual apontam várias manifestações de chancelarias americanas é o da definição dos efeitos que teria o alinhamento de Cuba entre os Estados comunistas sobre a sua filiação ao sistema interamericano. O Brasil compartilha a convicção de que existe incompatibilidade entre os princípios em que se baseia o sistema interamericano e o alinhamento de um Estado com o bloco sino-soviético, como Estado comunista. Enquanto a filiação à Organização das Nações Unidas depende exclusivamente de que um Estado preencha a condição genérica de ser *amante da paz*, a filiação à Organização dos Estados Americanos depende da comunhão nos princípios e objetivos enunciados na Carta de Bogotá. Entre esses princípios se requer “a organização política com base no exercício efetivo da democracia representativa”. A perda momentânea dessa efetividade não envolve uma incompatibilidade definitiva com o sistema e o organismo em que ele se exprime, mas a aceitação deliberada e permanente de uma ideologia política que o contradiz e combate gera uma situação irrecusável de incompatibilidade, de que não podem deixar de ser extraídas conseqüências jurídicas.

Será certamente um dos mais delicados e profícuos labores desta conferência examinar a extensão dessas incompatibilidades e os meios legais de vencê-las para a ordem jurídica. Um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda a comunidade de Estados democráticos do hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas ou limitações. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados americanos seja preservado e para que as suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.

Uma reunião de consulta, por sua natureza e pelos seus métodos próprios de trabalho, tem a competência e os meios necessários para formular tal orientação.

Para executá-la, porém, faz-se necessária a criação de um órgão especial, integrado pelas diversas correntes de opinião representadas na consulta e com latitude suficiente para tomar a si o estudo das obrigações e a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o hemisfério e sobre o qual, ouvidas as partes, se pronunciaria o Conselho da OEA.

Seria essa, estamos certos, uma fórmula viável, que não fere a soberania de Cuba, pois recorre a entendimentos prévios com o seu governo, e que tem o mérito de favorecer uma redução efetiva da tensão internacional hoje existente, vale dizer, de contribuir para o fortalecimento da paz.

O governo do Brasil não alimenta dúvidas quanto às dificuldades que cercam a adoção dessa solução. Ela encontra sua razão de ser no propósito de conciliar o respeito pela soberania dos Estados e pelo seu direito de autodeterminação, com a defesa da integridade do sistema interamericano, baseado em princípios comuns, entre os quais se incluem os da democracia representativa; em compromissos jurídicos, entre os quais sobressaem os de assistência recíproca definidos no Tratado do Rio.

Tais são, Senhores Chanceleres, as linhas fundamentais da posição que o Brasil assume em face do problema cubano, na VIII Reunião de Consulta. Quero expressar aos eminentes colegas, representantes de Estados que romperam, no exercício de suas soberanias, relações diplomáticas e comerciais com Cuba, o respeito do Brasil pelos motivos que inspiraram essas decisões.

Quero ainda dirigir-me de maneira especial ao eminente representante dos Estados Unidos. Tem cabido à nobre nação norte-americana um papel de liderança mundial na luta pela defesa da democracia e pela preservação das liberdades públicas. O Brasil está integrado nos objetivos dessa luta e a atitude que assume na presente consulta corresponde, no seu entender, ao meio mais adequado de bem servir à causa comum.

Não considero que seja essa a melhor oportunidade de examinar, sob a fórmula de hipóteses, outras alternativas que se abrem às conclusões da presente consulta. Todo problema em que se acha em causa a soberania dos Estados oferece dificuldades e reclama soluções, que muitas vezes não satisfazem a expectadores ansiosos por lances sensacionais, mas que, na

aparente modéstia de suas limitações, conseguem modificar, a longo prazo, o rumo dos acontecimentos e baixar, em benefício da paz, as tensões internacionais. É o que o delegado do Brasil espera que venha a suceder, graças à experiência e à ponderação dos chanceleres americanos, ao fim da presente reunião.

*

DOCUMENTO 29

Justificação de voto do Brasil na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA

Senhor Presidente,

A delegação do Brasil adere aos argumentos de ordem jurídica, que foram expostos de maneira cabal pelos nossos eminentes colegas, os chanceleres da Argentina, do Equador e do México. A orientação que assumimos, em face do problema criado pela identificação do regime de Cuba com o marxismo-leninismo, ficou bem clara, penso eu, na exposição que tive a honra de fazer ante os senhores chanceleres, por ocasião da abertura de nossos debates gerais. Naquela oportunidade, salientei que, no entender da delegação do Brasil, a criação de um regime comunista no hemisfério entrava em conflito conceitual com os princípios do sistema interamericano. Por essa razão, demos nosso voto favorável ao 1º e ao 2º dos artigos da parte resolutiva. Esta incompatibilidade resulta, a nosso ver, de que a Organização dos Estados Americanos está baseada em certo número de princípios e propósitos entre os quais abunda, expresso na alínea d do artigo 5º da Carta, o exercício efetivo da democracia representativa.

Não é esta uma organização em que a qualidade de membro seja independente de uma certa identidade de propósitos que orienta, por conseguinte, o sentido geral da vida dessa organização. Daí, entretanto, a supor que a infidelidade de um Estado a um desses princípios, precisamente a um dos principais, possa dar lugar a uma medida que não é prevista em qualquer norma do sistema interamericano vai, a nosso ver, uma grande distância. Na verdade, como aqui foi salientado com toda clareza, em Direito Internacional Público não nos podemos permitir essas aplicações ampliativas, que consistem em supor que são permitidos determinados atos, apenas porque a eles não se faz alusão no instrumento. O que não está precisamente definido no instrumento, o que os Estados que o assinaram não constituíram como uma limitação de sua própria autonomia, não pode, de maneira alguma, ser extraído por via de qualquer interpretação.

Acresce, Senhor Presidente e Senhores Chanceleres, que, no entender da delegação do Brasil, também existe, nessa matéria, um aspecto político que não pode ser posto de lado, no exame a que procedemos, com a plena consciência da importância histórica do momento que estamos vivendo.

O aparecimento de um Estado marxista-leninista em nosso hemisfério não é um episódio isolado na conjuntura mundial. Não podemos deixar de inscrevê-lo no quadro do grande conflito entre o Ocidente e o mundo socialista dos nossos dias e de procurar situar, dentro dos limites desse quadro, as medidas que tomamos para enfrentar o tema, em defesa dos princípios democráticos e em defesa das idéias democráticas que nos unem. Numa época em que os povos já se certificaram de que não lhes está aberto nenhum caminho para a solução de seu antagonismo através do agravamento dos conflitos, das tensões internacionais e das soluções violentas, o caminho que verdadeiramente nos abrem e ao qual temos que recorrer, cedo ou tarde, é o caminho da criação de condições competitivas, que nos possam assegurar a vitória dos princípios democráticos em que acreditamos.

A delegação brasileira trouxe para esta reunião de consulta um ponto de vista, que tive a honra de expressar numa das nossas primeiras sessões da Comissão Geral, mas senti, desde logo, que esse ponto de vista talvez ainda não amadurecera suficientemente na consciência de todos para que o pudéssemos verter com proveito e nos termos de uma resolução. Não importa; estamos convencidos de que aquele ponto de vista não perdeu o seu valor e que a imperfeição inevitável das soluções a que teremos de chegar enquanto não recorremos a ele, diminuirá, necessariamente, o caminho até o instante de sua adoção. Esta convicção nada mais é do que um reflexo da confiança que temos, em primeiro lugar, na superioridade da democracia representativa, sobre toda e qualquer outra forma de governo. Onde quer que tenha sido deixada uma alternativa, uma porta aberta, para o sistema democrático, esse sistema terá a força atrativa suficiente para se impor, mais cedo ou mais tarde, e para eliminar qualquer outro sistema concorrente. A pobreza das soluções políticas oferecidas ao mundo pelo socialismo, em tão veemente contradição com outros progressos de ordem

econômica ou tecnológica, prova que a democracia ainda é a maior das técnicas de governar engendradas pela experiência do homem e pela civilização. É, sobretudo, a única dentro da qual se consegue resguardar o nível indispensável das liberdades humanas e assegurar condições permanentes para o progresso. Essa firme certeza de que a democracia é, no mundo contemporâneo, o regime do futuro e de que todos os desafios que lhe são hoje lançados pelo mundo socialista terminarão pela vitória inelutável do regime de liberdade, essa convicção está na base do ponto de vista em que se colocou o Brasil, nesta consulta e na orientação de toda a sua política exterior. Além disso, Senhor Presidente, acreditamos firmemente que o mundo americano tem uma vocação inelutável para a unidade e o entendimento. As distorções – que porventura se verifiquem num ou noutro país, sob a influência de condições históricas, mais superficiais ou mais profundas – nada poderão contra esse sentido de unidade, contra essa força atrativa da nossa vocação continental e, por isso, nesse momento em que votamos, quero reafirmar, em nome do meu país, em nome do seu povo e do seu governo, a inabalável confiança que temos nos princípios da democracia representativa, no sistema interamericano, no futuro da organização regional que praticamos e que temos o dever de aperfeiçoar e desenvolver, e a certeza que temos de que, ao termo de todas essas dificuldades e lutas, asseguraremos a vitória dos princípios em que acreditamos.

*

DOCUMENTO 30

Discurso do ministro San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados – VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA
Brasília, em 7 de fevereiro de 1962.

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Compareço à Câmara para cumprir o dever de lhes prestar contas da atuação do Brasil na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Punta del Este.

Foi esse um certame internacional que empolgou a opinião pública do Brasil e de toda a América, talvez, em parte, porque os assuntos da política externa hoje se impõem à consciência dos povos como opções decisivas para seu próprio futuro e, em parte também, porque, pela primeira vez, enfrentávamos nos quadros do sistema interamericano um problema da Guerra Fria, um problema do antagonismo entre as potências do Ocidente e aquelas que integram o chamado bloco comunista.

Por tudo isso, Senhor Presidente, a chancelaria brasileira não se aproximou da reunião de Punta del Este sem manifestar, em primeiro lugar, às chancelarias dos demais Estados americanos as suas graves preocupações. Com inúmeros dos governos da América, tivemos oportunidade de trocar correspondência. Em contatos com os seus representantes acreditados no Rio de Janeiro, mostramos que importância havia em preparar adequadamente essa consulta, na qual todos sabíamos bem como entrar, mas não sabíamos como sair, tão grave era o problema que se ia submeter à consideração dos Estados e tão grave o sentido das resoluções a serem tomadas. Especialmente com o Departamento de Estado, as conversações da chancelaria brasileira foram longas e minuciosas. Data de 12 de novembro do ano passado o segundo memorando entre o Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Estado, por intermédio de seu embaixador acreditado no Rio de Janeiro. E esse memorando, que alguém já chamou em nossa chancelaria “memorando profético”, apresentava com clareza os problemas com que nos íamos defrontar, as dificuldades que íamos ter de

resolver em face de uma situação política que a todos apaixonava e de um sistema jurídico contido em normas precisas, em princípios bem definidos, que nenhum Estado americano, digno de sua própria soberania, ousaria desrespeitar.

Essas conversações resultavam, todas elas, de que o Brasil conceituava, do mesmo modo que os demais Estados democráticos do hemisfério, como fato de suma importância para esta área geográfica, o aparecimento de um regime político instaurado por meio de um processo revolucionário que se declara marxista-leninista e, como tal, destoava dos princípios da democracia representativa em que se baseia o sistema interamericano, princípios esses reeditados expressamente no art. 5º da Carta de Bogotá. Diante de uma situação destas, convinha, a nosso ver, que as chancelarias demoradamente estudassem a matéria sobre que seriam chamadas a decidir, a fim de que, só depois de decantados os seus pontos de vista, de unificadas as suas orientações e as suas soluções, caminhassem para uma assembléia, com a prévia certeza, ou, pelo menos, com a prévia probabilidade de que os seus resultados seriam construtivos. Por esse motivo, poucos dias antes de partir para Punta del Este, tive oportunidade de reunir no Ministério das Relações Exteriores os chefes de missão dos Estados americanos, acreditados junto ao nosso governo, e de manifestar-lhes com franqueza as nossas apreensões, ao mesmo tempo que lhes definia com sinceridade a nossa posição nacional e a nossa linha de conduta. Comparecendo hoje à Câmara para falar da reunião de Punta del Este, sou, entretanto, obrigado a reconhecer que muitas dessas apreensões foram excessivas e que, embora nos tenhamos de fato defrontado com grandes problemas, com dificuldades sem conta que, sobretudo, se exteriorizaram nos grandes debates travados dentro de cada país, entre as correntes políticas, entre os órgãos de imprensa; apesar de tudo isso, repito, sou obrigado a reconhecer que a reunião de Punta del Este revelou, entre os Estados americanos, um grau de unidade de propósitos tão íntimo e tão definido que, na verdade, longe de olharmos para essa conferência, no futuro, como para uma reunião de resultados negativos, teremos de considerá-la uma reunião que marcou época na formação do americanismo. Em primeiro lugar, porque em Punta del Este as vinte nações democráticas deste hemisfério reafirmaram com ab-

solta unidade de convicção, a sua fé democrática. Todas elas reconheceram que os princípios democráticos estão na base da nossa maneira regional de viver e que é com fundamento nesses princípios que teremos de promover o desenvolvimento do sistema interamericano. A Ata de Punta del Este contém, além disso, como primeira resolução, um documento que não podemos deixar de considerar, em todos os seus aspectos, transcendental. Esse documento recebeu o título “Ofensiva do Comunismo na América Latina” e contém a enunciação de uma posição de luta perante a ação subversiva do comunismo internacional, posição em que se alinharam as vinte nações democráticas do nosso hemisfério.

As conclusões desse documento representam um grande progresso sobre documentos anteriores, no mesmo sentido, e que pontilham a história das reuniões interamericanas. Desde a IX Conferência Interamericana, em 1948, quando se aprovou a Resolução n. 32, os povos americanos têm afirmado seu propósito de lutar contra o comunismo.

Mas, nesse documento de Punta del Este, pela primeira vez, se afirmou alguma coisa que peço permissão para ler, pois aqui me parece estar contido um pensamento que merece ficar incorporado aos Anais da Câmara dos Deputados.

Diz o item 4º desse documento:

Persuadidos de que se pode e se deve preservar a integridade da revolução democrática dos Estados americanos ante a ofensiva subversiva comunista, os ministros das Relações Exteriores proclamam os seguintes princípios políticos fundamentais:

- O repúdio de medidas repressivas que, com o pretexto de isolar ou combater o comunismo, possam facilitar o aparecimento ou o fortalecimento de doutrinas e métodos reacionários que pretendam suprimir as idéias de progresso social e confundir com a subversão comunista as organizações sindicais e os movimentos políticos e culturais autenticamente progressistas e democráticos.
- A afirmação de que o comunismo não é o caminho para a consecução do desenvolvimento econômico e a supressão da injustiça social na América e que, pelo contrário, o regime democrático comporta

todos os esforços de superação econômica e todas as medidas de melhoramentos e de progresso social, sem sacrifício dos valores fundamentais da pessoa humana. A missão dos povos e dos governos do continente, na atual geração, é promover o desenvolvimento acelerado de suas economias, para eliminar a miséria, a injustiça, a doença e a ignorância, nos termos da Carta de Punta del Este.

– A contribuição essencial de cada nação americana, para o esforço coletivo, cujo objetivo é proteger o sistema interamericano contra o comunismo, é o respeito cada vez maior pelos direitos humanos, o aperfeiçoamento das instituições e práticas democráticas e adoção de medidas que representem, realmente, o impulso no sentido de uma mudança revolucionária nas estruturas econômicas e sociais das repúblicas americanas.

Tornou-se, assim, a declaração fundamental de Punta del Este, ao mesmo tempo, uma declaração contra o comunismo e contra o reacionarismo, uma declaração que reafirma a confiança de nossos povos, de que é só através da prática da democracia representativa e do respeito da pessoa humana que poderemos encontrar o caminho do nosso desenvolvimento e da nossa integral realização, mas que, contra esses resultados, se erguem o perigo do comunismo e o perigo da distorção reacionária que, sob o pretexto de combatê-lo, apenas propõe uma fórmula estéril, eficaz unicamente para paralisar o progresso dos povos.

Foi igualmente importante, em Punta del Este, aquilo que se fez e aquilo que se deixou de fazer. Quando aquela conferência foi convocada, o que se pressentia, o que se temia é que instrumentos jurídicos como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca fossem submetidos a uma fórmula de interpretação livre, capaz de transformar o nosso sistema de segurança coletiva e de proteção mútua num autêntico instrumento de intervenção.

O Tratado do Rio de Janeiro, concebido para que os Estados americanos se defendam conjuntamente dos riscos de um ataque armado ou de uma agressão equivalente, consubstanciado num fato concreto, jamais foi concebido como instrumento político para que os Estados deste hemisfé-

rio ou a sua organização regional se convertam em juízes dos regimes políticos adotados por qualquer país, seja pela via das eleições livres, seja pela via das revoluções. Na verdade, a primeira condição, o primeiro requisito para nos desenvolvermos neste hemisfério como uma comunidade de nações independentes, que perseguem, pelos caminhos do progresso, o seu próprio aperfeiçoamento democrático, é o respeito à soberania de cada povo, é deixar que cada povo resolva, pelo seu mecanismo interno de opinião pública, de reações populares de todo gênero, o problema que só a ele compete – o do seu destino.

A Organização dos Estados Americanos, de que tanto nos orgulhamos, tem sido, principalmente depois de 1933 e da definição, em Montevideu, do princípio da não-intervenção, o instrumento por excelência da proteção da independência dos Estados. Poderíamos dizer: o instrumento da não-intervenção. O que temíamos era ver um aparelho de segurança coletiva, feito para ser aplicado diante de casos concretos, transformar-se num instrumento de julgamento de regimes; e o temíamos, sobretudo, porque temos todos a consciência de que o ideal democrático que anima os povos do nosso hemisfério traça-nos um caminho, mas ainda estamos longe de atingir o seu termo. Diariamente, os Estados americanos se vêem expostos ao colapso, felizmente temporário, de suas instituições democráticas. Constantemente, a sombra dos regimes de exceção paira sobre a existência dos povos livres. Constantemente, a ameaça das ditaduras, armadas ou desarmadas, contraria o sentido de evolução democrática em que estamos empenhados. E nada seria mais perigoso para a independência dos povos deste hemisfério, nada estenderia uma sombra mais aterradora sobre o futuro das nossas soberanias, do que uma decisão coletiva pela qual se constituísse um organismo regional em juiz, árbitro e perito da natureza democrática dos regimes que praticamos e que abrisse definitivamente a porta para a intervenção, sob o signo do consentimento coletivo. Era esse o receio que animava todas as chancelarias responsáveis deste continente, ao se aproximarem de Punta del Este, onde tinham certeza de encontrar um problema, mas temiam por igual problema e a sua solução.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que nos devemos rejubilar, neste momento, de que Punta del Este tenha sido, real-

mente, uma vitória. Foi a vitória incontestada do princípio da não-intervenção. Os Estados americanos ali se reuniram sob a pressão do mais grave desafio já lançado às instituições democráticas do nosso hemisfério. E a resposta dada, a solução alcançada, a ata redigida significam uma reafirmação peremptória da confiança de todos neste princípio, a cuja sombra hão de prosperar as instituições democráticas do nosso hemisfério.

Em Punta del Este não foram propostas sequer sanções militares contra o regime cubano. Fosse qual fosse esse regime, essas sanções militares não chegaram a ser propostas, nem formuladas por ninguém. Propuseram-se, com fundamento na interpretação livre e abusiva do Tratado do Rio de Janeiro, sanções econômicas e ruptura das relações diplomáticas. Mesmo entre nós, na nossa imprensa, vozes – algumas delas as mais autorizadas – se pronunciaram, antes do início da consulta, pelo cabimento desses remédios. Mas constituiu uma vitória da democracia e da causa da independência americana o momento das votações, no penúltimo dia daquele certame, quando os Estados que haviam proposto tais sanções solicitaram a retirada dos projetos que haviam apresentado. Não necessitou, por isso, a Conferência de Punta del Este manifestar-se sobre as aplicações abusivas do Tratado do Rio, tão forte, tão poderoso, tão significativo foi o impulso da defesa de um princípio que é, porventura, a pedra angular sobre que se levanta a nossa comunidade de nações livres. Assim como preservamos o princípio da não-intervenção, assim como o deixamos intacto nos quadros da Organização dos Estados Americanos, assim também mostramos que a OEA sabe e pode tomar as medidas que estão ao seu alcance, para defender-se de um regime que contraria os seus princípios. Por vinte votos aprovou-se a exclusão do governo cubano da Junta Interamericana de Defesa, organismo que tem a seu cargo a defesa coletiva do hemisfério e que, tendo sido criada por uma reunião de consulta, podia ser objeto de modificações por outra reunião de consulta.

Assim também tomaram-se medidas de caráter preventivo, inclusive no tocante à criação de um comitê consultivo ao qual poderão os governos, no livre exercício de sua soberania, recorrer, se o quiserem, todas as vezes que se defrontarem com o perigo da subversão de origem internacional. Um único ponto restou, um único ponto constituiu-se um divisor de águas entre

as delegações que concorriam ao certame e este ponto foi a dedução das conseqüências cabíveis, do fato de se reconhecer que, entre um regime que se declara marxista e o sistema interamericano, existe uma incompatibilidade. Dessa incompatibilidade ninguém duvidou.

Antes de partir para Punta del Este tive oportunidade, como disse há pouco, de reunir, no Itamaraty, os embaixadores dos Estados americanos e de fazer-lhes uma explanação sobre a posição brasileira.

Peço à Câmara dos Deputados especial atenção para este documento, porque ele é importante para que possamos medir e observar, em sua integridade, a coerência da posição brasileira.

Essa explanação, feita depois de fixadas – pelo Conselho de Ministros, sob a presidência do eminente presidente Tancredo Neves – as diretivas que a delegação brasileira deveria observar na consulta, contém rigorosamente os pontos de vista que em Punta del Este foram defendidos pelo Brasil.

Tudo quanto declaramos que votaríamos a favor, votamos a favor. E tudo o que declaramos, naquela exposição, que não contaria com o nosso voto, não contou com o nosso voto.

A delegação brasileira inscreve a sua atitude entre esses dois limites: a declaração prévia da sua posição internacional e o resultado do seu voto, escrutinado no último dia da consulta. Uma coerência perfeita uniu esses dois momentos. E já então, nesse documento em que condenávamos as sanções militares, em que condenávamos as sanções econômicas e o rompimento das relações diplomáticas, reconhecíamos que a Organização dos Estados Americanos é uma organização unida em torno de determinados princípios e que entre eles prima, pela sua significação e pelo seu alcance, o respeito aos princípios da democracia representativa, o propósito do seu cumprimento efetivo. Mas também reconhecíamos, ao mesmo tempo, que a incompatibilidade formal, existente entre esses princípios e aquele sistema, não fora vertida em 1948, por ocasião da aprovação da Carta de Bogotá, para os próprios estatutos da Organização. Há organismos internacionais que consagram em seus estatutos a norma do desligamento compulsório dos seus membros.

.....

Com grande prazer respondo, não sem lamentar, meu ilustre confrade e companheiro de bancada, a quem tanto admiro, que V.Exa. desta vez não me tenha feito, como costuma, o obséquo de sua atenção.¹² Acabei de dizer que a Junta Interamericana de Defesa, órgão criado para a defesa do hemisfério, para cuidar da sua estratégia geral e coletiva, longe de ter sido criado nesta carta ou em qualquer tratado internacional, foi criado por uma resolução da 3ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; e tudo quanto uma reunião de consulta dos ministros das Relações Exteriores faz, uma outra reunião de consulta tem autoridade para desfazer. Esta carta, porém, Nobre Deputado, quem a fez não foi uma reunião de consulta. Quem a fez foi, em primeiro lugar, uma conferência interamericana, que é o mais alto poder constituinte dentro do nosso sistema, e quem a tornou obrigatória para todos nós, quem fez com que nenhum ministro das Relações Exteriores tenha o direito de transgredi-la com interpretações levianas, foi o voto desta Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao aprová-la, para ratificação, e bem assim o voto de outros Congressos do nosso hemisfério. Estamos aqui diante de uma lei e não diante de uma decisão administrativa da consulta. Somente porque existe essa diferença, que evidentemente escaparia ao articulista a quem V.Exa. deu a honra de uma citação, somente por esta razão é que uma decisão era possível e a outra era impossível.

Pois bem, Senhores Deputados, a Carta das Nações Unidas, a Carta de São Francisco, elaborada em 1945, três anos antes da Carta de Bogotá, consagrou expressamente, nos seus primeiros artigos, o mecanismo através do qual se elimina um Estado membro, compulsoriamente. A Carta da Organização dos Estados Americanos não consagrou nenhuma norma desse gênero. Que responde, para casos desses, o direito internacional? Não é assunto que se tenha descoberto em Punta del Este, não é

¹² Resposta ao seguinte aparte do deputado Padre Vidigal: “Quando V.Exa. ressalta a coerência de atitudes da delegação brasileira em Punta del Este, gostaria que respondesse, já não tanto à casa, mas à opinião pública brasileira, à pergunta formulada no *Diário Carioca* de hoje: Se não havia como expulsar Cuba da OEA, em nome do primado do direito sob que se abroquelou a delegação brasileira, como pôde ela expulsar Cuba da Junta Interamericana de Defesa, que é um órgão daquela organização?”

assunto que pudesse haver passado despercebido aos internacionalistas, que versam cotidianamente essa matéria. O que se declarou, o que se disse, o que se repete, sem voz dissonante, é que, quando o pacto constitutivo de uma organização não contém norma para exclusão de um dos seus membros, o meio de excluí-lo é a reforma do pacto constitutivo da organização. Parece que não é diferente, na matéria dos contratos. A forma que temos de excluir um sócio, quando especialmente a não previrmos, é também uma reforma do contrato social, embora nas questões de direito privado possamos sempre inscrever as normas convencionais no âmbito mais largo de uma lei. Mas, em matéria internacional, onde nenhuma interpretação ampliativa se permite, onde tudo o que os Estados não concordaram em limitar fica reservado à área exclusiva de sua soberania, em direito internacional o que não estiver dito na carta tem de ser introduzido nela pelo mecanismo de sua própria reforma. E esse mecanismo aqui está, o art. 111 da Carta de Bogotá.

Que cabia aos Estados americanos, se queriam agora, em face de situação nova que se apresenta, engendrar uma norma jurídica que lhes permitisse segregar de seu seio o Estado que destoava dos princípios básicos da organização? Reformar a carta. E o processo de reforma da carta está estabelecido. Há órgãos competentes para fazê-lo. Só quem não o é, é a reunião de consulta, porque esta, sendo uma reunião de ministros, uma reunião de agentes do Executivo, não pode introduzir, por uma aparente via interpretativa, uma norma nova em tratado aprovado pelo Congresso e ratificado pelo governo dos Estados.

Com este fundamento, com esta convicção jurídica, com este pensamento formado, o Brasil e também as delegações de mais cinco países que, pela sua população, pela importância da sua cultura e pela importância da sua economia, excedem os dois terços do mundo latino-americano, entenderam que deviam tomar uma posição inflexível em defesa do direito.

Já tem sido dito, tantas vezes que me acanho de repetir, mas a defesa do direito, no mundo em que vivemos, para as nações militarmente fracas e que não dispõem de recursos, nem econômicos nem tecnológicos, para poderem fazer frente aos problemas de segurança, com as grandes armas nucleares e termonucleares da atualidade, a linha defensiva para essas nações, aquela de onde não podem recuar, aquela de onde não podem consentir que se abra uma fissura, porque depois dessa fissura nada mais

existe senão o desconhecido, é a intangibilidade dos princípios e da norma jurídica. Ai do Estado responsável que compareça a uma reunião internacional para homologar, com seu voto, uma ressurreição da política de poder! A política de poder ainda pode constituir, nos nossos dias, um sonho, uma aspiração dos que julgam que têm o poder ou que talvez o tenham verdadeiramente. Mas para os Estados, que sabem que esse poder não se encontra nas suas mãos, para esses, o que se impõe é se abroquelarem nos ideais da justiça e do respeito à ordem jurídica, única fortaleza que resta aos que querem defender a sua própria independência e civilização.

.....

Entendemos que o mundo em que vivemos não pode mais ser conceituado como um mundo que vive às vésperas de uma guerra real. Esta concepção da Guerra Fria, como simples ponto de passagem, como simples etapa da qual transitaremos, naturalmente, para uma etapa de choque militar e guerra real, correspondia, em primeiro lugar, a uma dificuldade que tinham os homens de Estado de se adaptarem a uma situação nova. Correspondia, também, a uma esperança de que, na emulação tecnológica entre o Ocidente e o Oriente, se pudesse firmar, de um momento para outro, uma situação de tal superioridade que um bloco pudesse condenar o outro à certeza de uma derrota, de uma rendição.

A evolução de nossos dias apontou-nos realidade bem diversa. Estamos vendo, em primeiro lugar, que os progressos tecnológicos se equiparam, que os países conquistam hoje vantagem num domínio, para perdê-la, rapidamente, em outro. E, sobretudo, que o poder destruidor dos engenhos de guerra, a partir das chamadas armas termonucleares, atingiu a tais proporções, que o desfecho militar, mesmo com a prévia segurança da vitória, foi abolido, para qualquer das facções, por um imperativo da sobrevivência. O que todos sabem é que a guerra é, realmente, a destruição; não a destruição dos que nela tomam parte, não a destruição de algumas cidades, de alguns exércitos ou de alguns homens de Estado, mas a destruição maciça das populações, dos regimes, das culturas, das convicções, das idéias e que, depois de uma guerra, nos termos em que ela hoje se apresenta, o que existe é o nada, e de tal maneira que podemos repetir a frase do ex-presidente Eisenhower: “No mundo moderno, para a paz já não existe alternativa”.

.....

Em primeiro lugar, quero dizer (...) que ninguém o propôs [*a expulsão de um país marxista-leninista da OEA*] e, talvez, por uma única razão: porque essa medida, que importaria numa reforma da Carta de Bogotá, em vez de ser resolvida naquele instante, pelos agentes do Poder Executivo ali reunidos, que são os chanceleres das nações, teria que ser resolvida, primeiro, numa conferência interamericana; segundo, em cada Congresso, que teria de examinar e de aprovar o novo texto da carta.

E talvez por isso não se tenha proposto tal medida, porque não pareceu avisado, aos que queriam imediatamente obter uma decisão, submeter pontos dessa importância ao debate dos Congressos dos países da América.

Mas vou dizer (...) porque o Ministério das Relações Exteriores do Brasil não a propôs e é aí que voltamos ao âmago da questão política. Dizia eu, que, para nós, no mundo de hoje, o antagonismo que se delineia entre o Ocidente e o Oriente, entre as potências socialistas e as potências democráticas ocidentais, antagonismo para o qual se cunhou a denominação de Guerra Fria, longe de representar uma etapa transitória da qual evoluiremos para uma guerra real, representa um estado permanente de competição. Ninguém pretende chegar à guerra. A guerra, realmente, hoje, é um fantasma de destruição que a todos igualmente horroriza. E o que se pretende, o que se visa, o que se objetiva é, nos termos de uma competição entre o comunismo e a democracia, obter vitórias diplomáticas, realizar um trabalho de recíproca influência e alcançar, através desse processo constante, predominância política. Este é o quadro do antagonismo mundial. E dentro desse antagonismo mundial, qual tem sido a posição do Ministério das Relações Exteriores, como intérprete da política externa do Brasil? O Brasil se tem filiado, de maneira clara e indiscutível, ao grupo daquelas nações que consideram que devem existir condições de convivência para que se possa travar, com seriedade e segurança, a competição. Queremos competir. Não queremos o isolacionismo. Não queremos reforçar tensões internacionais, torná-las mais exacerbadas. Não queremos aproximar os povos do perigo de uma guerra deflagrada pelo exagero da tensão, num determinado ponto do panorama mundial. O que queremos é fazer com que

a democracia possa lutar com os regimes socialistas, que lhe lançam o seu desafio, e possa, afinal, triunfar, pela superioridade dos seus princípios, pela maior adequação da sua técnica de governo, pela sua maior capacidade de dar garantias e respeitar as necessidades básicas do homem. Esta é a posição do governo brasileiro. O governo brasileiro é partidário da convivência e, dentro da convivência, para alcançá-la, para chegar a ela, não hesita em empregar a arma específica, a arma diplomática por excelência, que é a negociação. Queremos negociar...

.....
Senhor Presidente, a política de convivência, certamente, nos levaria a apresentar, para o caso do governo cubano, corretivos, tentativas de soluções. Bem o disse, no seu lúcido aparte, o nobre deputado Alde Sampaio. Mas essas tentativas de solução, destinadas a criar condições especiais de convivência para um regime que destoa dos princípios democráticos comuns aos demais Estados, só poderiam ser alcançadas, não pela via proibida da intervenção, mas pela via larga e sempre aberta da negociação.

Esta foi, realmente, a linha que o governo brasileiro levou à Conferência de Punta del Este, sob a forma de uma proposta que não desejamos vazar num projeto de resolução, mas que preferimos conter nos limites de um discurso proferido durante o debate geral, para submetê-la às reações das diferentes delegações e sentir, então, em face dessas reações, se seria aquele o momento oportuno de formulá-la, ou se, pelo contrário, deveríamos deixá-la enunciada, para que pudesse frutificar sob mais favoráveis circunstâncias.

Não podíamos esquecer, Senhores Deputados, que aquela era uma conferência convocada por Estados que já haviam depositado, na secretaria da reunião, projetos sobre aplicação de sanções e que, portanto, seria temerário que uma delegação, em face de um dispositivo que se apresentava dessa forma, oferecesse projeto baseado, todo ele, na idéia mais límpida, na idéia mais construtiva, na idéia mais pura, mas da qual, talvez, os debates, àquela altura, ainda se encontrassem um pouco afastados. Ainda não havia falado, nesse instante, o eminente representante dos Estados Unidos, o ilustre homem público que é o secretário de Estado Dean Rusk. Depois de seu discurso, verificou-se que a delegação dos Estados Unidos não endossava os propósitos de aplicar sanções com base no Tratado do Rio

de Janeiro, pois que S. Exa. não mencionou tais propósitos entre as quatro metas que enunciou no seu pronunciamento. A fórmula brasileira foi lançada em toda a sua plenitude no âmbito do debate geral. Ali, explicamos amplamente. Ali, sustentamos que não favorecíamos soluções que, estabelecendo o isolamento de Cuba dentro do hemisfério, na verdade só teriam o mérito de encaminhá-la definitivamente para o alinhamento com o bloco político antagônico ao sistema americano.

Relembramos os grandes exemplos da história contemporânea. No Egito, no Iraque, onde quer que se tenham verificado movimentos populares com a presença, com a influência, com a coparticipação de movimentos comunistas, o que sucedeu? Sempre que as potências democráticas tiveram a lucidez de deixar aos novos regimes uma porta aberta para entendimentos com o Ocidente, o que acabou prevalecendo, ao longo do tempo, foi a linha ocidental; e, ou esses povos retornaram à prática da democracia, ou, se não o fizeram, pelo menos não adotaram a linha de conduta internacional do bloco soviético. É que, na verdade, embora muitos democratas não o acreditem, o que há de mais forte é a democracia. E como a democracia é forte, e como as potências ocidentais representam uma mensagem, sobretudo para os povos que, através de revoluções populares, se libertam da opressão, onde quer que se tenha deixado uma alternativa para o Ocidente, esta alternativa acabou por prevalecer. Daí a nossa posição radicalmente contrária a propormos à Carta uma emenda que não teria outro sentido senão o do isolacionismo. Não queremos isolar. Queremos negociar. Queremos conviver. Queremos, como disse há pouco no seu aparte o nobre deputado por Pernambuco, criar um estatuto de obrigações negativas, de limitações, que, sendo aceito livremente, não fere o princípio de não-intervenção e abre a porta para a criação de um regime de relações com Estados em que a palavra do Ocidente, a vocação geográfica, o fatalismo cultural acabarão por predominar.

Não é verdade que Cuba esteja perdida como nação para a convivência democrática. Se não a isolarmos, se não a bloquearmos de tal maneira que não lhe deixemos outro rumo senão a integração definitiva no bloco soviético, Cuba completará o seu processo revolucionário e o seu processo revolucionário a trará de volta à convivência dos Estados democráticos deste hemisfério.

Esta tese, afirmada com coragem, pode parecer, a muitos, utópica.

Pode parecer a outros uma divagação, mas o curioso é que o maior dos comentaristas de política internacional do nosso tempo, o maior dos peritos em assuntos internacionais, aquele que as chancelarias do mundo consultam sobre problemas da atualidade, Walter Lippmann, dedicou dois artigos à Conferência de Punta del Este e, depois de examinar as teses que ali eram apresentadas e defendidas, escreveu estas palavras:

Não deveremos gritar que fomos derrotados porque os maiores países da América do Sul não concordaram em votar sanções que, nos Estados Unidos, forneceria grandes manchetes aos jornais e que não teriam qualquer efeito substancial e decisivo sobre o regime castrista. Que não poderá ser feito que, realmente, valha a pena? – pergunta Walter Lippman. E ele mesmo responde – O primeiro passo a dar será a formação de uma base jurídica para a contenção de Castro, na forma argüida pelo Brasil.

Senhor Presidente, a VIII Reunião de Consulta, para alguns, pode representar um enfraquecimento da unidade americana. Na verdade, creio que nunca estivemos tão longe do enfraquecimento e mais perto do fortalecimento do sistema. O que fortalece uma comunidade de nações independentes é a demonstração de que cada uma raciocina livremente, toma suas deliberações à luz de suas próprias convicções e, com acerto ou com erro, vota no concerto dos demais países, de acordo com a linha de sua independência. Creio que nunca tivemos tantos motivos, como hoje, de nos orgulharmos do sistema regional a que pertencemos, como no momento em que fica mais uma vez evidenciado que as nações que integram esse sistema tomam suas determinações por conta própria – tanto as que votam num sentido, como as que adotam posição contrária –, afirmando suas próprias teses, desenvolvendo seus próprios pontos de vista, irmanadas por um objetivo comum, que é o de fortalecer os princípios democráticos, de lutar contra a ação subversiva do comunismo e eliminar os males do subdesenvolvimento, que debilitam a sua estrutura social. Acredito também que

muitos poderão falar, a propósito das teses jurídicas defendidas em Punta del Este, em sutileza jurídica e bizantinismo. Mas o direito, sempre que é invocado para cortar o caminho da força, é chamado bizantinismo. Não terá sido essa a primeira e, com certeza, não será a última vez. A verdade é que o direito, longe de ser um exercício intelectual, longe de constituir um artifício, constitui uma força que deita suas raízes na própria consciência das nações e condiciona sua existência. Quanto ao Brasil, estou certo de que nessa conferência a que comparecemos, dentro de uma linha perfeita de coerência, demonstramos firmeza de propósitos, opinião própria sobre os problemas em que nos cabia deliberar, mantivemos a tradição vinda dos governos anteriores, procuramos honrar a tradição dos chanceleres que nos precederam no Itamaraty e, acima de tudo, conseguimos afirmar que o nosso país conhece as suas responsabilidades internacionais e não treme diante, não de forças ocultas, que, como forças ocultas, não conheço nem me interessam, mas não treme diante do reacionarismo ostensivo, do reacionarismo que não precisa ser desmascarado porque ele próprio se desmascara nas palavras e atitudes daqueles que o exprimem perante a opinião pública, seja pelas colunas de um ou outro órgão da imprensa, seja no seio dos movimentos políticos.

.....

Não constitui ofensa a ninguém apontar as grandes divisões da opinião pública sabidamente existentes no país. Não atribuí a qualquer dos meus eminentes colegas posições ou julgamentos que não sejam próprios de parlamentares da elevação moral e do espírito público de quantos que se encontram nesta casa. Pelo contrário, Senhor Presidente, a cada um deles rendi, a seu tempo, as minhas homenagens, pois conheço as suas opiniões e a coragem com que as sustentam.

.....

É inútil, Senhor Presidente, que se procure fazer crer que, da minha parte, deixei de ter, por qualquer dos meus nobres colegas, o apreço e o respeito pelas qualidades patrióticas que todos aqui têm demonstrado. Nem consigo mesmo atinar, Senhor Presidente, por que motivo se formou, tão inesperadamente, este incompreensível equívoco.

Pelo contrário, aos nobres aparteantes que me honraram com o seu comentário contrário, a cada um deles prestei as homenagens que devo à sinceridade de suas atitudes, à franqueza de suas convicções. Isso prova que estamos numa democracia. Uma democracia nada mais é do que a confrontação ampla e, algumas vezes, apaixonada de pontos de vista e de convicções.

Dentro deste princípio em que todos se podem defrontar de cabeça erguida, com a plena certeza de que serão ouvidos com respeito e de que serão acatados em suas opiniões, é que aqui estou para expor com sinceridade e objetividade uma linha de conduta, num determinado acontecimento internacional.

Queira V.Exa., Senhor Presidente, exprimir também à Câmara o meu apreço por cada um dos nobres colegas que aqui me apartearam, manifestando opinião contrária àquelas que desenvolvi. Compreendo as razões que os inspiram. Entendo que elas todas estão na lógica mesma da formação de correntes de opinião pública e da variedade de matizes da representação popular e que não seríamos um Congresso democrático, não seríamos, sobretudo, um Congresso representativo, se aqui não tivéssemos, sentados nestas bancadas, homens que representam todos os coloridos da opinião pública do nosso país. Todos o têm sabido fazer com altivez e com dignidade e todos merecem, por conseguinte, o meu respeito, como todos merecem o respeito do Conselho de Ministros que tenho a honra de integrar.

Quero dizer, Senhor Presidente, para encerrar as minhas considerações, que estou certo de que a VIII Reunião de Consulta, pela unidade de propósitos que revelou entre as nações americanas, pelo alto nível de respeito mútuo que nela se manteve, desde a sua instalação até o seu momento final, e pela atitude desassombrada mantida por todos os Estados na luta contra o comunismo subversivo e na luta em defesa da democracia e do fortalecimento do regime democrático, há de contar entre os episódios do pan-americanismo mais construtivos, mais produtivos de resultados e que mais aproximaram, inclusive, os Estados que divergiram em algumas votações.

Muito obrigado.

DOCUMENTO 31

Minuta de relatório sobre a política externa do Brasil a partir do estabelecimento do governo parlamentar até março de 1962, preparado por Dário Moreira de Castro Alves¹³

Ao assumir a Presidência da República, a 7 de setembro último, encontrei o país com uma política exterior modificada e renovada. O governo do senhor Jânio Quadros rompera com certos preconceitos aos quais estava amarrada a política exterior do Brasil e que, às vezes, situavam nosso governo, no cenário internacional, em dissonância com aspirações majoritárias do povo brasileiro. Não correspondia aos sentimentos da maioria dos brasileiros uma linha de certo modo coincidente com a perpetuação do colonialismo. Tampouco desejavam os brasileiros separar-se do contato com outros povos apenas porque pensam diferentemente de nós. Nem poderíamos deixar de reconhecer, no surgimento dos povos africanos e asiáticos para a independência política, um dos fenômenos mais importantes da história contemporânea.

O senhor Jânio Quadros, na mensagem que dirigiu ao Congresso Nacional em março de 1961, definiu os propósitos da nova orientação da política externa do Brasil, a qual deveria ser a projeção, no mundo, daquilo que nosso país é intrinsecamente. Assinalava o então presidente da República que o Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas convicções e seus interesses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança internacionais, ao respeito do homem enquanto homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação.

Esses propósitos e diretrizes estavam consubstanciados em promessas assumidas pelo senhor Jânio Quadros quando candidato e atendiam a

¹³ N.E. – Segue-se a informação: “Esta minuta foi resumida a aproximadamente vinte por cento de seu texto e transformada na parte relativa ao Ministério das Relações Exteriores, na mensagem do presidente João Goulart ao Congresso Nacional, em março de 1962”.

reclamos de grandes partidos políticos nacionais, como o PTB, a UDN, o PSD. Meu partido deu apoio àquelas diretrizes e eu mesmo, quando vice-presidente da República, dei minha cooperação ao governo do senhor Jânio Quadros no setor da política externa, aceitando chefiar uma missão política e econômica a países do Extremo Oriente.

O governo que se empossou a 8 de setembro último, chefiado pelo presidente do Conselho de Ministros, doutor Tancredo de Almeida Neves, resolveu transformar em realidade os propósitos enunciados nos primeiros meses do governo anterior. Nesse sentido, julgo de meu dever mencionar alguns pontos fundamentais do programa de governo apresentado ao Congresso Nacional pelo presidente do Conselho de Ministros, em 28 de setembro. No documento, assinalou o primeiro-ministro que a posição internacional do Brasil tem evoluído constantemente para uma atitude de independência em relação a blocos político-militares, que não pode ser confundida com outras atitudes comumente designadas como neutralismo ou terceira posição e que não nos desvincula dos princípios democráticos e cristãos nos quais foi moldada nossa formação política. Nossa posição de independência nos permite seguir a linha de conduta mais consentânea com os objetivos a que visamos, sem a prévia vinculação a blocos de nações ou compromissos de ação conjunta, ressalvados os compromissos regionais contidos na Carta da OEA e no Tratado do Rio de Janeiro, e também de prevenção sistemática em relação a quaisquer outras nações de formação política ou ideológica diferente da nossa. Nas relações com os demais Estados americanos, o governo se manterá fiel à tradição da política brasileira contrária aos blocos, às discriminações e às preferências, e adotará uma política aberta simultaneamente ao entendimento e à cooperação de todos os países deste hemisfério na base de absoluta igualdade. Deve merecer sua particular atenção o aprimoramento das nossas relações com a República Argentina, em relação à qual nos anima o sentimento de colaboração, de apoio e de afeto, capaz de conduzir-nos, no interesse de todas as demais nações deste hemisfério, a uma constante integração de ordem econômica e cultural. Igual sentimento e preocupação nos prende ao México, ao Uruguai, ao Chile, ao Peru, à Colômbia, ao Equador, à Venezuela, à Bolívia, ao Paraguai e aos países da América Central e das Antilhas.

O programa de governo apresentado pelo primeiro-ministro continua, ainda, amplas referências à cooperação econômica continental, à preservação da paz e segurança internacionais, ao colonialismo, à presença do Brasil nas Nações Unidas, às relações do Brasil com os países socialistas, às relações com os países da Europa Ocidental, à reestruturação administrativa do serviço exterior e outros assuntos. Ficou bastante claro, no histórico documento do primeiro-ministro, que os objetivos da política externa do Brasil são, em primeiro lugar, a preservação da paz mundial, hoje a finalidade suprema e comum da ação internacional de todos os povos, mas em relação à qual madrugou a nossa vocação política, inspirada, desde os albores da nacionalidade, pelas idéias pacifistas e pelo repúdio formal à guerra como meio de ação internacional; em segundo lugar, a promoção do desenvolvimento econômico, ou seja, da rápida eliminação da desigualdade econômica entre os povos, objetivos que relacionamos não apenas ao dever primário de promoção de um nível mais elevado de bem-estar para a humanidade, mas, também, à preservação da ordem democrática e das instituições livres, pois não parece que a liberdade política possa subsistir, numa nação moderna, se não for complementada pela justiça social e pela igualdade econômica.

Na procura desses objetivos primordiais, o Brasil será levado, graças à posição independente em que se colocou, a tomar atitudes e participar de iniciativas que ora o aproximarão de determinados Estados, ora poderão alinhá-lo com Estados de orientação diferente. Em nenhum caso, essas atitudes resultarão de uma vinculação ou dependência em relação a Estados ou grupos de Estados, mas exclusivamente da procura do interesse nacional e do melhor meio de atingir os objetivos visados.

O setor que primeiro exigiu uma imediata tomada de posição do novo governo foi a Assembléia Geral das Nações Unidas, que se iniciava uma semana depois de instalado o governo parlamentar. As instruções dadas aos delegados brasileiros à XVI sessão da Assembléia Geral da ONU refletiam os objetivos da política externa no novo regime, na linha prevista no programa de governo. Deveria a delegação brasileira evitar tomar qualquer posição polêmica no quadro da Guerra Fria mundial e sustentar posições contrárias à exacerbação das divergências entre potências com ideologi-

as opostas. O Brasil deveria apoiar a aplicação escrupulosa dos princípios da Carta das Nações Unidas, especialmente os referentes à igualdade jurídica dos Estados, à autodeterminação dos povos e à não-intervenção. O governo brasileiro deveria expressar seu mais formal repúdio à realização de experiências atômicas, que encerram perigo indeterminado de contaminação da biosfera, sobre constituir sério agravamento das tensões internacionais. Quanto ao problema colonial, a posição brasileira teria de ser definida com absoluta clareza, de forma que o governo aparecesse no cenário internacional como sustentando teses claramente anticolonialistas. Deveria o Brasil bater-se pelo cumprimento da histórica resolução aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 1960, que pede a todos os países que administram territórios coloniais que tomem medidas imediatas para aplicação do princípio da autodeterminação.

A posição do Brasil a respeito do problema de Angola foi baseada, de um lado, no profundo afeto que deve o Brasil a Portugal na preservação dos valores da civilização luso-brasileira no mundo. De outro lado e em consonância com os princípios da Carta das Nações Unidas, entendeu o governo brasileiro como de seu dever instar a Portugal que preparasse o povo angolano para o exercício do princípio da autodeterminação, a exemplo do que têm feito com êxito outras potências coloniais européias, que encontraram solução harmônica para problemas semelhantes na África, criando uma verdadeira comunidade de interesses entre as jovens nações africanas e as ex-metrópoles.

Sustentou também o Brasil na Assembléia Geral da ONU a tese de que as potências industrializadas têm crescente responsabilidade pelo desenvolvimento econômico e social de países ainda em processo de desenvolvimento, ou em estágio bastante atrasado. Tais responsabilidades decorrem de dispositivos da Carta das Nações Unidas relativos à solidariedade econômica e social, no plano internacional, e à necessidade de melhoria de vida de todos os povos do mundo. Apresentou o Brasil, na Assembléia Geral da ONU, um projeto pelo qual a organização internacional vai proceder a um exaustivo estudo do problema das patentes internacionais de invenção, com o fim de estabelecer um regime que melhor atenda às necessidades dos países subdesenvolvidos, cujos balanços de pagamento são, às

vezes, pesadamente onerados com o pagamento de regalias. A tese brasileira de que o problema das patentes internacionais deve ser considerado não somente em seu aspecto jurídico, como também em seu aspecto econômico e social, foi amplamente aceita, tendo o projeto brasileiro sido aprovado por grande maioria.

Não poderia o governo brasileiro deixar de atribuir a máxima importância à aproximação e intercâmbio do Brasil com os países do hemisfério. O ministro das Relações Exteriores efetuou uma visita oficial à Argentina, em novembro último, como decorrência dos atos assinados em Uruguiana, em abril de 1961, pelos chefes de Estado do Brasil e da Argentina. Impunha-se dar aplicação prática e efetiva aos acordos de Uruguiana. Em importante declaração conjunta, assinada em Buenos Aires, os ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Argentina acertaram um mecanismo prático de permanente consulta entre os governos do Brasil e da Argentina, não só a respeito de problemas diretamente relacionados com os dois países como também a respeito de problemas de interesse internacional mais amplo. Esse sistema está operando com êxito e tem contribuído para uma melhor aproximação e conhecimento recíproco mais íntimo entre os governos de nossos dois países. Em Buenos Aires, o ministro das Relações Exteriores do Brasil assinou tratados com a nação argentina sobre extradição e sobre assistência jurídica gratuita para os cidadãos dos dois países.

O presidente do Uruguai visitou, em dezembro último, o Brasil. Além da importante declaração conjunta que os dois governos subscreveram, representantes dos dois países procederam a estudos que possibilitarão aumentar o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Uruguai, bem como as facilidades de comunicação recíproca através da construção de importantes obras de engenharia. O ministro da Marinha do México visitaram [*sic*] recentemente o Brasil. Foram dados passos decisivos para uma aproximação entre o Brasil e o México, países que viviam distanciados do ponto de vista econômico e comercial. Pelos atos assinados com aquelas eminentes personalidades mexicanas [*sic*], ficou estabelecida uma linha de navega-

ção marítima entre o Brasil e o México, inaugurada há poucos dias, que representa um esforço pioneiro de aproximação comercial entre as duas nações. Navios brasileiros e navios mexicanos já estão ligando os dois países, abrindo campo para considerável aumento de nosso intercâmbio. A declaração conjunta assinada pelos ministros das Relações Exteriores do Brasil e do México dá testemunho da profunda amizade e identidade de propósitos que animam os dois países.

No quadro, ainda, das relações com países do continente, cumpre assinalar a entrada em vigor, no início do ano corrente, do Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Na segunda metade do ano passado, realizaram-se em Montevidéu negociações para estabelecer concessões tarifárias no âmbito da zona de livre comércio latino-americana. Compareceu o Brasil àquela conferência de sete países latino-americanos com uma delegação que expressava não só o pensamento do governo como também das entidades representativas do comércio, da indústria e da agricultura do Brasil. As negociações terminaram com êxito e, no ano de 1962, a zona de livre comércio entrou em sua fase inicial de funcionamento. O Brasil comprometeu-se solenemente a empenhar o máximo de seus esforços pelo sucesso da zona de livre comércio da América Latina, empreendimento que possibilitará considerável expansão do intercâmbio comercial entre um grupo de países latino-americanos que representam, na verdade, 80% do comércio latino-americano. O secretário-executivo da Associação Latino-Americana de Livre Comércio é um economista brasileiro, o que dá posição de destaque ao nosso país no mecanismo da ALALC. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil promoveu um encontro de alguns chanceleres latino-americanos em Montevidéu, em fevereiro último, para instalar nova fase de negociações tarifárias destinadas a incluir a Colômbia na zona de livre comércio da América Latina. Está o governo brasileiro presentemente preocupado em favorecer novas iniciativas no quadro da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, com vistas a assegurar possibilidade de financiamento internacional para as exportações de um país latino-americano para outro.

Dando cumprimento ao propósito de ampliar as relações diplomáticas e comerciais do Brasil com países da área socialista, o governo brasileiro

restabeleceu, em novembro último, relações diplomáticas com a União Soviética. Já está designado um embaixador brasileiro junto ao governo soviético, o qual já enviou ao Brasil seu embaixador plenipotenciário. É intenção do governo brasileiro procurar desenvolver, ao máximo, as relações comerciais com aqueles países, através da implementação de acordos já existentes e da celebração de novos entendimentos. O comércio do Brasil com a União Soviética em 1961 acusou aumento com relação ao ano anterior, não somente no volume das trocas, como também na diversificação dos produtos trocados. O governo brasileiro está, neste momento, procedendo à abertura de missões diplomáticas na Romênia e Hungria. Estão, portanto, normalizadas, após 14 anos de interrupção, as relações entre o Brasil e a União Soviética e, no caso da Romênia e Hungria, após 20 anos. O governo considera que nenhum mercado e nenhuma área do mundo pode deixar de ser objeto de sua preocupação, com vistas à expansão de nossas possibilidades econômicas e comerciais. Dentro de cerca de cinco anos, o Brasil terá de dobrar o valor de suas exportações sob pena de ficar condenado à estagnação econômica. Isso dá a medida da magnitude dos problemas de comércio exterior do Brasil, que estão sendo atacados de forma agressiva e vigilante.

No plano continental, o problema cubano continua a desafiar a capacidade e os esforços daqueles que sinceramente desejam a solução das profundas divergências que separam Cuba de um grupo de nações do hemisfério. Em outubro último, o governo brasileiro votou contra a realização de uma reunião de consulta de chanceleres americanos porque discordava da fundamentação jurídica das propostas apresentadas junto ao Conselho da Organização dos Estados Americanos e porque entendia que não havia suficiente preparação para reunião dessa ordem. Em dezembro, absteve-se o governo, pela mesma razão, de votar a favor da convocatória de uma reunião de consulta de chanceleres, solicitada no quadro do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro. Não se opunha, entretanto, o governo brasileiro à própria realização da reunião de

consulta, se esta fosse convocada nos termos da Carta da Organização dos Estados Americanos. Convocada a conferência, o governo brasileiro preparou-se para ela com o máximo de atenção, definindo sua posição em consonância com princípios fundamentais, como o respeito à autodeterminação dos povos e a rejeição a toda e qualquer forma de intervenção estranha nos negócios internos de um país latino-americano. Por outro lado, o governo brasileiro chegou à conclusão de que não deveriam ser aplicadas sanções coletivas contra o governo cubano, não somente por motivos de ordem jurídica, como também políticos. Sustentava o Brasil a tese de que se deveria tentar uma aproximação entre Cuba e os países do sistema interamericano, a fim de não condenar aquele país das Caraíbas a um total isolamento, com relação às repúblicas irmãs do continente, o que equivaleria a assegurar ao bloco soviético a quase exclusividade nas relações internacionais de Cuba. Na opinião do Brasil, dever-se-ia negociar com Cuba um estatuto de obrigações negativas pelo qual o regime cubano seria limitado, com seu consentimento, em seus riscos com relação às demais repúblicas do continente. O governo brasileiro sustentou essas teses na conferência de chanceleres realizada em Punta del Este, de 20 a 31 de janeiro. Bateu-se o Brasil, juntamente com mais cinco outros países, pela não-aplicação de sanções coletivas contra Cuba e, mesmo, pela não-exclusão do governo cubano da Organização dos Estados Americanos, uma vez que tal procedimento não encontrava apoio jurídico nos tratados aprovados e solenemente ratificados pelos Estados americanos. Reconhecendo o governo brasileiro a gravidade do perigo comunista na América, subscreveu um projeto de resolução pelo qual o perigo comunista foi claramente identificado. Apoiou também o Brasil a criação de uma comissão interamericana de vigilância contra a penetração do comunismo internacional nas Américas. Apoiou o governo recomendação que reforçará a Aliança para o Progresso. O Brasil também apoiou a ampliação dos poderes da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

Diante da séria insistência de alguns países americanos no sentido de assegurar a exclusão do governo cubano da Organização dos Estados Americanos, o Brasil e mais cinco outros países não puderam dar seu voto

favorável a todos os dispositivos de uma resolução aprovada pelo mínimo de votos necessários sobre a posição de Cuba em face do sistema interamericano. Em votação por separado, o governo brasileiro apoiou a tese de que o regime marxista-leninista é incompatível com os princípios sobre os quais repousa o sistema interamericano. Absteve-se, porém, de votar a favor de dois parágrafos que determinavam a imediata suspensão do governo cubano da Organização dos Estados Americanos. Tal fórmula pareceu inócua ao Brasil, porque em nada limita os perigos decorrentes da existência de um Estado comunista no hemisfério e porque contém apenas uma condenação verbal do governo cubano, cujo efeito praticamente é o de afastar ainda mais, se não totalmente, as possibilidades de manter Cuba na convivência hemisférica. Considero que essa ação moderadora do Brasil contribuiu de forma decisiva para afastar a adoção de outras fórmulas preconizadas antes da conferência por alguns países, cujos efeitos nos pareciam ainda mais prejudiciais.

Não poderia deixar de fazer uma referência aos acordos financeiros celebrados com a França e com a Alemanha, como decorrência de entendimentos realizados com aqueles países no governo do presidente Jânio Quadros. As relações financeiras entre o Brasil e aqueles dois países ficaram regularizadas, consolidando-se a dívida comercial do Brasil em novo esquema de pagamentos e aumentando-se vantajosamente as disponibilidades de crédito para nosso país. Importante, também, foi a visita efetuada a nosso país, em novembro último, pelo ministro das Relações Exteriores da Polônia, que manteve com o Brasil importantes negociações, a fim de aumentar o intercâmbio econômico entre os dois países e as possibilidades de maior cooperação econômica da Polônia para o desenvolvimento do Brasil. A presença do ministro polonês marcou o início de uma fase de intensos estudos no Ministério das Relações Exteriores sobre as possibilidades comerciais do Brasil com os países de economia planificada. Recentemente, visitou o Brasil o ex-rei Leopoldo, da Bélgica. A comitiva

que o acompanhou manteve entendimentos com o governo brasileiro para concluir as negociações relativas à vinda de milhares de famílias belgas, que habitavam o Congo e que desejavam emigrar para o Brasil.

O Itamaraty recentemente passou pela mais importante reforma administrativa e de estrutura de seus serviços. Pouco depois de instalado o governo de gabinete, foram promulgados os atos que estabeleceram a reforma do Ministério das Relações Exteriores, cujos projetos estavam em tramitação no Congresso Nacional desde 1959. A carreira diplomática foi aumentada de quase um quarto do total de integrantes e a estrutura do Itamaraty foi consideravelmente ampliada, de maneira que o Ministério das Relações Exteriores possa atender plenamente às crescentes responsabilidades que lhe são cometidas. O Ministério das Relações Exteriores procedeu, também, a uma redistribuição de seu pessoal diplomático e consular nos numerosos postos existentes no exterior, bem como suprimiu repartições consulares que ofereciam mais ônus do que benefício ao governo. As missões diplomáticas em novos países africanos, criadas no governo anterior, foram abertas pelo atual governo. O governo instalou recentemente as embaixadas no Marrocos, Tunísia e Senegal. Está sendo aberta, em breve, a embaixada do Brasil na Nigéria. Tomou posse em Gana o primeiro embaixador do Brasil, que tem atribuições cumulativas junto a outras nações africanas. Um navio da Marinha de Guerra do Brasil, conforme fora projetado pelo governo anterior, realizou recentemente uma viagem de circunavegação do continente africano, não somente com objetivos de aproximação política, como também de promoção comercial. Esse empreendimento, que mostrou ao povo africano produtos da indústria brasileira, foi coroado de absoluto êxito.

O Brasil é uma nação cujo desenvolvimento muito depende do contato e das relações com outros povos do mundo. É imperiosa a necessidade

de aumentar esses contatos e essas relações, expandindo mercados para os nossos produtos e aumentando a área fornecedora de capitais e de tecnologia necessárias à aceleração de nosso desenvolvimento econômico. Por outro lado, temos uma mensagem a levar ao mundo, mensagem de paz, de concórdia, de igualdade social, de coexistência racial. Seremos tanto mais respeitados quanto mais autenticamente soubermos refletir no exterior, de maneira independente e com sinceros propósitos pacifistas, as qualidades e as aspirações do nobre povo brasileiro. A este propósito, sintetizamos os esforços do atual governo da República, chefiado pelo primeiro-ministro doutor Tancredo de Almeida Neves, dizendo que a política exterior do Brasil está baseada na seguinte dualidade de objetivos: igualdade social no plano externo [*interno?*] e independência no plano internacional.

*

DOCUMENTO 32

Discurso do chanceler San Tiago Dantas na Conferência do Desarmamento
Genebra, 16 de março de 1962.

O Brasil recebeu sua inclusão no comitê de desarmamento com a plena consciência da extensão de suas responsabilidades, a que se teria, daí por diante, de associar-se. Se é verdade que a responsabilidade pela preservação da paz mundial cabe, de forma preponderante, às potências nucleares, que são as únicas a disporem dos meios de destruí-la, também é certo que só se alcançarão progressos numa ação internacional para reduzir os riscos imediatos de guerra se os povos não armados se unirem aos armados, no esforço comum para a eliminação de um perigo que a todos atinge com igual intensidade. Para conter ou afastar tal perigo, não é bastante o temor recíproco dos Estados que dispõem de armas nucleares e termonucleares no estágio tecnológico mais avançado e têm capacidade de produzi-las, armazená-las, renová-las e lançá-las sobre o objetivo. O progresso tecnológico é suscetível de atravessar fases de equilíbrio, em que as possibilidades de destruição mútua se equivalem, mas pode atravessar também fases em que um Estado, ou grupo de Estados, alcança superioridade ofensiva ou defensiva sobre seu contendor. Essa superioridade eventual é propícia ao seu intento de procurar obter uma decisão. Se é certo que os dirigentes políticos, com a visão global do problema, têm meios de avaliação do risco que ultrapassam a simples consideração do desfecho militar, os que encaram o conflito ideológico do ponto de vista limitado da superioridade técnica atual ou do interesse econômico não deixarão de exercer uma pressão num sentido belicista; e é o quanto basta para que atinja níveis mais elevados o perigo potencial da destruição. Por outro lado, o risco tende a aumentar na medida em que o progresso tecnológico se estende a áreas maiores e que outros Estados logram acesso aos armamentos nucleares ou termonucleares por meios próprios ou por alianças políticas.

A ampliação do número de detentores do poder de iniciativa introduz, na equação de forças, novas variáveis independentes. Rompida, ainda que numa área geograficamente limitada, a paz nuclear, tornam-se mínimas as

possibilidades de evitar que a ação se propague e atinja o centro do conflito mundial.

A preservação da paz já não pode, pois, ser assegurada através da procura de superioridade militar, ou de qualquer das fórmulas em que se baseou, na era pré-atômica, a *política de poder* dos grandes Estados.

Se queremos a paz, é a paz e não a guerra a que devemos preparar; e, para isso, estão igualmente aptos e são igualmente responsáveis tanto os Estados armados, quanto os não armados, desde que tenham consciência dos riscos a que se acham expostos os seus e os outros povos e que estejam decididos a encarar com independência e objetividade o problema que nos reúne nesta comissão.

A experiência dos últimos anos nos ensina que, neste problema, existem duas maneiras de proceder:

- 1) A primeira, consiste em propor ao adversário o que previamente já sabemos que ele não poderá aceitar, sob pena de debilitar sua posição sem o correspondente enfraquecimento da posição contrária. Foi este o tipo de procedimento que fez do problema do desarmamento o campo predileto da Guerra Fria. Propostas inviáveis são lançadas, de parte a parte, na expectativa não de um progresso efetivo no campo do desarmamento, mas de um rendimento político imediato junto à opinião pública internacional.
- 2) A segunda maneira de proceder, menos freqüente, infelizmente, consiste em averiguar os limites de transigência compatíveis com a manutenção dos níveis atuais de segurança e em procurar levar até aqueles limites as negociações. É este evidentemente o único meio de alcançar progressos efetivos no domínio do desarmamento e, por paradoxal que pareça, não são as nações nuclearmente armadas, mas as não armadas as que podem criar condições mais favoráveis ao seu emprego.

De fato, os projetos desarmamentistas, característicos da Guerra Fria, não são lançados por uma potência nuclear na expectativa de enganar outra potência nuclear, mas para obter o lançamento de seu crédito junto à opi-

nião pública mundial. É junto a essa opinião pública, sobretudo das demais nações, ansiosas por condições que lhes assegurem a prosperidade e a confiança no futuro, que tais medidas conseguem ser colocadas e recebidas pelo valor nominal, gerando simpatias ou antipatias e oferecendo, assim, benefício político aos que tomam a iniciativa de propô-las.

Se essas nações não armadas – sedentas de uma paz não apenas durável, mas definitiva – tomarem a atitude esclarecida e corajosa de denunciar e repelir tais projetos de mera Guerra Fria, em vez de emprestarem seu apoio ao reforço de posições puramente polêmicas, adotadas por qualquer dos blocos militares, estará, em pouco tempo, neutralizado, e mesmo destruído, o efeito político de tais projetos e rapidamente se poderão criar as condições necessárias para uma política desarmamentista com resultados reais. É nessa posição que se pretende colocar a delegação do Brasil, no correr dos trabalhos deste comitê.

O Brasil é uma nação integrada política e culturalmente no Ocidente, que procura resolver os seus problemas econômicos e sociais nos quadros da democracia representativa, mas que não faz parte de qualquer bloco político-militar, ressalvada sua vinculação aos tratados de assistência recíproca para defesa do hemisfério americano contra agressões oriundas do próprio hemisfério ou de potências extracontinentais.

Desejamos trazer ao desarmamento uma contribuição correspondente à primazia que invariavelmente atribuímos à paz em nossa política externa e estamos certos de que a melhor forma de fazê-lo é preservarmos a independência de nosso pronunciamento e a autoridade de nossa voz, para empenhá-la em tudo que possa favorecer ao desarmamento efetivo e imediato, e recusá-la a tudo que apenas vise a reforçar polêmicas, sublinhar antagonismos, impressionar a opinião pública ou protelar resoluções.

O Brasil compreende e aprecia os esforços que tanto os Estados Unidos como a União Soviética têm envidado para alcançar um condicionamento adequado entre a progressão do desarmamento por etapas e o estabelecimento simultâneo de uma inspeção internacional eficaz.

Parece, entretanto, que o problema não se esgota nesses dois aspectos e que existe um terceiro, sem cuja consideração paralela muitas propostas correm o risco de se tornarem utópicas. Refiro-me à reconversão de uma

economia largamente influenciada pela produção de armas, como é hoje a das potências nucleares, a objetivos de ordem social e econômica no interesse exclusivo da paz. São do conhecimento de todos as estimativas do que representam os programas militares, como investimento de capitais, volumes de encomendas e mobilização de mão-de-obra. Sobre esse assunto acaba de oferecer-nos o secretário das Nações Unidas um valioso e objetivo relatório. Tanto num país de economia centralmente planejada, como num país de livre iniciativa, a cessação de encomendas criaria graves problemas internos, se devesse significar simplesmente fechamento de fábricas, dispensa de empregados e liberação de fundos públicos. É indispensável que se planeje a conversão de uma economia armamentista numa economia pacifista e que os imensos recursos hoje mobilizados em nome de uma causa mundial, que é a da segurança, sejam encaminhados através de uma organização internacional que reúna todos os fundos liberados nos países em que se processe o desarmamento, à solução de outro problema mundial, que é a eliminação, a curto prazo, da miséria dos povos e da excessiva desigualdade econômica entre os Estados.

Sem o planejamento da reconversão econômica, o desarmamento pode significar para as próprias nações armadas um desequilíbrio de perigosas conseqüências. É auspicioso pensar que está ao nosso alcance a solução desse desequilíbrio e que tal solução pode dar ensejo a um progresso substancial, não apenas para esses países, mas também para os países não armados, dos mais aos menos desenvolvidos.

Outro ponto que nos parece merecer um tratamento claro e construtivo é o que diz respeito à segurança específica das nações que não dispõem de armamento nuclear ou termonuclear, nem têm acesso às decisões finais sobre a conveniência do seu emprego tático ou estratégico. Em 26 de dezembro de 1959 um tratado entre doze potências declarou, no seu artigo 1º, que a Antártida “será usada apenas para fins pacíficos” e proibiu, no artigo 5º, que ali se realizassem explosões nucleares, ou depósitos de material radioativo. Em 28 de novembro de 1961, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 1.652 (XVI), que considera o continente africano zona desnuclearizada, a ser respeitada como tal. O Brasil deu o seu voto a esta resolução. Medidas deste gênero, seja qual for a sua eficácia ma-

terial, indicam o desejo de limitar a área de risco atômico. Ao mesmo tempo, exprimem o repúdio a qualquer legitimação do emprego de armas de destruição maciça e indiscriminada.

É fora de dúvida que atinge a soberania dos Estados e arriscaria as relações entre os governos e os povos que representam, a aceitação do emprego desse tipo de armas no território de um país que não pode participar, de forma eficaz, das decisões correspondentes. Não estaríamos apenas atraindo retaliações imprevisíveis; estaríamos, sobretudo, aceitando uma quota indeterminada de responsabilidades num ato em que não nos cabe uma quota proporcional de iniciativa.

Outro ponto sobre o qual desejo enunciar perante a comissão o ponto de vista brasileiro é o que respeita à suspensão de experiências nucleares e termonucleares, especialmente na atmosfera. O Brasil exprimiu nos termos mais claros a sua reprovação, quando a União Soviética, em outubro do ano findo, realizou sucessivos testes dessa natureza – assumindo a responsabilidade de reabrir uma competição tecnológica, em que uma trégua promissora se havia estabelecido desde 1958 – e igualmente exprimiu a sua esperança de que a decisão ainda condicional dos Estados Unidos de reiniciar tais experiências não se venha a concretizar.

Duas razões nos levam a tomar uma atitude de inflexível oposição e formal condenação dessas experiências: a primeira consiste na certeza de que elas estimularão, mais do que qualquer outro meio, aquela procura de uma superioridade ofensiva ou defensiva momentânea, a qual se constituirá em fonte inevitável de pressões belicistas no seio do Estado que se encontrar em posição favorecida; a segunda reside no receio de que estejamos contribuindo para uma contaminação radioativa da biosfera, que vai reduzindo a margem de tolerabilidade e comprometendo, não tanto o presente, quanto o futuro da nossa espécie. Quando sabemos que a utilização da energia nuclear para fins pacíficos deixa, ela própria, no presente estágio da tecnologia, um resíduo a ser debitado àquela margem inextensível, é fácil concluir o que representa, à luz de nossos deveres para com as gerações futuras, a realização de tais experiências emulativas.

Quero relembrar aqui, aplicando-as de maneira específica aos testes nucleares, as seguintes palavras do senhor Jules Moch, como delegado da

França, um país cuja ausência nesta reunião é lamentável: “Pas de désarmement sans contrôle; pas de contrôle sans désarmement; mais tout le désarmement qui peut être contrôlé”.

Depois de ouvir os discursos de ontem dos representantes dos Estados Unidos e da União Soviética, devo constatar que as posições respectivas desses dois países não parecem ter mudado substancialmente. Creio, porém, ter percebido nuances na apresentação de certos aspectos do problema, sobretudo no que diz respeito à suspensão dos testes nucleares, que autorizam a acreditar na possibilidade de um progresso rápido e real neste terreno. Devo reafirmar que, a nosso ver, não deveria haver dificuldades insuperáveis que se oponham a um resultado pronto sobre a questão da suspensão dos testes. Os técnicos das nações mais adiantadas no domínio nuclear estão de acordo, creio eu, sobre a possibilidade de controle eficaz dos testes tanto submarinos quanto os que se processam na atmosfera e na biosfera sem que seja necessária uma inspeção ou uma verificação local mais pormenorizada. Acreditamos, assim, que essas experiências deveriam ser suspensas imediatamente. Quanto às experiências subterrâneas, os estudos técnicos poderiam ser retomados sem perda de tempo, a fim de estabelecer o grau mínimo de inspeção *in loco* indispensável a assegurar a execução dos compromissos assumidos.

Um acordo sobre essa questão poderia ser concluído sem demora e constituir objeto de trabalho de um comitê que deveria ser designado imediatamente com essa finalidade.

Senhor Presidente, o Brasil saudou como um dos acontecimentos auspiciosos do ano findo, no campo das relações internacionais, a declaração comum sobre os princípios convencionados pelos Estados Unidos da América e pela URSS para as negociações relativas ao desarmamento, cujo texto foi encaminhado, em 20 de setembro, ao presidente da Assembléia Geral pelos srs. Stevenson e Zorine. Essa declaração afirma, no seu item 1º, que o fim das negociações é chegar a acordo sobre um programa que assegure: a) o desarmamento geral e completo, para que a guerra não mais seja um instrumento para solucionar problemas internacionais; b) a adoção de processos seguros de solução pacífica de conflitos internacionais e de manutenção da paz dentro dos princípios da Carta das Nações Unidas. Com

essa finalidade, as duas grandes potências “fazem apelo ao concurso de outros Estados”, entre os quais quiseram, no projeto apresentado à Assembléia Geral e que se converteu na Resolução 1.722 (XVI), incluir o Brasil.

O Brasil consagrará a essa tarefa um espírito de colaboração indeclinável.

Muito obrigado.

*

DOCUMENTO 33

Declarações do ministro San Tiago Dantas à Agência Nacional sobre a Conferência do Desarmamento

Genebra, 19 de março de 1962.

Podemos dizer que a conferência ainda está na fase de apresentação de idéias gerais. Era de esperarmos que assim fosse. A conferência está convocada para durar até o fim do mês de maio; e a sua fase decisiva, se chegarmos, realmente, a uma fase decisiva, será na primeira quinzena do mês de maio, quando, possivelmente, a reunião se transformará em reunião de cúpula, com a presença dos chefes de governo.

Declarou à Agência Nacional o chanceler San Tiago Dantas, chefe da delegação brasileira à Conferência de Desarmamento, reunida nesta cidade. Prosseguiu:

O que se imaginava era que, nessa primeira fase da reunião, os ministros das Relações Exteriores expusessem os pontos de vista dos seus países sobre a matéria. Daí, passaríamos a uma série de contatos informais, para verificarmos até que ponto podia ser avançado o trabalho de uniformização de pontos de vista e, depois, desde que esse trabalho se revelasse promissor e que se revelasse o ensejo para uma decisão sobre as controvérsias principais, passaríamos à reunião de cúpula. É mais ou menos isso que tem acontecido. Até agora, temos ouvido, nas reuniões matinais, dois ou três pronunciamentos, cada dia. E hoje realizou-se a primeira reunião informal, em que já se esboçou uma procura dos pontos mais importantes de controvérsia, para depois passarmos ao seu tratamento, à sua discussão, talvez nos quadros de um ou vários subcomitês. O que se percebe é que as nações não vieram a Genebra apenas pelo prazer de se reunirem, uma vez mais, em torno desse delicado problema. Tanto os Estados Unidos como a União Soviética aqui vieram porque esperam que seja possível avançar alguns passos. E tudo aquilo que se avançar na estrada do desarmamento é da mais alta significação e das mais profundas conseqüências. O fato de nos

termos reunido, desta vez, oito nações não alinhadas com as dez que anteriormente representavam o bloco ocidental e o bloco soviético ou socialista, representou um fator novo nos debates. Esse fato veio trazer para o plenário do desarmamento a voz dos países que não tomam parte nas decisões táticas ou estratégicas de emprego de armas nucleares, mas que estão, entretanto, tão expostos quanto os outros às suas eventuais conseqüências. É natural que a voz dos países não alinhados seja uma voz de grande significação para o mundo, porque eles interpretam o modo de sentir de bilhões de pessoas, para quem a guerra se apresenta como um flagelo e, o que é mais grave, como um flagelo involuntário. Na verdade, o ambiente é de cordialidade e de cooperação. Mesmo entre as delegações dos Estados Unidos e da União Soviética não se reproduziu, até agora, o tom agressivo que tem dominado outras reuniões. Pelo contrário, nota-se um esforço para encontrar uma linguagem que não diminua as esperanças de um entendimento. Todos sabemos que este não é fácil, mas, por não ser fácil, nem por isso é impossível. Acredito que tenhamos algum progresso a fazer no decorrer desta semana, à medida que vamos ouvindo os pronunciamentos dos ministros e que vamos podendo verificar o quanto são uniformes os pontos de vista das nações em torno desta magna questão. Ainda hoje ouvimos o representante do Canadá. O Canadá é considerado um país integrante do bloco ocidental, membro da NATO. Entretanto, não houve diferenças substanciais entre o seu pronunciamento e os pronunciamentos feitos pelo Brasil e, vamos dizer, pela Índia, embora o seu representante, senhor Krisna Menon, ainda não tenha feito o seu discurso oficial. Mas, nas intervenções que fez até agora, deixou claro que o seu ponto de vista coincide também com o do Brasil e o do Canadá. Ponto comum e básico: todos reconhecem a necessidade de evitar uma competição experimental no terreno atômico. A idéia de novas explosões na atmosfera ou submarinas e também subterrâneas é uma idéia que repugna profundamente a consciência mundial, nos nossos dias. E, por isso, se há um objetivo que esteja claro no espírito de todos, é o de fazer, desta vez, em Genebra, alguma coisa de positivo para evitar que os testes recomecem. Esse propósito, acredito, existe, sinceramente, também, no espírito da delegação soviética e da delegação norte-americana. O que o Brasil vem afirmando não se afasta do que os demais países pensam sobre essa importante questão.

Idéias e não propostas

À outra pergunta, assinalou o ministro das Relações Exteriores:

Não há proposta brasileira, como não há, na verdade, senão uma proposta dos EUA, sob a forma de um relatório, e uma proposta da União Soviética, corporificada num projeto de tratado. As demais nações não desejam, ao que parece, apresentar propostas, mas apenas trazer a contribuição de suas idéias para encontrar o termo médio em que seja possível conciliar os dois grandes Estados nucleares e criar entre eles um compromisso de desarmamento total. Isso, que já pareceu, no passado, impossível, hoje talvez seja um resultado que consigamos alcançar. O Brasil não fez propostas, de nenhuma natureza. O Brasil manifestou, apenas, as suas idéias sobre o assunto, as idéias que o governo brasileiro – responsável por 60 milhões de habitantes e pelas gerações futuras, que se multiplicarão, nas próximas décadas, passando rapidamente a casa dos cem milhões – tem o dever de observar estritamente. O governo brasileiro se sente responsável para com esses milhões de brasileiros e se sente, também, responsável para com toda a humanidade, pois, em assunto como o do desarmamento, como o das experiências atômicas, como o da cessação do risco nuclear, o país que se respeita e que está disposto a se manter à altura dos compromissos de sua soberania, não declina de nenhuma parcela de responsabilidade. Por isso, o que o governo brasileiro apresentou foram suas idéias, com o propósito de favorecer o entendimento das grandes potências nucleares. Não é pelo fato de possuir a bomba atômica, de se poder realizar experiências nucleares ou termonucleares, na atmosfera ou no subsolo, que um país está em condições de oferecer idéias políticas para remover essa grande ameaça que pesa sobre o destino dos povos. Basta que o país tenha capacidade de pensar, basta que ele tenha a consciência aberta aos problemas do seu tempo e que não adote, por covardia, por omissão ou por incapacidade, uma atitude absenteísta. O governo brasileiro não compareceu a Genebra para adotar uma atitude absenteísta. Se assim fosse, não teríamos vindo. Se viemos, foi para participar e trazer a nossa contribuição. Essa contribuição é, fundamentalmente, moral e política. É a contribuição de um país independente, que se respeita e que quer ser respeitado e que sabe que pode,

efetivamente, prestar um serviço a todos e falar, com objetividade e sem paixão, e sem se limitar a ser um comparsa, para apoiar cegamente uma posição, em detrimento de outra. Na verdade, estamos esperançados de poder desempenhar esse nobre papel. Esse é o papel que o povo brasileiro espera de nós.

Reconversão econômica

Disse, ainda, o chanceler brasileiro:

Em primeiro lugar, o Brasil manifestou com clareza que, em matéria de desarmamento, até agora, temos tido, freqüentemente, diante de nós, propostas que podem ser consideradas de mera Guerra Fria, isto é, em que uma potência nuclear apresenta à outra um ponto de vista que tem plena consciência de que não poderá ser aceito, porque, se o fosse, colocaria a outra potência numa posição de inferioridade em termos de segurança nacional. Essas propostas de mera Guerra Fria são lançadas para obter um rendimento junto à opinião pública mundial. Se queremos fazer progressos, temos que abdicar desse gênero de propostas e temos que procurar apenas aquelas que, reduzindo o *quantum* de armamento em mãos de cada país, o mantenham, entretanto, nos mesmos níveis de segurança em que se encontram. Foi esse o primeiro apelo dirigido pelo Brasil aos demais membros desta conferência. O segundo, foi para que, além de estudarmos a relação entre desarmamento e inspeção, estudemos, também, o problema da reconversão econômica. Não basta dizer que as somas hoje aplicadas no desarmamento são suficientes para proporcionar ao mundo um grande surto de desenvolvimento econômico e de bem-estar. Essa afirmação pode perfeitamente ser utópica se não se tomarem imediatamente as providências para que os recursos, à medida que vão sendo liberados de sua destinação armamentista, sejam encaminhados a uma destinação pacifista, realmente capaz de beneficiar todos os povos. É natural que todos receiem que o desaparecimento dos grandes compromissos de ordem militar redundem, em alguns países, na destinação desses mesmos recursos para outras finalidades que não são de interesse geral, ou, simplesmente,

na diminuição de impostos e taxas. É preciso, por conseguinte, que a reconversão econômica seja planejada. Por isso, o Brasil, em lugar do binômio desarmamento e inspeção, propôs o trinômio desarmamento, inspeção e reconversão econômica. Outro ponto por nós mencionado foi o que diz respeito à desnuclearização de determinadas zonas do mundo. Entendemos que o problema da desnuclearização tem o mérito de tornar bem claro que a consciência dos povos não desenvolvidos ou, para dizermos melhor, a consciência dos povos não armados repele o armamento atômico, não deseja sofrer as suas conseqüências e não deseja, de modo algum, acumular-se ao seu emprego. Por isso, vemos com simpatia a idéia da desnuclearização, embora reconheçamos que ela deva ser formulada com cuidado, dentro de uma visão de segurança global do mundo. A desnuclearização não está, para nós, vinculada a nenhuma das áreas em que se situam potências que fazem parte de blocos militares. Ao contrário, sempre ligamos a idéia da desnuclearização a potências que não fazem parte de blocos militares, não dispõem, por isso, de armamentos nuclear ou termonuclear e não podem lograr acesso às decisões sobre o seu emprego tático ou estratégico. São essas nações, que estão fora da deliberação atômica, que desejam, também, ficar fora dos seus riscos. Mas não formulamos nesse sentido nenhuma proposta. Advertimos, apenas, quanto à seriedade dessa preocupação e quanto à necessidade de compreendê-la, como expressão de um anelo comum a quase todos os povos. Também tratamos da questão da suspensão dos testes nucleares. Nossa posição, nossas afirmações, neste particular, coincidem com o que foi dito em 1960, na Conferência de Genebra, interrompida, naquele ano, quer pelos Estados Unidos, quer pela União Soviética. Não temos, nesse particular, nenhum desejo de apoiar a tese de um bloco contra o outro e, sim, de verificar em que pontos os dois grandes Estados responsáveis pela paz nuclear estão em condições de entrar num acordo. Este é que é o nosso papel: descobrir que acordo eles desejam fazer; e o acordo que eles desejarem fazer, as nações não alinhadas, aqui presentes, em Genebra, têm o dever de favorecer. Então, poderemos caminhar nessa direção, poderemos fazer com que o mundo se livre de uma competição extremamente perigosa – que é, talvez, o ponto em que mais constantemente se arrisca o futuro da humanidade – e, ao mesmo tempo,

de um efeito danoso ao futuro da nossa espécie, qual seja a contaminação da biosfera pelos resíduos radioativos, que, no presente estado da tecnologia, são deixados por essas explosões. O Brasil, está, portanto, aqui, consciente do seu papel, consciente do seu dever, vivendo como lhe compete, no seio das nações que o convocaram para trazer a sua contribuição construtiva a esta conferência. Esta contribuição, nós a traremos, certos de que ela traduz o sentimento do nosso povo e de que, ao apresentarmos as nossas idéias e ao oferecermos a nossa boa vontade, estamos fazendo aquilo que de nós espera o povo brasileiro.

*

DOCUMENTO 34

Declaração do ministro San Tiago Dantas em sessão plenária da Conferência do Desarmamento

Em 23 de março de 1962.

Aos eminentes colegas e, especialmente, aos senhores representantes da União Soviética, dos Estados Unidos e do Reino Unido, quero registrar a inquietação e a decepção do meu governo diante do relatório provisório¹⁴ que acaba de ser apresentado pela Subcomissão do Desarmamento. A decepção provém do fato de que, após dez dias de sucessivas reuniões, não só não foi registrado qualquer progresso no encaminhamento do problema do desarmamento, mas parece que o problema retornou a uma fase menos avançada de sua elaboração. A inquietação provém da consideração de que um fracasso na presente Conferência do Desarmamento importaria no desaparecimento definitivo de qualquer entrave à corrida armamentista e na emulação no domínio das experiências atômicas.

É nosso dever continuar trabalhando para obter melhores resultados. O malogro verificado na primeira fase dos trabalhos da subcomissão não implicará a paralisação de nossos esforços. O ponto de vista brasileiro, claramente expresso nas declarações que tive oportunidade de prestar inicialmente, é no sentido de que, no problema do desarmamento, devemos evitar o impasse ditado pela conservação de posições polêmicas por parte das potências nucleares.

Um tratado de desarmamento ou cessação das provas nucleares exige confiança. Também não é admissível desarmamento sob palavra. Todo Estado tem o direito de obter a certeza absoluta de que, ao firmar um com-

¹⁴ N.E. – Nota constante na página 217 do livro *Política Externa Independente*, de San Tiago Dantas (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962): “O relatório provisório, apresentado pela Subcomissão do Desarmamento para estudar um tratado sobre a cessação das experiências atômicas, a que se referiu o chanceler San Tiago Dantas em sua declaração, tem apenas três linhas e diz que a ‘Subcomissão deplora não poder comunicar qualquer progresso em relação ao tratado sobre a cessação das experiências atômicas’.”

promisso de desarmamento, não incorre em riscos incompatíveis com as necessidades de sua segurança.

Para conhecermos os limites indispensáveis à inspeção e os processos aos quais ela deve obedecer, necessitamos averiguar, com objetividade, o estado atual dos conhecimentos e dos recursos tecnológicos de que dispõem as grandes potências nucleares. A troca de informações científicas é importante para que os Estados disponham de recursos e nelas possam basear sua decisão. A idéia de desarmamento sem inspeção é tão inadmissível quanto a idéia de inspeção sem desarmamento. O direito de verificar se as disposições de um tratado estão sendo observadas é contrapartida indispensável do desarmamento. Devemos repelir a idéia de um desarmamento sem verificação, do mesmo modo que não aceitaríamos uma verificação que ultrapassasse as necessidades de eliminação da incerteza sobre a aplicação de um tratado.

Quando os Estados Unidos e União Soviética propuseram a criação de uma Comissão de Desarmamento de 18 Estados, certamente que não pretenderam apenas obter testemunhas para seus esforços de entendimento mas reconheceram a essas potências um papel ativo, que elas estão em condições de desempenhar, levando sua contribuição de boa-fé à eliminação dos pontos de controvérsia que não representam obstáculos essenciais.

Respeitamos os pontos de vista manifestados pelos representantes das três potências e acreditamos que todos estejam animados do sincero propósito de chegar a um acordo sobre o desarmamento e a suspensão de testes, mas acreditamos que, muitas vezes, lhes seja difícil abandonar, no curso de suas discussões, certas posições de onde não poderiam depois retroceder. É aí que as potências “não alinhadas” podem trazer a sua contribuição construtiva, pondo em evidência as concessões que possam ser feitas sem redução da segurança indispensável a cada uma das partes.

Diante disso, desejo fazer um apelo para que, hoje mesmo, prossiga a exploração do problema na reunião da tarde e que não se tome em consideração o relatório apresentado com a expressão sequer de interrupção temporária de nossos trabalhos.

DOCUMENTO 35

Declaração do senador Afonso Arinos, chefe da delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, contra as explosões atômicas, em nome das oito potências não-alinhadas

Genebra, 1962.

I. As delegações do Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia na Conferência do Desarmamento, lamentando profundamente que não se tenha ainda chegado a nenhum acordo sobre a suspensão de experiências nucleares, dirigem sincero apelo às potências nucleares para que prossigam em seus esforços no sentido de alcançar, o mais cedo possível, um acordo que proíba para sempre os testes nucleares. As oito delegações estão convencidas de que, ao fazer esse apelo, não falam somente em nome de seus países, mas também em nome da grande maioria da opinião pública mundial, já que as bombas nucleares preocupam todos os povos e todas as nações.

II. As delegações notam que, a despeito das divergências existentes, dentro do subcomitê sobre um tratado para a proscrição de testes nucleares, há também algumas áreas de acordo. Elas esperam que essas áreas de entendimento sejam mais exploradas e alargadas e, neste contexto, submetem à consideração das potências nucleares as seguintes sugestões e idéias.

III. Acreditam elas que existe possibilidade de estabelecer, por meio de um acordo, um sistema de observação permanente e de controle efetivo em bases puramente científicas e apolíticas. Tal sistema deverá estabelecer-se com base nas redes nacionais de postos de observações e organismos já existentes e escolhidos com esse objetivo, juntamente com, se necessário, novos postos a serem estabelecidos por acordo. As redes de observação existentes já incluem entre suas funções científicas a descoberta e identificação de explosões provocadas pelo homem. Sem dúvida, esta observação poderia ser aprimorada, equipando-se estes postos com instrumentos mais aperfeiçoados.

IV. Sugerem, ainda, que seja considerada a possibilidade de constituir-se, por acordo, uma comissão internacional composta de número limitado de cientistas altamente qualificados, possivelmente oriundos de países não alinhados, a qual seria servida por um secretariado adequado. Essa comissão deveria ter como função o processamento de todos os dados recebidos do sistema convencionado de postos de observação e de comunicar qualquer explosão nuclear ou acontecimento suspeito após completo e objetivo exame de todas as informações disponíveis. Os países signatários do tratado seriam obrigados a transmitir à comissão todas as informações necessárias a determinar a natureza de qualquer acontecimento suspeito e relevante. Em decorrência desta obrigação, os países signatários poderiam solicitar à comissão que visitasse seus territórios e/ou o local onde tivesse ocorrido o acontecimento cuja natureza fosse duvidosa.

V. Quando a comissão se julgar incapaz de chegar a uma conclusão sobre a natureza de um acontecimento relevante, ela deverá comunicar ao país em cujo território tenha o fato ocorrido e simultaneamente informá-lo dos pontos sobre os quais urgente esclarecimento se torne necessário. O país signatário e a comissão consultar-se-ão sobre que outros esclarecimentos, inclusive verificação *in loco*, facilitariam a avaliação da ocorrência. O país em questão daria, na forma do parágrafo 4, pronta e total cooperação para facilitar a qualificação da ocorrência. Após completo exame dos fatos, no qual se levará em conta qualquer dado adicional a lhe ser fornecido, como sugerido acima, a comissão internacional deverá informar os signatários do tratado de todas as circunstâncias do caso e da qualificação da ocorrência. As partes contratantes poderão determinar livremente o que fazer em face do tratado, com base no relatório da comissão internacional.

VI. As delegações do Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia concitam as potências nucleares a estudar as sugestões aqui apresentadas, bem como quaisquer outras possíveis, de maneira a salvar a humanidade dos males dos testes nucleares.

DOCUMENTO 36

Discurso do presidente João Goulart perante o Congresso dos Estados Unidos da América

Em 4 de abril de 1962.

Sinto-me muito honrado ao falar desta tribuna para transmitir aos representantes do povo norte-americano a saudação do governo e do povo do Brasil.

É a segunda vez que o destino me oferece tão privilegiada oportunidade. Aqui estive, em 1956, como vice-presidente, a convite do vosso vice-presidente, o ilustre senhor Richard Nixon, e hoje o faço atendendo a outro honroso convite, do eminente presidente dos Estados Unidos, senhor John Kennedy.

As relações de amizade entre nossos países vêm desde a era da independência e se acentuaram, mais recentemente, quando juntos lutamos nos dois últimos conflitos mundiais, em defesa da democracia e da liberdade. Essas relações jamais foram toldadas por atritos ou desentendimentos, mesmo quando possamos ter defendido posições divergentes.

É minha profunda convicção de que boas e exatas relações, entre o Brasil e os Estados Unidos, são convenientes e necessárias. Parece-me essencial, em termos de afirmação democrática continental, que haja sempre perfeito entendimento entre as duas maiores nações deste hemisfério.

Brasil e Estados Unidos modelaram a sua consciência democrática nas lutas pela independência e, desde então, vêm-se empenhando, num esforço contínuo, para implantar e aperfeiçoar uma forma de governo representativo, baseada na supremacia da Constituição escrita, no respeito à autonomia dos Estados e na garantia dos direitos individuais.

Se essa semelhança de organização política conduz aos mesmos sentimentos quanto à defesa da legalidade e à preservação das liberdades públicas, há, porém, entre os nossos países uma profunda diversidade de condições sócio-econômicas, que nos faz percorrer caminhos diferentes, em ritmo desigual para atingir idênticos objetivos.

O governo e o povo do Brasil não têm medido sacrifícios para vencer o atraso e o subdesenvolvimento. Estamos procurando estabelecer um desenvolvimento harmônico do país para corrigir desequilíbrios regionais e evitar o pauperismo de certas áreas para elevá-las ao nível, por exemplo, do estado de São Paulo, cuja renda *per capita* é superior à de países altamente industrializados.

Na luta pela nossa emancipação econômica, temos sofrido a influência de fatores contrários, que haveremos de superar. Há desajustamentos permanentes no sistema de relações comerciais entre países de desenvolvimento econômico desigual, com reflexos prejudiciais para as nações de economia mais fraca. Poderemos eliminar ou pelo menos atenuar esses desajustamentos através de convênios e acordos, na base de entendimentos amistosos e de fórmulas realistas.

A inflação monetária no Brasil, de que tanto se tem falado no país e no estrangeiro, não é fenômeno local e coincidiu com a economia de guerra, quando a antiga estrutura econômico-financeira sofreu o impacto das bruscas modificações das demandas e ofertas de nossos aliados. Durante os anos de conflagração, os preços dos nossos produtos de exportação permaneceram congelados em níveis muito inferiores ao seu valor real.

Restabelecidas as condições normais de comércio, foi possível aos países europeus e a outros cujas economias haviam sido destruídas pela guerra, eliminar a inflação e restaurar a prosperidade. Tiveram para isto, de 1948 a 1952, o auxílio maciço da economia norte-americana, que amparou, através de empréstimos e donativos, não só os antigos aliados como também os antigos adversários, permitindo-lhes restabelecer, em curto prazo, e mesmo ultrapassar seus níveis anteriores de produção agrícola e industrial. Refeitas suas indústrias, passaram esses países a comerciar nas condições particularmente vantajosas em que operam os exportadores de manufaturas.

Os países latino-americanos, com uma inflação oriunda da guerra, ficaram sem qualquer plano de cooperação internacional para recuperação de sua agricultura e desenvolvimento de sua indústria e dispendo apenas, para restauração de seu comércio, da exportação de produtos primários. A

história da deterioração crescente dos termos de troca entre produtos primários e manufaturas é bem conhecida de todos. De ano para ano, o mesmo número de sacas de café, ou de cacau, ou de algodão, compra menor quantidade do mesmo tipo de equipamentos e produtos manufaturados.

Ao mesmo tempo em que os nossos produtos primários têm ficado expostos a uma contínua baixa de preço, o índice de crescimento de nossa população vem aumentando em tal progressão que levará o Brasil a possuir mais de 200 milhões de habitantes no fim deste século. Apesar de tais fatores adversos, o Brasil vem mantendo um ritmo crescente no aumento de sua renda *per capita* e do seu produto bruto nacional.

Esse notável esforço de desenvolvimento deve-se, acima de tudo, às reservas ilimitadas de energia e patriotismo do povo brasileiro.

É certo que contamos com apreciáveis empréstimos bancários concedidos a juros normais e prazos regulamentares principalmente pelas agências financeiras dos Estados Unidos.

Sabemos – e disso tem plena consciência o povo brasileiro – que depende de nosso trabalho, de nossas energias e de nossos sacrifícios, vencer as dificuldades que atravessamos. Sentimos que o nosso destino está em nossas mãos e estamos de olhos abertos para encontrar as soluções adequadas ao desenvolvimento do Brasil. A consciência política das elites dirigentes e das camadas populares está cada vez mais viva, compreendendo que a luta pelo desenvolvimento é a luta do povo. Para isso, estamos empenhados na realização de reformas estruturais, entre as quais avulta a reforma agrária.

Reconhecemos a importância da contribuição estrangeira no processo de nosso desenvolvimento. Tenho dito e repetido que não alimentamos qualquer prevenção contra o capital externo e a colaboração técnica dos países mais adiantados, cuja cooperação desejamos e aos quais asseguramos, dentro dos limites legais estabelecidos e sob a inspiração dos interesses brasileiros, plena liberdade. Ainda recentemente, em pronunciamento perante a Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro, em homenagem com que me distinguiu, à véspera de minha partida, reafirmei os mesmos conceitos.

País em fase de plena expansão, o Brasil oferece amplas possibilidades à iniciativa privada estrangeira que queira lealmente cooperar para o seu desenvolvimento.

Em matéria de serviços de utilidade pública, há certas áreas de atrito que convém eliminar, tanto mais quanto, por um fenômeno natural, além de incompreensões entre poder concedente e concessionários, não raro geram equívocos entre países amigos. Foi com confiança que o Brasil recebeu a notícia da nova política dos Estados Unidos para a América Latina, expressa pelo presidente Kennedy na Aliança para o Progresso, de cujos marcos históricos faz parte a iniciativa brasileira da Operação Pan-Americana. Vemos na Aliança para o Progresso a formulação de um plano de cooperação global, que a América Latina espera desde o fim da II Guerra Mundial e que deverá ter, para o nosso hemisfério, uma vez executado, as proporções e a significação do Plano Marshall para os países da Europa Ocidental. A falta de uma iniciativa desse porte tornou extremamente difícil aos países do hemisfério a estabilização de suas economias. Tem ainda a Aliança para o Progresso o mérito de conceituar o problema da América Latina em seus aspectos econômicos e também sociais, o que lhe dá excepcional dimensão política, dela fazendo um programa de fortalecimento da democracia, como acentuou o vosso eminente chefe de Estado, nestas palavras altamente significativas: “Aqueles que tornarem impossível a revolução pacífica farão inevitável a revolução violenta”.

Não escondo, porém, os meus receios quanto às dificuldades de execução. Se a Aliança para o Progresso depender de um esforço dos países latinos para alcançarem com rigor técnico absoluto um planejamento global, no campo econômico e no social, e para eliminarem previamente certos fatores de instabilidade, podemos admitir embaraços capazes de prejudicar a urgência de soluções inadiáveis. Tais dificuldades recrudescerão se a “Aliança” não refletir, principalmente, o espírito de confiança e respeito recíproco entre os governos dos países que a integram, na linha de fidelidade aos propósitos manifestados pelo eminente presidente Kennedy.

Desejo reafirmar a identificação do meu país com os princípios democráticos que unem os povos do Ocidente. O Brasil não integra nenhum

bloco político-militar, mas respeita os seus compromissos internacionais livremente assumidos.

A ação internacional do Brasil não responde a outro objetivo senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance, a preservação e o fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar – quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos – a nossa razão de viver. O fim de perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfica ao conhecimento e à integração das experiências comuns; e temos a esperança de que esses contatos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível com a proteção do homem e a preservação de sua liberdade.

Usei uma linguagem simples e direta para exprimir o pensamento do governo e do povo brasileiro quanto aos problemas de maior atualidade em nossas relações de bons e velhos amigos. Foi essa mesma linguagem que trocaram dois grandes presidentes – Franklin Delano Roosevelt e Getúlio Vargas – em momentos cruciais para a história da humanidade, encontrando amistosas e eficazes formas de entendimento.

Ponho minha confiança em Deus e estou certo de que poderei contribuir para a paz e felicidade do mundo, eliminando a servidão econômica, o despotismo e o medo, e garantindo as liberdades populares e a segurança pessoal, dentro de um sistema político democrático e representativo.

Senhor Presidente, muito obrigado.

*

DOCUMENTO 37

Comunicado conjunto dos presidentes dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América

Abril de 1962.

As reuniões do presidente dos Estados Unidos do Brasil com o presidente dos Estados Unidos da América, nos últimos dois dias, foram assinaladas por um espírito de franqueza, cordialidade e compreensão mútua. Durante as conversações, os dois presidentes examinaram as relações dos dois países com respeito a tópicos de interesse mundial, continental e bilateral. Concluídas essas conversações, que foram extremamente proveitosas, concordaram em dar a público o seguinte comunicado conjunto:

Reafirmo que a tradicional amizade entre o Brasil e os Estados Unidos tem prosperado através dos anos como uma conseqüência da fidelidade do povo brasileiro e do povo norte-americano aos ideais comuns da democracia representativa e do progresso social, ao respeito mútuo entre as nações e à determinação de ambos os governos de trabalhar juntos pela causa da paz e da liberdade. Os dois presidentes declararam que a democracia política, a independência e a autodeterminação nacional, a liberdade individual são os princípios políticos que regem as políticas nacionais do Brasil e dos Estados Unidos. Os dois países estão conjugados num esforço de âmbito mundial para atingir o progresso econômico e a justiça social, únicos alicerces seguros da liberdade humana. Os presidentes consideraram a participação de seus países nas conversações sobre o desarmamento em Genebra e concordaram em continuar a trabalhar para reduzir as tensões mundiais através de negociações que assegurem o desarmamento progressivo sob controle internacional efetivo. Os recursos liberados como resultados desse desarmamento devem ser usados para propósitos pacíficos, que beneficiarão todos os povos. Os dois presidentes reafirmaram a dedicação de seus povos ao sistema interamericano e aos valores de dignidade humana, de liberdade e de progresso sobre os quais se baseia o mesmo sistema. Expressaram a intenção de fortalecer o mecanismo interamericano para a cooperação regional e de cooperar para proteger este hemisfério contra to-

das as formas de agressão. Expressaram ainda seu empenho de que as crises políticas nas nações americanas sejam resolvidas por meio de adesão pacífica ao governo constitucional, ao império da lei e à vontade do povo expressa através de processos democráticos. Os presidentes reafirmaram sua adesão aos princípios da Carta de Punta del Este e à intenção de levar adiante os compromissos que assumiram pela referida carta. Concordaram na necessidade de uma rápida execução das medidas necessárias para tornar efetiva a Aliança para o Progresso:

Planejamento nacional para a concentração de recursos em objetivos altamente prioritários de progresso econômico e social; reformas institucionais, inclusive reformas da estrutura agrária, a reforma tributária e outras mudanças exigidas para assegurar uma ampla distribuição dos frutos do desenvolvimento por todos os setores da comunidade e assistência internacional financeira e técnica para acelerar a realização de programas nacionais de desenvolvimento.

Os presidentes acentuaram o papel importante que os sindicatos, atuando dentro de princípios democráticos, devem desempenhar na consecução dos objetivos da Aliança para o Progresso. O presidente Goulart manifestou a intenção do governo do Brasil de fortalecer o mecanismo para o planejamento nacional, a seleção de prioridades e a preparação de projetos. O presidente Kennedy indicou a disposição do governo dos Estados Unidos de designar representantes para trabalharem diretamente com as agências brasileiras, a fim de que sejam diminuídos os atrasos na seleção de projetos e no fornecimento de auxílio externo. Os presidentes registraram com satisfação a cooperação efetiva dos dois governos na elaboração de um acordo para cooperação em larga escala dos Estados Unidos ao programa do governo brasileiro para o desenvolvimento do nordeste do Brasil. Expressaram a esperança de que este programa constituirá o atendimento, em breve tempo, das aspirações do povo sofredor daquela área por uma vida melhor.

O presidente do Brasil manifestou a intenção de seu governo de manter condições de segurança que permitirão ao capital privado desempenhar o seu papel vital no desenvolvimento da economia brasileira. O presidente do Brasil declarou que nos entendimentos com as companhias para a transferência das empresas de utilidade pública para a propriedade do Brasil será mantido o princípio de justa compensação com reinvestimento

em outros setores importantes para o desenvolvimento econômico do Brasil. O presidente Kennedy manifestou grande interesse nessa orientação. Os dois presidentes conversaram sobre os esforços que o governo do Brasil tem realizado, para um programa de recuperação financeira com o objetivo de conter o custo da vida e assegurar um rápido ritmo de crescimento econômico e desenvolvimento social, dentro do contexto de uma economia equilibrada. O governo do Brasil já adotou medidas importantes dentro desse programa. Os presidentes concordaram que esses esforços, levados adiante de maneira efetiva, constituirão um importante passo avante dentro da Aliança para o Progresso. Os presidentes acolheram com satisfação os recentes entendimentos entre o ministro da Fazenda do Brasil e o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, dentro dos quais os Estados Unidos estão cooperando com o programa apresentado pelo governo do Brasil, a fim de promover a expansão dos mercados latino-americanos e acelerar a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis. Os dois presidentes expressaram seu apoio à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), bem como a intenção de acelerar o desenvolvimento e o fortalecimento do mesmo. Os dois presidentes discutiram os aspectos principais do problema de matéria-prima e produtos primários. Decidiram dar inteiro apoio à conclusão de um acordo mundial sobre o café, o qual se acha em processo de negociação. Apoiarão conjuntamente as gestões junto à Comunidade Econômica Européia com a finalidade de eliminar excessivos impostos de consumo, que limitam as vendas de tais produtos, e a discriminação aduaneira, que reduz o fácil acesso dos produtos de base de origem latino-americana aos mercados europeus. Em conclusão, os dois presidentes concordaram em que sua troca de idéias confirmará as estreitas relações existentes entre os seus dois governos e suas duas nações.

O presidente Kennedy reafirmou o compromisso de seu país de cooperar com o governo do Brasil no seu esforço de atender às aspirações do povo brasileiro de progresso econômico e justiça social. Os dois presidentes reafirmaram a sua convicção de que o destino do hemisfério repousa na colaboração de nações unidas pela fé na liberdade individual, nas instituições livres e na dignidade humana.

DOCUMENTO 38

**Discurso do ministro San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados – VIII
Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA –
Moção de censura**

Em 29 de maio de 1962.

Senhor Presidente,

Antes de dar início à minha exposição, desejaria uma consulta a V.Exa. sobre um ponto de ordem. Ao longo dos debates havidos nesta casa, ensejados pela moção de censura, foram apresentadas várias interpelações. Entendo que são interpelações às questões levantadas no curso de exposições feitas da tribuna, ou mesmo em aparte, e que exigem esclarecimentos da parte do ministro das Relações Exteriores. Pergunto a V.Exa. se, falando neste momento, depois de um debate encerrar, e para responder às observações feitas à margem dele, devo ater-me à moção de censura, ou devo e posso, igualmente, tratar das interpelações?¹⁵

Neste caso, Senhor Presidente, desejo pedir a V.Exa. que me considere inscrito para, numa próxima sessão e, se possível, imediatamente na de amanhã, fornecer aos eminentes membros desta casa os esclarecimentos a que fazem jus à vista das interpelações apresentadas. Acredito mesmo, Senhor Presidente, que a moção e as interpelações não podem deixar de ter um tratamento processual direto, uma vez que, nas moções, estamos sujeitos à votação ao plenário e que, nas interpelações, estamos sujeitos, precipuamente, ao dever da resposta. E, só no caso desta ser julgada insuficiente, poderá ela transformar-se em nova moção, para a qual o voto será solicitado.

Entretanto, creio que se interpelações estão hoje mais presentes ainda ao espírito dos nossos eminentes colegas do que o próprio objetivo da moção, já que esta foi apresentada recentemente, mas havia sido formula-

¹⁵ N.E. – A resposta do presidente da Câmara dos Deputados foi de que o ministro das Relações Exteriores deveria ater-se ao assunto da moção de censura.

da e apresentada pela primeira vez em fevereiro do corrente ano, versando, exclusivamente, a conferência de Punta del Este, vou ater-me, de acordo com a solução dada por V.Exa. à questão de ordem, aos termos da moção, mas desde já quero dizer aos eminentes membros desta casa que aqui estarei, nesta tribuna, na primeira sessão em que V.Exa. me puder conceder inscrição e muito estimaria que fosse a de amanhã, para resolver, em caráter informativo, os outros pontos levantados pela Câmara no curso do debate. Muitos destes pontos pareceram-me [*sic*], realmente, um esclarecimento amplo, pois não posso compreender que paire qualquer dúvida a respeito deles no espírito dos eminentes congressistas. São questões fáceis de esclarecer, de elucidar. Muitas delas resultam antes de deturpações ocasionais de um noticiário incompleto, do que propriamente de uma apresentação integral dos fatos. E é com prazer que voltarei a esta tribuna, não apenas amanhã, mas tantas vezes quantas sejam necessárias, para trazer à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional as satisfações que lhes deve o governo pelos atos que pratica no ministério a meu cargo.

Com relação à moção de 17 de fevereiro, Senhor Presidente, creio que, decorrido tanto tempo, passados já tantos meses da VIII Reunião de Consultas que a ela deu ensejo, é justo que a examinemos em dois aspectos sucessivos. No momento em que a moção foi formulada pela primeira vez, era natural que seus eminentes signatários e a Câmara tivessem para apreciar-lhe o mérito apenas o elemento racional da compreensão da decisão ali tomada pela delegação do Brasil. Os meses, porém, passaram sobre a decisão da VIII Consulta e, hoje, já podemos juntar àquelas considerações outras, que, por assim dizer, apresentam o seu período de prova, pois, desde o encerramento da consulta até hoje, a vida internacional do hemisfério e, dentro desta, a posição do Brasil, tiveram desdobramentos que nos permitem apreciar, à luz da experiência, a decisão tomada em Punta del Este, pela maioria das nações americanas e, no quadro desta decisão, a posição tomada pelo Brasil. Vou pedir licença aos meus eminentes companheiros da Câmara dos Deputados para nessa exposição, que procurarei tornar a mais objetiva e desapaixonada, apresentar um conjunto de argumentos e de fatos e, desta forma, poder estabelecer uma base para o debate que, ainda hoje, provavelmente, aqui teremos a oportunidade de reacender.

Peço permissão, por isto, para começar por uma exposição e, depois de chegado a um certo ponto dela, então, iniciar o debate com todos aqueles que me quiserem dar a honra de sua contribuição através de apartes.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, não podemos esquecer que a VIII Reunião de Consulta adquiriu, na vida do continente americano, uma significação inusitada. A ela foram convocadas as nações deste hemisfério, para deliberarem sobre os termos de uma convocatória, que levava a crer que se pretendesse aplicar ao caso cubano o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, conhecido com o nome de Tratado do Rio de Janeiro.

Esta convocatória correspondia a argumentações expendidas no conselho da organização por alguns Estados americanos que haviam insistido em caracterizar o estabelecimento de um regime em Cuba, sem as características do regime democrático representativo, como algo que podia justificar a aplicação de sanções nos termos do Tratado do Rio. Fossem sanções diplomáticas como a ruptura das relações, fossem sanções econômicas como as medidas aplicadas ao comércio ou fossem mesmo sanções militares. Ao abrir-se a consulta, havia propostas sobre a mesa que previam a aplicação de tais sanções. Desde muito antes, entretanto, se havia iniciado, entre as chancelarias americanas, um largo debate, através de trocas de notas e de informações. E, no próprio Conselho da Organização dos Estados Americanos, os países haviam feito ouvir as suas vozes para analisar, à luz dos tratados vigentes, os objetivos consignados na convocação.

É sabido, Senhor Presidente, que o desenvolvimento da ação internacional – e, especialmente, no nosso hemisfério – consiste principalmente no equilíbrio de três princípios, ou diria melhor, de três objetivos, que estamos igualmente empenhados em alcançar. O primeiro destes princípios é a não-intervenção de um Estado nos negócios internos do outro. O segundo, é a preservação e o fortalecimento da democracia representativa em nosso hemisfério. E, o terceiro, é a construção de um sistema de segurança coletiva, baseado na aplicação de sanções contra o eventual agressor. O modo por que estes três objetivos se limitam reciprocamente, a forma pela qual cada um deles precisa ser defendido da aplicação irregular ou inconveniente do outro, constitui o aspecto, ao mesmo tempo mais delicado e mais importante da ação diplomática internacional.

Se é verdade que queremos desenvolver a democracia representativa, se é verdade que desejamos preservá-la e assegurar o seu fortalecimento, também é verdade que não desejamos fazer da defesa da democracia uma base, um pretexto, um motivo para que os Estados intervenham nos negócios internos do outro e substituam as deliberações desse próprio Estado pelas suas deliberações. Daí a fronteira que teoricamente precisa ser tratada com nitidez e que, na prática, precisa ser observada com rigor entre o princípio da não-intervenção e esse outro princípio inscrito no artigo 5º da Carta de Bogotá e que traduz a aspiração dos povos americanos ao regime de liberdade.

Ao mesmo tempo, as sanções, Senhor Presidente, são instrumentos através dos quais a organização coletiva a que pertencemos procura defender cada um de seus Estados-membros dos riscos do ataque armado e da agressão. Nada mais perigoso do que as sanções amanhã se converterem num instrumento de intervenção, graças ao qual, em vez de procurarmos reprimir a agressão e reduzir o ataque armado ao Estado anterior, passemos a poder interferir dentro de um Estado e a ditar-lhe a vontade de um outro ou mesmo da organização geral a que todos pertencem. A possibilidade de transgressão dessa fronteira, que separa a aplicação desses diferentes princípios internacionais, é constante; e o mérito da diplomacia do nosso continente, a finalidade mesma da ação internacional em que se acham engajados todos os Estados deste hemisfério é fazer com que os três possam ser colimados, sem que jamais, graças à invocação inadequada de um, posterguemos a aplicação de um outro. E é este, em Punta del Este, como de um modo geral em qualquer conferência internacional convocada sob a égide do Tratado do Rio de Janeiro, o problema que se antepunha aos cuidados das chancelarias americanas.

Podia o Tratado do Rio de Janeiro ser invocado para resolver-se, através das vias das sanções coletivas, o caso criado em Cuba pelo estabelecimento de um regime não enquadrado no conceito continental de democracia representativa? As chancelarias americanas examinaram esse caso cuidadosamente. Não foi apenas o Itamaraty, não foi apenas o governo brasileiro, através do seu órgão técnico, que se debruçaram sobre as dificuldades da espécie. Na verdade, a Argentina, o México, a Colômbia, o Peru,

o Chile, os Estados Unidos, todos os países que integram, como Estados-membros, a Organização dos Estados Americanos dedicaram à questão o mais carinhoso estudo. Os resultados desse estudo não tardaram em transparecer. O governo brasileiro, depois de examinar o caso à luz dos seus precedentes internacionais e de cotejar a espécie e as normas a ele aplicáveis, chegou a uma conclusão clara a respeito dos limites que podiam orientar a ação da nossa chancelaria.

Em primeiro lugar, partimos da idéia indiscutível de que o Tratado do Rio de Janeiro não conceitua o simples estabelecimento de um regime político, seja ele qual for, como um caso de ataque armado ou de agressão. É certo que há regimes políticos em que a agressão é mais fácil de medrar no espírito dos governantes e outros em que, pelo contrário, o maior controle de opinião pública atua como um freio sobre as intenções agressivas; mas nem por isso é lícito definir um regime político, sejam quais forem as suas características, como um ato agressivo em si mesmo. Basta pensar que a Organização das Nações Unidas mantém em pé de relações amistosas Estados que praticam os mais variados regimes políticos conhecidos no mundo contemporâneo.

Esses Estados se reúnem em assembléias internacionais, firmam tratados, entretêm uma vida diplomática ativa e nada disso seria possível se alguns deles, em virtude das características do regime que praticam, tivessem de ser considerados um agressor em ato de agressão, ou mesmo na iminência de despertá-la. A agressividade dos regimes é, muitas vezes, um resultado da índole ideológica ou de certas circunstâncias ocasionais, que influem no espírito dos povos ou dos governantes, mas não é uma característica imanente às instituições, sejam elas quais forem; e, por isso, conceituar um regime como um ataque armado, ou como um ato agressivo, seria transpormos os limites de um documento internacional, que é, porventura, o mais sério e o de maior responsabilidade para os Estados que o firmaram neste hemisfério. O documento a que me refiro é o Tratado do Rio de Janeiro, o único que permite, em determinados casos, que os Estados americanos se unam para praticar uma ação em relação a outro Estado, ação que, se não fosse legitimada, se não fosse fundamentada rigorosamente no tratado, teria de ser considerada uma intervenção.

Aí está, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o ponto em que o conceito de sanção se separa do conceito de agressão. Tudo aquilo que for praticado sob o rótulo mesmo de sanção, mas sem fundamento nos tratados que a prevêm e permitem em casos determinados, configurará a intervenção de um Estado nos negócios internos de outro. E, por isso, em vez de medida lícita, compatível com a ordem internacional e com os seus fundamentos jurídicos, terá de ser considerada medida ilícita e configurará, na ordem internacional, um estado de intervenção.

Invocar a aplicação de sanções, fosse de que natureza fosse, sobre um Estado, apenas mediante a alegação de que nesse Estado se pratica um determinado regime, escapava aos termos exatos do Tratado do Rio de Janeiro; e, por essa razão, o governo brasileiro formou o seu pensamento no sentido de que o caso que nos levaria à VIII Reunião de Consulta jamais poderia ser considerado um caso de aplicação desse tratado e não poderia, por conseguinte, levar à aplicação de sanções diplomáticas, econômicas ou militares. Perturbando embora, Senhor Presidente, a ordem cronológica que desejo observar nesta exposição, quero dizer que os fundamentos em que se baseou a orientação da nossa chancelaria foram, afinal, adotados por todas as chancelarias que compareceram àquele certame.

Embora na convocatória da VIII Consulta se previsse a aplicação do Tratado do Rio; embora estivessem sobre a mesa da conferência propostas subscritas por alguns Estados, que previam a aplicação de sanções no quadro do tratado referido, os debates de Punta del Este foram suficientemente esclarecedores e, quando a conferência marchou para o momento culminante da votação, os Estados que haviam subscrito aquelas propostas tomaram a iniciativa de retirá-las, de tal maneira que sanções diplomáticas, sanções econômicas e sanções militares não foram objeto de voto na VIII Reunião de Consulta. É esse primeiro ponto que não pode deixar de ficar bem claro, no momento em que o governo brasileiro, nos termos da moção de censura de que tenho neste momento a oportunidade de defender-me, foi considerado pouco atento aos problemas básicos da segurança do nosso hemisfério. Pelo contrário, o Brasil não viu em Punta del Este uma questão de segurança porque, na realidade, nenhum outro dos Estados americanos ali presentes pretendeu obter dos demais Estados um voto que implicasse

a aplicação do sistema de segurança coletiva regional. Peço, por isso, licença aos doutos signatários da moção de censura para acentuar que, no que diz respeito à segurança coletiva do hemisfério, longe de nos termos encontrado, em Punta del Este, numa posição de discordância no ato das votações, o que vimos foi a posição que o governo brasileiro adotou e tornou expressa na sua primeira manifestação pública dirigida aos embaixadores acreditados no Rio de Janeiro, perfeitamente perfilhada pela unanimidade da conferência. Aí, não houve discrepância e, peço para dizer, Senhor Presidente, com o devido respeito pelos signatários da moção, que não cabe a censura.

Um segundo ponto, já versado na própria moção e desenvolvido ao longo dos debates que se travaram nesta casa, diz respeito à coerência do governo brasileiro no tocante à defesa dos princípios democráticos em nosso hemisfério. Foi dito, e repetido várias vezes, que em nossa política exterior introduzimos um momento de incoerência ao desertarmos, na VIII Reunião de Consulta, de um dos princípios afirmados na declaração de Santiago do Chile.

Ser-me-ia, realmente, Senhor Presidente, extremamente penoso – e não sei como poderia salvar-me de tal mácula em minha vida pública – se, depois de ter tido a honra de ser o redator da Declaração de Santiago do Chile e de havê-la apresentado ao voto da V Reunião de Consulta, em nome do governo brasileiro, fosse eu quem, na VIII Reunião, fosse negar aplicação àqueles preceitos e sustentar pensamento diverso daquele que tivera a honra de esposar e de apresentar. É, porém, extremamente injusta esta apreciação. Na verdade, a Declaração de Santiago do Chile, como ainda hoje teve oportunidade de dizer da tribuna, em seu memorável discurso, o nobre deputado Almino Afonso, é um documento político, no qual as nações americanas reunidas na V Consulta tiveram a preocupação básica de enunciar as características fundamentais, graças às quais podemos identificar em nosso hemisfério o regime democrático representativo. É sabido que o conceito de democracia tem sido discutido, modificado e mesmo deturpado. Se queremos defender a democracia e fortalecê-la em nosso hemisfério, precisamos saber de que democracia se trata, ou, antes, que traços fundamentais individualizam este sistema de governo.

A Carta de Bogotá, de 1948, no seu artigo 5º, limitou-se a dizer que os Estados americanos se empenhavam na preservação dos princípios da democracia representativa, mas não havia ainda, naquela ocasião, um grau de concordância entre os Estados participantes da Conferência Interamericana que lhes permitisse definir o conteúdo destas palavras e colocar, em lugar de uma simples alusão, um conceito de contorno definido.

Os anos passaram sobre a Conferência Interamericana de Bogotá e, ao longo destes anos, em reuniões internacionais sucessivas, em comitês, em conselhos, os Estados americanos procuraram trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, este conceito de democracia, para poderem desenvolver aquilo que a carta apenas indicava. Foi, creio eu, na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em 1951, três anos depois da de Bogotá, que pela primeira vez se aprovou um projeto que recomendava a adoção de medidas de fortalecimento da democracia em nosso hemisfério. Esta resolução traduziu muito bem o anelo, profundo e permanente, dos povos do nosso hemisfério para elevar a sua vida política até o mais alto padrão de existência política dos povos, que é o regime democrático. Mas sabemos que a democracia é uma conquista, que os povos não atingem a ela senão através de vicissitudes históricas, em que muitas vezes há períodos de avanço e períodos de retrocesso. A cada passo, o nosso coração se confrange quando vemos uma nação, onde supúnhamos implantadas e estabelecidas as instituições representativas, tombar sob a ação de um golpe de força, desfigurar as instituições, transformar-se num regime de fato ostensivo. Mas o anelo dos povos americanos tem vencido estas vicissitudes, tem ido além destas peripécias e, sempre, tem podido renascer a nossa ânsia de sermos verdadeiramente uma democracia, restaurando o regime representativo com base no voto, conquistando-o pela evolução da nossa cultura política e, também, pelo espírito de reivindicação de nossos povos.

Esse desejo de fortalecer a democracia em nosso hemisfério, esta aspiração, ao mesmo tempo cultural e política, foi lançada em 1948 em Bogotá, recomendada em 1951 pela IV Consulta, mas o passo mais notável dado nesse caminho e que constitui, sem dúvida alguma, um título da diplomacia brasileira, foi a Declaração de Santiago do Chile, em que se conseguiu dar conteúdo à expressão e dizer quando é que um regime, pela

ocorrência de determinadas conotações, pode ser considerado um regime democrático, dentro dos limites históricos deste conceito no continente americano. Ajustou-se, porventura, em Santiago do Chile, que os povos americanos se obrigavam a observar nas suas instituições políticas as características da democracia representativa? Combinou-se em Santiago do Chile que qualquer país que se afastasse daquele modelo, daquele parâmetro estaria sujeito a ver suas instituições políticas reorganizadas pelos demais Estados, através de uma comissão ou através de uma deliberação do órgão regional, a Organização dos Estados Americanos? Jamais. Isto não se fez, porque isto não se podia fazer.

Em primeiro lugar, porque é da essência da democracia que ela resulta da vontade popular, que não pode ser substituída pela vontade de nenhum outro organismo, de nenhuma outra entidade, de nenhum outro grupo de nações.

Senhor Presidente, o motivo que nos levou, então, a nos opormos à idéia da exclusão foi – além daquele que anteriormente salientei, da inoperância – este outro de que, no entender da chancelaria brasileira e das demais chancelarias que votaram no mesmo sentido, em face da divisão de campos políticos que se observa no mundo de hoje, devemos preservar condições de competição. É necessário que os Estados possam competir, é necessário que possamos fazer sentir, dentro de cada um deles, a palavra, o exemplo, a linha de discussão e de debate que pode manter os Estados – onde a liberdade so[ç]bra momentaneamente – abertos para um retorno ao caminho das instituições democráticas.

Finalmente, Senhor Presidente, o terceiro motivo, de ordem jurídica: jamais assistimos, na diplomacia brasileira, a um único caso em que se constituísse em critério da nossa política externa passar por cima de normas jurídicas para darmos soluções puramente políticas em matérias reguladas pelo direito.

Se há uma tradição jurídica no nosso país, se há na diplomacia brasileira uma constante, essa constante é a da observância da norma jurídica em todos os casos e da não-transgressão da norma jurídica nos casos em que ela pode e deve ser aplicada. Por isso, Senhor Presidente, quis o Brasil, em face daquela circunstância, adotar a atitude de completo respeito a um

tratado assinado pelo Brasil, que era a Carta de Bogotá. E este tratado não permitia que se excluíssem Estados-membros, sendo [*sic*] através do único mecanismo que em tais casos se conhece, que é o da reforma do próprio tratado, e da reforma da própria Carta. Foram estas as circunstâncias que levaram o Brasil a votar da maneira por que o fez.

Decorridos estes meses, Senhor Presidente, o que se vê? Em primeiro lugar, a resolução tomada pela maioria da VIII Consulta não produziu nenhum efeito prático em relação aos objetivos. Pelo contrário, a atitude do Brasil, mantendo a sua linha de conduta internacional e preservando as suas relações com o Estado excluído da organização, deu ensejo a que pudéssemos prestar ao mundo, à causa democrática e à liberdade de opinião, serviços consideráveis. Tem sido a embaixada do Brasil na capital de Cuba o refúgio certo de todos aqueles que discordam do regime político ali praticado. Tem sido o Brasil o Estado que tem intercedido, inúmeras vezes, para conseguir abrandar os rigores de uma situação política. Tem sido o Brasil, acima de tudo, a porta aberta através da qual o mundo democrático mantém a presença naquele país; país cujas tradições de fidelidade aos princípios democráticos não deixarão de triunfar sobre um episódio momentâneo de ditadura.

É inútil, Senhor Presidente, pensarmos que as ditaduras, que os regimes extremistas se estabelecem em caráter definitivo. Todos eles são transitórios. Todos eles são regimes que tendem a desaparecer.

*

DOCUMENTO 39

Memorando sobre os problemas suscitados pela política da Comunidade Econômica Européia

Circular n. 4.311, de 7 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CEE. Posição da América Latina.

URGENTE

Às missões diplomáticas na América Latina

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as missões diplomáticas na América Latina e tem a honra de remeter-lhes, em anexo, cópia do memorando redigido pelo senhor ministro de Estado, quando de sua recente estada em Roma, e que foi entregue ao primeiro-ministro italiano, Amintore Fanfani, na época acumulando as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, aos chefes dos departamentos econômico e político daquele ministério e aos embaixadores latino-americanos acreditados junto ao governo da Itália.

2. O mencionado memorando contém os pontos de vista do governo brasileiro com respeito aos problemas suscitados pela política da Comunidade Econômica Européia em relação aos países não-membros daquela comunidade, pontos de vista que foram expostos pelo senhor ministro de Estado aos embaixadores latino-americanos em Roma, em reunião na embaixada do Brasil.

3. Naquela oportunidade, o senhor ministro de Estado sugeriu aos senhores chefes de missão uma ação conjugada dos países latino-americanos na solução daqueles problemas comuns, pedindo-lhes transmitissem essa sugestão aos respectivos governos.

4. A Secretaria de Estado instrui as missões diplomáticas na América Latina no sentido de reiterarem, por nota, às chancelarias, a necessidade e o interesse de gestões imediatas de seus representantes junto aos gover-

nos membros da CEE, bem como de apoio de suas delegações às reuniões indicadas no memorando do senhor ministro de Estado.

5. A nota em apreço deverá ser acompanhada de cópia do memorando e nela deve ser ressaltada a importância de que as instruções aos respectivos representantes sejam dadas com a maior urgência, tendo em vista a próxima reunião entre os ministros africanos e o Conselho de Ministros da CEE, a iniciar-se em 20 do corrente, na qual se estabelecerão os termos de associação para a nova convenção entre a comunidade e os países e territórios de além-mar, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1963.

6. A Secretaria de Estado agradecerá ser informada das reações havidas como decorrência dessas gestões.

Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1962.

[*Anexo*]

Memorando¹⁶

O embaixador do Brasil em Roma convidou os chefes de missão latino-americanos, bem como o encarregado de negócios da embaixada dos Estados Unidos, em Roma, para um encontro, por ocasião da visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, professor Francisco Clementino de San Tiago Dantas.

Durante esse encontro, o ministro San Tiago Dantas expôs aos presentes as dificuldades com que se defrontam as economias dos países latino-americanos, em relação à Comunidade Econômica Européia.

Tais dificuldades derivam, em grande parte, da política agropecuária comum, delineada no artigo 39 do Tratado de Roma, bem como da associação de países e territórios ultramarinos, em decorrência do artigo 136 do mesmo tratado.

¹⁶ N.E. – Texto transcrito a partir do ofício n. 49, de 6 jun. 1962, da embaixada do Brasil em Roma à missão do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia.

Referiu-se o ministro San Tiago Dantas, em primeiro lugar, ao conjunto dos efeitos, sobre as economias latino-americanas, de todas as formas de progresso econômico decorrentes dessa experiência de integração regional, inclusive às reações a esses efeitos que, certamente, se farão sentir em todos os setores da vida econômica, principalmente no relativo aos investimentos dos países da Comunidade nas economias latino-americanas, de seus programas de assistência técnica aos países subdesenvolvidos, bem como de seus planos de estabilização de mercados, das garantias de suprimento regular e de preços razoáveis aos consumidores europeus de produtos básicos, sejam matérias-primas para consumo industrial, sejam produtos alimentares.

Aludiu o ministro San Tiago Dantas aos produtos agrícolas tropicais, tais como café, cacau, algodão, bananas e açúcar de cana. Tais produtos, que não concorrem com os produzidos pelos países integrantes da Comunidade – exceto no que se refere ao açúcar da beterraba – são, entretanto, importados pelos países da Comunidade e neles sujeitos a tratamento preferencial, quando oriundos de países e territórios associados de ultramar.

Os países da Comunidade consomem, ainda, grande quantidade desses produtos tropicais, assim como de outros produtos da zona temperada, principalmente matérias-primas de origem agrícola e mineral, oriundos de países não associados à Comunidade. As políticas fiscais e comerciais, exercidas como instrumentos tarifários e não tarifários, pela Comunidade, com respeito a todos esses produtos, são, assim, da maior importância para os países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, não associados à Comunidade e cujas economias dependem, primordialmente, das receitas de exportação obtidas com as vendas destes produtos no exterior.

Referiu-se o ministro San Tiago Dantas à situação peculiar dos produtos primários, principalmente agropecuários da zona temperada, que são produzidos nos territórios dos países membros da Comunidade, tais como trigo, arroz, laticínios, óleos e gorduras, frutas e vegetais. Em relação à produção dessas mercadorias, as provisões do artigo 39 do Tratado de Roma produzem efeitos que ultrapassam as fronteiras da Comunidade, atingindo países produtores da zona temperada na América Latina, na América

do Norte e na Oceania, bem como nos países de economia centralmente planejada da Europa Oriental e Ásia.

As políticas agrícolas, fiscais e comerciais, no concernente aos seus possíveis efeitos sobre os produtos da zona tropical e temperada, dentro dos limites da Comunidade e no contexto de sua associação com países e territórios ultramarinos, ainda se encontram em vias de formulação definitiva. Essas políticas, tal como foram propostas pela Comissão, que é o órgão executivo da Comunidade, dependem, para aplicação, de aprovação pelo Conselho da Comunidade. Várias decisões, que afetam a política agropecuária comum, foram tomadas durante a reunião do Conselho, em dezembro de 1961. Outras foram tomadas – ainda a título provisório – nas reuniões do Conselho efetuadas nos primeiros meses do corrente ano. Além disso, as normas definitivas que devem reger as relações da Comunidade com os países e territórios associados de ultramar ainda não foram determinadas, a despeito de a Comissão já se haver pronunciado sobre elas. Tais normas ainda estão sujeitas à negociação de nova convenção, que substitua a existente e que deverá expirar no fim do corrente ano.

Outro elemento que tem retardado a ação da Comunidade Econômica Européia na determinação dessas políticas é originado das condições sob as quais o Reino Unido aderirá à Comunidade, uma vez que a Grã-Bretanha tem deveres para com os países da Comunidade Britânica, que deverão ser respeitados nos termos da adesão desse país à Comunidade Econômica Européia, já que parece certo que a Grã-Bretanha, ao aderir à CEE, não o fará acompanhada dos outros países da Comunidade Britânica.

O ministro San Tiago Dantas, no decurso de sua exposição, aludiu à posição específica do Brasil como exportador de produtos tropicais, concorrentes a produtos similares africanos, em face da Comunidade Econômica Européia. Salientou a simpatia do Brasil pela CEE, não só em decorrência de suas conseqüências políticas, que favorecem todo o Ocidente, mas também pelos benefícios que provirão do progresso econômico europeu, em virtude da integração regional da Comunidade. Os mercados mais amplos na Europa Ocidental gerarão economias nacionais em expansão, cujo efeito será o de aumentar a demanda de importações, mesmo que não haja redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, limitativas dessas importações.

Referiu-se ao fato de que o Brasil não deseja prejudicar o desenvolvimento daqueles países africanos, que merecem o apoio e a cooperação especial dispensados pela Comunidade aos seus associados ultramarinos. Ao assumir o governo brasileiro posição de combate a discriminações e preferências inaceitáveis e ao pleitear a sua eliminação imediata, lembra que aos antigos governos metropolitanos, componentes da Comunidade Econômica Européia, cabe amparar, por meio de inversões de capital, as economias subdesenvolvidas ou em processo de desenvolvimento de suas antigas colônias no continente africano, mas tais deveres, que as antigas metrópoles possuem em relação aos países recém-independentes da África, não podem gerar prejuízos injustificados à economia brasileira e às economias dos países latino-americanos.

Salientou o ministro San Tiago Dantas que a política agropecuária comum, delineada no artigo 39 do Tratado de Roma, é baseada no aumento da produtividade agrícola, no adequado padrão de vida das populações rurais, na estabilização de mercados, na garantia de suprimentos e em preços razoáveis aos consumidores, [*sic*] deve ser executada sem prejuízo das economias de outros países não participantes da Comunidade e principalmente dos países latino-americanos da zona temperada. O Brasil também participa dos temores de que essa política possa ser exercida em detrimento de suas exportações de carne, bem como das exportações de um produto tropical tal como o açúcar de cana, quando venha a concorrer, na Europa Ocidental, com o açúcar de beterraba.

Aludiu às modificações que serão introduzidas no panorama atual da Comunidade pela adesão de países tais como o Reino Unido, os países escandinavos e a Suíça. Mantidos os critérios que prevaleceram no cálculo da tarifa externa comum, tais adesões acarretarão aumentos consideráveis na margem de taxaço tarifária desses países, em relação ao café, cacau, nozes, castanha do Pará, bananas e frutas cítricas.

O ministro San Tiago Dantas lembrou a realização, em julho próximo, sob patrocínio da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em Santiago do Chile, de uma reunião em nível técnico, cujo temário compreende o estudo de uma extensa gama de problemas decorrentes dos efeitos da Comunidade Econômica Européia sobre as economias latino-

americanas. Referiu-se, ainda, à possibilidade de se convocar outra reunião, a ser efetuada no Cairo ou em Genebra, a convite do governo da Iugoslávia, a fim de que, também em nível técnico, se estudem as conseqüências da CEE sobre as economias dos países da Europa Oriental, América Latina, Ásia, Oceania, América do Norte e países africanos não associados à Comunidade, não somente no referente a produtos primários de origem agrícola, mas também a produtos básicos minerais e ao comércio de semi-manufaturas e manufaturas.

Sugeriu, então, o ministro San Tiago Dantas, a necessidade de os países latino-americanos adotarem uma ação conjugada no decurso destas reuniões, bem como nas reuniões do GATT, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, na comissão sobre o comércio internacional de produtos de base, no Conselho e nas comissões da Organização da Agricultura e Alimentação e na Conferência Internacional do Café, a reunir-se sob os auspícios da ONU em 4 de julho próximo, para estudar um convênio mundial que assegure o reequilíbrio e a recuperação normal do mercado deste produto.

Sugeriu, ainda, a necessidade de uma ação articulada dos países latino-americanos e dos Estados Unidos da América, junto ao governo italiano, no sentido de que este governo possa vir a reduzir as taxas internas que hoje incidem sobre o café, salientando a importância desta gestão, principalmente junto ao governo italiano, que vem demonstrando compreensão e receptividade, como membro da Comunidade Econômica Européia, para as reivindicações latino-americanas.

A colaboração do governo italiano para agir como mediador entre a América Latina e a CEE já foi oferecida anteriormente. Aproveitando essa oportunidade, os países latino-americanos produtores de café intensificaram, coletivamente, em Roma, suas gestões, a partir de dezembro de 1959, inclusive para obter a redução da forte taxaço que pesa sobre o café na Itália. Poucos resultados foram, porém, até agora alcançados, apesar das declarações de boa vontade feitas pelas autoridades governamentais italianas.

Os embaixadores dos países latino-americanos só conseguiram, durante os anos de 1960 e 1961, uma redução de 50 liras no “imposto geral sobre entradas”. Na realidade, essa concessão do governo italiano representa,

apenas, o reconhecimento de que o “valor oficial” de 950 libras, fixado para o quilo de café, sobre o qual incide aquele imposto, era de fato, exagerado e devia ser, como foi, corrigido para 550 libras, que, ainda assim, estava, como está, acima do preço médio de importação.

Essa redução de 50 libras na taxação sobre o café não teve repercussão sobre o preço de varejo, visto que, não havendo tabelamento de preços na Itália, os retalhistas e varejistas absorveram a baixa do tributo. Não obstante a suspensão das conversações coletivas, que se seguiram a essa pequena concessão, continuou o governo brasileiro a insistir para a obtenção de substancial redução da taxa interna sobre café. O governo italiano parece, no momento, disposto a reduzir o imposto de consumo sobre o café, conforme deu a entender o ministro das Finanças, no Congresso Internacional do Café, realizado em San Remo de 12 a 14 de maio corrente.

Concluindo, o ministro San Tiago Dantas sugeriu uma ação conjugada dos países latino-americanos na solução dos problemas comuns mencionados em sua exposição e pediu que os senhores chefes de missão transmitissem essa sugestão às respectivas chancelarias.

*



GESTÃO

Afonso Arinos de Melo Franco



DOCUMENTO 40

Entrevista coletiva do senador Afonso Arinos de Melo Franco, empossado ministro das Relações Exteriores

Em 18 de julho de 1962.

EM BRASÍLIA, o ministro das Relações Exteriores, senhor Afonso Arinos de Melo Franco, concedeu, ontem, entrevista coletiva à imprensa, em seu gabinete. A íntegra da entrevista é a seguinte:

Vossa Excelência pode informar, pois houve rumores nesse sentido, se ocorreu mudança na política externa brasileira?

Eu não tenho conhecimento da existência desses rumores. Entretanto, o que é público e notório é que houve indagação – anterior à apresentação do primeiro-ministro Brochado da Rocha à Câmara dos Deputados e no decurso de sua exposição – se haveria continuidade na linha da política externa brasileira. Quanto à continuidade da linha de política externa brasileira, aproveitei a oportunidade para chamar a atenção dos meus patrícios. É um problema que está colocado em termos uniformes, desde bastante tempo. Na base da campanha realizada para a eleição do presidente Quadros, delinearão-se certas diretrizes dessa política externa, ratificadas pela maioria que elegeu aquele eminente brasileiro. Posteriormente, tendo havido debates e controvérsias – que eu considero perfeitamente justificáveis, do ponto de vista da crítica democrática – em relação a certos aspectos desta linha política, houve novamente manifestações, quer no Congresso, quer no seio dos partidos, a respeito do assunto. O meu próprio partido, a União Democrática Nacional, não apenas na sua convenção do Recife, como na reunião a que procedeu em Brasília, da di-

retoria e da bancada, manifestou o seu apoio às diretrizes da política externa brasileira que estavam sendo executadas no decurso do governo do presidente Quadros. E, ainda recentemente, tive conhecimento, pelo noticiário dos jornais que me chegavam na Europa, de que o partido, ao marcar as suas posições, com referência à investidura do primeiro-ministro, manifestava certas reservas, certas divergências com relação a determinados pontos, mas reafirmava – e até reivindicava – a primazia desta linha. Gostaria de apelar para que não se considerasse esse problema da manutenção ou da suspensão da orientação da política externa em problema polêmico. Não existe polêmica em torno disso. Existe um acordo sobre a necessidade da condução da política externa brasileira nos termos das imposições das conjunturas nacional e internacional. O que me parece estéril, o que me parece decepcionante, o que me parece prejudicial ao ambiente de paz que deve reinar para a execução das tarefas deste governo é esta coisa, que não tem sentido, de dizer “a política vai permanecer; a política vai mudar; a política é assim; a política é de outra maneira” e que isto sirva de permanente ponto de atrito nos debates, nas polêmicas, na luta, criando um ambiente de dissídios, de ressentimentos e de ódios. Isto não se justifica, absolutamente. Eu venho para o governo desprevenido. Não solicitei o posto. Aqui estou para servir ao meu país, como todas as vezes em que sou solicitado a fazê-lo, de acordo com a minha consciência, desde que meus serviços possam ser úteis. E o que eu desejo, realmente, é não ter motivo de polêmicas e de atritos inúteis. Esta política está acertada, esta política foi proclamada, esta política foi aprovada pela maioria que aprovou o gabinete e eu não vejo motivo para, permanentemente, estarmos discutindo esse assunto. As discussões sobre se vai mudar, se não vai mudar, só servem para acirrar os ódios e prejudicar a ação pacífica e tranqüila do gabinete que se instala.

Senhor Ministro, fugindo ao âmbito nacional, no Peru se estão registrando graves acontecimentos. Qual a posição do governo brasileiro, a respeito?

Eu não posso, ainda, dar o conteúdo vocabular, verbal, desta posição, porque não o faria sem a aprovação do primeiro-ministro. Desde logo, pela nossa orientação e pela experiência de fatos anteriores, eu teria a dizer duas coisas: em primeiro lugar, declarar que a prudência nos recomenda espe-

rar, durante algumas horas – até o fim do dia, pelos menos – para saber se, de fato as ocorrências se verificaram nos termos do noticiário internacional que nos chega às mãos. Não gostaria de manifestar-me oficialmente, porque não tive, ainda, oportunidade de me entender com o primeiro-ministro e porque não tenho, ainda, confirmação oficial dos acontecimentos. Mas, com a ressalva desses dois pontos, quero acentuar que é sempre com preocupação e com apreensão que o governo brasileiro recebe notícias de acontecimentos políticos nos países irmãos da América, que signifiquem a imposição de métodos violentos para subverter o processo político democrático, baseado nas instituições da democracia representativa. Nós somos partidários fiéis da democracia representativa; através dela, sem violência aos seus princípios, temos resolvido graves crises no país. Portanto, é sempre com preocupação que vemos o colapso das instituições democráticas, em qualquer outro país, sem que isso signifique qualquer tentativa de intervenção nossa nos assuntos internos de outra nação.

Senhor Ministro, os jornais de ontem publicaram uma entrevista do premier Nikita Kruchev com diretores de jornais americanos. Disse ele que, logo após os Estados Unidos terem terminado a sua série de explosões atômicas, a Rússia se acha no direito de recomeçar as suas. Disse, mais, que, se os Estados Unidos parassem, neste momento, as explosões, a União Soviética poderia não começar a série que pretende realizar. Não seria o caso de o Brasil, como a maior nação latino-americana, fazer gestões, juntamente com outros países, no sentido de que a série de explosões americanas pudesse ser interrompida?

Infelizmente, o problema dos ensaios nucleares obedece a um ritmo de inércia inflexível. A natureza das providências necessárias a esses ensaios, a complexidade tremenda, as despesas, enfim, todo esse acervo de circunstâncias que todos bem imaginam fazem com que essa inércia seja praticamente impossível de sustar. No caso do Brasil, nós nos manifestamos, inflexivelmente e imparcialmente, contra todo tipo de ensaios nucleares aplicado ao aumento do poderio bélico. Esta foi a nossa posição no outono passado, quando teve início a série de explosões soviéticas; esta foi a nossa posição, recentemente, na Conferência do Desarmamento, quando do

reinício das explosões americanas no Pacífico. Invariavelmente, nós temos protestado, tanto assim que eu queria retificar uma expressão de que você se serviu, de que o ministro Nikita Kruchev teria reivindicado o direito da União Soviética. O Brasil não reconhece a ninguém o direito de proceder a experiências dessa natureza. Não cedemos diante das imposições da realidade da vida internacional e da força. Mas sempre protestamos contra ela. Quanto a intervenção nossa, no sentido de fazer sustar as experiências americanas, é assunto sobre o qual eu não posso me manifestar, porque seria uma experiência que teria de ter o *placet* do Conselho de Ministros e eu só poderia manifestar-me depois de ouvi-lo. Agora, tenho esperança e desejo aqui – eu, que estou chegando, neste momento, da Conferência do Desarmamento – desejo significar esta esperança de que, uma vez realizadas as explosões soviéticas, que já estão mais ou menos previstas para o mês de setembro, nós possamos, afinal, e tenho a confiança que seja possível fazê-la, porque nesse sentido tive entendimentos diretos com os representantes das duas potências nucleares, de um lado e de outro. Mantive conversações recentes com eles. Estou quase habilitado a assegurar minha confiança de que, terminadas essas experiências do outono próximo, que nós possamos adotar a linha proposta pelo embaixador Padilha Nuervo, em nome do governo do México, no sentido de que seja finalmente suspenso, de maneira definitiva, este processo terrível de competição nuclear. Posso dizer-lhes que, do lado dos Estados Unidos, existe a esperança de que isto seja possível. Isso me foi declarado recentemente pelo representante americano. É claro que não se pode marcar uma data para esta providência, para esta feliz solução, tal como foi sugerido pelo embaixador mexicano. Acho impossível que se diga que no dia 31 de dezembro de 1962, que depende, precisamente, dessa inércia a que eu me referi. Mas, no decorrer dos primeiros meses do ano próximo, eu acredito que um acordo verdadeiramente eficaz possa ser realizado, sobretudo em face das novas aquisições da técnica e da ciência, no que concerne ao controle das experiências nucleares.

Senhor Ministro, existe alguma providência no campo externo que seja tomada imediatamente, algum plano sobre política externa?

Você disse bem, plano. Porque há uma diferença entre plano e programa. Programa é uma coisa assim mais diluída, mais vaga. Eu teria muito desejo – depende isso do assentimento do gabinete, sobretudo das pastas mais diretamente relacionadas com o assunto – eu teria muito desejo de incrementar imediatamente as providências necessárias a assegurar o andamento satisfatório do programa de ajuda da Aliança para o Progresso de um lado, e de estudar, de forma enérgica, imediata e eficaz, os problemas relacionados com a situação que nos foi criada pelo Mercado Comum. Quer dizer, no momento, a expansão do comércio exterior brasileiro de um lado, nos assegurando uma maior folga nas questões das divisas, e de outro lado, a realização imediata dos planos contidos no programa Aliança para o Progresso, são as duas maiores preocupações que eu levo para a pasta.

Senhor Ministro, quais as providências que o senhor tomaria a respeito da fixação do ministério em Brasília?

Ontem conversei a este respeito com o meu eminente amigo presidente do Conselho, dr. Brochado da Rocha. E, em princípio, obtive dele apoio para as providências administrativas. Como sempre, o problema mais urgente é o das verbas necessárias para a instalação do Itamaraty. Vocês têm aqui, ao lado, o que é o futuro Itamaraty, que é apenas um terreno vazio. De maneira que isto e a vinda das embaixadas são elementos indispensáveis à vinda do ministério. Ontem até, em conversa com o primeiro-ministro, eu perguntei-lhe se ele considerava necessário que eu me fixasse em Brasília, ao que Sua Excelência me respondeu que não considerava necessário e talvez não fosse conveniente, porque, no momento, estão todas as instalações diplomáticas no Rio; não havendo aqui as instalações e o pessoal administrativo, ele achava que não seria conveniente. Ele até me disse que ia estabelecer uma linha direta de telex entre a mesa dele e a minha mesa no Itamaraty, para que nós estivéssemos praticamente em presença um do outro, sem que eu precisasse estar residindo aqui, que, ao ver dele, dificultaria a minha gestão. Aliás, eu aproveito a oportunidade para dizer a vocês que o professor Brochado Rocha e eu somos colegas de cadeira e somos amigos há mais de vinte anos. Eu tenho grande satisfação em manifestar isso aqui aos jornalistas, que tenho com ele, inclusive, relações de

amizade pessoal, que me animam a que a nossa cooperação possa ser das mais estreitas e úteis aos interesses do governo.

Eu perguntaria a Vossa Excelência, a propósito da vinda do presidente Kennedy ao Brasil: Vossa Excelência acha que tenha sido vantagem ou não o adiamento da visita?

Eu, pessoalmente, não acho que tenha sido vantajoso. Gostaria que ele tivesse possibilidade de vir já. É claro que não empreendi nenhuma gestão nesse sentido, porque nem sequer tomei contato ainda com os problemas da pasta. Mas, conforme soube, as razões alegadas dizem respeito a necessidades internas da administração do presidente Kennedy, sobre as quais não temos, é claro, razão nem direito de nos manifestar. Mas, do meu ponto de vista, acharia que ele deveria vir tão logo quanto possível, talvez imediatamente. Quem sabe se no prazo mesmo que tinha fixado. Não conheço o pensamento do governo brasileiro a respeito. Como sempre faço, expresso a minha impressão pessoal quando ela me é solicitada.

À PERGUNTA do repórter sobre o Mercado Comum Europeu, respondeu o ministro:

É esse um dos problemas mais delicados, mais complexos. Como eu disse que era uma das minhas preocupações, deveria ter acentuado também que desejo prestar toda a minha atenção e solicitar todo o apoio dos elementos técnicos do meu ministério e dos outros, para o progresso do plano do Mercado Comum Continental. Quer dizer, a transformação da Associação do Comércio Latino-Americano em qualquer coisa que tenha, assim, uma significação mais concreta e mais profunda. É claro que isso tudo depende de muitos estudos e de muitas providências, que acredito em curso. Mas, que o Mercado Comum Europeu precisa ser estudado e adaptado às contingências da América Latina e de outros países na mesma situação de exportadores de matérias-primas e importadores de produtos industriais e, enfim, sob o risco de concorrência das antigas nações coloniais, hoje transformadas em Estados independentes, isso tudo, não há dúvida nenhuma, é um risco para nós. Aliás, acredito que vocês estejam certos disso, que é

discussão que se processa atualmente em vários níveis, nas chancelarias européias. Acredito que eles próprios tenham conhecimento disso. A questão é estudar uma maneira de contornar as dificuldades e ver se conseguimos evitar os prejuízos. Para isso, estou pronto a ouvir todas as opiniões, sejam de partidários, sejam de adversários do governo. Até solicito, se possível, a cooperação de todos os economistas, de todos os técnicos que queiram apresentar suas críticas e as suas sugestões; que queiram, enfim, formular as suas idéias, nesse terreno.

Vossa Excelência teria algum plano em vista para melhor entrosamento do Brasil com as nações africanas?

Os planos que existem a esse respeito não são recentes, eles vêm da minha anterior gestão no Itamaraty. Preciso entrar em contato com as divisões competentes do ministério para saber o que é que se fez de então para cá, para poder responder a você numa outra oportunidade, quando estiver mais bem informado dos trabalhos realizados.

Vossa Excelência vai fazer alguma modificação no gabinete e nos quadros dos secretários que já existem em missões na Europa Oriental e África?

Não tenho intenção de fazê-las. Aliás, já solicitei a todos os detentores de posições que se mantivessem em seus postos. Se houver conveniência para o ministério, de transferência de um funcionário dessas subsecretarias para um outro posto, é claro que estudaremos a hipótese. Mas não temos a intenção de fazê-lo, pois as pessoas que estão nos postos merecem o meu acatamento e a minha confiança. Mas, acima de quaisquer situações pessoais, estão os interesses do ministério. Então, teremos que examinar em conjunto se há possibilidade ou necessidade de alguma modificação desse quadro.

CONCLUINDO a sua entrevista, disse o ministro Afonso Arinos:

Desejo aproveitar a oportunidade para, por intermédio de vocês, enviar uma saudação cordial, respeitosa e cheia de esperança a todos os jornais brasileiros, especialmente aqueles que vocês representam aqui, por-

que são os que estão presentes na entrevista. Desejo dizer que, como sempre, sou um homem aberto a todas as críticas. Sou um homem sem ressentimentos, sem mágoas, sem ódios. Estou convencido de que, neste momento, mais do que nunca, o esclarecimento da opinião nacional é um elemento indispensável para o prosseguimento da nossa política externa e a sua adequação às necessidades do país, entre as quais está a tranquilização do ambiente político interno e a formação de uma época, de uma etapa de ordem para que o gabinete possa trabalhar e ter mais esperança no futuro.

*

DOCUMENTO 41

Discurso do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, por ocasião da transmissão do cargo

Em 23 de julho de 1962.

Senhor Deputado Renato Archer, Ministro Interino das Relações Exteriores, Senhores Embaixadores, Senhores Oficiais Gerais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, Senhores Parlamentares, Prezados Colegas, Meus Senhores, Minhas Senhoras,

É para mim motivo de especial satisfação e de intenso orgulho, se assim me posso exprimir, receber os encargos pesados desta pasta das mãos do meu jovem e já ilustre colega de Congresso, o senhor deputado Renato Archer. O enunciado, tão sintético quanto claro e vigoroso, que Sua Excelência acabou de fazer das diretrizes essenciais e dos pontos básicos da nossa linha de política internacional já são, por si só, suficientes para indicar até que ponto a presença deste eminente parlamentar foi oportuna e útil no comando das altas responsabilidades que me esperam, quer como subsecretário das Relações Exteriores, quer como ministro interino, nas diferentes ocasiões em que teve que ocupar esta delicada função. A sua experiência diplomática, exercida – como há pouco ele próprio recordava – no exercício de suas atribuições de representante do Brasil na Agência Internacional de Energia Atômica, fê-lo entrar em contato com os pontos mais delicados da política internacional e a sua inclinação natural, a sua aguda inteligência, a sua sensibilidade, o seu patriotismo foram atributos e qualidades que muito rapidamente fizeram com que amadurecessem, multiplicassem, florescessem nesse jovem parlamentar brasileiro todas aquelas qualidades e condições que o fizeram não apenas apto a exercer as funções como exerceu, como também perfeitamente capaz de exercer outras do mesmo ou de nível superior na vida política nacional e internacional do Brasil. Quanto à figura do meu eminente antecessor, o ilustre chanceler San Tiago Dantas, seria para mim constrangedor manifestar-me de acordo com os sentimentos que me animam, se colocar essa manifestação em

termos da minha amizade pessoal para com Sua Excelência. Não é impedido por essas razões de fraternal convivência, que nos liga desde a nossa juventude, que aqui desejo exprimir meus sentimentos profundamente sinceros em relação à ação deste grande brasileiro. Não é como amigo que quero manifestar-me a respeito do chanceler San Tiago Dantas, porque isso seria manifestação de caráter privado e particular. É como um homem público que tenho a intenção de fazê-lo e, então, digo, sinceramente, a todos aqueles que pertencem ao Itamaraty e acompanharam a passagem do eminente chanceler por esta sala: San Tiago Dantas, no Itamaraty, foi um homem da linha dos Paulino de Souza e dos Pimenta Bueno. Foi um homem como Uruguai e como São Vicente, um homem que juntou e reuniu, à lucidez preclara da inteligência, a sólida e admirável formação de cultura jurídica, a ampla curiosidade intelectual, o profundo sentimento humano, a grande sensibilidade política, o patriotismo, o descortino, a clarividência e a coragem de enfrentar situações e assumir responsabilidades. Longe de ser um homem preso a particularismos, a incidências ou a posições extremas, ele foi um moderado e moderador, ele foi um animador e um desprendido, ele foi e será, na vida pública brasileira, um elemento com o qual temos que contar definitivamente, a fim de que possamos enfrentar os problemas presentes e os que se deparam no futuro. Esta, a minha declaração de profunda solidariedade espiritual e intelectual com o eminente chanceler San Tiago Dantas, cuja passagem por esta casa foi uma trilha luminosa como ele tem deixado em toda a sua vida pública, na Faculdade de Direito e na Câmara dos Deputados e como deixará sentir aos brasileiros em outros postos a que seguramente o levará a confiança do governo e da nação.

Meus senhores, entro pela segunda vez nesta sala, à qual me prendem não apenas aqueles sentimentos de respeito, que são comuns a todos os brasileiros, de respeito, de veneração mais que secular, mas também certas razões de natureza especialmente íntima e quase sentimental. Entro nesta casa onde me amimam e me cercam não apenas as visões magníficas que qualquer patriota experimenta ao entrar em contacto com as grandes vozes do passado e grandes figuras que encheram a nossa agenda admirável de realizações diplomáticas. Entro aqui, também, cômico daquelas delicadas responsabilidades que me levam ao esforço de aqui

realizar uma obra que possa não me fazer indigno do nome que trago, da tradição pessoal que carrego e, afinal, dos exemplos que dentro desta casa tantas vezes colhi do meu pai. Os brasileiros eminentes que transitaram por esse palácio, Senhor Ministro Renato Archer, como sabe Vossa Excelência, se destacaram porque se colocaram à altura das responsabilidades de seu tempo.

É uma ilusão supormos que todos eles tiveram sua obra compreendida, as suas intenções aceitas, as suas preocupações bem recebidas no momento em que sua ação se desenvolveu. Frequentemente, as intenções eram distorcidas, ora de boa ou de má-fé. Frequentemente, as preocupações eram alteradas, desvirtuadas, mas o que os animou sempre, aos maiores, àqueles que de fato puderam deixar o traço de sua passagem nesta sala e na nossa história diplomática foi a serenidade do acolhimento tranqüilo da controvérsia e do direito de crítica, a posição inquebrantável de fé e a absoluta confiança nos seus próprios objetivos e a segurança de não se arrecear dos erros das falsas interpretações e de prosseguir com calma e discernimento, mas com confiança, na realização daquela tarefa que, na opinião deles e de acordo com as vicissitudes do momento, melhor correspondesse aos destinos do Brasil. No fundo, a política que aqui vimos realizando não é senão a projeção da nossa realidade nacional no plano das responsabilidades internacionais. A verdade é que nossa personalidade nacional evoluiu, se diversificou e amadureceu e a verdade é que, em função da nossa personalidade nacional, as nossas responsabilidades internacionais ao mesmo plano se diversificaram e se ampliaram. Nós não poderíamos conservar e exprimir internacionalmente a autenticidade da nossa vida se não pudéssemos projetar internacionalmente o engrandecimento e a magnitude da nossa transformação interior. Isto, que se chama a política internacional brasileira, não é senão a projeção externa da nossa personalidade nacional. Ao cabo de alguns meses de serviço ao povo e ao governo, em honrosas comissões que me foram conferidas no estrangeiro, pelo senhor presidente da República e pelo chanceler San Tiago Dantas, tenho a satisfação de afirmar, perante meus patrícios, a confiança e o respeito que hoje o nosso país soube granjear em todos os ambientes do mundo, quer nas Nações Unidas, quer na Conferência Internacional do Desarmamento,

onde pudemos impor respeito e soubemos granjear essa confiança pela retidão da nossa conduta, pela lealdade dos nossos processos, pela moderação dos nossos propósitos, pela firmeza dos nossos objetivos, em defesa da paz e desarmamento mundiais, assim como em defesa do desenvolvimento dos países em igualdades de condição com o nosso. Esse testemunho corresponde, mesmo, a um apelo que eu faria aos ilustres brasileiros que venho hoje encontrar em condições de uma divisão interna e de uma preocupação angustiada que me enche de perplexidade e de apreensão. Porque, realmente, à medida em que constatei, no exterior, o fortalecimento do nosso prestígio e a certeza da confiança que soubemos inspirar, venho encontrar, no nosso país, uma atmosfera de desprestígio e desconfiança internos. Tenho a impressão de que as elites dirigentes do país estão divididas por dissídios e pânicos, que precisamos a todo custo identificar, diagnosticar e debelar, porque, quando atentamos na segurança, na paciência, na confiança, na mansuetude, na firmeza do povo brasileiro, quando vemos que o nosso povo atravessa os tumultos, as dificuldades da hora sem manifestar desconfiança nem pânicos, não podemos compreender como é que as elites dirigentes do Brasil estão possuídas de sentimentos de tão grande insegurança que não observamos na massa popular. O que temos que fazer, neste momento – e aproveite a oportunidade para reiterar este apelo – é terminar com a onda de ódios, de recriminações, de pavor organizado, que se serve de várias razões, inclusive da política externa do Brasil, a fim de tentar dar ou procurar dar ao povo a sensação de insegurança. Até agora, tem sido pouco convincente essa preocupação de criar atmosfera de medo e só tem tido êxito nas classes que compõem as elites do país. Temos que encontrar, na nossa nacionalidade, na firmeza deste povo, a nossa confiança; e, no seu exemplo, aquela força necessária para obter o aplacamento dos ódios reinantes, a eliminação da incompatibilidade que cada vez se acen-tua entre grupos das classes dominantes do país, a fim de tornar possível diálogo verdadeiramente democrático. Se tal for impossível, a democracia não terá vez, nem possibilidade de sobreviver, pois não baixará sobre este país a paz, sem a qual não se podem enfrentar as soluções que se nos antepõem e cuja urgência e necessidade é absolutamente despropositado encarecer.

Meus Senhores, creio que, como declaração preliminar sobre esta pasta, poderia repetir as palavras proferidas pelo meu ilustre colega deputado Renato Archer. Gostaria de acrescentar algumas observações. Não é por falsa simulação de modéstia, nem por temor de responsabilidade que desejo despir-me da categoria de planejador e iniciador da atual política externa brasileira, ou melhor, da política externa brasileira que se adapta e que se impõe no momento histórico que estamos vivendo. A sua formulação foi apresentada durante a campanha eleitoral do preclaro presidente Jânio Quadros, a quem tive a honra de servir como ministro das Relações Exteriores. Posteriormente, esta linha política foi acentuada por manifestações uniformes e convergentes das mais representativas e das mais poderosas correntes partidárias nacionais. Todos os grandes partidos deram, de uma forma ou de outra, o seu apoio à linha de política externa brasileira. Finalmente, ela foi – de maneira indiscutível, de maneira irretroatável – corroborada e confirmada pela Câmara dos Deputados, por ocasião em que se votou a moção na qual eram discutidos e criticados certos aspectos da ação do preclaro chanceler San Tiago Dantas. Portanto, temos a voz do povo brasileiro expressa, através das urnas que deram a vitória ao candidato que se apresentava como o portador desta linha política. Temos, posteriormente, as manifestações diretas daqueles órgãos das instituições constitucionais, reconhecidos e obrigatórios que são os partidos políticos que apoiaram esta mesma linha política e tivemos a voz da Câmara dos Deputados, aquela casa que carrega sobre os ombros a condução da política brasileira e que, por esmagadora votação, deu seu assentimento e manifestou a sua conformidade com esta linha que tinha sido adotada pelo eleitorado. Conseqüentemente, se tem sentido a representação dos órgãos democráticos, seja nas suas fases eleitorais, seja nas suas representações partidárias; se a democracia tem sentido, se o regime de liberdade tem um significado e uma lógica, temos que reconhecer que está acima da agressão, da controvérsia, o acerto dessa linha e que esta atmosfera de temor indefinido não mais deve prevalecer; e temos que considerar que estão [*sic*] na obrigação de reconhecer e colocar fora de qualquer polêmica justificável, de qualquer polêmica de boa-fé, a política externa que é, repito, a linha de nossa personalidade nacional em face da conjuntura mundial. Mais uma razão,

portanto, Senhor Ministro e Senhor Chanceler, mais uma razão, portanto, para que desta casa, desta sala, desta mesa, parta ainda um apelo à compreensão, ao entendimento, à boa-fé, para que se reinstale a prudência, a confiança e a esperança, e que se reintegre a nós, que servimos ao Brasil no setor da política internacional, aquele crédito de confiança, para que possamos, afinal, com tranqüilidade nos restituir àquele ambiente de serenidade dentro do qual devem ser estudados, estimulados, equacionados e resolvidos os problemas que se nos antepõem no campo da política internacional. A luta só conduzirá à luta e esta competição não será boa para o Brasil.

Meus Senhores, cheguei a este posto pela segunda vez desvanecido pela honra que me foi conferida pela preferência do senhor presidente da República e também de Sua Excelência o presidente do Conselho de Ministros, e pela confiança reiterada pela grande maioria que aprovou o gabinete que se encontra no poder. Quero acentuar que não pleiteei essa função, quero acentuar que, quando o meu ilustre antecessor, o meu velho e querido amigo, professor San Tiago Dantas, preveniu-me pelo telefone internacional de que me preparasse para receber, em nome dos presidentes do Conselho e da República, o convite, manifestei-lhe a honra com que recebia esta designação e, ao mesmo tempo, declarei-lhe que a não considerava um compromisso. Tive a oportunidade de manifestar essa mesma opinião, Senhor Deputado Renato Archer e, com altas figuras do cenário federal diretamente participantes daquelas combinações e responsáveis pela organização do gabinete, repeti a mesma coisa. Mas, é claro que eu não poderia levar a minha preocupação de me omitir além daquele ponto em que o desprendimento começa a se confundir com o comodismo. Então, me curvei às injunções que me eram apresentadas, me submeti às declarações que me eram formuladas e correspondi aos apelos que me eram feitos. Assim como não postulo quaisquer postos, não recuso quaisquer postos neste momento da vida nacional. Estou convencido de que estou servindo ao país, um serviço que chamei quase militar, disposto a entregar até o fim toda a minha vida, o que houver em mim de mais puro e mais alto no sentido de contribuir para que este governo – que terá a duração que for julgada conveniente pela maioria da Câmara dos Deputados – possa levar a termo as duras incumbências de que o momento o faz portador.

Senhor Deputado Archer, agradeço a Vossa Excelência as expressões honrosas de que se serviu para galardear com a sua generosidade as tarefas com que aqui me pude desincumbir das funções que me foram atribuídas pelo presidente Jânio Quadros. Devo dizer a Vossa Excelência que nesta casa não se trabalha sozinho, não é possível levar a efeito qualquer tarefa sem o apoio do pessoal que integra a grande máquina do Itamaraty. Assim como estive ela do lado do chanceler San Tiago Dantas, espero que continue ao meu lado. Devo dizer a Vossa Excelência que foi com grande satisfação que indiquei o embaixador Carlos Alfredo Bernardes para as altas funções que Vossa Excelência tão brilhantemente desempenhou. A sinceridade leva-me a declarar de público que o meu primeiro pensamento foi mantê-lo nas funções que então ocupava, de secretário-geral de política externa, e de levar o meu fraternal amigo Jayme Chermont às funções de subsecretário. Mas fui advertido por Sua Excelência de que preferia continuar no âmbito interno do serviço diplomático, visto que sua experiência sempre se identificou com a administração e a vida diplomática e não tinha a experiência necessária nos ambientes políticos fora da casa, indispensável ao exercício das funções de subsecretário. Esta experiência política é aquela em que se baseia a atividade do embaixador Bernardes e que deu tanto destaque a sua atuação ao lado do chanceler San Tiago Dantas. É com o maior empenho, confiança e esperança que acredito que esses dois ilustres chefes – embaixador Bernardes, nas funções que Vossa Excelência tão atentamente desempenhou e das quais se desprende pela contingência de sua carreira política, e o embaixador Chermont, secretário-geral de política exterior – poderão ser os dois pólos em que se baseará a minha administração.

Só me resta, Senhor Deputado Renato Archer, declarar a Vossa Excelência que tenho a segurança de que a sua carreira na vida pública continuará brilhante e ascensional, como vem sendo até agora. A sua juventude nos enche de confiança e de esperança. Vossa Excelência, aos 40 anos mal completados, tem a sua biografia política bastante destacada. Desejo que Vossa Excelência, no retorno a sua terra natal, onde vai retomar os contatos com as bases eleitorais de seu partido, consiga apoio de seus conterrâneos e volte à Câmara dos Deputados com todo o prestígio que soube conquistar.

Senhor Chanceler, quanto a Vossa Excelência, disse antes que, como velho e fraternal amigo seu, não poderia me manifestar, mas tinha que me manifestar como homem público. Coloquei Vossa Excelência naquela posição que lhe cabe, ao lado dos Uruguai e dos São Vicente. Estou certo de que Vossa Excelência também, por seu lado, será vitorioso nas eleições.

Embora sejamos de três partidos diferentes, faço votos os mais calorosos para que a nossa terra querida de Minas Gerais possa mandá-lo à Câmara dos Deputados como um dos mais lídimos, como um dos mais autênticos e prestigiosos líderes da atualidade nacional.

E, para terminar esta desconchavada conversa, queria agradecer profundamente a honra e dizer que conto com o apoio da imprensa falada, escrita e visual (se assim me posso exprimir), a fim de que a nossa casa tenha, permanentemente, possibilidade de acesso às informações. Porque, se existe qualquer coisa de indispensável no Itamaraty, é informar, a fim de que a nossa posição, o nosso objetivo e nossa linha sejam aceitos e entendidos na medida da altura, do desprendimento e do patriotismo que nos animam.

*

Apêndice



DOCUMENTO 42

Discurso de San Tiago Dantas, paraninfo da turma de diplomatas de 1963

Em 10 de dezembro de 1963.

Instituto Rio Branco – Política exterior e desenvolvimento

Recebi desvanecido a honra de paraninfo, nesta solenidade, a turma de diplomatas de 1963. Não oculto que, além do apreço que tenho pelo Instituto Rio Branco, de onde ela procede, contribuí para esse desvanecimento a circunstância de conhecer a inquietação e o inconformismo dos jovens que a integram, diante dos problemas irresolvidos de sua formação, de sua carreira e da própria política internacional do nosso país.

É animador pensar que esse inconformismo é a marca de uma geração nova e representa a última fase de uma transformação de mentalidade, que se vem processando em poucos anos e superpondo a sua influência aos modos de pensar e agir remanescentes de fases anteriores.

A característica dominante da primeira fase foi uma posição idealista de afirmação de conceitos sem ligação com a realidade. Essa atitude dominou a cultura, a política e outras formas de liderança social e, no terreno da política exterior, o que pôde produzir foi a valorização de certas ficções, sobretudo de natureza jurídica, nem sempre correspondentes aos interesses específicos do país.

Já a fase seguinte foi marcada pelo descrédito daquele idealismo, mas, ao perder-se a confiança nas ficções e nas formas, não se soube substituí-las por critérios racionais e conceitos válidos, derivados de uma apreensão objetiva da realidade. Passou a prevalecer um realismo rudimentar, uma

incapacidade persistente de racionalizar soluções, desfechando numa espécie de fatalismo, em que se torna passivo – e muitas vezes desorientador – o papel desempenhado pelo homem público.

Na política externa, o resultado é a abdicação de responsabilidades e de iniciativas, enquanto a diplomacia se transforma numa atividade assessorial e informativa, e gradualmente se desengaja do seu objetivo primordial, que é introduzir, por meios políticos, decisões do interesse do país em áreas de deliberação não dependentes de sua soberania.

A fase seguinte, de que o inconformismo da nova geração é o sinal e prenúncio, mas que já se acha representada por elementos expressivos nos quadros dirigentes de hoje, será realista, no sentido de que as idéias são o reflexo objetivo da realidade na consciência, e será, ao mesmo tempo, racional, no sentido de que os meios de ação, os tipos de comportamento e as decisões estão comensurados aos fins por critérios ditados pela razão.

Foi deste realismo que surgiu a política externa independente do país e é de acordo com ele que se podem renovar e reafirmar, daqui por diante, as suas características e objetivos. Merece uma reflexão acurada o processo mediante o qual se opera a adoção e se assegura a preservação dessa política.

A conquista da objetividade no comportamento externo, como no interno, não traduz apenas uma decisão de governo, mas sobrevém como o fruto de um amadurecimento cultural. Enquanto vemos a nossa realidade social e definimos nossos objetivos, mediante conceitos sem validade universal, elaborados através da ótica de outros povos, ou mesmo de grupos sociais e econômicos, internos ou externos, diferenciados do interesse global do país, a política externa que podemos fazer é, ainda que inconscientemente, uma política dependente, cuja coincidência com o interesse vital da nação pode ser, quando muito, eventual e transitória.

À medida, porém, que a consciência do povo reflete as suas condições sociais e substitui a imagem imposta de seus interesses e deveres, por uma imagem válida, induzida, sem intermediários, de sua própria realidade, a elaboração de uma política externa própria torna-se possível e tal política pode ser denominada independente.

É curioso observar que a reação havida entre nós, em certos meios, contra o próprio uso da expressão “política externa independente” e, sobre-

tudo, contra a afirmação de que ela representa um comportamento distinto do observado anteriormente, proveio, em grande parte, de se haver querido dar aos termos “dependente” e “independente” uma simples conotação moralística.

Não se compreendeu que a “dependência” de uma política externa, em vez de um servilismo, ou sujeição consciente a imposições feitas do exterior, é um fato a ser explicado à luz de critérios sociológicos e não a ser julgado por critérios puramente morais. A “independência” só se alcança quando a consciência política do país, impelida pelo processo de suas próprias contradições, logra refletir e apreender a realidade nacional e passa a identificar, no quadro topográfico de suas relações com outros povos, a posição e o itinerário que lhe permitem alcançar suas finalidades.

É aí que a nova política externa do Brasil se coloca em correlação íntima com a apropriação, pela consciência nacional, da revelação de que o subdesenvolvimento em que vivemos não é, como já se quis fazer crer, uma simples etapa histórica natural, uma “adolescência” de um país novo, a resolver-se espontaneamente com o curso do tempo, mas um estado de inferioridade e dominação que, se não for rompido por uma política emancipadora e revolucionária, tenderá não apenas a manter-se e confirmar-se, mas a acentuar-se, no relativismo da posição em que ficamos, juntamente com outros povos, perante as áreas desenvolvidas do mundo.

Essa revolução emancipadora pode ser democrática e pacífica, como pode vir a ser totalitária e violenta, mas em qualquer caso será uma revolução, no sentido de que os seus resultados não se alcançarão com o simples desdobramento linear e o amadurecimento das estruturas sociais vigentes, mas pedem a sua reforma, a quebra de sua continuidade no tempo e o seu ajustamento a uma nova realidade.

A tomada de consciência das causas dessa “inferioridade auto-sustentada”, que é, em última análise, o estado de subdesenvolvimento, gera as condições para a formulação de uma política externa que, daí por diante, pode ser chamada “independente”.

É natural que elas se apresentem, em nossa época, com curtos intervalos, em diversos países, chegados ao mesmo estágio de maturação e de conquista da objetividade, e que, assim sendo, surja, entre os povos subde-

sempre envolvidos, uma afinidade que, em muitos casos se traduzirá em identidade de interesses e posições internacionais. À medida que a natureza do subdesenvolvimento e suas causas passar a refletir-se na consciência desses povos, uma política externa com peculiaridades nacionais, mas com uma linha geral comum, unificará a conduta internacional desses países, sem lhes emprestar um sentido de bloco, mas pondo em evidência uma nova força histórica.

É o que temos visto, aliás, suceder em nosso hemisfério, onde o pan-americanismo, que tão grandes serviços tem prestado, sobretudo no terreno político e jurídico, abre hoje espaço à afirmação paralela de um latino-americanismo, no qual se exprime, não uma restrição ou hostilidade aos Estados Unidos, mas a posição comum dos povos subdesenvolvidos americanos em face do grande Estado industrializado, cujos interesses, na mesma área geopolítica, se diferenciam dos nossos e a eles, não raro, se contrapõem.

Quais as características mais gerais e constantes dessa política externa independente, nascida da evidência e do julgamento objetivo do subdesenvolvimento e das causas que o sustentam?

Creio que o primeiro aspecto a salientar é a identificação indispensável entre “emancipação” e “desenvolvimento”.

O desenvolvimento não é, visto na inteireza do seu significado, apenas um aumento quantitativo do produto nacional, capaz de elevar os índices de renda *per capita*. É um processo de liberação da economia, da cultura e da vontade política da nação, que lhe permite desvencilhar-se das limitações inerentes à escassez de recursos com que dominar a natureza e traçar as linhas de ascensão do homem e da sociedade de acordo com sua liberdade e seu esforço.

Assim entendido, o desenvolvimento tanto procura os meios técnicos e materiais de atingir a fase de auto-sustentação, de expansão contínua da economia por suas próprias forças, como procura eliminar os vínculos de dominação da economia nacional pela estrangeira e desmontar internamente os sistemas de opressão social, que fazem prevalecer interesses de uma classe ou de um grupo sobre os outros, com o sacrifício inevitável do interesse geral da nação.

Assim, desenvolver-se é, sempre, emancipar-se. Emancipar-se externamente, pela extinção de vínculos de dependência a centros de decisão, políticos ou econômicos localizados no exterior. E emancipar-se internamente, o que só se alcança através de transformações da estrutura social, capazes de instituir, paralelamente ao enriquecimento, uma sociedade aberta, com oportunidades equivalentes para todos e uma distribuição social da renda apta a assegurar níveis satisfatórios de igualdade.

A esse sentido de emancipação, dado ao desenvolvimento, prendem-se duas características fundamentais da política externa independente: 1ª) o primado dos princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos; 2ª) a rigidez da posição anticolonialista.

Os princípios de não-intervenção e de autodeterminação não são simples construções jurídicas, nem se acham necessariamente relacionados com a vigência de instituições democráticas e a prática de eleições livres, embora encontrem, numa e noutra, as condições mais perfeitas e favoráveis à sua aplicação. Há, no mundo de hoje, como houve em outras épocas, países sob regimes totalitários – ou sob governos apoiados em partidos únicos – que, nem por isso, deixam de estar sob a proteção internacional do princípio de não-intervenção e ao abrigo da intromissão da vontade de outros povos em seus negócios internos.

É que esses princípios protegem, vertendo-o para a ordem jurídica, o próprio processo histórico, ao longo do qual os povos se transformam sob o ditame exclusivo de suas experiências e aspirações. Muitas vezes, estas o afastam temporariamente do primado da lei e do respeito às liberdades. Não seria, porém, uma forma válida de “corrigir-lhes” a história, submetê-los à vontade de um outro povo, ou de uma organização de povos, que lhes ditasse, de fora, mesmo temporariamente, os rumos nacionais. Daí a necessidade de nos conformarmos com as vicissitudes da história de cada povo e de esperarmos que ele próprio, pelos mecanismos múltiplos de elaboração e transformação de sua consciência, encontre os rumos que lhe convêm e que só são legítimos, só são autênticos, se representarem uma experiência e uma escolha, e não uma entrega ou uma imposição.

O anticolonialismo, por sua vez, converge para os mesmos fins que a autodeterminação protege e evidencia. Se a luta contra o subdesenvolvi-

mento é, acima de tudo, luta pela emancipação, e se esta importa em desvincular-se de toda sujeição a centros de decisão e de influência colocados fora do país, é óbvio que a manutenção de laços de dependência política a antigas metrópoles, seja qual for a qualificação jurídica que se lhes atribua, é incompatível com a conquista de rumos próprios de desenvolvimento e suscita a solidariedade dos povos em condições de prestá-la.

Qualquer transigência com interesses colonialistas pode representar, no terreno das concessões mútuas, uma vantagem a curto prazo; mas, a longo prazo, quebra a coerência da política externa de um país em luta por sua própria emancipação e compromete os laços de confiança que a identidade de objetivos tende a estabelecer entre ele e outros países, no mesmo ou em estágio próximo de afirmação.

Desejo agora situar a política independente em face da polarização do mundo moderno pelo Ocidente democrático e o Oriente socialista. A independência não exclui e, pelo contrário, favorece a tomada de uma posição definida e coerente na extensa gama de soluções políticas, que nos oferecem graus e formas de democracia, desde as representativas – de base predominantemente pluripartidária, sistemas eficientes de garantias individuais e economia de livre empresa – até as populares e socialistas – com base em partidos únicos e economia de Estado centralmente planificada.

No caso do Brasil, o seu advento não trouxe a menor incerteza, mas, pelo contrário, deu ensejo à reafirmação da posição democrática do país, que procura atingir os objetivos da emancipação econômica conciliando a preservação das instituições representativas e das liberdades públicas com reformas sociais; e o desenvolvimento de uma economia de mercado com formas de planejamento em que se somem as contribuições da empresa pública e da empresa privada.

A tomada de uma posição própria – correspondente às aspirações do seu povo, às tradições de sua cultura e às circunstâncias geográficas e históricas que o envolvem – não exime, entretanto, o país que atinge culturalmente a fase da objetividade e da política externa independente, de procurar condições de convivência sem subordinação com todos os Estados, sejam quais forem os regimes que pratiquem e as ideologias que professem. Essa procura assumiu, aliás, em face dos desenvolvimentos mais recentes da

política mundial, um sentido a mais de resistência a qualquer forma de partilha de áreas de dominação ou de influência e manutenção do caráter competitivo da coexistência. Se a fixação de áreas de influência pode trazer alívio temporário às tensões internacionais, a diminuição da competição favorece a estagnação e o isolamento e, por conseguinte, retarda o processo de emancipação dos povos em curso de desenvolvimento. Estes, havendo atingido os meios de identificar o rumo do interesse do universo próprio e de inscrevê-lo no âmbito maior do interesse do universo, podem situar-se e mover-se com flexibilidade no cenário internacional, sem sofrer, em seu comportamento, as deformações da dominação estrangeira, ou as do ressentimento e do preconceito. Com o advento da sua política externa independente, o Brasil conquistou essa flexibilidade como um traço de maturidade; o receio de identificar-se, daí por diante, com uma posição soviética, num caso específico, representaria um retrocesso, tanto quanto a preocupação de hostilizar, por sistema, posições dos Estados Unidos, teria o caráter de um comportamento imaturo, sem fundamento, numa avaliação correta do interesse do país.

Fica, assim, também dissipada qualquer confusão entre a independência e o neutralismo. A independência é um estágio a que os povos atingem pela transformação de sua consciência e que lhes permite adotar, na polarização política de hoje, ora uma das posições propostas, ora uma alternativa diversa, mas sempre nacional, isto é, autônoma. Já o neutralismo é uma linha de ação, adotada por motivos táticos, que tende para a rigidez de uma posição intermediária e que, aliás, teve fastígio mais breve do que se supunha, ante as modificações havidas no cenário mundial.

Também é necessário escoimar a escolha da independência de qualquer laivo de oportunismo. Não é para trocar influências ou negociar interesses próprios, que as médias e pequenas potências são levadas a emprestar sua cooperação à redução das tensões mundiais e ao aprimoramento de formas de coexistência pacífica e contenção do risco militar. O que as conduz a esse objetivo é, em primeiro lugar, a primazia do problema da paz nas relações internacionais, problema a que os povos desarmados podem levar uma contribuição positiva, na medida em que souberem cooperar no fortalecimento das relações e na aceleração de entendimentos entre as

grandes potências, mas a que podem levar também uma contribuição negativa, na medida em que preferirem reforçar o contingente de antagonismo e incompreensão, mediante a tomada de posições com escopo de provocação ou preparatório de negociação ulterior; é, em segundo lugar, a redução progressiva do próprio antagonismo entre o Ocidente democrático e o Oriente socialista, depois que, nos últimos anos, o principal centro de elaboração doutrinária do comunismo, a União Soviética, marcou uma posição nova em relação à inevitabilidade da guerra e da revolução violenta em escala mundial, abrindo a oportunidade de entendimentos, que culminaram na assinatura do acordo multilateral de proibição de certas provas atômicas sem inspeção *in situ*, primeiro e consistente passo no rumo de uma política de limitação consensual de riscos, capaz de conduzir, em seus desdobramentos, ao desarmamento total; e é, em terceiro lugar, o confronto e o intercâmbio de experiências sociais e observações científicas entre o mundo ocidental e o socialista, com o resultado indiscutível de haver feito reduzir-se a tradicional aversão dos comunistas ao reformismo social e de haver estimulado em países democráticos, como o Brasil, a convicção da necessidade e da urgência das reformas, como condição essencial à preservação das próprias instituições democráticas.

À medida, porém, que parece estreitar-se a fenda entre o mundo ocidental e o socialista, na qual corriam os povos (e ainda correm) o risco de se verem tragados e desaparecerem, uma outra se abre e se dilata ao impulso de outras transformações sísmicas, separando os povos industrializados e equipados para a vida moderna dos subdesenvolvidos.

De nada valem, na resultante final, os esforços e anseios destes últimos para galgarem, já no limiar da era planetária em que penetramos, os níveis da civilização industrial. Fatores diversos, superiores às forças de cada povo, impelem, de um lado, os países desenvolvidos no rumo de padrões cada vez mais altos de poder econômico e tornam insuficientes – ou mesmo, em certos casos, negativos – os esforços dos subdesenvolvidos para alcançá-los. O primeiro desses fatores é, incontestavelmente, a concentração de recursos culturais e tecnológicos, que só os países plenamente desenvolvidos estão aptos a mobilizar, em escala adequada, para a pesquisa, a modernização, a renovação de sua economia, de seu governo, de sua

segurança e a elevação de seu bem-estar. O segundo, reside na própria estrutura do comércio mundial, que não favorece uma expansão adequada da participação, em seu crescimento, dos países produtores de artigos primários, nem um aumento suficiente de suas receitas cambiais; mas, pelo contrário, acusam uma tendência para agravar, nos próximos anos, o seu endividamento, deixando-lhes, como alternativa, a redução compulsória do fluxo de importações e, portanto, a queda do índice de desenvolvimento. O terceiro, que soma o seu efeito ao do fator anterior e pode ser, assim, com ele apreciado conjuntamente, é o alto índice de crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos, que exacerba as dificuldades inerentes ao processo de desenvolvimento, tornando de consecução improvável as metas modestas de crescimento da renda *per capita*, propostas em reuniões internacionais, e exigindo soluções que ainda estão a desafiar a imaginação e a investigação dos homens de Estado e de ciência.

Sob pressão de tais fatores, cumpre reconhecer que, ou algo de eficiente se faz na estrutura mesma da economia mundial, modificando as relações de intercâmbio entre os povos, ou estaremos condenados a assistir a um processo de pauperização e distanciamento cultural do mundo subdesenvolvido, cujo resultado pode ser tão sombrio quanto os que nos eram apontados como decorrência inevitável da transformação do conflito ideológico em conflito militar.

Não será um corretivo válido para essas perspectivas um simples estímulo a programas nacionais de auxílio externo. Esses auxílios, prestados em áreas selecionadas, por países economicamente mais poderosos, sob a forma de empréstimos a longo prazo e investimentos privados, podem representar um incentivo valioso e proporcionar recursos de suma utilidade, sobretudo na medida que os países receptores se mostrarem capazes de oferecer planejamento próprio para os seus programas e projetos, e de disciplinar os fatores econômicos internos, controlando a inflação e praticando a aplicação seletiva dos próprios recursos, mas nem por isso deixará de ser indispensável contar com uma receita cambial em expansão, capaz de responder pela amortização e pelo serviço dos empréstimos recebidos e de, ainda, fazer frente aos incrementos da importação, sobretudo de bens de capital, requeridos pelo desenvolvimento econômico. De modo que a po-

lítica de ajuda externa nos reconduz sempre ao problema da expansão e valorização do comércio dos países subdesenvolvidos, isto é, ao problema de fazer reverter sua tendência atual, que não é para a expansão, mas para a contração em termos relativos, e nem para valorização, mas para a deterioração, com recuperações, intermitentes, dos termos de intercâmbio.

É a magnitude deste problema que assina um posto de destaque, na formulação da política externa, não só do Brasil, mas de todos os países subdesenvolvidos, à Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, convocada para 1964. Tornou-se evidente que as questões relativas ao intercâmbio comercial não podem ser apreciadas com eficácia senão no plano mundial, em reunião de que participem todas as potências interessadas e, provavelmente, não numa reunião única, mas numa série, de que a de 1964 será a primeira e em que se processará a transferência do problema do âmbito, demasiado estreito, das reivindicações nacionais de países prejudicados para o âmbito mais largo da responsabilidade internacional. Só assim conseguiremos realizar, em relação ao comércio e ao subdesenvolvimento, uma transformação pacífica e progressiva, que bem poderá vir a ser comparável à obra das Nações Unidas na extinção gradual do colonialismo.

Seria mesquinho circunscrever os fins da conferência à revisão crítica dos órgãos internacionais existentes e, até mesmo, limitá-la a problemas específicos comerciais. Na verdade, ela comportará, se for compreendida com a necessária largueza, a vitalização de organismos já existentes, a disciplina de fluxos comerciais, que esses organismos não se têm mostrado aptos a coordenar, e o exame de novos rumos para a própria cooperação financeira internacional. Esta cooperação terá de sair da esfera da competição de influências, transferir-se gradualmente para um mecanismo de caráter mundial e ser posta em correlação com a capacidade de pagar dos países que a recebem, mediante a adoção de planos capazes de eliminar a inferioridade crônica de suas estruturas.

Parecem, assim, ser estes os rumos que se deparam à nossa política externa: no tocante ao antagonismo político-militar persistente entre o Ocidente democrático e o Oriente socialista, o fortalecimento da coexistência e a preservação da competição política; no tocante ao antagonismo econô-

mico-social entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a reestruturação mundial do comércio e a reformulação, sobre uma base internacional, da política de cooperação econômica e desenvolvimento.

Esta linha não contradiz os rumos da política regional que temos procurado seguir no hemisfério, nem se choca com os objetivos de expansão de mercado, relacionados com a criação da zona livre de comércio latino-americana. No tocante à política regional, é oportuno exprimir a esperança de que a Organização dos Estados Americanos, como órgão representativo da soma das soberanias e das características nacionais dos países que a integram, evolua, como vem sucedendo às Nações Unidas, no sentido de expressar as contradições existentes entre eles e de constituir-se num fórum permanente, onde os contrastes se harmonizem sem serem violentados. A tendência contrária – que ultimamente nela se tem, às vezes, observado – para a rigidez, para a unanimidade forçada, ou para a imposição de decisões majoritárias à minoria discordante, não contribui para fortalecer historicamente o vigoroso instrumento, que tanto pode fazer, bem orientado, pela consolidação dos laços de mútua confiança entre os povos americanos.

Quanto à zona livre de comércio, cabe reconhecer que seus resultados são, até agora, pouco expressivos; mas nenhuma industrialização será realizável na América Latina, com dimensionamento adequado, se não encontrarmos, através de negociações e ajustamentos, os meios de somar à capacidade de cada mercado nacional a dos mercados vizinhos, formando um todo que se encaminhe para as características de um mercado comum e, talvez, mais adiante, de uma verdadeira união aduaneira.

Uma política de integração regional entre países homogêneos, que não oferecem perigo de se prejudicarem mutuamente no esforço de desenvolvimento, terá seu complemento natural num acordo de pagamentos e, também, num acordo de investimentos, o qual poderá favorecer a divisão regional de trabalho e economizar duplicação de iniciativas, onde esta não seja aconselhável.

Aí estão algumas linhas mestras do que parece ser a política externa, cujo advento marcou, em 1961, uma etapa de maturação do nosso povo, mas que não pode ser vista como obra concluída e definida, e sim como

processo em curso de afirmação e elaboração. Sua essência nada mais é, como procurei mostrar de início, do que a conquista da objetividade na apreciação de nossos interesses internacionais e a aplicação de critérios racionais ao tratamento desses interesses. Desejo acentuar que ela não nos afasta, antes, nos aproxima dos Estados Unidos da América e das democracias ocidentais, a que nos vinculam não apenas tradições políticas, mas aspirações democráticas comuns e, numa proporção dominante, os nossos interesses financeiros e comerciais. Essa aproximação se faz, porém, por meios e com objetivos que dão um sentido altamente construtivo e abrem perspectivas amplas à convivência e à cooperação e que não excluem, antes, estimulam as boas relações com todos os povos.

Para uma política que amplia a área de suas responsabilidades e iniciativas, que já não pode contentar-se com questões de fronteira e vizinhança, nem descansar à sombra de alianças, sem tomar sua quota de risco na avaliação das mais remotas questões internacionais, é claro que o Brasil terá de reequipar o seu serviço diplomático, expandindo-o, dando-lhe quadros adequados, criando carreiras técnicas auxiliares, melhorando seu sistema hoje rudimentar de comunicações e chamando a si o controle de informações, que temos dificuldade mesmo em fiscalizar.

A última reforma do Itamaraty representou um passo significativo. Iniciada, porém, em 1951 e elaborada ao longo de dez anos, ela já trouxe consigo a necessidade de revisão e ninguém melhor do que os homens que hoje dirigem esta casa se acha em estado de propor ao governo as linhas de uma reformulação.

Acredito que ela deva alcançar a fundo o curso de formação de diplomatas, a que deve ser dado o caráter de uma especialização profissional de intensa atualidade, onde se explore em todo seu significado a posição do nosso país – no cenário mundial e no regional – e, assim, se crie, desde os alicerces da preparação, a ótica da política independente do Brasil.

Meus caros paraninfados,

Congratulo-me convosco pela presença, nesta solenidade, do excelentíssimo senhor presidente da República, dr. João Goulart. Nele não vemos

apenas o chefe do governo, que tem sob sua responsabilidade a condução da política externa, mas o homem público, que, desde os primeiros dias do seu governo, deu à independência do comportamento internacional do nosso país o melhor de sua capacidade de luta, sem esmorecimentos. É como presidente da política externa independente que o podemos e devemos homenagear, pois creio que tanto eu, como os que me sucederam à frente desta Secretaria de Estado, estamos em condições de dar testemunho da marca pessoal e da preocupação constante, com que o presidente tem zelado pela política externa e pela definição de seus atributos.

Quero exprimir também a minha satisfação por vir paraninfar esta solenidade, quando à frente do Itamaraty se encontra um diplomata que é um dos expoentes de sua carreira e de sua geração e que eu próprio tive a ventura de contar como um dos meus colaboradores mais diretos e eficazes: o embaixador Araújo Castro.

É tempo, agora, de ouvirmos a palavra da mocidade. Ela nos traz não o calor ingênuo do entusiasmo, mas a inquietação do seu senso precoce de responsabilidade pública e é dela, de sua experiência, por assim dizer antecipada, das incertezas e dificuldades por que passa o nosso país, que esperamos colher a energia e a confiança, com que havemos, ainda em nossa geração, de plasmar o futuro.

*





Coordenação Editorial e Revisão
Maria do Carmo Strozzi Coutinho

Projeto Gráfico, Editoração e Revisão
Natalia Costa

Impressão e Acabamento
Gráfica e Editora Brasil Ltda.

Tiragem
1.000 exemplares

*Esta publicação foi elaborada com as fontes
Lapidary333 BT, ACaslon Regular e Vrinda.*

